Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 70 Nº 23227 DIRECTOR MÁRIO MESQUITA DIRECTORA ADJUNTA DIANA ANDRINGA TERÇA-FEIRA 24 ABRIL 90 60$00

«D. Afonso VI»

Um livro inédito de Oliveira Martins

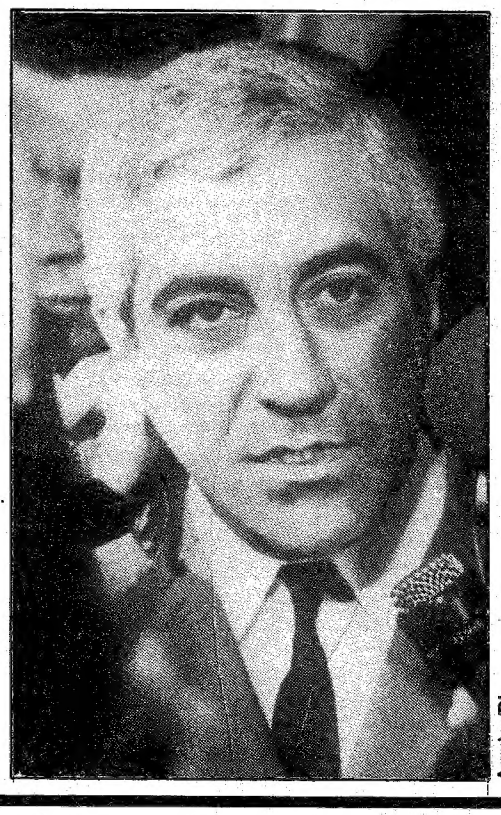
Um inédito de Oliveira Martins, «D. Afonso VI», drama em quatro actos, é lançado ainda esta semana, sob a chancela da Guimarães Editores. Trata-se de uma obra que o autor se recusou a publicar em vida, tal como aconteceu com o romance histórico «Phoebus Moniz».

Historiador que se celebrizou com, entre outras obras, «História de Portugal» e «Portugal Contemporâneo», Oliveira Martins terá considerado o drama em questão uma veleidade literária.

Mas o seu conteúdo talvez seja de ter em conta: a Pátria em momento de crise, exigindo decisão. **Pág. 20**

Sondagem Euroteste/DL revela

Otelo e Spínola: eles são os símbolos do 25 de Abril



Arquivo/DL

Otelo Saraiva de Carvalho continua a ser um símbolo: dos militares de Abril é, de longe, aquele que a opinião pública melhor identifica com a Revolução. Uma sondagem Euroteste/DL demonstra que Otelo é o «número 1» na memória dos portugueses, com 57,6 por cento do total de respostas, seguido de António de Spinola, com 33,8 por cento, Costa Gomes (15,9 por cento), Vasco Lourenço (14 por cento) e Vasco Gonçalves com 11,8 por cento. Mário Soares e Álvaro Cunhal foram escolhidos por 11,8 e 6,3 por cento dos inquiridos, respectivamente.

De referir que 70,2 por cento dos portugueses acha que a Revolução foi positiva ou muito positiva e, 16 anos depois de Abril, continua a considerar como principais benefícios então adquiridos a liberdade, o desenvolvimento, a democracia e o fim da guerra em África.

Contrastando com tudo isto há a referir a situação em que se encontram os «capitães de Abril»: 16 anos depois quase todos pediram passagem à reserva, porque a instituição militar, «conservadora por natureza», não lhes perdoou. E os que mantêm a farda estão em cargos simbólicos, como Salgueiro Maia, por exemplo, agora bilbiotecário na Escola Prática de Cavalaria de Santarém - exactamente de onde comandou as tropas que tomaram o Quartel do Carmo e receberam a rendição de Marcelo Caetano. **Págs. 2, 3, 4, 6, 16, 17, 18 e 19**

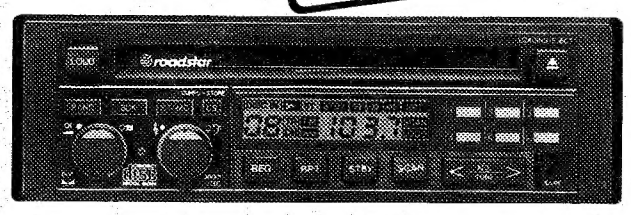
Greve da CP recomeça na 5.ª-feira

Foram curtas as «tréguas» dos maquinistas da CP ao Governo. Voltam a realizar uma greve parcial a partir das 5 horas da madrugada de quinta-feira, esgotado que consideram estar o tempo concedido para o novo ministro das Obras Públicas e Transportes ter desbloqueado o conflito que opõe, há vários meses, aqueles profissionais à CP. O novo titular desta pasta, recorde-se, foi empossado ao fim da manhã. Num gesto pouco comum no movimento sindical nacional, o Sindicato dos Maquinistas tinha suspenso a última greve parcial, pouco depois de a ter iniciado, para dar um «voto de confiança» a Ferreira do Amaral, que substituiu Oliveira Martins nesta área governamental. «Não estamos dispostos a adiar mais a greve sem que o ministro Ferreira do Amaral mostre vontade de resolver o conflito», disse Vargas Ramos, da direcção do sindicato. Os maquinistas da CP, que têm vindo a adoptar «diferentes formas de luta» que complicam a capacidade de criar serviços alternativos à companhia, e desgastam a paciência dos utentes, realizam esta nova greve só em «dias pares», até 10 de Maio. Pode imaginar-se a complicação que isso vai gerar. Os profissionais pretendem a correcção salarial de 1989 de acordo com a inflação verificada, a resolução definitiva do processo de reformas e a negociação do regulamento de carreiras.

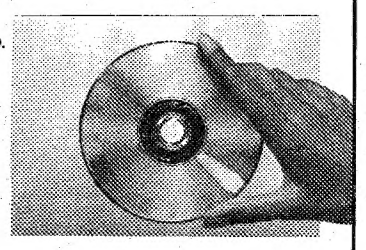
roadstar®

AUTO-HiFi

COMPACT disc DIGITAL AUDIO



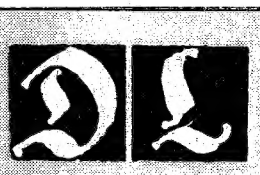
Auto-rádio stéreo, c/ leitor de disco compacto. OM, OL, FM e FM stéreo e sintonização computorizada (Compu Store).



Representante em Portugal:
SOC. DE REP. SANTOS, GUIMARÃES & OLIVEIRA S.A.
Porto ☎ 9515003 • Lisboa ☎ 77 78 24

DPA

RFA dá paridade ao marco da RDA Cedendo a pressões da República Democrática Alemã, o governo de Bona concordou em converter a moeda alemã oriental em marcos alemães ocidentais, à taxa de cambio de um-para-um, para os salários, pensões de reforma e poupanças até 4 000 «*ostmarks*». Hoje os chefes de Governo dos dois Estados alemães, Helmut Kohl e Lothar de Maziére, reúnem-se em Bona para conversações centradas na reunificação alemã. **Pág. 10**



Chernobyl: 14 mil pessoas vão ser evacuadas
Pág. 11

Líbano deve libertar mais reféns esta semana
Pág. 10

Lotaria Popular
1.º - 424 696
2.º - 476 354
3.º - 61 088
4.º - 481 093
Pág. 13

Hoje: Suplemento de Economia

Otelo Saraiva de Carvalho é quem melhor protagoniza a liberdade que os militares nos deram (ou aprontaram) no 25 de Abril. Revolução para uns, golpe de Estado para outros, mas indiscutivelmente positiva para a maioria dos portugueses, que também preferem a democracia à ditadura e a república à monarquia

A força da liberdade

GRANDE ANGULAR

Dezasseis após o 25 de Abril, as personalidades que os portugueses mais identificam com o movimento que derrubou Marcelo Caetano são, indiscutivelmente, Otelo Saraiva de Carvalho, António de Spínola, Costa Gomes, Vasco Lourenço, Vasco Gonçalves e Mário Soares.

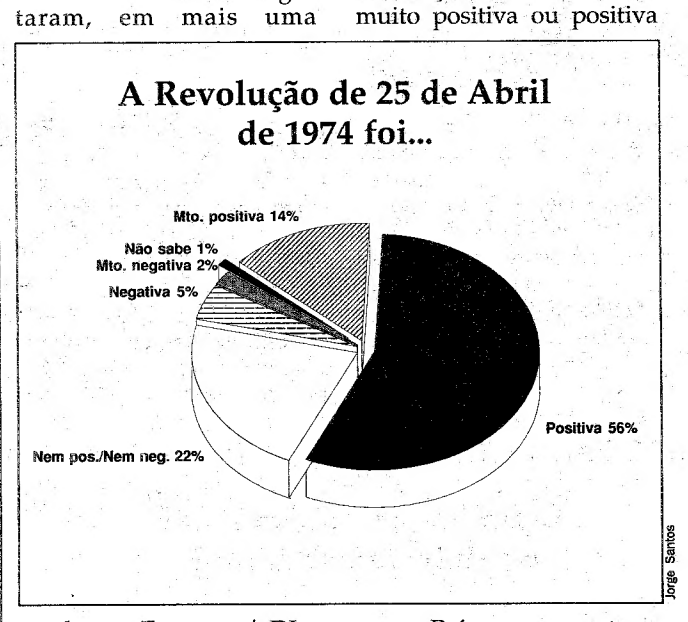
Todos estes nomes registaram, em mais uma sondagem Euroteste/«DL», percentagens globais superiores a 10 por cento do total acumulado das respostas a uma pergunta desdobrada, que pretendeu aferir qual o «primeiro» e o «segundo» nomes das figuras que os portugueses mais identificam com o 25 de Abril.

Um movimento classificado como revolução por 39,7 por cento dos inquiridos, contra 34,2 por cento que o vêem como um golpe de Estado e 20 por cento que o definem como um levantamento militar.

Na memória dos portugueses, Otelo Saraiva de Carvalho é o «número 1» da Revolução, com 57,6 por cento do total das respostas, seguido por António de Spínola com 33,8 por cento, Costa Gomes com 15,9 por cento, Vasco Lourenço com 14 por cento, Vasco Gonçalves com 11,8 por cento e Mário Soares com 11,4 por cento.

Uma sondagem que também nos revela que 70,2 por cento dos portugueses residentes nas regiões da Grande Lisboa e do Grande Porto consideram que a Revolução do 25 de Abril foi muito positiva ou positiva para o País, porque nos trouxe a liberdade, o desenvolvimento, a democracia e o fim da guerra em África.

Por isso, não surpreende que 83,6 por cento dos inquiridos tenham manifestado a sua preferência por viverem numa república, enquanto modelo de organização do Estado, tal como não admira que 97,1 por cento destes mesmos portugueses tenham escolhido a democracia como o sistema político que mais lhes agrada.



Nem todos foram esquecidos

A classificação do movimento que derrubou o regime de Marcelo Caetano, em 25 de Abril de 1974, partiu em três blocos as respostas dos inquiridos. De facto, enquanto 39,7 por cento das pessoas optaram por classificar esse movimento como uma revolução, 34,2 por cento definiram-no como um golpe de Estado e 20 por cento vêem-no como uma levantamento militar.

Para além destes resultados, resgistaram-se ainda 1,2 por cento do total das respostas a definirem aquele movimento como uma intervenção estrangeira e 4,6 por cento de inquiridos que não souberam ou não quiseram responder à pergunta.

Entre os que encaram o 25 de Abril como uma revolução, nota-se que as mulheres (43 por cento) defendem essa opinião com muito maior expressão do que os homens (35,7 por cento), tal como os mais novos (54,7 por cento) em relação ao grupo etário dos 35 aos 54 anos (34,4 por cento) ou a classe média (48,2 por cento) em comparação com a classe baixa (29,1 por cento). Bastante diferente é o posicionamento relativo dos que classificam o 25 de Abril como um golpe de Estado, opinião que recolhe idêntica expressão entre homens e mulheres, mas que regista uma nítida discrepância entre o escalão etário dos 35 aos 54 anos (40,1 por cento) e o das pessoas mais novas (25,3 por cento), tal como entre a classe baixa (43,2 por cento) e a classe alta (25,8 por cento).

Por seu turno, e entre os que identificam o movimento que derrubou Marcelo Caetano como um levantamento militar, vê-se que é uma opinião bem mais expressiva entre os homens (23,6 por cento) do que nas mulheres (17 por cento), recolhendo um máximo de adesões no escalão dos mais velhos (26,3 por cento) e na classe alta (29,9 por cento) e registando os mínimos entre os mais novos (13,2 por cento) e na classe média (13,2).

Otelo é o paradigma

Esta sondagem Euroteste/«DL» tentou, em seguida, auscultar dos portugueses quais as personalidades que estes mais identificam com o 25 de Abril, isto é, as pessoas que nele estiveram mais envolvidas, em termos do seu planeamento e execução.

Assim, de uma lista de 20 nomes de militares e políticos, a figura que os portugueses mais recordam associada ao 25 de Abril é Otelo Saraiva de Carvalho, que recolheu 42,8 por cento do total das respostas, muito acima de António de Spínola, com17,8 por cento, ou de Mário Soares, com apenas 2,9 por cento.

Curiosamente, personalidades como Costa Gomes ou Vasco Lourenço não recolheram mais do que 1,7 e 1,8 por cento, respectivamente, do total das respostas, enquanto outras figuras como Melo Antunes, Mário Tomé, Diniz de Almeida, Galvão de Melo, Pinheiro de Azevedo, Salgueiro Maia ou Victor Alves cairam praticamente no esquecimento dos portugueses.

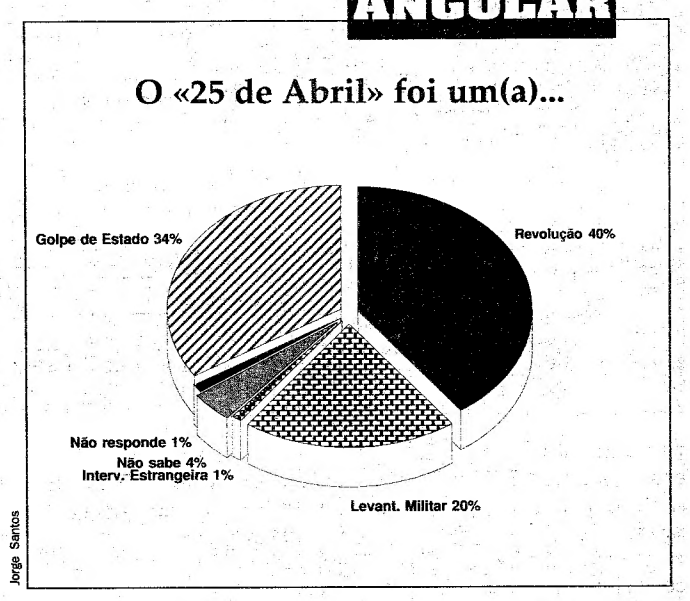
É que esta pergunta foi desdobrada em três, razão por que, em seguida, se perguntou às mesmas pessoas qual o segundo nome que mais recordavam dessa lista de personalidades. E, aqui, surge António de Spínola à cabeça, com 11,8 por cento do total das respostas, Otelo Saraiva de Carvalho com 8 por cento, Costa Gomes com 7,9, Vasco Lourenço com 7 e Vasco Gonçalves com 4,2 por cento, enquanto as restantes personalidades continuaram a registar percentagens quase sem expressão. Casos de Álvaro Cunhal (2,1 por cento), Rosa Coutinho (1,9 por cento), Jaime Neves (1,8 por cento) ou Zeca Afonso (0,3 por cento).

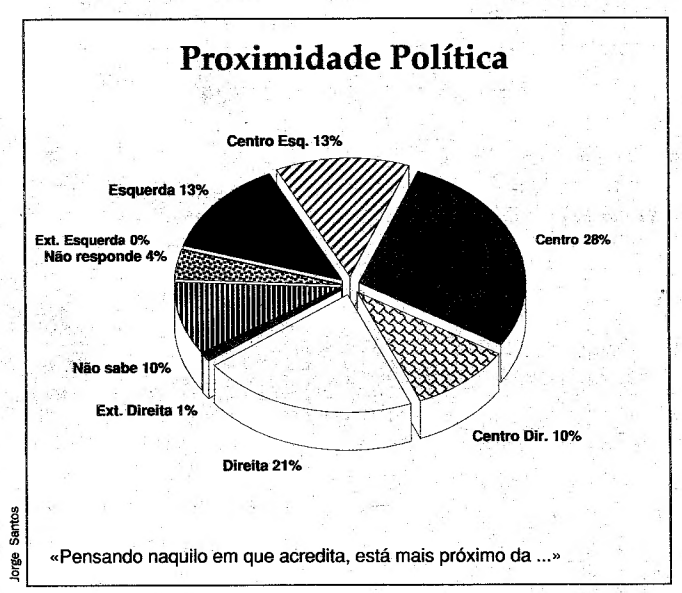
Por último, e para lá dos dois nomes escolhidos pelos inquiridos nos dois primeiros desdobramentos desta questão, os entrevistadores perguntaram, ainda, que outros nomes as pessoas recordavam associados ao 25 de Abril.

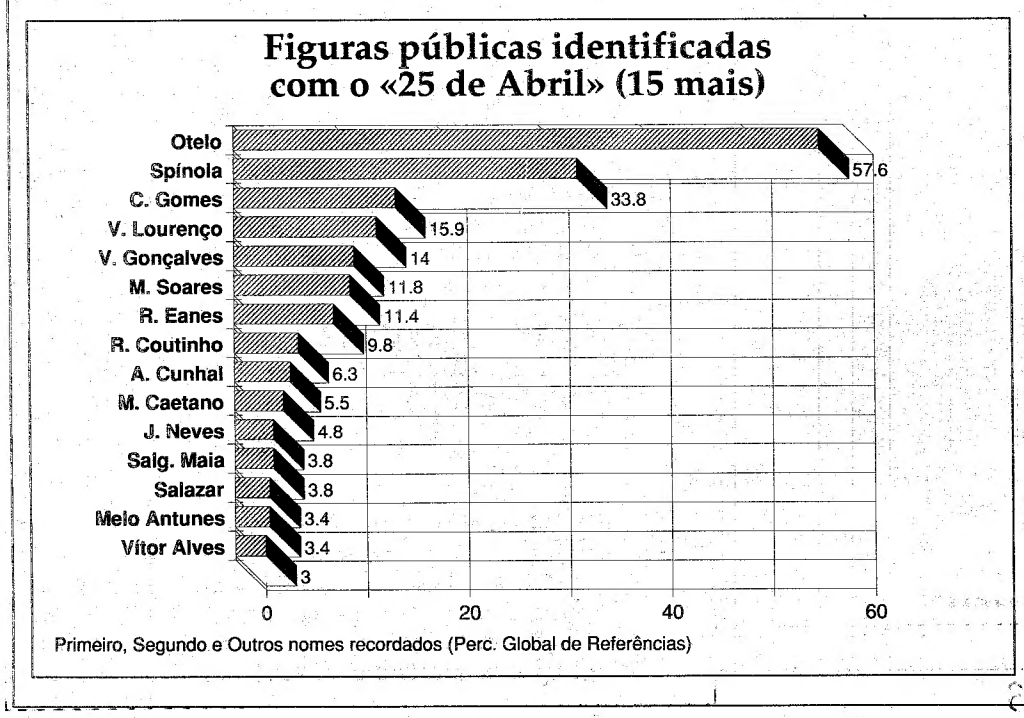
Os resultados mostram que Otelo Saraiva de Carvalho retoma novamente a liderança (6,8 por cento), seguido de Costa Gomes e de Vasco Gonçalves (ambos com 6,3 por cento), Vasco Lourenço com 5,1 por cento, Spínola com 4,2 por cento e Ramalho Eanes com 4,1 por cento.

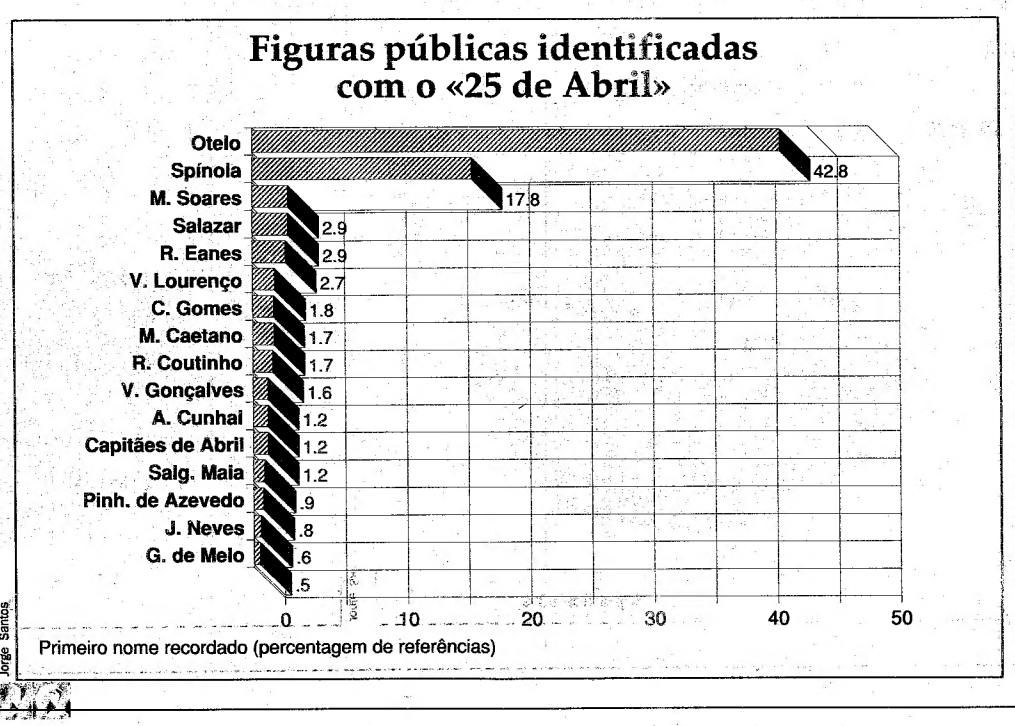
Nesta «repescagem», Mário Soares regista 4,9 por cento do total das respostas,Victor Alves 2,6 por cento e Salgueiro Maia 1,5 por cento.

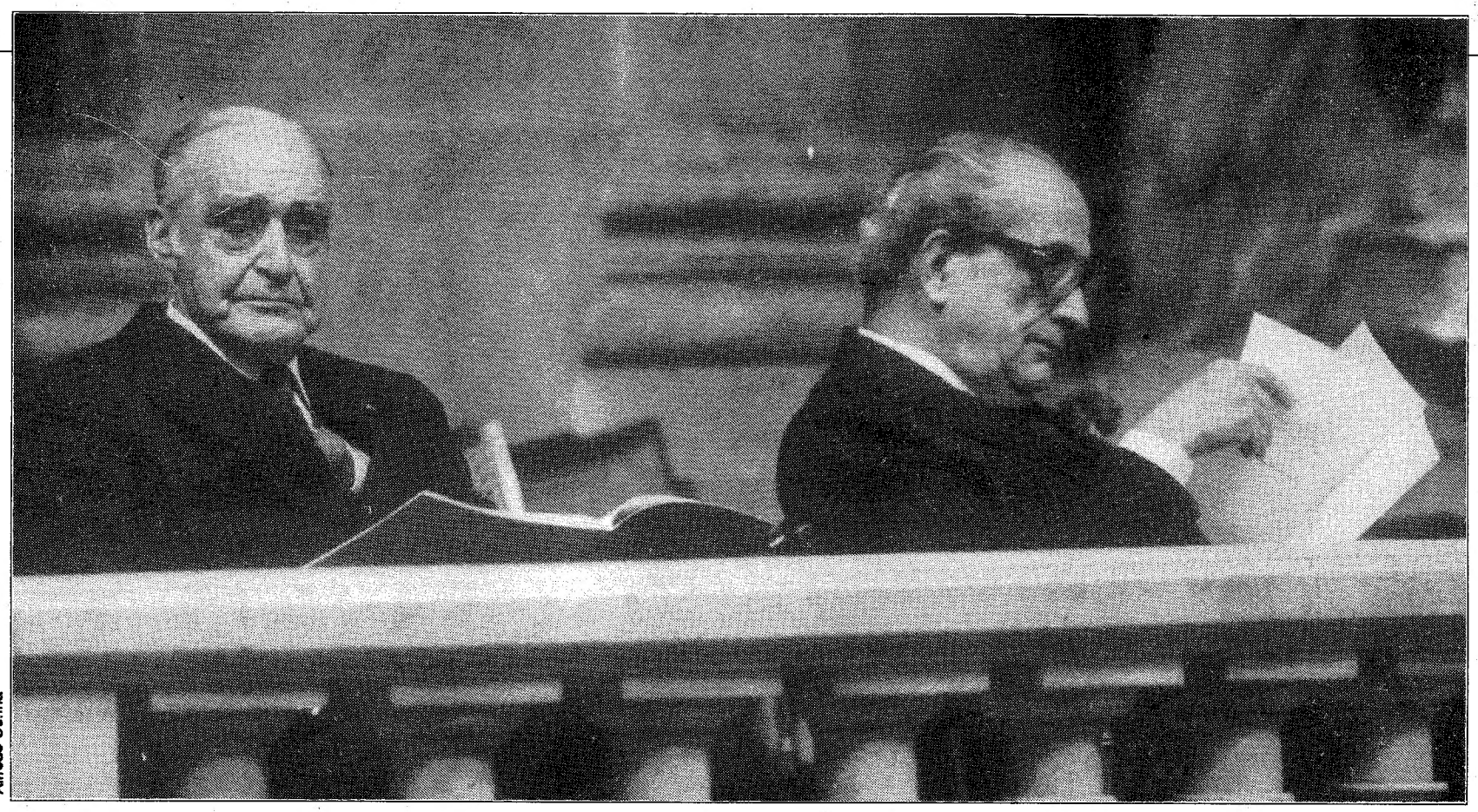
De salientar, também, que, em relação ao nome mais











Alfredo Cunha

paradigmático, o de Otelo, escolhido por 42,8 por cento dos inquiridos, se nota uma nítida discrepância entre a «memória» dos mais velhos, com 55 anos ou mais (51 por cento) e a dos mais novos, dos 18 aos 24, com apenas 33 por cento. Um nome identicamente retido pelos homens ou pelas mulheres, mas muito mais recordado pela classe média (52,5 por cento) do que pela classe baixa (34,3 por cento).

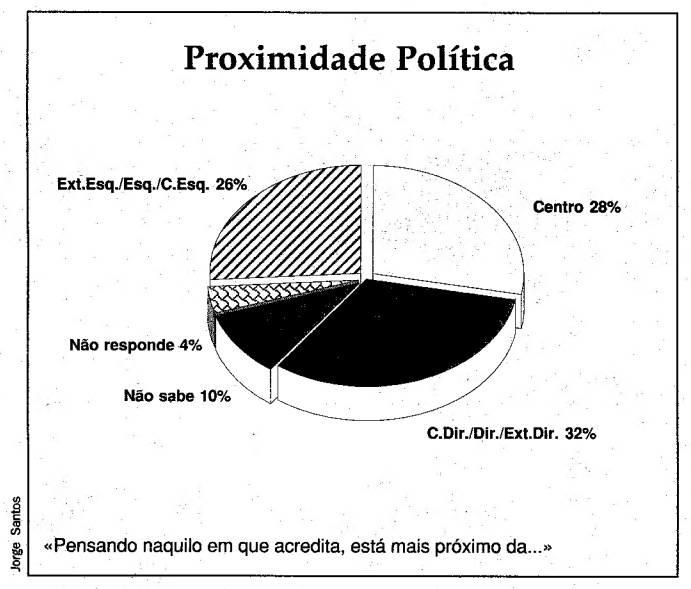
Em relação ao «segundo» nome, António de Spínola, vê-se também que ele tem tantos adeptos nos homens como nas mulheres, registando um máximo de recordação no escalão dos 35 aos 54 anos (24,6 por cento) e um mínimo entre os mais novos (5,9 por cento). Por estratos sociais, o nome de Spínola recolhe a máxima expressão na classe baixa (20 por cento) e a mínima na classe média (14,8 por cento).

Uma revolução positiva

Interpelados sobre se a Revolução do 25 de Abril foi positiva ou negativa para o país, 56,4 por cento dos inquiridos responderam que ela foi positiva, contra apenas 5,2 por cento que a consideram negativa.

Mais radicais, 13,8 por cento que a classificam como muito positiva, contra 2 por cento que a reputam de negativa. Pelo meio, 21,5 por cento de respostas «neutras», de quem considera que o 25 de Abril não foi positivo nem negativo, e 1 por cento de pessoas que não souberam responder à questão.

Entre os adeptos moderados da Revolução há um empate entre homens e mulheres mas, por idades, regista-se um máximo de adesão no escalão dos 18 aos 24 anos (68,9 por cento) e um mínimo no escalão dos 55 anos ou mais (47 por cento).



Por estratos sociais, a classe baixa (60,8 por cento) distancia-se da classe média (51 por cento), ainda que apenas com 1,8 pontos de diferença da classe alta (59 por cento).

E para os que vêem o 25 de Abril de forma negativa, constata-se que não há diferenças entre homens e mulheres mas, significativamente, nenhum dos inquiridos pertencentes ao escalão dos 18 aos 24 anos aderiu a esta opinião, mais expressiva entre as pessoas dos 35 aos 54 anos (8,2 por cento).

Instadas a justificarem a sua opinião positiva sobre a Revolução, em confronto com um conjunto de 12 respostas possíveis, as pessoas responderam cumulativamente do seguinte modo: 65,2 por cento porque «trouxe liberdade», 17,2 por cento porque deu «mais Democracia», 12,2 por cento porque proporcionou o «desenvolvimento económico», 11,2 por cento porque «acabou com a Ditadura», 11 por cento porque melhorou o «nível de vida», 10,9 por cento porque «acabou com o fascismo» e 10,8 por cento porque pôs «fim à guerra de África».

Neste conjunto justificativo, o facto de o 25 de Abril nos ter trazido «mais justiça» ou mais «alegria» recolheu, respectivamente, 6,8 e 6,5 por cento de respostas, a «abertura de ideias» registou 8,5 por cento, a «abertura à Europa» 4,8 por cento e os «maiores benefícios para os trabalhadores» pontuaram 4 por cento.

A imagem negativa

Mas como não há rosas sem espinhos, os 28,3 por cento da minoria de inquiridos (7,2 por cento do total) que classificam negativamente o 25 de Abril justificam a sua opinião com o «menos respeito» - 39,2 por cento - consequente à Revolução, ou com o facto de anteriormente se «viver melhor» - 28,7 por cento. Outras razões apontadas são a «descolonização» - 21,2 por cento -, a «crise de autoridade» - 19,6 por cento -, «ficar sem África» - 20,4 por cento -, e 32,7 por cento que alegam outras razões não especificadas.

No que respeita à insegurança, as mulheres (36,3 por cento) sobressaem em relação aos homens (18,8 por cento), tal como o escalão dos 35 aos 54 anos (38,8 por cento) em comparação com o escalão dos mais velhos (16,2 por cento). Por estratos sociais, a classe média (33,7 por cento) sentiu muito mais esta insegurança do que a classe baixa (20 por cento).

Em relação aos que alegam que antes se «vivia melhor», os homens (31 por cento) são mais expressivos que as mulheres (26,7 por cento), discrepância que atinge o seu máximo entre o escalão etário dos 25 aos 34 anos (40,1 por cento) e o escalão dos 35 aos 54 anos (18,6 por cento), tal como entre a classe alta (44,7 por cento) e a classe baixa (30,1 por cento).

Neste contexto perguntou-se, depois, se duas das consequências do 25 de Abril, o fim da guerra em África e a descolonização, foram, ou não, positivas.

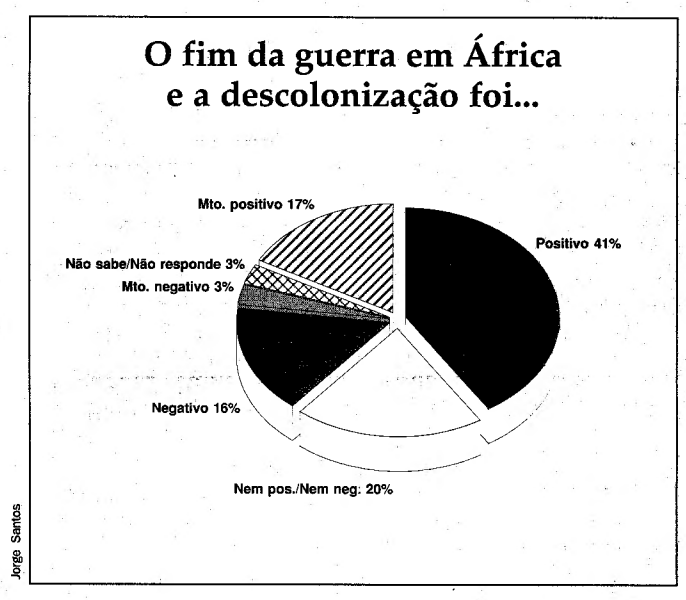
Os resultados mostram que esses acontecimentos foram positivos para 58,3 por cento dos inquiridos, contra 19,7 por cento que os consideram negativos. «Neutros», ficaram outros 19,7 do total dos entrevistados, numa pergunta que registou apenas 2,3 por cento de respostas de pessoas que alegaram não saber ou não querer responder.

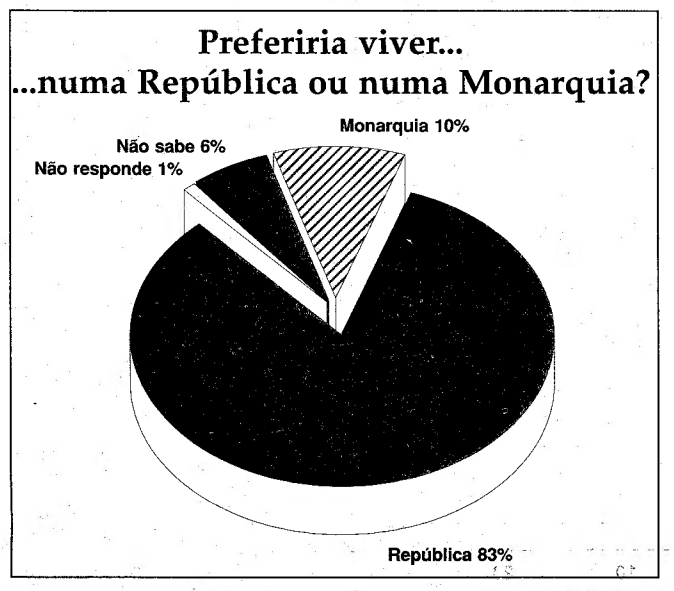
Curiosamente, entre os que reconhecem o fim da guerra em África e a descolonização como acontecimentos positivos, vê-se que são os que mais os valorizam.

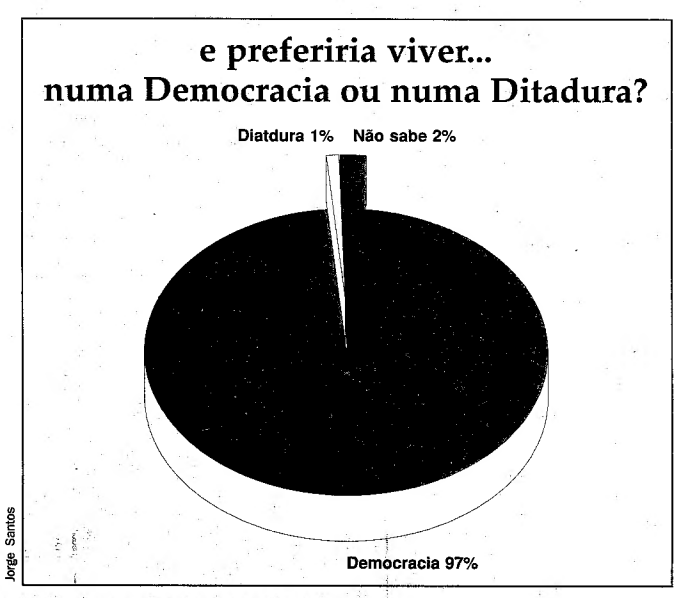
Posto isto, a sondagem quis ainda saber qual o modelo de organização do Estado em que os portugueses mais gostariam de viver, ou seja, numa República ou numa Monarquia. E aqui, a esmagadora maioria dos entrevistados (83,6 por cento) manifestaram a sua preferência pela República, contra 10,1 por cento que optaram pela Monarquia. Indecisos, apenas 6,3 por cento dos inquiridos.

E se bem que entre os adeptos da República se constate um harmonioso equilíbrio de percentagens entre sexo, idade e classes sociais, tudo na ordem dos 80 e poucos por cento, já o mesmo não acontece entre os adeptos da Monarquia, opinião mais expresiva entre os homens (12 por cento) do que nas mulheres (8,5 por cento), tal como nos mais novos (13,7 por cento) em comparação com os mais velhos (7,7 por cento), ou na classe alta (14,1 por cento) em contraponto com a classe baixa (6,9 por cento). Por último, esta sondagem tentou também aferir qual o sistema político que mais agrada aos portugueses: a democracia ou a ditadura.

E, de forma totalmente esmagadora, 97,1 por cento dos inquiridos pronunciaram-se a favor da democracia, contra apenas 0,8 por cento a defenderem a ditadura. À resposta, esquivaram-se 2,1 por cento dos entrevistados







Ficha técnica

Amostra - Constituída por 303 entrevistas telefónicas a maiores de 18 anos residentes nas regiões da Grande Lisboa e do Grande Porto, executadas por seis entrevistadores entre os dias 16 e 18.

Margem de erro - De mais ou menos 5,7 por cento, a 95 por cento de probabilidade.

Ventilações - 1ª ventilação: sexo, idade, classe; 2ª ventilação: região, habitat; 3ª ventilação: posicionamento político (da extrema esquerda à extrema direita).

REVISTA DE IMPRENSA

Colóquio/DL: o olhar dos outros

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos.**
Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.**
Secretário-geral: **Jorge Galamba.**

Director **Mário Mesquita**
Directora-adjunta **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira

Coordenadores de Secção:
António José Teixeira, Eurico Vasconcelos, João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Guiomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão

Repórter-coordenador:
Adelino Cardoso

Redactor-paginador
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Alves Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, Augusto Vilela, Carlos Camponez, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes da Redacção: **Alessandra Balsamo, Daniel Oliveira, Francisco Paraíso, Isabel Joyce, Jorge Fallorca e Roby Amorim.**

Cartoonistas: **António Alfredo e José Bandeira**

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador), **Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro**

Paginadores:
Antonieta Teixeira, José António Carvalho, Jorge Santos, Pedro Pessoa, Óscar Figueiredo e Ricardo Magalhães

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutello

Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador), **António Lima e Maria Helena Matos**

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Canteiro

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP - Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 60$00; na Madeira, 75$00; nos Açores, 85$00.

PORTE PAGO

Equívoco ou ficção?

«Os tempos são outros. Passaram os anos quentes dos golpes e contragolpes que inundavam as páginas dos jornais e angustiavam o País. O ardor político foi substituído gradualmente pelo pragmatismo tecnocrático, ágil e cauteloso. Alguns dos mais fogosos militantes do «catecismo» marxista-leninista apresentam-se hoje como respeitáveis protagonistas do mais típico liberalismo e defensores convictos da economia de mercado.

Ao ouvi-los tem-se a sensação de que o passado foi um equívoco ou uma ficção.»

Dinis de Abreu,
«Diário de Notícias»
(19 de Abril)

Ideologia?
Em parte nenhuma!

O reencontro aparentou-se a uma reunião de família: aplainaram-se as arestas, os ânimos e as paixões perderam a cor. Durante os três dias do colóquio, embora nem todos tivessem as mesmas opiniões, as divergências suscitaram pouca verve polémica. Como sugeriu Medeiros Ferreira na sessão de fecho, o panorama político tornou-se cada vez mais consensual e o debate ideológico encontra-se agora fora de moda: «É espantoso que os jornalistas não vejam mais ideologia em parte nenhuma.»

A respeito dessa tepidez surgiram situações curiosas. Por exemplo: os vários actores da revolução, militares e civis, estiveram sobretudo do lado da plateia, enquanto no palco se encontravam os jornalistas, que em 74 e 75 eram os espectadores desses acontecimentos.

Sérgio Tréfaut,
no «Semanário»
(21 de Abril)

Subtileza sonsa...

Marcel Niedergang, jornalista do «Le Monde», aludiu à *subtileza sonsa* da repressão salazarista, que levou a que se desconhecesse a realidade portuguesa muito mais do que a espanhola. Portugal tinha caído no esquecimento.

«Expresso» (21 de Abril)

«Aprendi a enganar-me...»

Dominique Pouchin, por seu lado, fala do que aprendeu:

«O *25 de Abril* ensinou-me duas coisas: ensinou-me, sobretudo, a enganar-me, que é uma coisa que temos que aprender mais tarde ou mais cedo, e eu aprendi aqui.»

Carlos Vaz Marques,
«O Jornal», (19 de Abril)

Ausência das grandes potências...

(...) «O deputado António Barreto (...) considerou «estranho o envolvimento relativamente pequeno das grandes potências na Revolução portuguesa.»

«Diário de Notícias»,
(18 de Abril)

Magnetizaram a sala...

«Excepção feita de Diana Adringa («Diário de Lisboa») e de Adelino Gomes («Público»), que magnetizaram rapidamente a sala, a participação dos jornalistas portugueses no debate não foi muito feliz. Choveram lugares-comuns e frases feitas. Vento.»

Sérgio Tréfaut,
«Semanário» (21 de Abril)

Retomar a casa de Verão...

«Medeiros Ferreira pôs a tónica da sua interpretação dos acontecimentos, no facto de as classes dirigentes do antigo regime não terem querido assumir a responsabilidade da descolonização para, mais tarde, pensarem «que era tempo de retomar a casa de Verão...»

«Diário de Notícias»,
(20 de Abril)

Uma referência chamada Eusébio...

O jornalista soviético Vadim Poliakovsky autocriticou-se ontem pela forma como tratou o Partido Socialista e o seu líder de então, Mário Soares, quando em 1974 esteve no nosso país a fazer a cobertura dos acontecimentos que se seguiram à Revolução do dia 25 de Abril.

Para Poliakovsky foi «natural» a ocorrência destes «equívocos», dada a ignorância que havia por parte dos jornalistas estrangeiros sobre a realidade e História portuguesas. «Até eu e os meus colegas tivemos dificuldade em explicar ao povo soviético o que era Portugal antes e depois da ditadura». Segundo disse, Eusébio era das poucas referências portuguesas no seu país.

(...) Teotónio de Almeida, professor da Universidade de Brawn, e autor de uma das comunicações feitas, deu múltiplos exemplos sobre o esquematismo, a falta de rigor e isenção dos trabalhos jornalísticos na altura publicados nos Estados Unidos.

Nenhum dos jornalistas americanos presentes sentiu, todavia, necessidade de se penitenciar.

Maria Manuel Costa,
«O Diário», (20 de Abril)

Autoflagelação

«Carlos Gaspar e Álvaro Vasconcelos tiveram intervenções subtis e prudentes nos comentários que fizeram à bizarra autoflagelação de Vadim Poliakovsky. Era de certo modo difícil comentar as afirmações patéticas de um ex-marxista-leninista que já não sabe o que há-de ser. Os comentadores acabaram por explicá-lo ao citar uma revista oficial soviética que, ao falar de Portugal, é mais cavaquista do que Cavaco.»

«Soares - nunca fomos tão felizes», por Sérgio Tréfaut
(21 de Abril)

Confissões voluptuosas...

O que foi «batalha ideológica» é «hoje troca de culturas», sintetiza Mário Mesquita. «Não há neutralidade possível quando está em causa a democracia, a liberdade de expressão. Aliás este colóquio é um acto de empenhamento».

Abril foi a grande rebentação da subjectividade, daí o fascínio das suas utopias, a inconsistência das suas âncoras; a forma que dele se projectou foi a que a comunicação social lhe imprimiu - diversificada até ao contraditório.

Num colóquio sobre os «media internacionais» (detestável expressão), ela, a subjectividade, tornou-se um rio solto a marcar intervenções, a abrir críticas (autocríticas) e, quase, a provocar heresias.

A Joaquim Letria coube uma das confissões mais voluptuosas: «O 25 de Abril deu para tudo. Havia uma grande ingenuidade, todos nós pensávamos que podíamos construir todos os nossos sonhos. Daí ele ter atraído tantos jovens de tantos países!»

Fernando Dacosta,
«Público», (20 de Abril)

4 POLÍTICA DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20 DE ABRIL DE 1990

Portugueses foram os precursores das actuais transformações políticas

— disse Mário Soares no colóquio

O Presidente da República sustentou ontem

o diário

19/4/90

25 de Abril tem sonhos ainda por realizar

— afirma

Afirma Mário Soares
25 de Abril deu origem à queda do muro de Berlim

Mário Soares e Rueta Ramos durante a sessão de encerramento do colóquio promovido pelo «DL» sob o tema «O 25 de Abril revisitado pelos média internacionais»

Soares no colóquio «DL»

ACTUALIDADE

Jornalistas de Abril de regresso à terra da alegria

O 25 de Abril revisitado pelos media internacionais

21 ABR 90 • SEMANÁRIO • PÁGINA 17

POLÍTICA

Muit se em Lisboa para recordar o 25 d trangeiros. Uma tensão silenciosa de de outro colóquio, não sobre mente ditos.

COLÓQUIO/«DL», «25 ABRIL REVISIT

Soares — nunca fomos tão fel

Em Abril de 1974, repórteres de todos os continentes embarcaram em Lisboa para contar a tores o sava neste pequeno praticamente nunca falado. Dezasseis anos o colóquio «O 25 de A sitado pelos media in nais», promovido pelo de Lisboa», reuniu esta alguns dos jornalistas

18 de Abril de 1990

NACIONAL

Couto dos Santos no colóquio do «DL»

Não há 25 de Abril se Timor não for livre

O ministro adjunto e da Juventude, Couto dos Santos, considerou «em curto espaço de tempo terem lutado «em 1974 e 1975 contra a ditadura pedagógico dos «media» nacionais e, em especial, da Imprensa», salie

CONSELHO

Soares destaca prestígio de Portugal

«25 DE ABRIL» CHAMOU POVOS À LIBERDADE

4 Política Economia

25 DE ABRIL NÃO ESTARÁ CUMPRIDO ENQUANTO TIMOR-LESTE NÃO FOR LIVRE

— disse o ministro Couto dos Santos

4 POLÍTICA DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18 DE ABRIL DE 1990

Soares revisita 25 de Abril 'inspirador'

Abril contribuiu para mudar política na Europa de Leste e resto do Mundo

— sublinhou Couto dos Santos em colóquio sobre a Revolução

MÁRIO SOARES NO COLÓQUIO SOBRE «O 25 DE ABRIL REVISITADO...»

«Os cravos não murcharam»

Diário de Lisboa

«Grande parte da mitologia socialista está em destruição mas também em criatividade», disse ontem o Presidente da República, ao intervir na sessão final do colóquio sobre o «25 de Abril revisitado»

Colóquio "DL"

Como os estrangeiros viram Abril

Nuno Ferreira

No Forum Picoas, em Lisboa, durante três dias, jornalistas

«Não temos nenhuma razão para sermos modestos ao avaliar o 25 de Abril. Não devemos ter complexos nem devemos apoucar o 25 de Abril...

«A revolução portuguesa foi a primeira na Europa do pós-guerra que libertou um país de uma ditadura...

«A democracia em Portugal e em Espanha (país onde a revolução portuguesa teve muita importância) foram importantes nos processos democratização...

cracia após o 25 de

POLÍTICA

Veto presidencial deixa PSD isolado

Enquanto os partidos de oposição se congratulam com o veto do Presidente da República à Lei da Alta Autoridade da Comunicação Social, o PSD afirmou já em comunicado que não encontra na mensagem presidencial «argumentos novos que não tivessem já sido utilizados no debate parlamentar e que tivessem sido suficientemente ponderosos ao ponto de levar a AR a consagrar solução diferente daquela que foi encontrada».

Confundindo a sua maioria parlamentar em toda a AR, o PSD pretende deste modo dar a entender que vai insistir na Lei, argumentando estar em causa um veto político e não a constitucionalidade da Lei.

Pela voz de Arons de Carvalho, o PS, depois de considerar «correctíssima» a posição do Presidente da República, sublinha que o veto presidencial poderá ser aproveitado pelo PSD «para mostrar uma face dialogante e uma abertura em relação a todos os protestos de múltiplos sectores sobre esta matéria».

Mas porque o PSD «se mostra já fechado em relação a qualquer reconsideração do diploma», o PS adverte de que «assim que houver uma nova maioria na AR», modificará esta Lei, nomeadamente nos pontos que lhe parecem mais graves.

Narana Coissoró, em none do CDS, considera que o PR atendeu aos principais pontos que dividiam o Governo e a bancada dfo PSD da oposição, sublinhando que o PSD «tem agora oportunidade de atender aos pontos de vista da oposição aos quais se mostrou cego até aqui», a não ser «que queira agora fazer oposição ao seu próprio candidato presidencial, cujas qualidades tanto tem propagandeado».

Para o PCP «foram ouvidas as vozes que protestaram contra o texto da Lei». A opinião é expressa por José Magalhães. Se o PSD não mudar a sua posição, considera o deputado comunista, «será um caso extremo de surdez e de falta de lucidez política ao criar um conflito com o Presidente em torno disto». Entretanto, da reunião do Conselho de Comunicação Social marcada para hoje, deverá sair uma «definição de posição« quanto ao veto do Presidente da República.

A título pessoal, Artur Portela, presidente daquele órgão, embora ressalvando que ainda não tinha estudado a fundamentação do veto, disse crer que as razões do PR «correspondem às críticas generalizadas» com as quais está de acordo.

«Por um lado pretende-se criar um órgão que defenda a independência da Comunicação Social e o decreto através do qual se pretende criá-lo não garante condições de independêncdia da escolha dos seus membros. Por outro lado, pretendendo constituir um órgão que prestigie a Comunicação Social, reduzem-se gravemente os poderes dos conselhos de Redacção, além de não se garantir efectivamente a presença de representantes dos jornalistas nesse mesmo órgão». Artur Portela sublinha ainda que, sem que isso decorra necessariamente da revisão constitucional, «extingue-se um órgão tão útil e prestigiado como é o Conselho de Imprensa».

Quanto ao Sindicato dos Jornalistas «congratula-se vivamente» com a decisão do Presidente da República (ver última página) e afirma que «prosseguirá a sua luta».

O veto da Lei sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social é o primeiro veto político efectuado este ano pelo Presidente da República e o sexto desde que iniciou funções como Chefe de Estado. O impacte desta Lei ultrapassou já fronteiras, tendo suscitado a reprovação de várias entidades estrangeiras, entre elas as organizações sindicais internacionais dos jornalistas - a FIJ e a OIJ -, o provedor de Imprensa da Suécia, o «Press Council» britânico, o «Ontário Press Council», do Canadá, o «Press Council da Índia», e o Conselho de Imprensa dos jornalistas suiços.

Redacção «DL»\Lusa

Novos governantes tomaram posse

O Presidente da República conferiu ao fim da manhã posse, no Palácio de Belém, aos novos ministros das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) e do Comércio e Turismo, e aos secretários de Estado dependentes das duas pastas. À cerimónia assistiram o presidente da Assembleia da República, o primeiro-ministro, membros do Governo e outras personalidades. Esta tomada de posse concretiza a décima remodelação do Executivo que resultou das eleições legislativas de 1987.

Ferreira do Amaral e Faria de Oliveira foram empossados ao fim da manhã nos cargos de ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Comércio e Turismo, respectivamente, e, com eles os sete secretários de Estado de ambas as pastas. Ferreira do Amaral, que transitou do Comércio e Turismo para as Obras Públicas, Transportes e Habitação, reforçou as suas competências no seio do Governo ao chamar a si o pelouro das comunicações. Faria de Oliveira volta, por seu turno, ao Governo, do qual havia saído na última remodelação, por opção de Miguel Beleza, com o qual se passará a encontrar frequentemente nas reuniões do Conselho de Ministros.

Jorge Antas, Transportes, Álvaro Magalhães, Obras Públicas, Carlos Costa, Habitação e Ponte Zeferino, adjunto do ministro, são os quatro secretários do MOPTC.

César Torres, Leite de Araújo e Neto da Silva são os novos titulares das secretarias de Estado de Turismo, Comércio Interno e Comércio Externo, respectivamente. Três caras novas neste Ministério a juntar às de Álvaro Magalhães e Ponte Zeferino, no MOPTC, igualmente estreantes em tarefas governativas.

Quanto aos novos secretários de Estado do MOPTC, Jorge Antas era adjunto do ministro do Comércio e Turismo; Álvaro Magalhães foi assessor do ministro das Obras Públicas; Carlos Costa foi secretário de Estado de Oliveira Martins até Janeiro passado; e Ponte Zeferino veio da administração do IFADAP, depois de haver sido chefe de gabinete do secretário de Estado do Tesouro.

Entre os novos secretários de Estado do Comércio e Turismo conta-se César Torres (presidente do Automóvel Clube de Portugal), Leite Araújo, que foi vice-presidente do ICEP e da Associação do Comércio Internacional; e Neto da Silva, presidente de secção do Comité Económico e Social da CEE e Euratom.

Redacção «DL»

BREVES

Carlos Pimenta aceitou convite de Cavaco

O deputado europeu Carlos Pimenta aceitou já o convite para a liderança do Gabinete de Estudos do PSD, decorrendo agora um processo de «pequenos ajustamentos», segundo fontes social-democratas revelaram ao DL. Está fora de questão, todavia, o eventual abandono do Parlamento Europeu por parte de Carlos Pimenta.

Edite propõe «policiamento» dos neologismos

A deputada socialista Edite estrela vai apresentar hoje na Assembleia da República três projectos-lei que corporizam a reacção contra os que «tendem a aceitar que o anglo-americano representa no nosso século o mesmo que o latim na Idade Média e que a legitimação científica vem só dos Estados Unidos». um dos projectos propõe a criação de uma Comissão Nacional de Terminologia Científica e Técnica junto do Conselho de Ministros, composta por 15 membros, para inventariar, rever e propôr os neologismos aceitáveis. Outro, propõe o uso obrigatório da língua portuguesa nos restaurantes, rótulos, publicidade e instruções dos computadores. O terceiro, cria uma Comissão de Terminologia na AR.

Centro Norte-Sul foi hoje inaugurado

O Centro Norte-Sul do Conselho da Europa foi esta manhã inaugurado, no Palácio das Necessidades, em Lisboa, dois anos depois de Portugal ter proposto a sua criação. Destinado a dinamizar o diálogo entre os países europeus e as nações em desenvolvimento, o Centro Norte-Sul está desde ontem reunido na capital portuguesa, considerada «uma ponte adequada para a África e a América Latina».

Portugueses de Macau ameaçados de morte

O bispo de Macau confirmou à Lusa ter recebido textos anónimos, impressos em Hong Kong, com apelos à morte dos portugueses residentes em Macau. D. Domingos Lam adiantou que os textos reclamam ainda o fim da Igreja católica no território e incluem panfletos religiosos não-católicos, redigidos em chinês.

Rui Pacheco

O presidente jugoslavo, Janez Drnovsek, durante a cerimónia de boas-vindas na Câmara de Lisboa com o presidente da edilidade, Jorge Sampaio

Considerou Mário Soares

Jugoslávia pioneira nas mudanças a Leste

O presidente da Jugoslávia conclui hoje a sua visita de Estado a Portugal com um encontro com o primeiro-ministro Cavaco Silva e uma deslocação à Assembleia da República onde se avistará com Vítor Crespo e com os líderes de todos os partidos com assento parlamentar. A deslocação de Janez Drnovsek ao Parlamento antecede a sua partida, marcada para as 17 horas.

Ontem, o Presidente português, Mário Soares condecorou o chefe de Estado jugoslavo com o colar da Ordem do Infante e recebeu a Ordem da Estrela Jugoslava, a mais alta condecoração do país. Durante a cerimónia que decorreu em Belém, o Chefe de Estado português lembrou que depois da revolução do 25 de Abril a Jugoslávia teve uma «posição muito solidária com Portugal», e falou dos encontros que manteve com o marechal Tito.

Janes Drnovsek foi ainda recebido ontem pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio que anunciou a intenção do município lisboeta de incrementar a cooperação com a cidade de Zagreb e alargar as relações com outras cidade daquele país. O presidente jugoslavo encontrou-se depois com os dirigentes do PS e PCP com quem discutiu a situação nos países de Leste, tendo expressado na altura o desejo da Jugoslávia em aderir à Comunidade Europeia.

À noite, Mário Soares, no discurso que proferiu durante o banquete oferecido em honra do seu homólogo jugoslavo, destacou o papel pioneiro daquele país nas transformações no Leste europeu.

Sobre a nova arquitectura europeia, Soares definiu, a propósito, três grandes pedras angulares: «O reconhecimento do direito à unificação das duas Alemanhas, o aprofundamento, simultâneo, do projecto comunitário dos Doze, como aglutinador de uma futura construção mais vasta alargada à Europa Central e Oriental, e a confirmação das fronteiras de 1945, conforme a acta final de Helsínquia, de 1975.

Redacção «DL»\Lusa

No 25 de Abril

«Verdes» impedem Maria Santos de falar

A eurodeputada Maria Santos não usará da palavra, pelos «Verdes», na manifestação popular do 25 de Abril, em Lisboa, por decisão tomada sábado, minoritariamente, pelo Conselho Executivo do partido - apurou o «DL» em meios ecológicos.

Uma fractura no seio do Partido Ecológico Verdes, latente até há poucos dias, abriu fendas no último fim-de-semana e revela o digladiamento entre duas linhas dentro dos «Verdes». Neste momento parece predominar a que André Martins e Isabel de Castro personificam, apoiada por alguns elementos de Lisboa, Viana, Viseu e Braga. Com a «sensibilidade» de Maria Santos e Herculano Pombo estão Lisboa, Porto, Coimbra, Alentejo , Aveiro e Algarve, entre outras secções.

Foi a linha dita «dura», entre os ecologistas, que prevaleceu na reunião do Conselho Executivo de sábado, que reuniu apenas cinco dos seus dezassete elementos. A principal decisão tomada foi a de indicar André Martins, e não Maria Santos, para representar os «Verdes» na manifestação-comício de amanhã, no Rossio.

O 25 de Abril nas ruas do País

As autarquias e associações recreativas vão , mais uma vez, desempenhar um papel muito importante nas comemorações do 25 de Abril. Sem a pompa das cerimónias oficiais, são os municípios e as populações os principais protagonistas dos festejos do dia da liberdade.

Os militares que há 16 anos, em apenas 17 horas e 45 minutos, derrubaram um regime de 48 anos de autoritarismo, afastam-se cada vez mais das comemorações.

Os jornais deram notícia do conflito entre o Governo e as chefias das Forças Armadas, que não queriam descer a Avenida da Liberdade no tradicional desfile do 25 de Abril.

O «Semanário» refere as duas razões invocadas pela hierarquia militar para justificar que o desfile não se realizasse:«ser uma cerimónia de pouco impacto devido ao curto espaço de tempo a que está sujeita, e por outro lado as despesas excessivas relativamente às dotações orçamentais das FA para 1990».

Tendo em conta o segundo argumento, o Executivo decidiu que as cerimónias militares e oficiais ficassem limitadas ao 25 de Abril e ao 5 de Outubro. Esta decisão ainda contrariou mais a hierarquia militar, que não compreende as comemorações do 25 de Abril sem as comemorações do 25 de Novembro.

Apesar das divergências, os militares vão desfilar na Avenida da Liberdade. À tarde, junto ao «Diário de Notícias» concentram-se personalidades políticas, culturais e os militares que ajudaram a fazer o 25 de Abril.

Amanhã de manhã realiza-se a tradicional parada na Praça do Império.

Um dos momentos altos das comemorações oficiais é a sessão solene na Assembleia da República, com a intervenção de todos os grupos parlamentares e do presidente do Parlamento, na presença do Governo e do Presidente da República.

Cultura, desporto e educação

Na Escola Secundária da Barquinha os professores, alunos e a autarquia organizaram uma sessão com o «capitão de Abril» Salgueiro Maia, o homem que comandou as operações no Quartel do Carmo, onde estava Marcelo Caetano.

No átrio da escola estarão expostos trabalhos dos alunos, livros, fotografias e painéis cedidos pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

A Secretaria de Estado Da Comunicação Social cedeu uma exposição «Da resistência à libertação» que contem documentos escritos e fotográficos desde 1910 até ao 25 de Abril de 1974.

A Câmara Municipal de Oeiras aproveitará as comemorações para inaugurar a ampliação da Escola Secundária nº3, em Paço de Arcos.

Após a sessão solene, os responsáveis autárquicos vão lançar a primeira pedra da Escola Primária da Quinta do Marquês de Oeiras.

Em Faro, as comemorações da revolução dos cravos são pretexto para falar de regionalização do Algarve.

O debate conta com a presença de representantes da Associação 25 de Abril, dos partidos políticos e do presidente da câmara local.

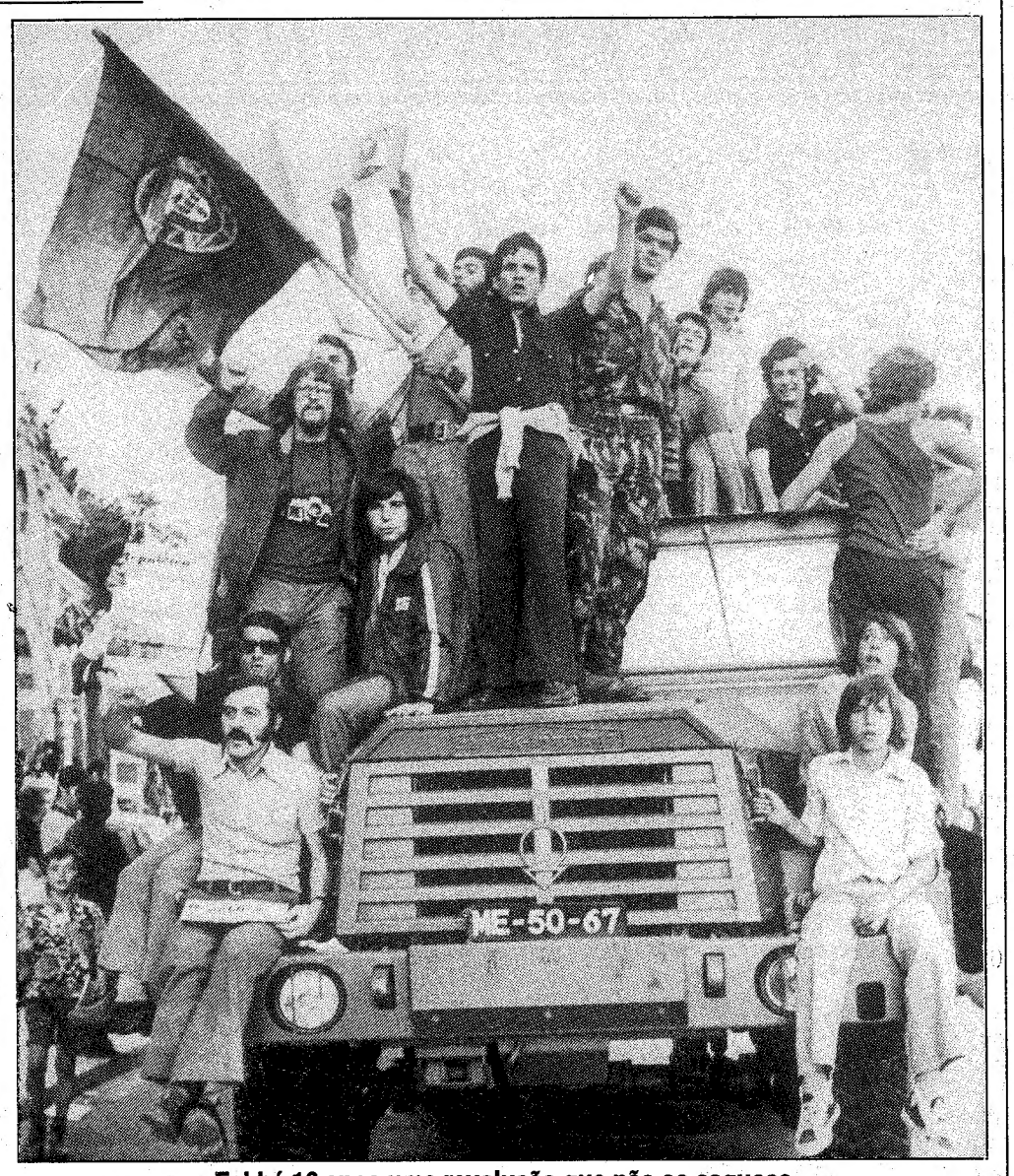
Em Loures, os festejos acompanham os ventos de Leste, já que um dos grupos convidados para o espectáculo de folclore vem da Lituânia.

Na margem sul do Tejo as festividades vão motivar adultos e os mais jovens com concertos, corridas, saraus de ginástica e exposições. Em Almada realiza-se uma exposição/colóquio sobre «A Censura e o Fascismo». No Seixal, o município vai inaugurar a Loja Municipal-Espaço Jovem, «um novo equipamento criado com objectivos informativos, culturais e de lazer».

Grândola, «terra da fraternidade», dedica uma semana as comemorações da revolução. Um dos pontos altos do programa é o espectáculo com Fausto, no dia 25 e no dia 28 a abertura do 2º Encontro de Jogos Tradicionais.

É dificil resistir aos hilariantes jogos do pau ensebado, do porco ensebado e da corrida de andas.

Redacção DL/Lusa



Foi há 16 anos uma revolução que não se esquece

Câmara de Lisboa festeja a revolução

cA Câmara de Lisboa promove, este ano, um espectáculo comemorativo do 25 de Abril , o que já não acontecia há 10 anos, o tempo que durou o reinado de Krus Abecasis. A concepção do espectáculo, a realizar no Rossio, esta noite, está a cargo de Helder Costa e do grupo de teatro « A Barraca», que apoiaram a campanha do actual presidente da Câmara de Lisboa.

O serão vai ser animado com imagens de arquivo dos momentos mais significativos do regime salazarista, terá momentos de teatro com extratos da peça «O Baile» e a gravação sonora das músicas que mais marcaram a resistência, como a «Pedra Filosofal», de Manuel Freira, o «Soldadinho» , de José Mário Branco, «Os Vampiros», de José Afonso, e a «Trova do Vento que Passa» , de Adriano Correia de Oliveira.

À meia-noite há fogo -de -artifício acompanhado com imagens do 25 de Abril.

A festa continua até às tantas com baile, com os grupos «Podium» e «Demónios da rua da Glória».

Voos rasantes em causa

Beja: portugueses travam alemães

Portugal informou ontem as autoridades alemãs que o acordo sobre a utilização da Base de Beja pela Força Aérea daquele país mantém-se nos moldes actualmente em vigor, isto é, sem aumento de facilidades.

A Força Aérea da RFA não terá direito a mais voos rasantes, a mais treinos de tripulação para helicóptero nem a um corredor aéreo entre a base e o mar.

O ministro da Defesa revelou ontem em Bruxelas a entrega de uma carta ao secretário de Estado alemão, na qual lhe dá conta da decisão do Governo português.

Fernando Nogueira acrescentou que, paralelamente, vigora um acordo para a utilização do Campo de Tiro de Alcochete. Neste âmbito, os alemães pediram um aumento das horas de treino, pretensão que foi igualmente rejeitada.

O titular da pasta da Defesa declarou que o Governo português, na carta entregue ontem, admite a renovação do acordo com a data limite de 31 de Janeiro de 1991.

Numa justificação extremamente lacónica sobre estas decisões, Fernando Nogueira disse: «Entendemos que aquilo que vinham fazendo já é suficiente.»

J.R.C.

O debate parlamentar é na quinta-feira

Comunistas propõem um 115 das petições

O debate parlamentar sobre o exercício do direito de petição, acolhido pela última revisão constitucional, está marcado para a próxima quinta-feira e vai decorrer em torno de dois projectos: um do Partido Socialista, já há mais tempo divulgado e que abriu o caminho para o debate, e outro do Partido Comunista, ontem dado a conhecer e que alarga substancialmente as condições de exercício deste novo direito.

O projecto comunista prevê as petições dirigidas a organismos internacionais, nomeadamente à Comunidade Europeia, assim como impõe a obrigatoriedade aos serviços públicos de as receber, registar, responder e encaminhar.

Para além destas obrigações, os serviços públicos ficariam também, como pretende o Partido Comunista, vinculados a facilitar o processo de petição, nomeadamente auxiliando os peticionários que manifestem dificuldades no preenchimento dos formulários ou na tramitação processual.

O meio mais expedito de facilitar o exercício deste novo direito, segundo o projecto do PCP, é a existência de linhas telefónicas especiais, através das quais serão prestadas informações gratuitas sobre o modo de peticionar.

Essas linhas telefónicas, espécie de «115» para as queixas junto da Administração Pública, deverão ser apetrechadas com mecanismos de gravação de chamadas, no período de encerramento dos serviços, e devidamente publicitadas para que todos os cidadãos as possam usar sem dificuldades.

Petições-queixa e petições políticas

O projecto do PCP generaliza a capacidade de peticionar (individual ou colectivamente, aos orgãos de soberania ou a quaisquer autoridades) e inova no facto de admitir duas espécies de petições, as petições-políticas e as petições-queixas: as primeiras são reservadas aos cidadãos portugueses no pleno uso dos seus direitos cívicos e as segundas extensivas a estrangeiros e apátridas, mas também a nacionais que, por qualquer razão, não gozem da plenitude dos seus direitos. É o caso dos presos, dos menores de idade e dos emigrantes.

Retoma-se assim, adaptando-a, a distinção clássica formulada na Constituição Francesa de 1791, segundo a qual a queixa é um direito de todos os homens e a petição um direito dos cidadãos. «Opção contrária - diz o PCP no preâmbulo do seu projecto- conduziria a privar do direito de petição quem dele pode precisar instantemente para justa defesa de direitos e interesses legítimos, como os jovens de idade inferior aos 18 anos».

Os autores deste projecto dizem, ainda, que «seria contrário ao próprio escopo do instituto peticional e expressão de um fechamento constitucionalmente indesejado e indesejável vedar, por exemplo, ao falido ou ao preso a possibilidade de apresentar petições».

Esta generalização do direito de petição e queixa permite também dispensar «um volume arrasador de certidões» só para provar que o peticionário se encontrava na plenitude dos seus direitos políticos.

O PCP defende que as petições possam ser expedidas por telegrama, telex, telefax e quaisquer outros meios de telecomunicação, devendo em regra ter forma escrita e contéudo intelegível. À Administração Pública compete recebê-las, registá-las e responder-lhes. Se apresentadas à Assembleia da República e subscritas por mais de 500 pessoas, serão obrigatoriamente publicadas na íntegra; se subscritas por mais de mil pessoas, deverão ser submetidas ao plenário para debate público.

O projecto do PS impõe o debate em plenário quando as petições forem acompanhadas de 1.500 assinaturas.

Redacção DL

POLÍTICA

Nacionalismos a quatro vozes em debate na Imprensa Nacional

Contradições entre teses como «a ausência de fronteiras é mais cara que a permanência delas», de Jorge Borges de Macedo, e a vivência «numa civilização de nómadas», analisada por Carlos Pimenta, deram mais vida ao debate sobre o Portugal de hoje e do futuro promovido pela Imprensa Nacional- Casa da Moeda, ontem à noite. O tema «Portugal, a CEE e o Renascimento dos Nacionalismos» foi sugerido por um conjunto de obras publicadas pela IN-CM durante os últimos tempos por ensaístas como Eduardo Lourenço, Borges de Macedo e Fernandes Fafe, como declarou o moderador Diogo Pires Aurélio, ao apresentar os dois últimos autores citados na mesa do debate, acompanhados por dois deputados europeus, Carlos Pimenta (PSD) e João Cravinho (PS).

Diogo Pires Aurélio recordaria que as obras publicadas pela IN-CM sobre nação e nacionalismo ainda tinham a tinta fresca à saída do prelo quando, de súbito, os acontecimentos na Europa Central e de Leste chamaram para a ribalta o assunto do colóquio.

O embaixador José Fernandes Fafe começou por perguntar se teria ou não sido benéfica a nossa adesão à CEE, antes de responder «como um jesuíta» com outra pergunta: «a não adesão teria sido melhor ?»

Optando por levantar questões, antes de aventar respostas, Fernandes Fafe tocaria num tema caro aos nossos nacionalistas, ao indagar: «Vai dar-se um domínio económico e financeiro da Espanha em Portugal ? E se um dia a Comunidade acaba, não ficaremos na dependência de Espanha?»

A seguir, este orador sublinharia a perenidade dos nacionalismos que, mesmo «virulentos» como os de Leste, só por «estarem reprimidos» abandonaram a ribalta da cena europeia dos últimos anos. Ao prever fenómenos de inflação e desemprego capazes de acirrarem fenómenos nacionalistas a Leste, Fernandes Fafe deu uma receita, a democracia, dado que as últimas guerras nunca se travaram entre regimes democráticos.

Mesmo antes de perguntar que relacionamento teremos com todos os países de Língua Portuguesa, colocaria na mesa do debate o futuro do relacionamento entre europeus e norte-americanos e «a capacidade de sinergia com as nossas comunidades» emigradas no estrangeiro.

Rui Vasco

Carlos Pimenta, Borges de Macedo, Pires Aurélio, Fernandes Fafe e João Cravinho

Núcleos duros

«O nacionalismo é uma experiência que nunca foi negativa para os povos», sustentou Borges de Macedo, por seu lado, ao declarar que sempre existiram na Europa e no Mundo «épocas de grandes Estados e épocas de pequenos Estados», sendo os grandes predominantes nos tempos de carestia da força armada e os pequenos mais livres quando a actividade bélica sai mais barata.

A defesa das nações parte do princípio de que elas são «o núcleo duro de uma população» em situações de vivência comunitária com outras, mas sobretudo quando a turbulência afecta o relacionamento internacional. Aí, «as nações são elementos de altíssimo prestígio e capacidade de organização», aglutinando novos e velhos, ricos e pobres, numa convergência bem preferida à Europa Unida «no momento em que a ETA negoceia uma independência que lhe foi negada durante setecentos anos e em que a Catalunha também o faz», como recordou Borges de Macedo, antes de definir que «foi sempre recorrendo às nações que a Europa se salvou».

A Europa e nós

As intervenções já referidas serviriam de base ao debate mais subtil entre os dois deputados europeus presentes na mesa, com João Cravinho e Carlos Pimenta decididamente contra os medos de Aljubarrotas vistos às avessas no futuro, não sem uma ou outra alfinetada de índole político-partidária nas entrelinhas.

Criticando a nossa actual política externa, Cravinho defendeu o abandono de uma CEE vista no estatuto de uma «EFTA mais», ao dar a primazia à política.

«A nossa posição política deve vir em primeiro lugar. A Europa política e social deve vir antes da Europa económica», fez questão em frisar o deputado socialista, não sem lamentar que o actual «impulso para-federal» seja servido por «um orçamento paroquial».

Quando recusou «a visão do século XXI como uma vingança do século XIX», João Cravinho repudiou a visão de um Portugal marginalizado pela grande política dos grandes e chamou a atenção para o facto de, pela primeira vez, «a unidade alemã» ser «um facto central da política portuguesa, do quotidiano dos portugueses».

Carlos Pimenta preferiu referir a «aldeia global» de Mac Luhan e dar grande relevo ao facto de, a Norte como a Sul, todos seremos nómadas. Os ricos do Norte devido aos serviços avançados de telecomunicações, capazes de permitirem a comunicação a partir do telemóvel ou do computador portátil, os pobres do Sul na ânsia de emigrarem para os paraísos dos ricos do Norte.

«Podemos vir a ter *boat people* no Mediterrâneo ou dentro da própria Europa», disse Carlos Pimenta.

Na linha de João Cravinho, também este deputado europeu preferiu Portugal «dentro do Conselho de Administração» da Europa dos Doze, a estar na periferia dele. E, perante o desenvolvimento desigual dentro do nosso Mercado Comum e das zonas limítrofes, recordou que nem a extinta Sociedade das Nações, nem a ONU, previram relações «de solidariedade» a par de relações «de cumplicidade» como as que podem, por exemplo, eliminar os medos de uma hegemonia alemã ou de uma revolta do Terceiro Mundo.

Sem serem colocados em alternativa «um modelo federador europeu e a identidade nacional».

João Isidro

Europa comunitária quer unidade militar

Do nosso correspondente em Bruxelas

O conceito de «europeização» da segurança esteve ontem particularmente em foco na reunião dos nove países da UEO que se realizou em Bruxelas. A chamada formação de «forças multinacionais», constituídas por núcleos de quatro a cinco mil homens, foi considerada prematura, mas a organização entendeu ser altura de se caminhar para a emancipação da segurança europeia, aguardando para isso a evolução do quadro das negociações de Viena. Até lá, reconheceu-se que as forças da NATO satisfazem plenamente, mas a sua reconversão é um dado a ter em conta no futuro.

Este fórum político da UEO que agrupa nove países dos Doze e no qual Portugal e Espanha participaram, pela primeira vez, como membros de pleno direito, está a ganhar um novo ímpeto e a assumir-se como um autêntico «Ministério da Defesa» da Comunidade. Os nove não estão em sintonia quanto à formação de forças multinacionais, mas as divergências, sobretudo entre a Inglaterra e os Estados-membros, têm a ver com o número de efectivos. Para o Reino Unido, quinze mil homens seria o ideal, para os restantes entre quatro e cinco mil o mais adequado. A Irlanda, neste caso, assume uma posição completamente diferente: está contra.

Nesta matéria a posição portuguesa é cómoda. Não coloca obstáculos à «europeização» da segurança, mas também defende a consonância dessa acção com os Estados Unidos, como até aqui. Na opinião de Deus Pinheiro, a postura portuguesa resume-se a isto: «Temos um guarda-chuva, passamos a ter uma gabardina. Se tivermos ambos, melhor.»

Conceito global

No encontro de ontem, em Bruxelas, o titular da diplomacia portuguesa manifestou-se satisfeito com as posições expressas pela França, que vai assumir a próxima presidência da União da Europa Ocidental. Deus Pinheiro afirmou que a França defendeu uma estratégia já exposta por Portugal noutras ocasiões e que parece agora vingar.

«Não é possível abordar a nova arquitectura europeia, e até a unificação alemã, sem um debate global sobre as posturas comunitárias, da NATO, da UEO e até da OCDE.» Deus Pinheiro, relatando o que se passara lá dentro, na discussão a que os jornalistas, obviamente, não têm acesso, referiu a unanimidade registada em torno do compasso de espera necessário para se avaliar das decisões emergentes de outras reuniões previstas para os próximos meses: cimeira extraordinária de Dublin, cimeira da NATO e Conferência da Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).

Lituânia: sacudir a água do capote

O conflito que opõe neste momento a Lituânia à União Soviética foi suscitado nesta reunião e encarado com alguma preocupação. Ficou a certeza de que a maioria entende não ser altura de pressionar Mikhail Gorbachev. A Europa Ocidental vê no líder soviético o homem que não pode deixar cair. Por isso, não fará nada que possa colocá-lo em posição periclitante. A Itália, através do ministro dos Negócios Estrangeiros, não se conteve em manifestar-se abertamente a favor da independência da Lituânia. Deus Pinheiro disse, a propósito, que Portugal não tinha, jamais, aceite a integração das Repúblicas bálticas pelo que, agora, não tem de se pronunciar sobre a sua independência. Para o nosso país, a integração não ocorreu. Não escondeu, no entanto, o ponto de vista português, ou seja de nada fazer para criar dificuldades a Gorbachev quando ele se prepara para enfrentar eleições em Junho próximo. Portugal fará apelos anónimos ao diálogo e não irá mais além.

Vigilância

A UEO, á qual Grécia e Turquia já solicitaram a adesão, debruçou-se, mais uma vez, sobre a questão da vigilância espacial e decidiu empreender passos nesse sentido. A Europa pretende dispor dos seus próprios meios de vigilância espacial, nomeadamente através do satélite «Hélios».

A UEO, que integra a quase totalidade dos Estados-membros da CEE (faltam a Irlanda, Dinamarca e Grécia) tende a desempenhar, cada vez mais, um papel activo no domínio da segurança. A Europa comunitária, além das unidades económica, política e social pretende agora outra: a militar.

José Rui Cunha

COTAÇÕES

Companhia Geral de CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	46$50	52$50
ALEMANHA FED. (marco)	87$25	88$45
ÁUSTRIA (xelim)	12$40	12$60
BÉLGICA (franco)	4$031	4$281
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	127$85	130$35
(notas de 5 a 1000)	128$35	130$85
DINAMARCA (coroa)	22$95	23$35
ESPANHA (peseta)	1$350	1$470
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	148$35	151$85
(notas de 5 a 1000)	148$85	152$35
FINLÂNDIA (marka)	37$05	37$65
FRANÇA (franco)	26$00	26$70
HOLANDA (florim)	77$55	78$65
IRLANDA (libra)	235$30	239$30
ITÁLIA (lira)	$108	$123
JAPÃO (iene)	$900	$955
NORUEGA (coroa)	22$55	23$05
REINO UNIDO (libra)	243$55	248$05
SUÉCIA (coroa)	24$15	24$65
SUÍÇA (franco)	99$35	100$85
VENEZUELA (bolívar)	2$617	3$417

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

ENTRAR NA UNIVERSIDADE

Dei-me conta, aí há uns tempos, de que uma das pessoas de quem mais gosto neste Mundo estava a fazer a Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior, lutando juntamente com outras dezenas de milhar de estudantes por obter um lugar na Universidade portuguesa.

Para além da surpresa com que sempre constatamos que o tempo passa e que as crianças que conhecemos já não são crianças, lembrei-me muito dos tempos em que ela era pequena e eu dava comigo tantas vezes, por óbvia projecção da depressão própria, a pensar «coitadinha, como é que é possível que vá crescer e viver num mundo tão difícil, conhecer tantos desgostos e tantas decepções».

À medida que ela foi crescendo, percebi, no entanto, que os jogos nunca estão feitos à partida e que é sempre possível tomarmos o destino nas nossas mãos e construirmos a nossa própria felicidade. Vê-la crescer tão feliz e tão tranquila contribuiu, aliás, para a minha felicidade em anos em que os motivos de alegria não foram muitos.

Ela cresceu tão bem e tão feliz que nem sequer consegui levá-la muito a sério, quando, há uns tempos, no auge de um destes desgostos de amor adolescente, a ouvi comentar a propósito de umas criancinhas que estavam ali ao lado a darme cabo da paciência, «coitadinhos, mal sabem para o que estão guardados quando crescerem. Deixa-os divertirem-se agora».

O que não me parece, em qualquer caso, justo é que ela tenha crescido para fazer a PGA. Já a mãe dela explicou aqui no «Diário de Lisboa», muito melhor do que eu saberia fazê-lo, as razões porque isso não devia ter acontecido. Por mim, arrisco-me apenas a perguntar, à laia de síntese, «é para isso que uma mãe anda a criar filhos?».

No caso dela não me preocupa nada o resultado da dita prova. Sei que ele será bom. Sei que será mesmo óptimo e que ela poderá escolher o curso que quiser e fazê-lo bem como faz tudo.

O que me preocupa é o sistema que criamos para as crianças que entretanto cresceram e que parece feito para fomentar o «salve-se quem puder», o individualismo e o carreirismo e, no meio disso tudo, magoar os mais sensíveis, quando confrontados com a injustiça e o aleatório das regras que lhes são impostas.

De resto, o problema não se coloca só quanto à prova de acesso à Universidade, o problema é também o da Universidade onde eles vão entrar. O que é que tem a Universidade portuguesa para dar a todos estes jovens que se se esforçam tanto por ela?

Um dia destes, li no melhor jornal de estudantes que conheço, («O Intendente» da derrotada direcção do Pedro Nunes, claro está) um texto de um universitário do primeiro ano, alertando os seus futuros colegas sobre o que era realmente o paraíso porque se batiam.

Inevitavelmente, também, lembrei-me de uma outra jovem universitária que, depois de me contar toda uma série de pequenas prepotências de docentes universitários, comentava «eu nunca farei como os meus colegas. Nunca aceitarei estas regras. Hei-de sair da Faculdade como entrei, mesmo que saia com piores notas ou leve mais tempo».

Claro está que sairá. Sairá ela, sairá a minha jovem amiga que agora vai entrar e sairão tantos outros, mas para isso terão de suportar um custo muito superior ao que seria de esperar, porque nada lhes será facilitado numa Universidade que, em geral, deixou de ser um espaço de criatividade e liberdade para passar a ser uma escola de disciplina e transmissão passiva do saber.

Poderá até acontecer que estes que resistem a tudo sejam em número suficiente e tenham a força suficiente para renovar a Universidade e fazerem o que outros não souberam fazer. Os movimentos estudantis italianos (obviamente susceptíveis de diversas valorações) mostraram, por exemplo, que o individualismo só se afirma até certo ponto e só esmaga outros valores em certa medida. Claro está que em tudo isto convém termos consciência de que o paternalismo é um risco evidente e que têm de ser as novas gerações a decidir do seu destino e dos seus valores, se querem ser individualistas ou solidárias, sensíveis ou insensíveis, frias ou românticas.

A questão coloca-se só ao nível das regras de jogo que foram pré-estabelecidas e inevitavelmente vão condicionar essas escolhas.

Parece-me bem que foi a esse nível que falhámos. Esperar que as novas gerações façam melhor não é um grande consolo geracional mas não esperar seria ainda pior.

Eduardo Paz Ferreira

URSS: MODOS DE DECOMPOSIÇÃO

O Congresso dos Deputados do Povo da União Soviética começou, finalmente, a tratar dos problemas da forma e da estrutura da União, sob o poderoso impulso dos movimentos secessionistas, dominantes na Lituânia, na Estónia e na Letónia, ameaçadores na Geórgia, na Moldávia ou na Ucrânia.

O ponto de partida legislativo é a regulação normativa dos processos de acesso e de separação das Repúblicas que, com a Federação russa, constituem, neste momento, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A primeira medida diz respeito ao modo como se poderá vir a exercer o direito de secessão, constitucionalmente reconhecido às Repúblicas federadas desde a fundação da URSS, muito embora, por razões óbvias, esta disposição tenha ficado letra morta até à data. Desde 1924, todas as mudanças na composição da União foram para integrar ou para criar novas Repúblicas ou novos territórios, alargando as fronteiras quer da União Soviética quer da Federação russa: antes de 1989, o problema da secessão — a forma prevista para o exercício do direito de autodeterminação pela lei fundamental — nunca se tinha posto seriamente na URSS.

Et pour cause: este é, entre todos, um problema intratável, a mais complexa dimensão da crise do regime soviético quer do ponto de vista da natureza específica da União Soviética como por causa da estrutura própria do império ou ainda em função da conjuntura política.

De facto, a URSS não é um Estado nacional, nem, rigorosamente, um Estado multinacional, uma vez que a «questão nacional» era suposta ter ficado resolvida com a sua criação. O seu fundador, Lenine, quis distanciar a todo o custo o Estado da revolução do império russo, desde logo para evitar a repetição da dinâmica de decomposição do império austro-húngaro, quer servira de modelo para a análise *bolchévik* sobre a «questão nacional» desde antes da Grande Guerra. Por isso, os dirigentes comunistas retiraram do nome de baptismo do seu Estado qualquer referência à Rússia. Lenine propusera mesmo que se lhe chamasse «União das Repúblicas Socialistas Soviéticas da Europa e da Ásia», embora a denominação final, que evita qualquer limitação territorial, resuma melhor a vocação universal do regime revolucionário. É esta abertura que define a especificidade da natureza da URSS e que estabelece a legitimidade do regime soviético para subordinar as correntes nacionalistas, a começar pelo nacionalismo russo, pelo menos enquanto a sua capacidade de expansão tiver uma certa credibilidade.

A segunda parte do problema está na estrutura da composição real da União — uma enorme Federação russa, cercada por um conjunto de Repúblicas federadas, ao longo das suas marcas exteriores, desde a Ásia Central até ao mar Báltico. Staline queria integrar todos os territórios do velho império numa única entidade quando, em 1922, se debatia a Constituição. Lenine, porém, insistiu na necessidade de se criar uma ficção federativa, que incluía o direito de secessão das Repúblicas federadas, essencial para demarcar o novo dos velhos impérios e para responder à força da vontade de autodeterminação das minorias nacionais. Tinha razão ao reconhecer o poder das paixões nacionalistas, que queria libertar contra os seus opressores antes de as subordinar à revolução universal. Mas as vontades nacionalistas subsistiram, e ameaçam transformar a ficção constitucional soviética numa realidade, quando a dita revolução parece no limite das suas próprias forças.

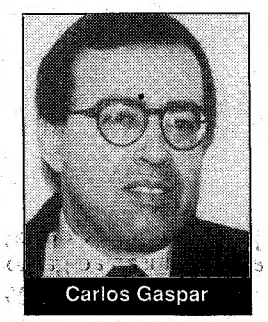
Em todo o caso, a estrutura federativa da URSS acabou por ser tipicamente russa. O direito de secessão só foi reconhecido às Repúblicas federadas e estas só se puderam constituir em territórios contíguos a outros Estados — Staline justificava esta limitação afirmando que sem o apoio desses outros Estados, a eventual independência duma República federada seria inviável... O centro — a Federação russa — manteve-se intacto, e depressa se estendeu desde o mar Negro até ao estreito de Bering: a sua sobrevivência estava ao abrigo de qualquer improvável secessão, e protegida dos invasores tradicionais pelas marcas republicanas.

Deste modo, o império soviético tem uma configuração muito própria, com um centro compacto, maior — mas não muito maior — do que a soma de todas as marcas esparsas que o rodeiam. Uma única é crucial, do ponto de vista do nacionalismo russo — a Ucrânia — as restantes são, sobretudo, indicadores do estado da expansão imperial. Em certo sentido, a fórmula de Staline sobre a formação e a disposição das Repúblicas federadas (a sua maneira de resolver o problema do direito de secessão sem pôr em causa a continuidade essencial de um Estado russo ou de um centro revolucionário), serve tanto para o alargamento como para a decomposição da União Soviética.

Enfim, a conjuntura torna as coisas ainda mais difíceis. A revolução oficial, de cima para baixo, abriu caminho para uma revolução imprevista, de baixo para cima e das periferias para o centro, em que podem convergir as tendências para a liberalização do regime e as forças nacionalistas — duas forças que, no passado, não se deram mal para a formação dos Estados modernos. Por ironia, pode ser nessa aliança que se encontre a chave que assegura a integridade do Estado, laicizando-o e neutralizando a sua natureza revolucionária. Todavia, não é nada impossível que as duas se oponham, criando um dilema entre a continuação de um processo de liberalização e a sobrevivência da URSS e não basta aprovar uma lei que torne quase impossível, na maioria dos casos, o exercício efectivo do direito de secessão para o resolver.

É certo que Mikhail Gorbachev não é secretário-geral do partido comunista da União Soviética para presidir à sua decomposição. Mas também não o é menos que a URSS não é um «império liberal», nem uma «República imperial»: sem legitimidade revolucionária, é difícil assegurar a sua continuidade e fazer frente aos movimentos nacionalistas, e sem processo de liberalização ainda é mais difícil evitar a fusão entre as forças liberais e nacionais, que poderá pôr em causa o Estado da revolução.

O momento de decisão não poderá continuar a ser adiado por muito mais tempo.



Carlos Gaspar

ALESSANDRO MANZONI, QUE NOTÁVEL REALIZADOR!

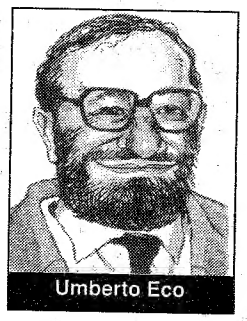
A tradução fílmica de um romance é uma interpretação em linguagem própria e não pode estar submetida a qualquer espécie de controlo fiscal. O «Don Abbondio», de Alberto Sordi, por exemplo, não tem bigodes como o desenhado por Gonin em 1840; não é aqui que reside o problema. Fiquei, no entanto, fora de mim quando no filme de Salvatore Nocita, transmitido pela RAI Uno, vi aquele braço do lago de Como apresentado por uma câmara deslocando-se à superfície da água, com a paisagem de perfil. Mas por que razão — interroguei-me — exactamente aqui, onde o romance fornece ao filme uma encenação exemplar?

Referi-me a este problema numa conferência que fiz em 1982, na Universidade de Génova, agora incluída no meu volume «Sugli specchi» («Sobre os espelhos»); e também Francesco Casetti o recorda ao afirmar que todo este romance manzoniano aplica inúmeras vezes um «princípio de cinematografia» (veja-se «Ler I Promessi Sposi», por Giovanni Manetti, Bompiani, 1989). O início da obra é, logo, uma perfeita encenação cinematográfica, não porque Manzoni fosse um profeta, mas pelo simples facto de que a narrativa antecipa (de Homero até aos nossos dias) muitas técnicas que o cinema veio depois a adoptar.

Leia-se, pois, o início de «I Promessi Sposi» imaginando uma câmara colocada por baixo de um helicóptero que, do alto, fosse descendo lentamente até ao solo. Manzoni conhecia a existência do aeróstato e, por outro lado (por modesta mas confiante intimidade com o olhar da Providência) costumava perder-se em aéreas deambulações, dos Alpes às Pirâmides e do Manzanarre ao Reno. Assim, fruímos de um «zoom» que lentamente partisse do céu até um mapa-mundo idealizado. Caso contrário, por que razão definir como «braço» uma sinuosidade hidrográfica? Manzoni olhava o lago pairando sobre o mapa geográfico e descendo depois, aos poucos, às topográficas dimensões. É como se os nossos olhos se fossem aproximando progressivamente de um atlas, ou como quando nos apercebemos subitamente daquele braço do lago de Como no momento em que, nos voos intercontinentais, os aviões levantam do aeroporto de Malpensa e, descrevendo um amplo círculo, se aproximam do arco alpino. Golfos e enseadas que emergem tomam esta forma só para quem os olha de cima. Mas quando avistarmos a ponte «que aqui abraça as duas margens» teremos já descido, sem disso nos apercebermos, da dimensão do Atlas para a do Mapa Topográfico.

A tomada de posição geográfica é reforçada pelo propósito de avançar de Norte para Sul, seguindo a evolução do curso de água, assim como o movimento descritivo parte do amplo para o estreito, do lago para o rio e para as torrentes, dos montes para as encostas e para os vales. Até ao ponto de o nosso olhar (ou a câmara) correr o risco de se tornar presbita, tal é a proximidade, pois se chega finalmente à rede das estradas ou das veredas.

E então Manzoni leva a cabo um prodígio de encenação: aquela mesma câmara que andava de focinho para baixo, do céu para a terra, executa um ângulo de 90 graus, não se encontra mais sob um aeróstato, mas nas costas do próprio leitor, e o Resegone vê-se agora da planície, «de tal modo que não há quem, num primeiro olhar e desde que se encontre de frente», não o compare a uma faca serrilhada. É o momento em que até encostas e veredas são descritas por alguém que as percorre, e apercebemo-nos inclusivamente das próprias subidas e descidas. É o instante de o caminheiro chegar a Lecco. Aqui, então, Manzoni realiza nova mudança de cena: da Geografia passa à História. O leitor chega a Lecco, e de Lecco se descreve não o que geograficamente é, mas o que historicamente foi. Finalmente, o leitor pode muito bem pôr-se a caminhar por um daqueles atalhos com o nosso «Don Abbondio», e a história (já não cósmica ou geográfica, mas individual e romanesca) pode, enfim, começar.


Umberto Eco

Por estas razões, aceitei mal que a televisão não aproveitasse aquela encenação que Manzoni nos tinha facultado, como um prato pronto a servir. Mas, depois, convenci-me. Esta encenação é um prodígio exactamente porque a adivinhamos oculta nos meandros das palavras. É preciso sabermos merecê-la (e julgo que entra aqui aquela misteriosa figura de retórica que é a Hipótese). De facto, realizada visualmente, transformar-se-ia num documentário da NASA.

Nada a fazer: o romance «I Promessi Sposi» é mesmo um filme, desde que nos limitemos a lê-lo. Ao transformá-lo em filme, que cada um assuma a sua própria responsabilidade.

Exclusivo «L'Espresso»/«DL»
Tradução de Manuela Ferreira de Almeida

A GUERRA DAS LARANJAS

Almocei uma única vez com Winston Churchill e, até por isso, segui com a maior atenção alguns episódios do filme inglês sobre a sua vida que foi projectado recentemente pela RTP.

Como é evidente, não me esqueci deste almoço — Winston Churchill tinha uma personalidade de tal forma vincada e desempenhou um papel tão importante no evoluir europeu que ninguém terá almoçado com ele e esquecido o evento.

No meu caso, este almoço teve a particularidade de constituir um acontecimento simultaneamente imprevisível e imprevisto — imprevisível porque o meu Pai se recusava, sistematicamente, a permitir que os filhos participassem em cerimónias relacionadas com a sua vida profissional, alegando que eles tinham de viver as suas próprias vidas, sem se deixarem impressionar pela «aparente importância» da política, e imprevista porque teve lugar acidentalmente, contra a vontade de todos.

Almocei com o primeiro-ministro britânico porque passara a tarde numa aula de natação da escola e porque, tendo ganho uma corrida e querendo dar a notícia aos meus pais, cheguei a casa tardíssimo e irrompi pela casa de jantar sem dar atenção aos presentes — só a meio do meu atabalhoado discurso explicativo é que dei pelo inexplicável silêncio que a minha entrada causara.

A primeira pessoa a cortar este silêncio foi o próprio Winston Churchill, que levantou a mão para calar os meus pais, antes que estes me pusessem fora da sala de jantar, ordenando-me num tom risonho:

— *Say it in english, young man!*

Ainda sem perceber o que me estava a acontecer, expliquei-lhe, em inglês, que ganhara uma corrida na piscina e que, por isso, fora escolhido para fazer parte do *team* de natação representativo da escola.

Churchill acolheu a minha informação com um enorme e ruidoso entusiasmo e propôs, imediatamente, que todos bebessem à minha saúde e que eu almoçasse ali mesmo, sentado ao seu lado.

Não houve outro remédio se não fazer-lhe a vontade e lá me sentei, num lugar apressadamente posto, com uma única ordem proferida em português pelo meu Pai: «Fale o menos possível e não beba.»

Escusado será dizer que não bebi e mal abri a boca, até porque o primeiro-ministro não me deu ocasião a fazê-lo — depois de um breve interrogatório sobre a minha idade, os meus estudos e as minhas ocupações durante os bombardeamentos, esqueceu-se completamente de mim e voltou à conversa geral com uma inigualável energia e um entusiasmo que superava o dos outros.

Falou-se de tudo, do bombardeamento, que dias antes destruíra uma casa situada a poucos metros da nossa; da guerra, que Churchill afirmava acabar em 1944, com uma vitória total dos aliados; da França, simbolizada por um general que eu conhecia, mas que me pareceu não ter a total confiança do primeiro-ministro; da Espanha e do seu embaixador, o meu querido duque de Alba, que estava doente, e, finalmente, do futuro da Europa, um complexo continente que Churchill afirmava desconhecer todo o seu poder e toda a sua riqueza.

Foi no decorrer deste almoço que, pela primeira vez, ouvi falar naquilo que os presentes designavam por Estados Unidos da Europa, uma espécie de federação a que Churchill atribuía uma imensa importância e que afirmava estar no futuro de todos nós.

O que mais me divertiu, porém, foi um episódio que passou a ser designado na minha família pela «guerra das laranjas», numa evidente, embora despropositada, alusão ao galho de laranjeira enviado por Manuel Godoy, em 1801, à rainha Maria Luísa de Espanha.

Para contar este episódio, porém, tenho de ir mais atrás e de lembrar aos leitores que, durante a guerra, não havia, em Inglaterra, fruta importada — a que havia era indígena e fora apanhada pelos proprietários nos pomares mais ou menos abandonados.

Os homens estavam mobilizados e os navios só transportavam bens indispensáveis.

Uma laranja era, assim, um fruto desconhecido de muitos, que se transformara, em pouco tempo, num símbolo de uma vida que parecia ter desaparecido de vez.

Acontece que o meu Pai conseguira que lhe mandassem, de Lisboa, duas dúzias de laranjas para ofertas e que, dessas laranjas guardadas no escritório como se fossem jóias preciosas, ainda restavam onze, que figuravam neste almoço, aparatosamente colocadas num aparador.

Churchill vira-as ao entrar na sala e não tirara os olhos delas, dando a entender tratarem-se de um dos seus frutos preferidos.

Quando as laranjas não foram servidas à sobrrmesa, o seu olhar entristecido tornou-se evidente e o meu Pai, sorrindo, perguntou-lhe se ele queria uma, obtendo uma resposta breve e imediata:

— *Oh, yes!*

Foi-lhe servida uma laranja e Churchill, sem mais aquelas, meteu-a no bolso explicando, com uma enorme gargalhada, que a destinava à neta, e que esta, ao receber o presente, o consideraria o homem mais importante do Universo.

O meu Pai mandou, imediatamente, que lhe fossem servidas as restantes laranjas para que ele se transformasse em Deus aos olhos da neta, mas houve reclamações, já que os outros convidados também tinham netas e também queriam transformarem-se em Deus aos delas.

Luís de Sttau Monteiro

As laranjas acabaram por ser comidas por todos, mas não antes que o primeiro-minsitro se apossasse de três, enquanto eu verificava, mais uma vez, que as netas dos primeiros-ministros têm mais sorte do que os nadadores bem sucedidos.

Este episódio não tem, evidentemente, qualquer importância e é destituído de qualquer significado — que significado pode ter um jantar igual aos outros todos? — mas é revelador de uma característica de Winston Churchill a que o filme que referi não me parece ter dado a devida importância: a imensa alegria e o enorme sentido de humor que ele revelou ao longo de uma vida que coincidiu com um dos momentos mais grandiosos da História da Europa. Churchill, mais alto e mais imponente do que o actor incumbido de o interpretar, era uma pessoa alegre, dominante, que raras vezes se calava quando tinha alguma coisa a dizer.

Era, sobretudo, um homem de acção, que se deixava cativar por tudo o que lhe permitisse actuar, e não o ser hesitante, pusilânime, metido consigo mesmo, que surge nesse filme, tão dominado pelo prestígio de Churchill que se perde em detalhes críticos sem dar a quem o vê um retrato real do estadista britânico.

Foi essa, pelo menos, a opinião que eu tive, e que compartilhei com algumas pessoas que o conheceram bem, com quem troquei impressões em Inglaterra.

Para mim, porém, foi também o homem que conseguiu apossar-se de três laranjas cobiçadas por todos, alegando que tinham sido dadas às suas netas e que não podia, por isso, entregá-las a mais ninguém.

INTERNACIONAL

União económica e monetária alemã

Paridade entre os marcos acelera unificação

O Governo da República Federal Alemã propôs que o tratado entre as duas Alemanhas sobre a união social, económica e monetária tenha por base a equivalência do «Ostmark» da RDA ao «*Deutschemark*» (DM) da RFA para os salários, pensões de reforma e poupanças até quatro mil «*Ostmark*».

Esta proposta foi ontem feita pelo ministro alemão-federal, Theo Waigel, durante uma reunião dos ministros das Finanças da CEE, no Luxemburgo, no âmbito das conversações sobre a União Económica e Monetária dos «Doze».

Em Berlim Leste, um alto responsável do Ministério da Economia manifestou « surpresa e satisfação» pelo acordo da coligação de Helmut Kohl. Reinhard Hadrich, conselheiro pessoal do Ministro Gerhard Pohl, escusou-se, porém, a fazer outros comentários, explicando que o seu ministro teve conhecimento da iniciativa apenas pela Imprensa e que desejava estudá-la antes de dizer algo sobre o assunto.

Na sequência desta proposta, uma cedência de Bona a pressões da RDA, o chanceler alemão federal, Helmut Kohl, e o chefe do governo da RDA, Lothar de Maiziére, reúnem-se hoje em Bona para conversações sobre os preparativos do tratado. Trata-se da primeira reunião entre os dois dirigentes desde que De Maiziére assumiu a chefia do Governo de Berlim Leste na semana passada. No topo da agenda dos trabalhos figura o calendário para a união económica que deverá estar completada até ao dia 2 de Julho. Hoje de manhã, o mercado de divisas da Bolsa de Frankfurt manteve-se calmo, ontem, o DM registrou um ligeiro recuo em relação às pricipais divisas.

Nem tudo é um mar de rosas

Uma grande expectativa rodeava a questão da taxa de conversão dos «*ostmarks*» em DM. Após as promessas feitas durante a campanha eleitoral na RDA, Helmut Kohl, que defendeu a paridade entre as duas moedas, viu-se confrontado com os pareceres técnicos do *Bundesbank* que levantaram toda uma série de problemas que a RFA teria de enfrentar caso a paridade fosse aceite.

A necessidade de garantir aos trabalhadores de Leste um «salário de equilíbrio demográfico», isto é ,um nível de vida que estanque o fluxo migratório, implica, segundo estudos económicos, o pagamento de um salário na RDA que corresponda a um salário médio na RFA de 2 400 DM, ou seja o equivalente a 1 700 DM, pago em moeda convertível. Uma taxa de conversão cambial de um-para-um vai neste sentido, no entanto esta política implica custos elevados tanto na RDA, como na RFA.

A garantia desta paridade dará lugar a uma perda de competitividade das estruturas productivas da Alemanha Democrática, cujos custos unitários se situarão cerca de 40 por cento acima do nível ocidental. O novo ministro das Finanças da RDA, Walther Romberg, afirmou que cerca de 20 por cento das empresas industriais alemãs-democráticas «não têm nenhuma chance de sobreviver». Por outro lado, as estimativas indicam que só cerca de de 30 por cento das empresas estão, actualmente, com níveis de competitividade suficientes para se poderem adaptar rapidamente ao mercado mundial. Assim, só metade do total das firmas da RDA poderão operar a sua reestructuração progressivamente e com a entrada de capitais novos.

Na RFA, esta decisão terá igualmente efeitos nefastos. Estudos efectuados apontam para um aumento da massa monetária que poderá atingir os 16 por cento. Como consequência, é provável que se assista a um disparo da procura, com subsequente agravamento das tensões inflacionistas, aumento das importações e absorção do actual excedente da balança de transacções correntes da RFA.

Redacção DL/Lusa/AFP

URSS e China vão desenvolver cooperação científica

A URSS e a China vão cooperar no domínio da energia nuclear e nas pesquisas espaciais, revelou o prinmeiro-ministro soviético, Nikolai Ryzhkov, durante um banquete oferecido ao seu homólogo chinês, Li Peng, em visita a Moscovo.

Ryzhkov disse que, durante a visita de três dias do chefe do Governo chinês, seria assinado um acordo de cooperação científica. Por outro lado, deverá ser acordada uma redução de tropas ao longo da fronteira sino-soviética, a maior fronteira terrestre do mundo e cenário de sangrentos confrontos ao longo de décadas de hostilidade entre Pequim e Moscovo.

Com esta visita à URSS, Li Peng tenta melhorar a situação diplomática da China, remetida ao isolamento por causa do esmagamento em Junho passado das manifestações pró-democracia na Praça Tiananmen, em Pequim.

Centenas de estudantes, numa manifestação sem precedentes, protestaram ontem na capital soviética, exibindo cartazes onde denunciaram a sangrenta supressão do movimento estudantil pró-democracia em Pequim.

Redacção DL/AFP

Apelos favorecem dois suíços da Cruz Vermelha

Mais dois reféns no Líbano libertados nesta semana

Dois técnicos de ortopedia que trabalhavam para o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), os suíços Emanuel Christen e Elio Erriquez, sequestrados por desconhecidos na cidade libanesa de Saida em 6 de Outubro do ano passado, poderão ser os próximos reféns ocidentais a ser libertados, provavelmente ainda no fim desta semana, quando termina o período do Ramadão. Após o presidente líbio, Muammar Kadhafi ter feito um apelo para a sua libertação, foi a vez do principal dirigente de Saida, Moustapha Saad, assegurar que está a «pedir a todos para soltar os dois reféns suíços no fim do Ramadão».

Christen, de 32 anos de idade, e Erriquez, de 23, eram os responsáveis pela formação de pessoal no centro que a CICV abriu em Saida em 1983 e que teve que ser encerrado após o rapto. Técnicos de ortopedia, equipavam com próteses o grande número de mutilados que a guerra no Líbano provoca. Na manhã de 6 de Outubro de 1989, encontravam-se numa viatura com o símbolo da Cruz Vermelha estacionada à porta do centro de Saida quando foram sequestrados por quatro homens armados, não identificados. O seu rapto nunca foi reivindicado.

Ontem, Moustapha Saad, o principal dirigente de Saida, fez um apelo para a sua libertação numa entrevista à televisão suíça, afirmando que tal pode acontecer no fim do Ramadão. Saad é considerado um intermediário com «boa credibilidade» tanto junto aos grupos libaneses, quanto ao Governo suíço e a CICV. Um delegado da Cruz Vermelha que também tinha sido raptado, Peter Winkler, foi entregue em sua casa em Dezembro de 1988. «Estamos a fazer um esforço para que todos os reféns ocidentais sejam libertados. É preciso que a questão dos sequestros no Líbano seja resolvida para que o país retorne à democracia», disse Saad, cujas declarações vão no mesmo sentido das proferidas por Kadhafi no domingo, pedindo especificamente que Christen e Erriquez fossem os primeiros ocidentais a ser soltos.

Entretanto o jornal londrino «The Independent» noticia hoje, citando fontes das milícias muçulmanas em Beirute, que cerca de 40 prisioneiros xiitas detidos na área controlada por Israel no sul do Líbano(muitos dos quais aguardam julgamento há mais de cinco anos) deverão ser libertados nos próximos dois dias, como parte do acordo que permitiu o fim do cativeiro do professor norte-americano Robert Polhill, solto no domingo.

Apesar dos rumores, a Casa Branca tem negado por diversas vezes que tenha havido qualquer tipo de negociação com os raptores para a libertação de Polhill.

Redacção «DL»/AFP/Lusa

O império Berlusconi contra-ataca

Derrotado na última batalha pelo controlo da editora Mondadori, com a retenção de 37,7 por cento das acções do grupo editorial do «L'Espresso» pedido pelo director de «La Repubblica» e pelo director do grupo Carlo Caracciolo, Silvio Berlusconi partiu este fim- de semana para o contra-ataque, voltando a ocupar um lugar de destaque nas páginas dos principais jornais italianos. Com a retenção desse pacote de acções, Berlusconi não poderia alinhar, na assembleia do grupo editorial «L'Espresso», a totalidade dos seus 51,8 por cento de acções que lhe permitiria impor a sua vontade com inevitável substituição de Scalfari e Caracciolo nos lugares de chefia do grupo editorial e do jornal díário «La Repubblica» - objectos principais da contenda entre Berlusconi e Carlo de Benedetti.

Depois de se ter oposto legalmente a decisão do juiz de Milão que deu a vitória a Scalfari e Caracciolo , Berlusconi continuou as suas manobras pela via obscura e até ilegal, tentando tornar vã a decisão do juiz. De facto, a retenção das acções disposta pelo juz Attilio Boldi de Milão nunca chegou a ser efectiva, visto que todas as vezes que o oficial judicial se deslocou às sedes sociais da Mondadori, nunca encontrou os títulos a sequestrar.

Este fim-de-semana, depois de ter impedido fisicamente a execução da resolução do juiz, subtraindo-se à retenção efectiva dos títulos, Berlusconi desferiu mais um dos seus golpes vendendo para uma sociedade, em parte ainda «fantasma», 14,1 por cento das acções do grupo em questão. Com esta venda, efectuada secretamente há duas semanas e vinda a luz no sábado, quando os administradores do grupo «L'Espresso» preparavam a assembleia crucial prevista inicialmente para hoje, Berlusconi salvou as acções que poderiam ser retidas em substituição daquelas que não foram encontradas nas sedes sociais da Mondadori. O pacote, que tendo mudado de titularidade já não pode ser retido pelo juiz, foi vendido para uma sociedade ainda misteriosa chamada BFM. Curiosamente o nome da sociedade coincide com as iniciais de Berlusconi, Formenton e Mondadori - a aliança de ferro que destronou Carlo de Benedetti da presidência da Mondadori. Desconfia-se ainda que, dado o secretismo, a rapidez da venda e as consequências que poderá vir a ter no desfecho desta guerra, a sociedade «misteriosa» seja indirectamente controlada por Berlusconi.

O caso, que explodiu polemicamente nas páginas de «La Repubblica» com duas chamadas de primeira página nas edições de sábado e domingo para as habilidades de Berlusconi, coloriu-se, como já é habitual, de tons polémicos. Durante o fim-de-semana, Berlusconi e os seus acérrimos inimigos Scalfari e Caracciolo trocaram comunicados, declarações e envenenadas farpas sobre as páginas de «La Repubblica» e de outros jornais da península. Entretanto a assembleia do grupo «L'Espresso», crucial para o futuro dos dois jornais mais vendidos na Itália, foi adiada para dia 8 de Maio, enquanto nos jornais do grupo continua a sangria de directores. Depois da saída do director, de um cartoonista e de um dos melhores articulistas do semanário «Panorama» (do grupo «L'Espresso»), esta fim-de-semana foi a vez do director do semanário «Epoca» (também do mesmo grupo) que se demitiu desse órgão de informação denunciando,no seu último editorial, o mal-estar e as incompatibilidades insustentáveis com o patrão mais indesejavel dos ultimos tempos, «carinhosamente» apelidado de «Berlusca».

No plano político, Walter Veltroni, do PCI, e Carlo Bassanino, da Esquerda Independente reagiram, imediatamente ao último golpe de cena de Berlusconi, pedindo a convocação urgente da comissão «Cultura e Instrucção» do Senado, para pôr cobro aos desmandos de Berlusconi na guerra pela Mondadori.

É caso para dizer: « o que mais irá acontecer ?... » .

Alessandra Balsamo

Estas medidas, que são uma resposta ao bloqueio económico soviético contra a Lituânia, surgirão numa altura em que uma delegação lituana se encontra em Moscovo para encetar negociações com as autoridades do Kremlin

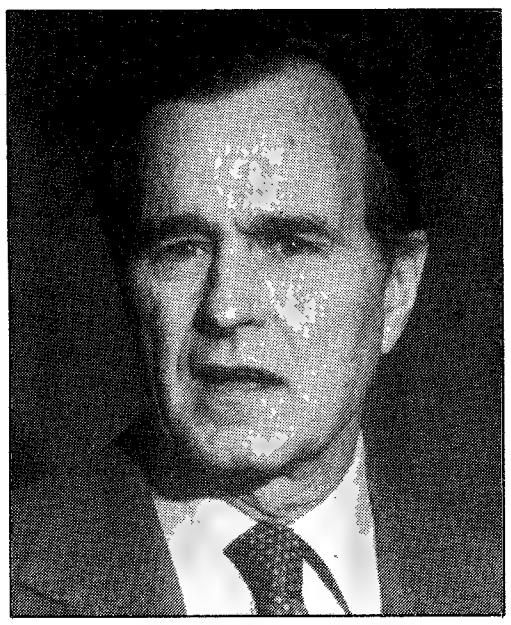
Bush pode anunciar hoje sanções contra a URSS

O Presidente norte-americano, George Bush, deverá hoje adoptar uma série de sanções económicas contra a União Soviética em resposta ao bloqueio de Moscovo contra a Lituânia, disseram funcionários norte-americanos, que pediram o anonimato.

Bush anunicará o pacote de sanções durante uma reunião com líderes do Congresso, indicaram as mesmas fontes.

Entre as medidas contam-se o adiamento da concessão de privilégios económicos e comerciais a Moscovo e a retirada do apoio de Washington ao pedido de adesão da União Soviética ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

Os responsáveis da administração norte-americana acrescentaram que as sanções contra a União Soviética não afectarão a cimeira que Bush e o Presidente soviético, Mikhail Gorbachev, realizam de 30 de Maio a 3 de Junho, nem as negociações americano-soviéticas sobre desarmamento.



Bush vai retirar privilégios comerciais à URSS

O secretário de Estado norte-americano tinha advertido a União Soviética, na semana passada, que deveria esperar por sanções por parte de Washington se continuasse com o bloqueio económico contra a Lituânia. Posteriormente, a União Soviética decretou um embargo total (ou parcial) de diversos produtos, nomeadamente petróleo e gás natural.

Baker disse que Bush não discutiu com Delors uma acção comum contra a URSS, mas declarou-se satisfeito com a posição adoptada no sábado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze.

«Essa declaração é um sinal da crescente inquietação da comunidade internacional relaticamente às medidas económicas tomadas por Moscovo» contra a Lituânia. Os Doze pediram a Moscovo para levantar o bloqueio económico à Lituânia e exortaram Moscovo e Vilna a negociar.

Entretanto uma delegação lituana espera iniciar hoje conversações com dirigentes soviéticos, enquanto a primeira-ministra daquela república revelou não lhe ter sido dado visto para ir aos Estados Unidos.

A delegação lituana não chegou a ser ontem recebida pelas autoridades soviéticas, ao contrário do que declarara a primeira-ministra, no seu regresso da Noruega, Dinamarca e Suécia.

A informação sobre o início dos encontros hoje foi dada por E. Kuzminskas, membro da delegação lituana que se encontra em Moscovo, e a agência SIA do movimento nacionalista «Sajudis», precisou que ela se encontrará com o presidente do Soviete Supremo da URSS, Anatoli Lukianov.

O porta-voz do Presidente da URSS, Arkadi Maslennikov, reafirmou que as conversações entre Moscovo e Vilna só são possíveis com base na Constituição soviética, devendo os lituanos regressar «ao caminho da lei». «Como o farão - através da abolição das decisões ilegais ou por meio do seu congelamento - é problema deles», declarou.

Ontem, o Presidente lituano, Vitautas Landsbergis, em declarações à agência France Press, disse que a república poderá introduzir o racionamento alimentar no caso de o bloqueio económico persistir. Mas «não haverá fome, porque a Lituânia alimenta-se por si própria», acrescentou.

Provavelmente «introduziremos cartões de racionamento» - disse.

As autoridades soviéticas «criaram artificialmente este problema na esperança de atiçar o descontentamento dos trabalhadores, da população face à direcção da república», afirmou ainda Landsbergis.

Redacção DL/Lusa/AFP

BREVES

URSS manda evacuar 14 mil pessoas da região de Chernobyl

Mais de 14 mil pessoas serão este ano evacuadas das áreas circundantes da central nuclear de Chernobyl, após as autoridades soviéticas terem admitido que subestimaram as consequências do desastre de 1986, anunciou ontem o Pravda. Cientistas dizem que serão necessárias décadas para remover o pó radioactivo espalhado nos 30 quilómetros da zona de perigo que rodeia a central nuclear. Segundo o Pravda, a radioactividade afectou 32 distritos da república da Ucrânia, onde vivem 60 milhões de pessoas.

Manifestações antigovernamentais na Roménia

A polícia romena dispersou hoje à bastonada mais de 200 manifestantes antigovernamentais que ocupavam uma praça no centro de Bucareste, disseram testemunhas. A polícia, que interveio ao amanhecer, desmantelou as barricadas montadas pelos contestatários e feriu pelo menos 20 pessoas. Já no domingo, milhares de manifestantes ocuparam o centro da capital romena exigindo a demissão do presidente interino, Ion Iliescu, e da Frente de Salvação Nacional. As manifestações foram organizadas por alguns sectores da oposição, entre os quais o grupo 21 de Dezembro, que advogam a tese de que Iliescu e a FSN subiram ao poder através de um golpe de Estado preparado antes da revolução.

Revolta no Nepal provoca mais 10 mortos

Pelo menos 10 pessoas morreram ontem e 72 ficaram feridas em Katmandu durante cenas de pancadaria entre a polícia e manifestantes que exigem a saída do rei Birendra do Nepal. O centro da capital nepalense foi selado pela polícia que disparou sobre a multidão e espancou até à morte pelo menos seis pessoas. O primeiro-ministro, Krishna Bhattarai, anunciou o recolher obrigatório em Katmandu, desde o anoitecer ao despontar do dia. Cartazes denunciando a existência de uma conspiração monárquica para desacreditar a administração e Bhattarai apareceram hoje afixados nas ruas da capital. Os incidentes de ontem são os mais graves desde que, em 6 de Abril, a polícia, acusada de envolvimento numa conjura monárquica, abriu fogo sobre manifestantes pro-democracia.

EUA não convencem Governo angolano

Van-Dunem rejeita Genebra como local de conversações

Os possíveis locais onde irão decorrer as primeiras conversações directas entre o Governo de Luanda e a UNITA, foram ontem reduzidos de cinco para quatro, quando o ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, Pedro de Castro Van-Dunem «Loy», rejeitou em Nova Iorque a proposta americana para que Genebra fosse a escolhida. Restam agora a Cidade da Praia, Kinshsa, Gbadolite e Lisboa, tendo «Loy» demonstrado a sua preferência por uma cidade africana, embora admita que a capital portuguesa possa acabar por vir a ser o local de encontro.

Durante hora e meia o sub-secretário norte-americano para Assuntos Africanos, Herman Cohen, tentou demonstrar a «Loy» as vantagens de as conversações decorrerem em Genebra, sob a mediação do presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, apoiado tecnicamente pelos EUA e a URSS. Após a reunião, realizada na missão de Angola nas Nações Unidas, «Loy» invocou o desejo do seu Governo de «não internacionalizar o processo de paz» e rejeitou frontalmente a proposta.

EUA insistem em Mobutu

Mesmo assim, segundo uma fonte da secretaria de Estado norte-americana citada pela emissora «Voz da América», os EUA «continuam interessados em promover contactos directos» entre as duas partes, disposição que teria sido comunicada ao chefe da diplomacia angolana. Por outro lado, continuam a insistir em que Mobutu seja o medianeiro, embora quer o MPLA, quer a UNITA, já tenham manifestado não oficialmente reservas quanto à sua actuação no processo. Mas os norte-americanos são claros: «As partes devem tratar Mobutu Sese Seko como medianeiro, a menos que lhe digam directamente que não o aceitam».

A mesma fonte declarou que «havia várias propostas na mesa» quanto a um local possível para as conversações, mas recusou-se a dizer se eram da autoria dos Estados Unidos. Essas propostas incluiam Genebra, Lisboa, Cidade da Praia, Kinshasa e Gbadolite.

Enquanto decorrem os esforços para dar início ao processo de paz, em Angola continua-se a combater. Ontem, a UNITA reclamou ter afundado a jangada sobre o rio Kubango, província de Kuando Kubango, que servia «de trampolim» entre a base central de abastecimento de Menongue e o posto móvel das forças do MPLA, situada na margem direita do rio.

Numa nota assinada pelo general Arlindo Pena «Ben Ben», o acto foi classificado como um «aviso enérgico ao MPLA», num momento em que unidades das FAPLA estariam a efectuar uma ofensiva contra o território ocupado pela UNITA, com o objectivo de controlar a fronteira entre Angola e a Namíbia.

Redacção «DL»/Lusa

Eduardo dos Santos e Savimbi apoiam a iniciativa, marcada para o próximo fim-de-semana, enquanto Cavaco e Soares disputam presença na sessão de abertura

Quadros angolanos promovem congresso «despolitizado»

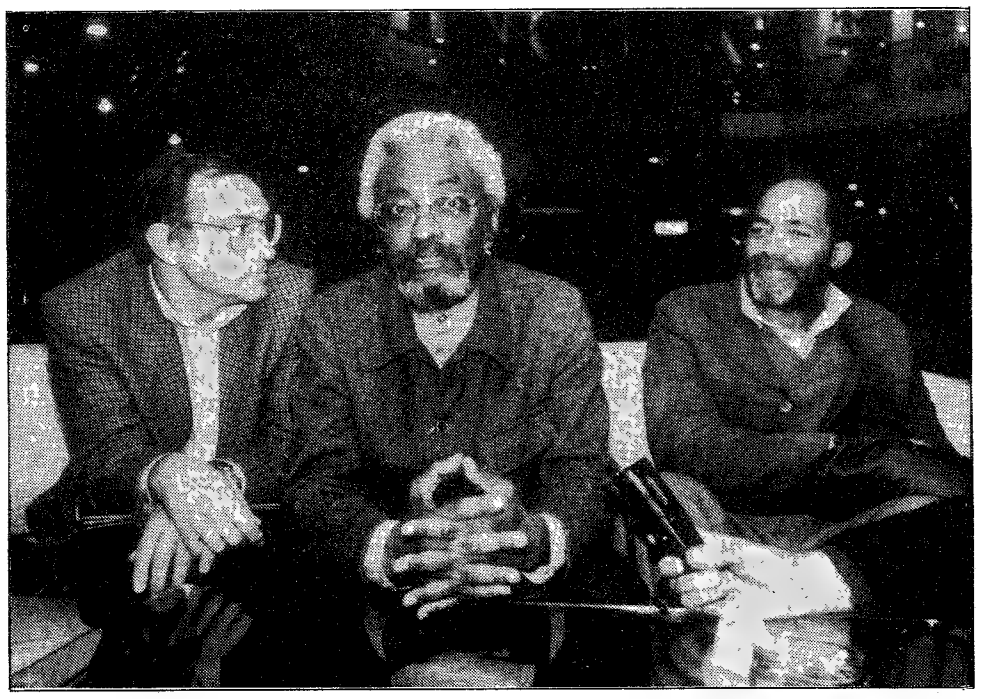
Debater a problemática angolana numa perspectiva de recuperação económica posterior ao processo de paz em curso no país é o objectivo do I Congresso dos Quadros Angolanos no Exterior, marcado para o próximo fim-de-semana em Lisboa.

Ao adoptar esta postura, a organização atribui à iniciativa um carácter eminentemente sócioprofissional, o que implica, desde logo, a sua despolitização. «O nosso objectivo é a aproximação de todos os angolanos, não das partes políticas em confronto», afirmou ao «DL» José João Oliveira, um dos promotores do Congresso. A noção de «todos os angolanos» é, aliás, tão larga que inclui o convite a personalidades como Vítor Sá Machado e Cardoso e Cunha.

O encontro conta com o «beneplácito» de Luanda e de Lisboa. José Eduardo dos Santos já o manifestou e Cavaco Silva cedo confirmou a presença. Aliás, o interesse manifestado pelo primeiro-ministro e por Mário Soares em participarem na abertura do Congresso está a gerar algumas dificuldades à organização. A solução deverá passar pela realização de uma sessão solene de abertura.

Para José João Oliveira, embora o acordo de Savimbi tenha sido importante, «se Eduardo dos Santos não o tivesse apoiado expressamente, seria difícil a anuência do Governo português». Com efeito, neste particular, a nossa diplomacia, tem tomado em atenção as posições oficiais de Angola, apostando numa participação de Portugal na «reconstrução» e não na fase actual, marcada pelas tentativas de aproximação entre as partes.

Num momento em que estão em Lisboa o novo delegado da UNITA em Portugal, Alicerces Mango, e o secretário de Informação do movimento rebelde, Tony da Costa Fernandes - logo após o MPLA ter concordado com a proposta da UNITA de que as conversações preliminares para a paz ocorressem no nosso país - esta reunião «despolitizada» suscita expectativa por parte dos observadores deste processo.



Adolfo Maria, Mário Pinto de Andrade e Gentil Viana: queixas de «abuso do nome»

Grupo de Reflexão demarca-se

O carácter profissional do Congresso afastou, aparentemente, algumas personalidades de relevo. Mário Pinto de Andrade, um dos fundadores do MPLA, chegou a ser apresentado como autor de uma comunicação sobre «identidade nacional». No entanto, em declarações ao semanário «O Jornal» da semana passada, rejeitou a possibilidade de estar presente.

Idêntica posição tomaram Gentil Viana - pai de Francisco Viana, um dos organizadores - e Adolfo Maria, que com Mário de Andrade estão envolvidos no chamado Grupo de Reflexão, movimento independente que tem vindo a defender a necessidade da participação dos angolanos de todos os quadrantes na reconstrução nacional, através de uma mediação exclusivamente angolana. Os três consideraram ter havido uma «utilização abusiva» dos seus nomes, argumentando que o objectivo de reunir quadros profissionais inviabiliza à partida a sua participação, eminentemente política.

Já Joaquim Pinto de Andrade, antigo presidente honorário do MPLA, que algumas fontes apontam como possível futuro primeiro-ministro de um Governo angolano de «unidade nacional», deverá estar presente na iniciativa.

«Cooperação à distância»

O ministro das Relações Externas de Angola, Pedro de Castro Van Dunem (Loy), de passagem por Lisboa na passada quarta-feira, em direcção a Nova Iorque, já garantiu a sua presença. A importância atribuída ao congresso na actual conjuntura mede-se, aliás, pelo interesse manifestado pela embaixada dos Estados Unidos em Lisboa, que solicitou à organização a duplicação dos convites para se fazer representar.

Segundo fontes diplomáticas, Loy - que, em Nova Iorque, assistiu à XVIII sessão Extraordinária da Assembleia das Nações Unidas sobre a evolução dos países em vias de desenvolvimento - se deslocou também a Washington, onde manteve conversações sobre o processo de paz com elementos do departamento norte-americano de Estado.

O Congresso, que conta ainda com a presença de altos dignitários das igrejas católica e protestante angolanas, poderá trazer a Lisboa quadros vindos de diversos países, dos Estados Unidos ao Brasil, passando pela Inglaterra e Austrália. Trata-se de criar condições para debater a «cooperação à distância» - nas palavras de José João Oliveira - considerada indispensável à recuperação de Angola, ultrapassada a fase bélica.

O programa, ambicioso, prevê a discussão de três temáticas: a política de quadros, abordando questões como a formação; a estratégia de desenvolvimento (debate de modelos económicos, numa perspectiva macroeconómica e sectorial) e, sintomaticamente, «o regresso», painel dedicado a problemas como a sensibilização da população e os direitos e garantias a consagrar.

Marina Tadeu
Paulo Martins

DECRETOS E LEIS

ENCONTRAM-SE JÁ À VENDA:

- **DETERMINAÇÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL DO IRC**
  3.ª edição
  Henrique Quintino Ferreira
- **ELEMENTOS DE CONTABILIDADE GERAL** — 9.ª edição
  António Borges, Azevedo Rodrigues e Rogério Rodrigues
- **O NOVO POC COMENTADO** — 2.ª edição
  António Borges e Martins Ferrão
- **MANUAL DE CASOS PRÁTICOS** — 2.ª edição
  António Borges e Martins Ferrão
- **REINTEGRAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO ACTIVO IMOBILIZADO DAS EMPRESAS**
  Henrique Quintino Ferreira
- **ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS — NOTAS EXPLICATIVAS**
  2.ª edição
  Maria Teresa Barbot Veiga Faria
- **BENEFÍCIOS FISCAIS**
  Pinto Fernandes e Cardoso dos Santos
- **CÓDIGO DO IRS — ANOTADO E COMENTADO**
  Herculano Curvelo, Ramos Costa, Vasco Guimarães e Gaspar Encarnação
- **COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DO IRC**
  Henrique Quintino Ferreira
- **POC EXPLICADO** — 20.ª edição
  José Bento e João Fernandes Machado

ALÉM DESTES TÍTULOS TEMOS TODOS OS LIVROS SOBRE IMPOSTOS, DE TODOS OS AUTORES E DE TODOS OS EDITORES

REI DOS LIVROS

RUA DOS FANQUEIROS, 77-79 — 1100 LISBOA
TELEFS. 87 97 55 - 87 91 88

O príncipe com orelhas de comissário

A rica herdeira australiana Anne-Margaret Primrose Dunlop, da família dos fabricantes de pneus do mesmo nome, preparava-se para realizar um dos sonhos da sua vida: casar com o seu «príncipe encantado» na romântica Veneza. Este «príncipe» dizia-se de facto um príncipe - Lorenzo Giustiniani Montesini - descendente de uma das mais antigas famílias venezianas e - ninguém o ocultava (a começar pela radiante mãe da noiva) - isso pesou bastante na decisão da jovem, interessada em penetrar no *jet set* internacional ostentando um título de princesa.

Pitty Pat, assim a herdeira Dunlop é conhecida nos meios mundanos da Austrália, convidou dezenas de pessoas da melhor sociedade, vindas de muitos países, incluindo da distante terra natal. Foi de lá também que veio aquele que deveria unir na terra os felizes noivos, um padre católico de Melbourne com as licenças eclesiásticas necessárias para exercer os seus ofícios em Itália. Entre os nomes ilustres presentes, todos devidamente alojados pela família Dunlop no selecto hotel Gritti, encontrava-se gente como Lord McAlpine, tesoureiro do Partido Conservador britânico, todos preparados para seguir no cortejo de gondolas que deveria seguir entre os famosos canais da «cidade dos Doges» tal como estava previsto no glamuroso programa das núpcias.

De repente, este cenário «cor-de-rosa» sofre uma alteração brutal e inesperada. À última da hora o príncipe avisa que afinal já não quer casar e desaparece sem deixar rastro. Os embaraçados Dunlop desfazem-se em desculpas para com os seus perplexos convidados e iniciam uma busca ao esquivo noivo, para explicações mais completas sobre a supreendente atitude quase à porta da igreja.

Dão com ele dias depois escondido numa modesta pensão veneziana. Lorenzo, porém, não estava só. Com ele encontrava-se aquele que iria ser o padrinho do casamento e amigo pessoal do noivo, o costureiro Robert Straub. Entretanto, a verdadeira família Giustiniani faz saber que este Lorenzo nunca tinha pertencido à sua nobre gesta e que naquelas veias o sangue era simplesmente vermelho, sem qualquer tom azulado.

Paris é uma festa

Na terça-feira passada Lorenzo seguiu para Paris com o seu amigo Robert, para dar livre curso às suas emoções. Afinal, o «príncipe encantado», de 40 anos, não passava de um comissário de bordo da companhia área australiana Quantas, conforme ficava demonstrado pelas numerosas fotografias que a deliciada Imprensa italiana publicava, onde se podia ver o alegre Lorenzo a cumprir zelosamente as suas funções de servir *champagne* aos passageiros.

Mas que não se atirem todas as pedras ao falso príncipe. Há que deixar algumas para a desditosa família Dunlop, sobretudo para a activa mãe da noiva, em pulgas para ver a sua filha devidamente «aristocratizada».

Se é facto que os fabricantes de pneus desconheciam que na árvore geneológica Giustiniani não havia nenhum rebento de nome Lorenzo, por outro lado diz-se (dizem os jornais mais precisamente) que a homossexualidade do falso noivo já não era segredo nenhum, assim como a sua amizade pelo costureiro Straub.

No entanto, os Dunlop pretendiam que o casamento fosse para a frente e que só depois de alguns meses os advogados da família entrassem em acção, para obter um discreto divórcio. Como recompensa por um bom desempenho durante a farsa, Pitty Pat passaria a usar, mesmo depois da separação, o título de princesa Giustiniani, enchendo de orgulho os industriais australianos. Só que o coração falou mais alto e o casal deste conto de fadas que deverá «viver feliz para sempre» é constituído por Lorenzo e Robert...

Redacção «DL»/AFP

Instrumentos com conta peso e medida

Pela primeira vez, a metrologia é tema de uma exposição que testemunha várias épocas. A História é feita de factos e nesta mostra os factos fazem a História...

Ao entrar, ontem, no Museu de Ciência, para inaugurar a primeira Exposição Nacional de Metrologia, Presidente da República, Mário Soares, deparou-se com uma balança antiga. Não resistiu a admirá-la e... a testá-la. Subiu para o ancestral instrumento que marcou 88 quilos. Esta peça, pelos vistos, ainda funciona...

Como disse ontem ao DL o presidente da comissão organizadora, Fernando Bragança Gil, «o objectivo desta exposição, sob a organização do Instituto Português da Qualidade e do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, é apresentar, pela primeira vez, todos os pesos e medidas existentes em Portugal».

A mostra, que estará patente ao público a partir de hoje, durante dois meses, reúne exemplares pertencentes a várias épocas. São testemunhos de uma História que se consolidava à medida que o Estado se definia.

Numa carta de foral à cidade de Lisboa, em 1179, o arrátel aparece como o padrão do peso. Era uma medida de origem árabe, tal como o alqueire, e coexistia com outras unidades de origem romana, como o cúbito ou o módio.

Os padrões eram estabelecidos como meios de determinação dos impostos sobre a produção e o comércio de bens e mercadorias, por isso eram considerados instrumentos de poder e vassalagem. Definidos com um carácter eminentemente local, não existia a preocupação da uniformização dos padrões.

Somente em 1361, no reinado de D. Pedro I, as Cortes de Elvas tomaram, pela primeira vez, a decisão de uniformização dos pesos e medidas.

Mais tarde, em 1499, a reforma adoptada no reinado de D. Manuel I, com as Ordenações Manuelinas, visou clarificar os sistemas de unidades para as várias aplicações correntes no comércio. Os múltiplos e submúltiplos viram assim claramente definidos os seus valores em relação à unidade-padrão.

Nesta exposição pode ser visto um exemplar do marco-padrão, criado pelo monarca no século XV, considerado o objecto de maior valor histórico incluido na mostra. Segundo a explicação dada na altura, esta medida foi distribuída por todos os concelhos do país e integrava um conjunto de 16 recipientes que permitiam pesar desde um escropulo (aproximadamente uma grama) até duas arrobas (30 quilos).

Ao longo do século XVII e XVIII colocou-se a necessidade de proceder a uma tentativa de uniformização dos pesos e medidas a nível europeu. Por recomendação da Academia de Ciências, foi aprovado, em 1791, a definição do *mètre* igual à décima milionésima parte do quarto de meridiano terrestre e todo um sistema métrico dele derivado.

Sistema métrico em Portugal

Por cá, nem tudo estava assim tão definido como parecia. Em 1812, a Comissão para o Exame dos Forais e Melhoramentos da Agricultura recomenda a reforma do sistema de pesos e medidas, sendo ordenado à Academia Real das Ciências de Lisboa que, juntamente com aquela comissão, «formassem um plano para a igualdade dos pesos e medidas próprios dos grandes conhecimentos e luzes do século, debaixo de um sistema geral com base sólida e permanente».

Surgiu então uma proposta de adopção de um sistema métrico décimal, baseado no *mètre*, que levou D. João VI a mandar executar novos padrões de pesos e medidas.

Após 1820, Portugal, Espanha e Itália adoptam o mesmo sistema métrico que tinha sido já reconhecido pela França, em 1791. A Comissão para o Exame de Forais e Melhoramentos da Agricultura, que oito anos antes tinha recomendado a reforma do sistema de pesos e medidas, veio, mais tarde, a aprovar a adopção ao sistema métrico.

A história dos pesos e medidas, tal como toda a História, é feita através dos factos e dos feitos. Hoje restam os registos escritos e algumas peças. Os utensílios de medida expostos, como a bomba de gasolina mais antiga (aprovada em 1940), ou os primeiros hidrómetros utilizados em Portugal, no início do século XX, são paradigmas de uma época e de um tempo.

Segundo o vice-presidente do Instituto Português da Qualidade, Jaime Henriques, alguns aparelhos antigos, conhecidos por contadores de água, ainda funcionam, actualmente, em Xabregas.

G.O.

Meio para refrear febre especulativa

Hastas públicas voltam à Câmara de Lisboa

A venda de terrenos camarários através de hastas públicas volta ao município lisboeta, passados dezasseis anos após a realização da última operação deste tipo. Assim, uma proposta subscrita pelo vereador Luis Simões e apresentada na última reunião do executivo aponta no sentido de se alienar três lotes municipais localizados na Avenida José Malhoa, perto da Praça de Espanha, anunciou em conferência de Imprensa o porta-voz do presidente da autarquia, Perez Metelo.

Para a aquisição dos referidos terrenos, que perfazem na totalidade uma área de cerca de 21 mil metros quadrados, os interessados terão como preço base de licitação o valor de 80 mil escudos por metro quadrado-piso acima do solo.

A proposta recolheu a concordância das diferentes forças políticas representadas na Câmara e deverá agora ser analisada na próxima reunião da Assembleia Municipal, prevendo-se que a operação de venda, propriamente dita, se realize dentro de um mês.

Com esta «primeira» venda em hasta pública (recorde-se que última operação registada na CML remonta a 30 de Dezembro de 1974) a edilidade lisboeta prevê uma receita de 1 milhão e 700 mil contos, se os três lotes forem vendidos ao preço base.

O comportamento do mercado imobiliário perante a recuperação desta modalidade de venda de terrenos é uma incógnita para a Câmara, que assim optou por não acabar para já com o sistema de permutas.

«As hastas públicas dão maior transparência na oferta de terrenos para quem se quiser habilitar, e dentro de algum tempo poderão ser factor determinante para refrear a febre especulativa dos terrenos», afirmou Perez Metelo.

L.A.B.

Conferência Episcopal reunida em Fátima

A Conferência Episcopal Portuguesa está reunida, até quinta-feira, em Fátima, num encontro que apesar de ter uma agenda de rotina se realiza no momento em que a questão da TV católica suscita uma crescente discussão no seio da própria Igreja.

Fontes próximas do forum que se iniciou na tarde de ontem asseguram que foi reafirmada a confiança depositada no Cardeal Dom António Ribeiro para prosseguir as negociações com o Governo sobre a questão da televisão.

De acordo com a nota distribuida à Comunicação Social, os bispos vão analisar, entre outros, temas como «a passagem dos 25 anos sobre o termo do Concílio Vaticano II e dos 50 anos sobre a concordata entre Portugal e a Santa Sé».

Para além da apreciação do relatório de contas do Secretariado Geral da Conferência os responsáveis da Igreja vão debruçar-se sobre a formação do clero, uma questão essencial para as suas necessidades.

Pastoral apela à unidade sindical

Entretanto, a Comissão Nacional de Pastoral Operária apelou à «unidade de acção das centrais sindicais, garantindo-lhes apoio e solidariedade nas acções que visem a defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores seus representados».

Em comunicado, a Pastoral afirmou ser «frontalmente contra qualquer negociação que em troca de ilusórios benefícios imediatos torne mais gravosas as condições de precaridade já existentes» para os trabalhadores.

Referindo-se à proposta das confederações patronais para modificar a actual legislação laboral, diz que a reestruturação da económia e das empresas «não pode ser feita sem o diálogo com os trabalhadores, através das organizações sindicais.

Lotaria Popular

1º - 424696	3 000 000$00
2º - 476354	750 000$00
3º - 061088	500 000$00
4º - 481093	250 000$00
Terminações em 4696	85 000$00
Terminações em 696	60 000$00
Terminações em 354	15 000$00
Terminações em 088	4 000$00
Terminações em 093	1 500$00
Terminações em 25,31,99,47,06 e 76	500$00

Os dirigentes da FTDC promovem a união de esforços com os sociais-democratas de Pereira Lopes para combater a hegemonia socialista. O objectivo está à vista: alcançar a paridade com as outras tendências sindicais

Democratas cristãos à conquista da UGT

Os sindicalistas democratas estão empenhados em combater a hegemonização socialista que persiste no interior da UGT, segundo propósito manifestado por Manuel de Andrade, em declarações feitas ao DL, na sequência da realização do V Congresso da Federação dos Trabalhadores Democratas Cristãos (FTDC). Nessa reunião, efectuada no passado fim de semana, foi aprovada, como uma das principais decisões, a concretização dum protocolo de acordo com a tendência sindical social democrata, liderada por Pereira Lopes. Manuel de Andrade foi reeeleito presidente da estrutura sindical democrata cristã.

Aquele objectivo passa pelo desenvolvimento da influência da FTDC no campo sindical, concretamente nos sindicatos e nas empresas do sector privado. «Temos que provar que somos uma força sindical. Uma das apostas deste Congresso foi o trabalho de reforço da nossa posição no terreno, de forma a ter reflexo no interior da UGT», explicou Manuel de Andrade ao DL.

Recorde-se que a tendência democrata cristã, cujos dirigentes fizeram parte da «Carta Aberta» que deu origem à UGT, foram perdendo posição dentro da central até ao Congresso Extraordinário do Coliseu, altura em que Torres Couto apostou na sua representação em detrimento da dos TSD (Trabalhadores Social Democratas, estrutura partidária do PSD).

O apoio inequívoco que a FTDC deu à greve geral de 1988 e o conflito que estalou entre socialistas e social democratas de Pereira Lopes contra os TSD foi decisivo para a implantação dos democratas cristãos no seio da UGT.

Torres Couto estabeleceu então um acordo com Manuel de Andrade: a FTDC passou a ter dois elementos no Secretariado Nacional da central (embora como suplentes), com a promessa que no próximo congresso ordinário, em 1992, a sua representação nos órgãos de decisão da UGT seria maior. Com esta estratégia, o secretário-geral da central da Buenos Aires pretendeu «calar» as críticas dos TSD, apresentando uma UGT «cada vez mais plural».

Segundo Manuel de Andrade, «Torres Couto não nos fez nenhum favor. Ao provocar a nossa entrada no Secretariado Nacional está a fazer um trabalho positivo em relação ao pluralismo da central. Além disso, a nossa Federação tem representatividade internacional, o que Torres Couto não esqueceu: tivemos um papel muito importante na entrada da UGT na CES (Confederação Europeia de Sindicatos)».

Conquistar sindicatos com os olhos na UGT

Desde essa data, a FTDC tem vindo a aumentar a sua representatividade no terreno e neste momento tem dirigentes em vários sindicatos: Bancários do Norte, Seguros do Sul, Sindepescas, Sindicato dos Economistas, Sintelco, Sindep, sendo a sua última «conquista» a representação «condigna» no Sitese, liderado por Vítor Hugo Sequeira.

«Pretendemos, com o aumento da nossa posição nos sindicatos e empresas, chegar ao próximo Congresso da UGT com uma representatividade que nos permita pedir paridade com as outras tendências», disse Manuel de Andrade.

A aprovação pelo Congresso de um protocolo de acordo com a tendência de Pereira Lopes tem dois objectivos: por um lado, a conquista dos trabalhadores de empresas privadas, próximos dos ideias por eles defendidos, terreno que, segundo Manuel de Andrade, «está quase virgem e possibilita um reforço do papel da UGT».

Por outro lado pretendem, dessa forma, lutar contra a hegemonização dos socialistas dentro da central. Admitem, no entanto, que esta hegemonização «é legítima, pois eles têm a maioria dos sindicatos».

Esta estratégia foi ainda apoiada por Basílio Horta, do CDS, que interviu no início dos trabalhos. Aquele dirigente partidário segeriu «o apoio da FTDC aos sindicalistas social democratas, marginalizados pelo PSD». Basílio Horta repudiou ainda as vaias de que foi alvo Pereira Lopes no Congresso do PSD.

Manuel de Andrade, presidente da FTDC, aposta no reforço da influência sindical junto dos trabalhadores das empresas privadas, terreno que considera «quase virgem»

Fusão das centrais: objectivo do século

O Congresso pronunciou-se ainda a favor da fusão entre as duas centrais sindicais proposta por Torres Couto.

«Essa seria a situação ideal, é o objectivo do fim do século, em termos sindicais. Infelizmente para os trabalhadores e para o país, ainda estamos longe de chegarmos a esse objectivo de forma conclusiva», disse Manuel de Andrade, acrescentando: «Tudo depende do que for o Congresso do PCP, que tem uma grande influência na CGTP, e da Intersindical defender os princípios em que foi criada a UGT, ou seja, renunciarem à unicidade sindical e às linhas marxistas-leninistas, com as quais não temos nada a ver».

Manuel de Andrade elogiou o trabalho realizado por José Luís Judas, considerando que se ele chegar a dirigente da CGTP «a fusão das duas centrais poderá ter êxito».

Entre as várias conclusões do V Congresso da FTDC destaca-se a alteração dos estatutos, com relevo para a criação da figura de secretário-geral, o alargamento do Secretariado Nacional e da representação dos delegados ao Congresso.

Freitas do Amaral encerrou os trabalhos, lançando um repto à organização: será a FTDC a eleborar os pontos do programa de acção do CDS sobre a área de trabalho e sindicalismo.

E. A.

Legalização das drogas em período de cruzada

Grupo Antiproibicionista recolhe assinaturas

Numa altura em que se intensificam as campanhas contra a droga e que os Estados se movem numa verdeira cruzada contra este flagelo, o Grupo Antiproibicionista português (GAP) avança, num manifesto, com propostas concretas para a resolução do problema. Através de um abaixo-assinado, posto a circular a semana passada, pretende ainda o grupo dar seguimento ao projecto de lei apresentado no Parlamento pelo ex-deputado independente Pegadò Liz, que prevê a regulamentação dos estupefacientes.

O GAP, segundo fonte próxima do grupo, decidiu apostar na recolha de assinaturas de "vips", nomes sonantes que por si só mostrem como o problema da droga é muito complexo, intrincado, e não se compadece com meras campanhas de sensibilização da juventude.O GAP vai ainda formular vários apelos institucionais em prol da sua causa.

A mesma fonte revelou ao "DL" que "o largo número de assinaturas já recolhidas" visa mover a Assembleia da República a agendar o projecto de lei "Por um combate eficaz ao tráfico criminoso da droga e pela erradicação das suas letais consequências da sociedade", apresentado a 15 de Fevereiro do ano corrente, pelo deputado acima citado.

Aquele diploma, que o "DL divulgou em primeira mão, prevê a legalização e regulamentação das drogas em três fases - produção, comércio e consumo. Assim, toda a cadeia ligada aos estupefacientes seria monopólio do Estado e não das mafias como acontece neste momento.

"O projecto de Pegado Liz, que entretanto abandonou a bancada renovadora, foi parar a gaveta, num momento em que urge estabelecer um grande debate público em torno do tema", disse aquela fonte. Acrescentou que o GAP apenas se constituiu para possibilitar este debate e conta com participação de meia dúzias de pessoas que estão por dentro das problemáticas da droga. Entre elas contam-se Luis Mendão, presidente do Partido Radical, e o ecologista António Eloy, dos Amigos da Terra.

O GAP quer, sobretudo, promover uma campanha de informação/dissuasão sobre drogas leves e pesadas, a fim de conter o uso e desencorajar o abuso; a despenalização do haxixe e da marijuana; e o aumento da oferta aos toxicodependentes de um amplo leque de opções de assistência e tratamento.

Al Capone já sabia

No manifesto antiproibicionista, o GAP traça um perfil muito claro da presente situação das drogas a nível mundial, alertando para o facto da simples proibição do tráfico e consumo só vir agravar o problema.Segundo o documento, a condenação dos consumos individuais, para além de consistir numa actividade anti-económica, não resolve a toxicodependência.

"Desde a Lei Seca americana e Al Capone que se sabe: o proibicionismo em relativo às substâncias criadoras de habituação orgânica ou psíquica não dá solução a tais situações, antes as agrava", acrescenta o manifesto.

A clandestinidade do comércio, a liberdade de movimentos do crime organizado e uma forte repressão exercida quase exclusivamente junto dos consumidores são os efeitos nefastos apontados pelo GAP, que frisa: "evolui uma "ideologia" da droga que pouco ou nada serve a realidade".

Os Estados têm as mãos sujas neste negócio chorudo, segundo o mesmo grupo. "O episódio "Irangate" foi a prova definitiva de que o negócio dos armamentos está ligado ao tráfico dos estupefacientes", refere ao mesmo tempo que acusa: "a Mafia também está aqui em Portugal. Há indícios de branqueamento de dinheiro proveniente do tráfico de droga na especulação imobiliária, sobretudo em áreas de paisagem protegida".

O manifesto antiproibicionista apela ainda para a modificação das leis, assim como das estratégias da Organização Mundial da Saúde e de todas as entidades nacionais e internacionais que lidam com a dependência.

"O sistema actual é uma ficção, e uma ficção que peca pelo absurdo: não faz sentido aceitar como legais substâncias psicoactivas como o álcool, o tabaco, o café e os psicofármacos, distinguindo entre estas substâncias entre casos de uso e abuso, considerando-se ao mesmo tempo como "drogados" os milhões de pessoas que usam o haxixe e a marijuana", conclui o GAP.

Paula Sá

ESPECIAL FÉRIAS/90

no HOTEL DO PARQUE

VIANA DO CASTELO
COSTA VERDE

☆☆☆☆

O Hotel do Parque em Viana do Castelo elaborou para si um atractivo programa especial «Férias 90» oferecendo-lhe a possibilidade de gozar as suas melhores férias de sempre no coração do Alto Minho e no sossegado ambiente das suas 4 Estrelas, Piscinas, Bares, Sala de Jogos, etc. Preços p/pessoa em quarto duplo c/peq. almoço incluído.

		MAI.JUN.OUT.	JUL.AGO.SET.
PROGRAMA 1 6 noites 7 dias	Entrada domingos Saída sábados	15 900$00	18 975$00
PROGRAMA 2 7 noites 8 dias	Entrada qualquer dia	19 950$00	22 925$00

• Peq. Suplemento p/ocupação single.
• 1 a 31 de Agosto supl.: 1250$00/dia/quarto, em qualquer modalidade.
Peça-nos programa detalhado «ESPECIAL FÉRIAS 90», por Telef. (058)82 86 05, Telex 32511 HOPARC P, Fax 82 86 12 ou no seu AGENTE DE VIAGENS.

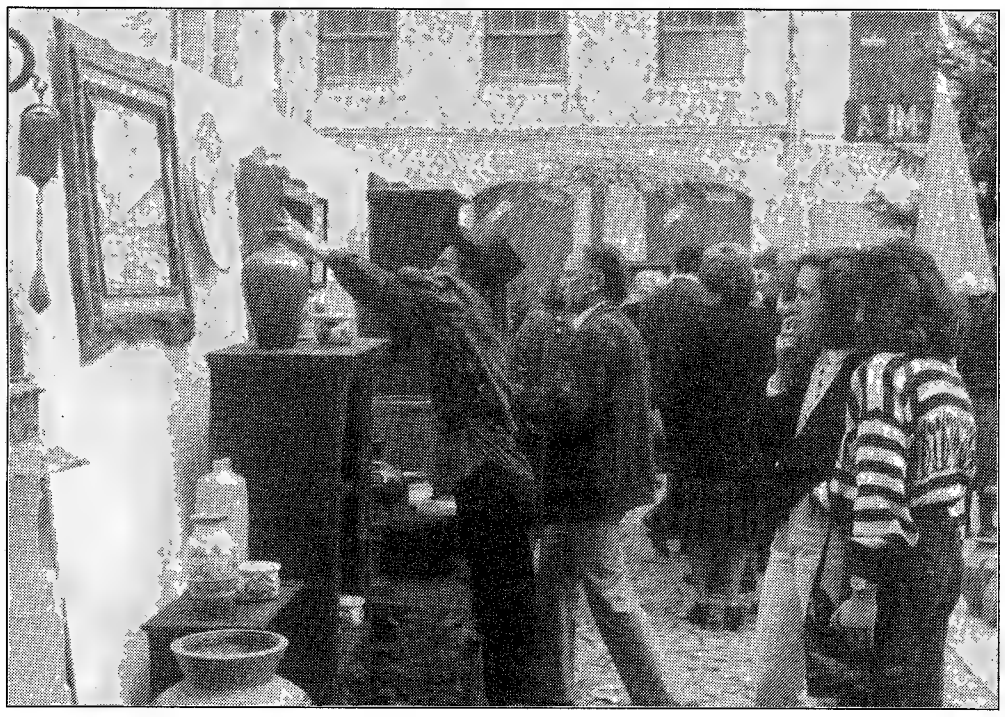
Dr. José Luís Serras Barroso vem, nos termos e para os fins legais, comunicar que em 8 de Março de 1990 renunciou — com efeitos imediatos a essa data — ao seu mandato de Administrador da Sociedade Martins & Rebelo, SA com sede em Lisboa.

À conquista do Norte

Atractivos da Costa Azul exibem-se em Coimbra

Oleiros, tecelões e marceneiros, entre outros representantes do artesanato do distrito de Setúbal, exibiram a perícia manual durante os três últimos dias da semana passada em Coimbra, em plena via pública, no contexto de uma acção de propaganda da Região de Turismo da Costa Azul.

Edgar Costa, o presidente deste organismo, explicou a iniciativa pelo propósito de se começar a reter no litoral envolvente do Sado o fluxo do turismo interno que demanda o Algarve, alertando a população doNorte do País para os atractivos da região. Nesse sentido, além da exposição de artesanato, instalada na Praça Velha, concorrida artéria da cidade, a dois passos do Mondego, a acção compreendeu uma mostra gastronómica, num restaurante prestigiado.



Espiolhando amostras do artesanato do sul

Os três dias promocionais dos valores turísticos da Região da Costa Azul, que compreende treze concelhos, estendendo-se do litoral do estuário do Tejo a Vila Nova de Milfontes, em plena costa alentejana, animaram o quotidiano coimbrão com actuações de um rancho folclórico e o repetido desfile de uma banda filarmónica.

Barros pintados, tapetes de Arraiolos e cadeiras de assento de boinho, somados aos bifes de espadarte e à caldeirada «à pescador», estão entre os grandes argumentos da aposta turística da região setubalense, como a definiu Edgar Costa, que apontou o mercado interno como objectivo principal, para reanimação económica da Costa Azul na época baixa.

Atenuar a ligação ao estio das receitas turísticas da região é a preocupação do mesmo responsável, que para o efeito entende necessária a divulgação dos valores culturais da zona. A ela correspondeu o esforço financeiro que esta iniciativa promocional implicou, estimado em oito mil contos por Edgar Costa, em conversa com os jornalistas que a acompanharam.

A falta de empresários com capacidade para explorarem as potencialidades turísticas da zona foi outro aspecto salientado por Edgar Costa, que apresentou como exemplo da carência a escassez de embarcações para cruzeiros no Sado.

Outro aspecto salientado aos jornalistas foi a deficiência de ligações rodoviárias, com destaque para o problema da ponte sobre o Tejo e, sobretudo, do ónus que certas estradas do distrito de Setúbal têm de pagar pelas dificuldades no tráfego para o Algarve, mormente em Tróia, cujo trânsito, na época alta, faz dela apenas local de passagem.

O esforço de animação turística da Costa Azul subjaz a projectos no âmbito do turismo de habitação, que, segundo Edgar Costa, se localizarão sobretudo na área alentejana da zona, nos concelhos de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Grândola, e ainda na Arrábida. Palavras condenatórias mereceu a empresa Sol-Tróia, de mera venda de apartamentos de férias, que foi qualificada de potencial «carrasco do turismo» local.

Manifestando o propósito de repetir iniciativas como esta, empreendida em Coimbra, noutros pontos do Norte do País, o presidente da Região de Turismo da Costa Azul acentuou a necessidade de, até como resposta à retracção do turismo estrangeiro, estimular o do Norte do País, de forma a que a taxa de ocupação dos portugueses duplique, pelo menos, a actual taxa de 30 por cento, pela qual se fica normalmente na época baixa.

Dois milhões de contos para pousadas no Alentejo

A Enatur (Empresa Nacional de Turismo) vai investir 2 milhões de contos na instalação de pousadas no Alentejo, considerando especialmente Montemor-o-Novo, Beja, Arraiolos, Flor da Rosa, Vila Viçosa e Alvito, segundo informa o jornal «Notícias de Évora». Para Montemor-o-Novo está prevista a instalação de uma pousada no Convento da Saudade, para o que já foi assinado um protocolo entre o IPPC e a Enatur para se proceder à recuperação do edifício, que se encontra em adiantado estado de degradação. O IPPC nomeou já uma equipa de arquitectos que procederá ao levantamento do edifício. A futura pousada terá uma capacidade de 22 a 25 quartos e deverá estar concluída entre 1993 e 1994.

O Convento de S. Francisco, em Beja, será igualmente restaurado para que naquele espaço funcione, já a partir de 1992, uma pousada com 30 quartos, havendo já anteprojecto para o edifício hoteleiro. Projecto pronto tem já a futura pousado de Alvito que irá funcionar no castelo, propriedade da Fundação da Casa de Bragança. Em Vila Viçosa está também em perspectiva a edificação de uma pousada num convento, que é, igualmente, propriedade daquela fundação.

Vem aí a ementa turística

A lei existe e está regulamentada desde Março do ano passado, mas a verdade é que ninguém a cumpriu nem as entidades fiscalizadoras se preocuparam a exigir a sua obrigatoriedade. A partir do dia 30, as coisas vão passar a ser diferentes: a ementa turística vai ser realmente posta em prática.

E mais: as associações empresariais e Direcção-Geral do Turismo chegaram a um acordo, perante a manifesta falta de informação sobre a matéria, de maneira que, a partir do fim do mês não haverá por parte dos Serviços de Inspecção da Direcção-Geral de Turismo qualquer atenuante para os estabelecimentos que não cumprirem com este requisito legal.

Pelo exigido pela lei entende-se que «os restaurantes, qualquer que seja a sua categoria, deverão oferecer obrigatoriamente, a preço fixo, um serviço de refeição completa, denominada refeição ou ementa turística». O membro do Governo com tutela sobre o turismo poderá fixar a composição mínima da ementa turística e o respectivo preço, em função da categoria e tipo do estabelecimento.

A ementa turística deverá compreender, no mínimo, a seguinte composição: pão, uma entrada, um prato de peixe ou de carne, uma sobremesa e vinho (meia garrafa de conteúdo variável entre 0,35 ou 0,40 l, ou cerveja, o,33 l, ou sumo ou água mineral. Aquela ementa deverá ser apresentada com preço fixo e, em caso algum, o seu preço poderá ser remetido para os constantes da lista do dia. É um serviço anunciado e pago como um todo.

A legislação entende que a ementa turística deverá oferecer preços inferiores aos da lista do dia e as multas previstas, já a partir de Maio, variam entre os 10 e os 200 contos para o não cumprimento da lei.

O PARAÍSO A DOIS PASSOS DE LISBOA

OK! Optamos por VALE DE LOBOS!

Sim, fica tão perto de LISBOA!

A DECISÃO CERTA!
A GARANTIA DO ÊXITO!
Estamos aptos a preparar-lhe o seu
CONGRESSO.
Confie na nossa experiência!
HOTEL ★★★
VALE DE LOBOS

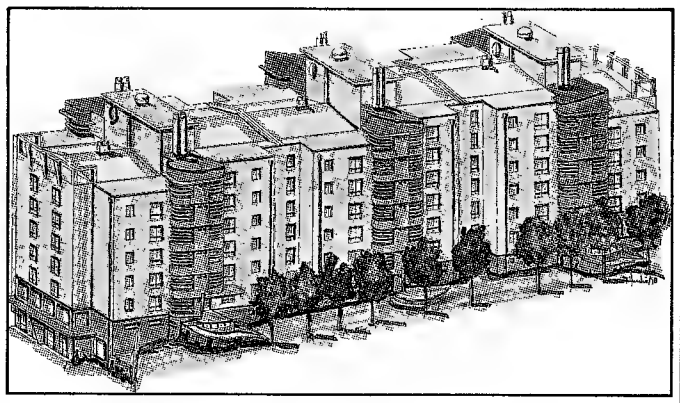
SEMINÁRIOS · REUNIÕES · CONGRESSOS
9273419
VALE DE LOBOS • 2715 SABUGO 9273401 • 9274626
FAX: 9274656 • TELEX: 44564 - VALOBO P

COMPRE APARTAMENTOS NA COSTA AZUL

TORRES DO SADO

Na zona Central de Setúbal

Praias oceânicas de areia branca e fina. Um MAR AZUL onde brincam golfinhos. Encostas atapetadas de cepas de castas únicas. Uma Cozinha Regional incomparável...
TUDO ISTO É A COSTA AZUL!!!
A dois passos de Lisboa, Setúbal começa, já a viver o Futuro!
Já lhe chamam SILICON BAY...
E com razão! Os Grandes Projectos começaram a arrancar.
Setúbal é um caso muito sério para os INVESTIDORES AVISADOS...
As TORRES DO SADO — BEM NO CENTRO DA CIDADE — são um INVESTIMENTO CERTO COM VALORIZAÇÃO GARANTIDA!!



Apartamentos T2 e T3.

Há várias maneiras de contactar connosco.
Por telefone, Telex ou Fax.
Ou, porque não, fazendo-nos uma visita em Setúbal,
MESMO NO — CORAÇÃO — DA CIDADE!

ARTETRA CONSTRUÇÃO, S.A.
ANDAR MODELO EM SETÚBAL:
Av. Bento Jesus Caraça - defronte do posto mobil
Telefone 065/721144
Telex 63810 ARTET P
Sede: Av. Defensores de Chaves, 27 - 1.º Esq. — 1000 LISBOA
Telefone 54 10 10 (rede de Lisboa) Telex 13012 ESTIL P Fax 352 63 71

bisturi

Fizeram a mais bela revolução europeia. Tiveram todo o poder
Dezasseis anos depois estão na reserva - ou na pratele

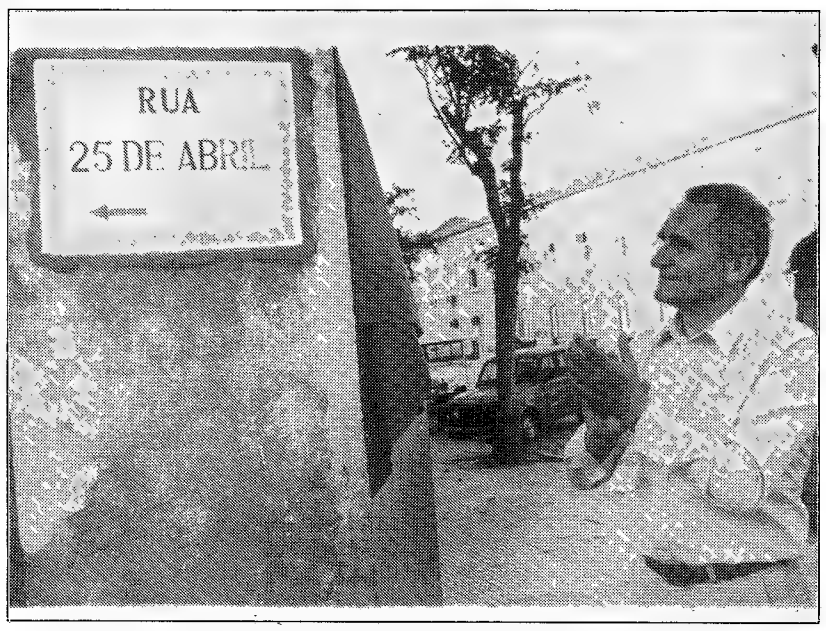
Capitães de Abril foram quase todos «e

Salgueiro Maia foi um símbolo. Preparou o Movimento das Forças Armadas, comandou as tropas desde Santarém, tomou o Quartel do Carmo, foi um dos primeiros militares que vimos na rua de cravo na orelha e sorriso rasgado. Hoje, está de novo na sua unidade: é bibliotecário na Escola Prática de Cavalaria de Santarém.

Pezarat Correia, pertenceu ao Conselho da Revolução durante o Verão quente. Era considerado dos melhores estrategos deste País, repetidamente louvado e condecorado, antes de 1974. Há dois anos tinha a patente de brigadeiro e todas as condições necessárias para ser promovido a general. Depois de ter sido preterido na nomeação durante meses preferiu passar à reserva. Hoje é um dos muitos militares de Abril que despiu a farda.

«A instituição militar é conservadora por natureza e nunca nos perdoou», diz Vitor Alves. Também ele veste agora à civil. Entretém-se a pesquisar numa empresa editorial. Aproveita os conhecimentos que adquiriu enquanto foi embaixador itinerante, e nos nove anos em que presidiu ao Dia de Portugal, para organizar publicações sobre as comunidades portuguesas no Mundo, enquanto prepara um livro.

Teve todos os cargos durante os anos 70 mas tornou-se conhecido sobretudo como porta-voz do Conselho da Revolução. Era ele quem prestava declarações aos media, antes ou depois das longas noites no Restelo. Mal o CR foi extinto, em Outubro de 1982, Vitor Alves pediu passagem à reserva. Ainda trabalhou com Eanes em Belém, ainda se empenhou na formação do PRD. Agora limita-se ao papel de «cidadão interessado» - e informado sobre o seu País. É nessa qualidade que fala.



Pezarat Correia desistiu de esperar por uma promoção negada e passou à reserva

«A maior parte dos militares de Abril passou à reserva por se ter tornado insuportável continuar». Numa instituição gerida por disciplina e sentido de hierarquia os «horríveis revolucionários» foram mal tolerados logo que perderam o poder. «Desde 1976 que, para postos de comando, começaram a ser recrutados militares apolíticos e, a partir daí, os derrotados do 25 de Abril ou aqueles que durante o período revolucionário estiveram sempre debaixo da secretária tomaram o comando», diz Vitor Alves. Fala sem mágoa, como quem mede o que diz. Mas uma coisa garante: se o 25 de Abril fosse hoje, voltava a repeti-lo.

Vasco Lourenço transferiu toda a energia para a Associação 25 de Abril. Era o mais velho dos capitães na altura da revolução. Fez a ponte entre duas gerações dos revoltosos - o grupo dos jovens capitães, Sousa e Castro ou Duran Clemente, por exemplo, e os mais velhos, como Melo Antunes ou Franco Charais - e continua a desempenhar um papel aglutinador. Sabe quase de cor a situação de cada um dos seus companheiros e, sem hesitar, deu-nos a lista que publicamos sobre a situação dos militares de Abril. Também ele preferiu despir a farda, «porque a revolução engole os seus heróis».

«Isso já dizia Fidel de Castro e de facto assim acontece sobretudo quando, como entre nós, não havia líderes», contrapõe Vitor Alves. «Funcionámos sempre em colectivo e de cada vez que um sobressaia, cedo ou tarde pagava por isso», diz e para exemplificar cita os casos de Otelo ou Vasco Gonçalves.

Muitos dos militares de Abril voltaram a África ou, em Portugal, criaram empresas de cooperação com as antigas colónias. Vitor Alves acha isso natural. «Os civis não percebem que indivíduos que se andaram a matar, quando acabou guerra foram capazes de encetar diálogo mais facilmente do que os que seguiram de longe o conflito», diz.

«Os dirigentes dos movimentos de libertação africanos, agora no poder, têm mais confiança nos militares do que nos políticos», garante. E tal situação, aliada ao bom conhecimento que as Forças Armadas Portuguesas tinham de África, explica que tantos dos ex-militares de Abril (ver texto em anexo) mantenham ligações com as antigas colónias.

A vida militar proporciona outro tipo de treino: capacidade de decisão e de organização, necessários a cargos de chefia. E entre eles, a solidariedade continua a funcionar.

«Quando algum de nós tem problemas há uma tendência natural de grupo para dar apoio», garante Vitor Alves. Ele trabalha com Gomes Mota, Rosa Coutinho ou Franco Charais também se associaram, outros «subgrupos» se foram entretanto formando.

«Eramos gente boa e válida, lógico será que gostem de nós em vários sectores de actividade», acrescenta Vasco Lourenço.

Só a instituição militar os dispensou.

M.G.L

Militares de Abril:

Brevíssimo dicionário da Revolução *(e do mais que veio a acon*

Abril — Durante dezenas de anos foi um mês para teóricos turistas, porque normalmente chovia. Subitamente, choveu algo que há muito se esperava : a Liberdade.

Abecassis — Esta Lisboa que eu amo...Ou que eu amava?

A Bem da Nação — Ou a bem de um certo grupelho. Termo destinado a figurar nos dicionários de antigualhas.

Abertas, presidências — Alberto João Jardim diz que são uma forma de demagogia, assunto em que é perito.

Autarquia — Cada um a mandar em sua casa. Só que todos continuam a queixar-se de quem manda mesmo é o «patrão» de Lisboa e que os dinheiros não dão para o azeite da candeia. Alexandre Herculano diz que a coisa vem desde a Idade Média. A Contemporânea ainda não arranjou tempo para reler as páginas do historiador.

Aliança — Outrora usavam-se para os casamentos. Depois serviram para outros «casamentos» espúrios : governos provisórios, AD, etc. Tudo acabou em divórcio.

Barão — No século XIX, os cães fugiam com risco de os transformarem em barões. Não sabiam para onde, pois os faziam viscondes...O PSD retomou as baronias, mas os novos titulares nem sempre prestam a suficiente vassalagem.

Bipolarização — O jogo do poder entre dois parceiros. Os outros não têm os trunfos suficientes.

Bolsa — Ou a vida? Era o grande negócio do «antigamente». Voltou a sê-lo, mas com paralelas Donas Brancas e suas parentelas.

Burocracia — A senhora-todo-poderosa resistiu à Revolução.

Cadilhar — Palavra de origem obscura. Provavelmente do castelhano codillar, que a pudícia aconselha a não traduzir aqui.

Camarada — Pelo menos no primeiro 1º de Maio eramos todos. Depois, uns ficaram mais camaradas do que os outros.

Campo Pequeno — A queda definitiva de Spínola, depois de Salazar ter caído da cadeira. Numa «boutade» que caiu mal, Otelo ameaçou mandar-nos todos para lá.

Capitães — Eles inventaram o novo Portugal. Depois do esforço, mandaram-nos para casa descansar.

Candidato — Em bom Latim significa o que se vestia de branco para demonstrar a sua pureza. Agora são, normalmente, furta-cores.

Carisma — Um político sem ele não pode pensar ir longe.

Cassette — As novas tecnologias impuseram-se aos partidos. Um deles é especialmente conotado com a sua exaustiva utilização.

Cavaquismo — Termo de difícil definição. O homem existe, o cavaquismo não se sabe muito bem o que seja.

Colectivização — Fazia parte do programa. A maior parte ficou-se pelo caminho, ou voltou às origens.

Colónia — Para nosso alívio, passaram a ex. Até mesmo a Balnear Infantil de «O Século», que foi a última a cair.

Congresso — A melhor forma de contestar o líder.

Copcon — O poder estava na rua, o Copcon também.

Comuna — Tão pejorativo como social-fascista.

Conquistas, de Abril — Depois de termos conquistado o Mundo, não chegamos a conseguir conquistar Portugal.

Contar espingardas — Outrora era uma tarefa para a tropa, agora quem as conta são os políticos. Por vezes enganam-se nos números.

Conselho, da Revolução — Alguns dos primeiros membros pareciam saídos da Brigada do Reumático.

Corrida — As memomoráveis de Carlos Lopes ou Rosa Mota. As também inesquecíveis de Soares e Freitas do Amaral. Veremos o que dá Lucas Pires como fundista...

Corrupção — A única diferença é que dantes não vinha nos jornais.

Cravo — Eram rubros nos canos das espingardas. O seu preço subiu a tal ponto, que muita gente passou a optar pelos amarelos.

Cinto — Em vez de termos que o continuar a apertar, quando poderemos passar a usar suspensórios?

Dany Kaye — Actor cinematográfico norte-americano que colabora com a RTP nos momentos de aflição.

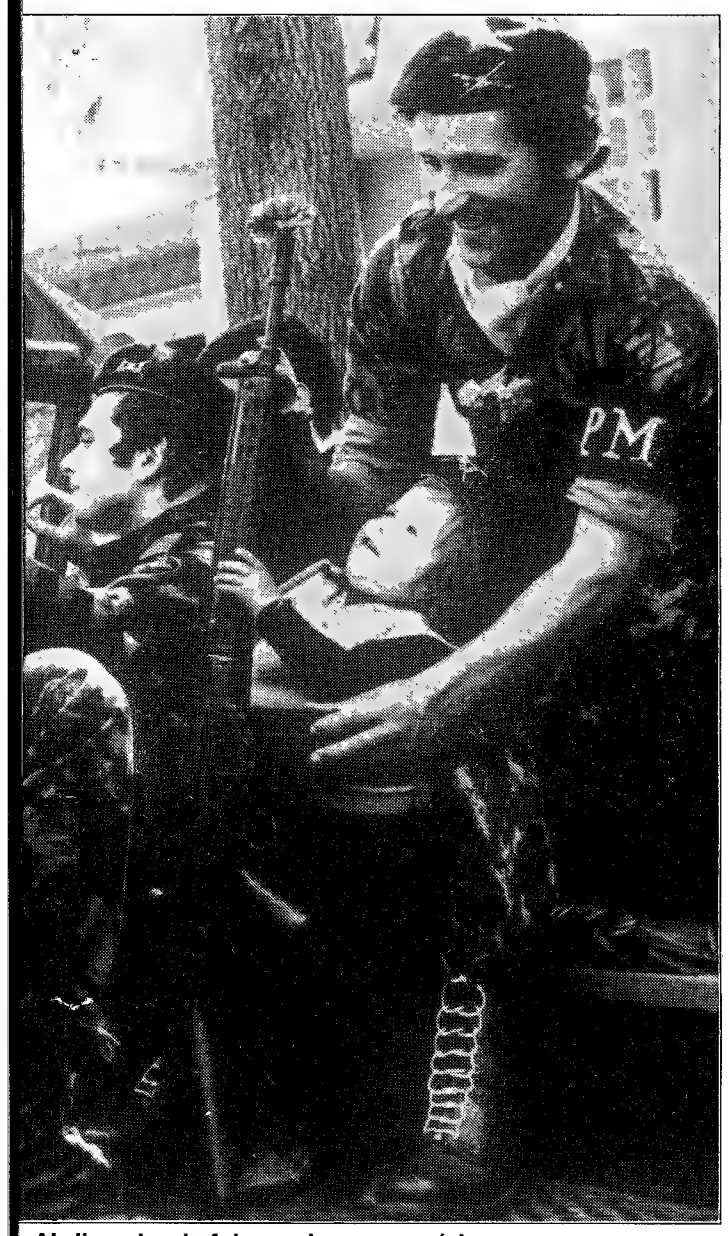
Descolonização — Lá isso é verdade: não foi feita pela melhor forma, mas como seria possível com uma dezena de anos de guerra e com o imoral atraso que levavamos quanto aos outros países?

Desestabilizar — Neologismo introduzido, há anos, pelo

A.M.A.
Auto Monumental do Areeiro S.A.
Audi
CONCESSIONÁRIOS
AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

der nas mãos.
teleira

«engolidos»



e Abril: a alegria foi grande e a memória escassa

acontecer nestes nossos tempos...)

actual P.R. Os dicionários não sabem que coisa signifique. Outrora dizia-se estabilizar e instabilizar, como continuam a registar os dicionários.

Desinformação — Convém ver os noticiários da RTP.

Diálogo — Todos o sugerem. Normalmente é de surdos.

Direitos cívicos — Conquistaram-se os possíveis. São para ficar?

Ecologia — É de bom tom falar nela nas reuniões sociais, mas convém assinar os decretos que permitem plantar mais alguns eucaliptozitos. Verde, aqui há uns tempos, era só o vinho minhoto.

Escândalos -- Tinham ficado na escuridão dos boatos o das virgens, o dos ballets roses, o dos dinheiros do Tenreiro (e muitos mais). Agora também não se esclarecem os de Taveira, Cadilhe, Beleza, de meia dúzia de autarcas.

Eleições — Dantes eram «para inglês ver». Agora, a cruzinha impera.

Erotismo — As «grandes liberdades» trouxeram os filmes e as revistas pornográficas. Ainda se podem encontrar ali pelos Restauradores, mas deixaram de ser negócio.

Escudo — Em queda livre. Nem lhe valeu a pesada herança.

Europa — Acabamos por descobrir que também cá moramos. Mas já desde os anos 60 um milhão de portugueses o sabia.

Falta - É a mesma coisa: o que ainda faz falta é ensinar a malta do que faz falta.

Fixe — Não significa obrigatoriamente fixo.

Galões — Subiram e desceram com incrível rapidez. Especialmente para os que não tinham nada a ver com a «coisa».

Gaveta — Todo o romancista tinha um original na gaveta que não podia ser publicado por causa da Censura. Após o 25 de Abril, descobriu-se que tinham perdido a chave da gaveta.

Gestor — Outrora patrão.

Golpe -- O primeiro, o de Abril. Logo a seguir, outros muito

Continua na página 19

Otelo Saraiva de Carvalho, Jaime Neves, Dinis de Almeida, Vasco Lourenço e Costa Martins

Os militares de Abril despiram as fardas. A maior parte pediu passagem à reserva e escolheu a actividade privada, boa forma de evitar ser colocado na prateleira, como aconteceu aos que ainda permanecem nos quarteis. Aqui fica a listagem da situação em que se encontram os heróis de há 16 anos, feita ao sabor da memória, e de onde ressalta uma ausência: Ernesto Melo Antunes vive em Paris e parece ter cortado todos os fios com os seus companheiros de revolução.

O render dos heróis

Otelo Saraiva de Carvalho - tenente-coronel no activo, apresentado na direcção de Arma de Artilharia; não exerce qualquer actividade;

Jaime Neves - coronel na reserva (a seu pedido); trabalha com Jorge de Brito numa empresa de segurança;

Vasco Lourenço - tenente-coronel na reserva (a seu pedido); preside à Associação 25 de Abril; sem actividade profissional;

Dinis de Almeida - major na reserva (a seu pedido); frequenta os cursos de sociologia e medicina dentária; tem uma empresa de medalhística;

Costa Martins - capitão da Força Aérea; colocado na disponibilidade a seguir ao 25 de Novembro; recorreu a tribunal para ser reintegrado; a sentença, favorável, não foi até agora cumprida;

Franco Charais - general no activo, no Serviço de Verificação de Contas do Exército; preside à NOEI, uma empresa de cooperação com África;

Garcia dos Santos - general de 4 estrelas, no activo, sem colocação desde 1983; é administrador de uma firma de engenharia;

Vitor Alves - tenente-coronel na reserva (a seu pedido); trabalha em projectos editoriais (revista «Negócios» e «Quem é quem»);

Salgueiro Maia - tenente-coronel no activo; bibliotecário na Escola Prática de Cavalaria de Santarém;

Sousa e Castro - major na reserva (a seu pedido); dirige uma empresa têxtil;

António de Spínola - marechal; chanceler das Ordens Militares;

Melo Antunes - tenente-coronel na reserva (a seu pedido); vive em Paris; trabalha em actividade privada;

José Sanches Osório - major na reserva (a seu pedido); exerce advocacia desde 1983;

Rosa Coutinho - almirante na reserva (a seu pedido); proprietário de uma empresa de cooperação com Angola;

Eurico Corvacho - major na reserva (compulsiva) desde 25 de Novembro de 1975; preside à VASP, uma empresa de cooperação com Angola;

Costa Gomes - marechal; ligado ao Movimento Português para a Paz e Cooperação;

Pinheiro de Azevedo - almirante; já falecido;

Jaime Silvério Marques - general; já falecido;

Galvão de Melo - general na reserva (a seu pedido); exerce actividade comercial;

Diogo Neto - general na reserva; sem actividade profissional;

Costa Neves - coronel da Força Aérea, no activo; frequenta o curso para oficial-general;

Costa Brás - coronel na reserva; alto comissário contra a Corrupção;

Fischer Lopes Pires - tenente-coronel na reserva; engenheiro;

Rui Rodrigues - tenente-coronel no activo, colocado no Estado Maior do Exército;

Antero Ribeiro da Silva - tenente-coronel na reserva (a seu pedido); trabalha numa fábrica de plásticos, perto do Porto;

Carlos Clemente - tenente-coronel no activo, colocado no Estado Maior do Exército;

Pinto Soares - tenente-coronel no activo, colocado no Estado Maior do Exército;

Marques Júnior - major na reserva (a seu pedido); deputado do PRD e vice-presidente da Assembleia da República;

Vitor Crespo - contra-almirante na reserva; dirige a Biblioteca da Armada;

Delgado Fonseca - tenente-coronel na reserva (a seu pedido); trabalha na segurança de uma firma de turismo;

Luís Macedo - major; pediu licença ilimitada; trabalha em Moçambique;

Martins Guerreiro - capitão de mar-e-guerra; colocado no Estado Maior da Armada;

Almada Contreiras - capitão de fragata, na reserva (a seu pedido);

Miguel Judas - capitão-tenente na reserva (a seu pedido); trabalha em Moçambique;

Carlos Fabião - tenente-coronel na reserva (a seu pedido); ligado à actividade editorial («Guia do Terceiro Mundo»);

Carlos Azeredo - general; chefe da Casa Militar do Presidente da República;

Manuel Monge - coronel; membro da Casa Militar do Presidente da República;

Pezarat Correia - brigadeiro; pediu passagem à reserva, em 1988, por lhe ter sido recusada a promoção a general na altura devida;

Sacramento Marques - coronel na reserva (a seu pedido); sem actividade profissional;

Tomás Ferreira - coronel na reserva (a seu pedido); trabalha numa firma de segurança, no Porto;

Aniceto Afonso - tenente-coronel na reserva (a seu pedido); licenciou-se em História no pós 25 de Abril; faz parte da NOEI;

Moreira de Azevedo - coronel na reserva (a seu pedido); exerce actividade privada em Moçambique;

Pita Alves - tenente-coronel na reserva (a seu pedido); exerce actividade privada;

Vasco Gonçalves - general na reserva; sem actividade profissional;

Brás da Costa - tenente-coronel no activo; adido militar em Maputo;

Mário Brandão - tenente coronel na reserva (a seu pedido); preside à Associação 25 de Abril no Norte; sem actividade profissional;

Ramalho Eanes - general na reserva; membro do Conselho de Estado;

Duran Clemente - major na reserva (a seu pedido); exerce actividade privada;

Carlos Camilo - tenente-coronel no activo; colocado na Brigada Mista de Santa Margarida;

Canto e Castro - tenente-coronel na reserva (a seu pedido); trabalha em actividade privada;

Adérito Ferreira - general, director da Arma de Infantaria;

José Cardoso Fontão - tenente-coronel na reserva (a seu pedido); exerce actividade privada;

Hugo dos Santos - general; comandante da Guarda Fiscal;

Mário Tomé - major na reserva (a seu pedido); dirigente da UDP.

Aurélio Trindade - general; inspector geral do Exército;

Piteira dos Santos - major na reserva (a seu pedido); exerce actividade privada;

Faria de Oliveira - major na reserva; colocado no Serviço de Informação da República (SIR).

MGL

Durante 48 anos, os orgãos de Comunicação Social sofreram uma vigilância cerrada do lápis azul . Por isso, ninguém contesta que a maior conquista do 25 de Abril foi a liberdade de expressão

Este artigo não foi visado pela Comissão de Censura

No dia 25 de Abril de 1974, a *manchete* do «Diário Popular», «O movimento militar, Forças dissidentes ocuparam no Porto o emissor do RCP em Miramar, e controlaram a passagem na ponte da Arrábida - às 9 horas já não se viam forças militares no centro portuense», foi cortada. Este vespertino viu reduzido o título e subtítulos ao seguinte: «Forças dissidentes ocuparam no Porto o emissor do RCP em Miramar». Os censores ainda não estavam convencidos do fim do regime fascista. Mas a frase: «Este número foi visado pela Comissão de Censura» já pertencia ao passado.

No interior do jornal, os leitores eram informados da evolução da «Revolução dos cravos». A citação do comunicado do Movimento das Forças Armadas, texto enviado à Comissão de Lisboa - Exame Prévio, sofreu alguns cortes. Da parte noticiosa foram retiradas as referências à transmissão de canções de Adriano Correia de Oliveira, José Afonso e Leo Ferré, e a descrição da ocupação dos estúdios da Emissora Nacional, na Rua do Quelhas.

Do comunicado do MFA foi cortado o seguinte: «Muito embora o controlo das acções desencadeadas seja quase total, tendo já o ex-ministro do Exército abandonado o Ministério e entrado em contacto com oficiais superiores do Comando do Movimento...».

Este facto demonstra que, apesar da queda do regime até então vigente, alguns dos seus fiéis servidores continuavam no exercício das suas tarefas. Era uma função que, durante 48 anos, desenpenharam sem questionar as directivas superiores. E, em alguns casos, revelaram-se «mais papistas que o papa».

Foi assim ao longo do regime salazarista. Uma censura que já existia de facto desde 1926, mas que foi legalmente instaurada em 11 de Abril de 1933, prevalecendo até ao 25 de Abril (a lei sobre a liberdade de expressão data de 26 de Fevereiro de 1975, decreto-lei nº85/75). Ao cumprimento cego das leis da censura prévia, que no governo de Marcelo Caetano se passou a chamar Exame Prévio, juntava-se uma arbitrariedade de critérios. Os orgãos de Comunicação Social considerados «inimigos do governo» tinham um controlo mais cerrado. Com os jornais afectos ao regime ou que tinham uma tiragem pequena a censura era mais benevolente. Por outro lado, havia censores que eram mais acessíveis que outros, a mesma notícia podia ser autorizada num dia e cortada no outro.

Cortar a torto e a direito

Para além desta arbitrariedade, a Comissão de Censura caia no ridículo de cortar artigos absolutamente inofensivos para o regime. Por exemplo, uma breve dizendo que a temperatura em Moscovo era de 16 graus negativos, o que não acontecia há muito tempo, foi cortada. Muitos outros casos podem ser contados pelos jornalistas. Estes, para desenvolver a sua actividade, tinham de engendrar formas alternativas para fugir a esta acção repressiva. «Ninguém escrevia Lenine, escrevia-se Oulianov porque era um dos outros nomes. Também não se dizia Karl Marx, mas sim Carlos Marques», refere Jacinto Baptista.

A actuação da censura obedecia a três fases distintas. Os jornais eram obrigados a enviar, às comissões de censura, as provas dos artigos para publicação, mesmo os anúncios eram objecto de censura. «O Jornal», orgão do Funchal, sofreu um processo disciplinar por ter publicado, no dia 13 de Julho de 1939, um ano depois da passagem na ilha do Presidente da República, este anúncio: «A Brasileira apresenta jantar com música, com os pratos especiais seguintes: Bacalhau à 13 de Julho e frango à presidencial» .

Depois de sairem para a rua, as publicações eram objecto de uma análise exaustiva dos seus conteúdos. Pretendia-se verificar se os cortes haviam sido respeitados e se todos os artigos tinham sido enviados à censura. Nesta tarefa, os censores eram ajudados por várias entidades, por exemplo, câmaras e forças da ordem, e por particulares. O processo instaurado a «O Jornal», atrás referido, partiu da denúncia de um leitor que se dirigiu à Direcção dos Serviços de Censura, em Lisboa, nestes termos: «Como português e nacionalista, venho junto de V. Exª protestar contra a publicação de um anúncio que junto remeto: lamento que a Comissão de Censura da Madeira tivesse deixado publicar».

A partir dos anos 60, os directores ou chefes de redacção recebiam telefonemas dos serviços, chamando a atenção para determinados acontecimentos que iriam estar sobre particular vigilância, explicou-nos Jacinto Baptista mostrando recomendações dadas ao «Diário Popular». Estes podiam proibir qualquer divulgação do assunto, recomendar antecipadamente o seu envio à Censura, indicar como deveria ser noticiado («Whisky- autorizada a fotografia e a inserção na primeira página») ou só permitir a publicação após a realização do acto («Não se pode dar nada da ida do chefe de Estado a Badajoz, só depois de ele lá ter estado, portanto só no domingo»).

Podemos exemplificar citando a proibição de noticiar os seguintes acontecimentos: «César de Carvalho, ex-governador civil da Golegã, julgado no Supremo Tribunal», «Intoxicação na Maternidade Magalhães Coutinho», «Moedas falsas de cinco escudos e vinte cinco centavos», «Sufrágio pelo Humberto Delgado» e «Exercício da Nato em que Portugal toma parte».

A recomendação expressa de que teriam de ir à Censura era a informação telefónica mais frequente. Por exemplo, «Prémios-Casa da imprensa», «Condenação a pena maior de Manuel T. Santos, da Comissão Reguladora do Arroz», «Aumento do preço de gasolina» e «Peregrinação da Juventude Universitária Católica a Fátima».

Cortado, suspenso, livre e autorizado com cortes

Quando as provas eram enviadas aos Seviços de Censura, o lápis azul escrevia quatro designações: cortado; parcialmente cortado ou autorizado com cortes; suspenso e livre.

Um artigo do «Diário de Lisboa», do dia 28 de Junho de 1958, intitulado «Um clima social», foi cortado. Tratava-se de um texto não assinado, deduz-se que seria um editorial, e que começava assim: «Existe entre nós a tendência - nem sempre justificada, tenhamos a coragem de o afirmar - para responsabilizar determinado sector político sem existência legal por certos factos anormais e deploráveis que estão a passar-se no nosso País, e para generalizar os epítetos injuriosos com que costumam designar-se esses adversários a pessoas que nem de longe nem de perto comungam nos seus ideais.»

Quando os artigos tinham partes que, aos olhos dos censores, «atentavam contra o bem-estar da Nação», estas eram retiradas. No comentário «Apelo ao bom senso» do «DL», de 25 de Junho de 1958, foi cortada a seguinte frase: «...em que possam respirar livremente todos os portugueses...».

Os textos eram também suspensos porque a altura não era a mais indicada para a sua publicação ou quando os censores tinham dúvidas sobre o conteúdo do mesmo e recorriam às instâncias superiores. Por exemplo, as notícias intituladas «O dinheiro dos emigrantes e o deficiente grau de cobertura bancária do país», de 15 Outubro de 1967 e «Os jovens portgueses querem agir», de três de Março do mesmo ano», para publicação no «Diário Popular», foram suspensas.

Como curiosidade, acrescente-se que o Curso de Sociologia no ISE, regido por Magalhães Godinho foi, igualmente, considerado pelos serviços de censura um acontecimento cuja divulgação merecia particular atenção. Mas não foi só em Portugal que esta disciplina foi intitulada subversiva. Ainda recentemente uma notícia do «DL», do dia 2 de Abril, informava que a sociologia «até há pouco tempo uma ciência considerada antipatriótica na União Soviética», estava a despertar um grande interesse, em particular junto dos jornais soviéticos.

Céu Neves

(Dados retirados de um trabalho realizado por Carlos Estadão, Céu Neves, Conceição Serrano e Fernanda Resende, para a cadeira de História Contemporânea de Portugal, Curso de Sociologia, ISCTE)

Imprensa ao sabor dos governos

O início da imprensa em Portugal dá-se com o aparecimento das «Gazetas da Restauração», em 1641. A «Gazeta em que se relatam as novas todas, que houve nesta corte, e que vieram de todas as partes no mês de Novembro de 1641» foi a percussora da imprensa portuguesa. Mas, já em 1539 se controlava a expressão escrita.

1539 - 1ª lei visando o controlo da comunicação escrita. As publicações eram examinadas pela Inquisição Nacional.

4/Dez/1576 - Estabelece-se a Censura Prévia e a Licença Real para publicações periódicas.

26/Jan/1627 -1ª Lei de Imprensa.

Nov/1641 - Início da Imprensa em Portugal

5/Abr/1768 - Criação da Real Mesa Censória pelo Marquês de Pombal.

21/Set/1820 - Criação da Comissão de Censura para conceder licenças à Imprensa.

2/Mar/1821 - Suspensão da Censura Prévia promulgada na Carta de Lei de D. João VI.

4/Jul/1821 - Regulamentação da Liberdade de Imprensa.

6/Mar/1824 - Restabelecimento da Censura Prévia.

Dez/1834 - Lei sobre a Liberdade de Imprensa.

14/Set/184 -Sai a Carta Lei com medidas restritivas para a Imprensa. Aparecimento da imprensa clandestina.

9/Abr/1907 - Repressão da livre expressão de ideias através da Imprensa.

10/Out/1910 - Restabelecimento da livre expressão de pensamento.

28/Mar/1916 - Instituição da Censura Prévia. A lei prevê que no lugar das frases cortadas apareçam espaços em branco.

17/Jun/1918 - Diminui o âmbito da aplicação da Censura Prévia.

22/Jun/1926 - Comunicado da GNR assinala o início da censura.

5/Jul/1926 - Diploma que, embora não preveja o exame prévio, admite a possibilidade dos jornais serem apreendidos administrativamente.

29/Jul/1926 - Lei que assegura «o direito e a liberdade de informar», mas que na prática não é cumprida.

11/Abr/1933 - É legalmente estabelecida a Comissão de Censura.

14/Mai/1933 - Alargamento dos poderes dos Serviços de Censura.

1940 - É criado o Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação. Em 1944 é substituído pelo Serviço Nacional de Informação (SNI).

Nov/1971 - Nova Lei de Imprensa. A única alteração significativa foi a mudança do nome de Censura Prévia para Exame Prévio.

26/Fev/1975 - A actual Lei de Imprensa proclama a liberdade de expressão. Assinada por Vitor Alves entrou em vigor a 13 de Março de 1975.

Fonte:Gonçalves, Júlio - «Leis da informação - Portugal 1627-1965», Braga, 1967

A República de 1910 deu a Portugal o primeiro regime de esquerda da Europa

Um recorde de democracia

Se não houver um golpe de Estado até à meia-noite, a democracia portuguesa completa 16 anos e bate um recorde. É o virar de mais uma página da História do Portugal do século XX, marcada por duas revoluções democráticas e pela mais longa ditadura europeia. Para muitos é o fim de um mito. Ultrapassados que estão os 15 anos e sete meses da Iª República, a crença de que as ditaduras jamais voltarão ao país é ainda mais forte. Como dizia há dias o Presidente da República, a nova democracia «tem defensores e apaixonados». A primeira, por muitos apelidada de « falsa República», caiu sózinha. Foram duas revoluções, duas democracias cunhadas pela diferença. Apenas a participação de forças populares e militares pode ser considerado o laço que as liga a uma mesma memória.

A 5 de Outubro de 1910 a revolução saíu para a rua e a República foi proclamada. O Partido Republicano Português (PRP) passa a ser a única entidade legítima para decretar e exercer a autoridade. O primeiro Governo Provisório é formado de imediato e quem o preside é Joaquim Teófilo Braga.

Mas, a euforia revolucionária depressa se desfaz e o desencanto instala-se nas classes que haviam apoiado o primeiro regime de esquerda da Europa. A República começa a revelar-se incapaz de governar e de encontrar novas vias de desenvolvimento para remodelar a estrutura socio-económica. Portugal continua a ser um país agrícola, subdesenvolvido e muito dependente, apesar de ter um vasto império.

«Não se fez uma verdadeira República. Não passou de um formalismo político sem conteúdo reformador na economia e na educação» - escreveu António Sérgio, no livro «Breve Interpretação da História de Portugal».

A instabilidade ministerial foi nota predominante na política portuguesa durante os 15 anos da primeira democracia. «A existência de cerca de 50 governos, alguns apenas com dias de vida, é reflexo disso» - disse ao DL José Medeiros Ferreira, professor de história na Universidade Nova de Lisboa.

Só a popularidade de alguns dos homens encarregues de governar o país atenuou os defeitos do sistema. Mesmo assim, não impediu que a oposição ao regime se manifestasse com alguma força . O regresso à monarquia é defendido por alguns movimentos doutrinários, é o caso do «Integralismo Lusitano». A tão esperada sociedade urbana e democrata não veio, afinal, com o republicanismo. O próprio PRP encontrava-se divido em várias facções.

Durante a governação democrática os conflitos sociais acentuaram-se. As condições de vida da classe operária deterioraram-se a um ritmo acelerado. Os aumentos dos salários não acompanharam a subida do custo de vida. A acção dos movimentos sindicalistas intensificou-se e foram decretadas várias vagas de greves, uma delas geral. O operariado e o governo defrontaram-se frequentemente e, segundo reza a história, com alguma violência. A grande burguesia financeira, comercial e rural em vias de perder muitos dos seus privilégios retirou também o seu apoio à República.

O combate dos adversários do regime (monárquicos, católicos, nacionalistas e conservadores) passa a travar-se na rua, encontrando expressão em revoluções, golpes de Estado e na luta armada. Por outro lado, a entrada de Portugal na Iª Grande Guerra veio também agravar este período de agitação social, que viria a perdurar até à queda do regime democrático em 28 de Maio de 1926.

«A história da República está dividida em antes e depois da Iª Guerra Mundial. Até 1918, e apesar da ditadura efémera de Pimenta de Castro (1915), pode considerar-se que o ritmo da vida política foi normal. Só depois da Grande Guerra é que se começa a sentir uma grande instabilidade, até a nível internacional» - afirma Medeiros Ferreira.

Na Europa, a situação política e social modificava-se também radicalmente. A época das democracias parlamentaristas dava lugar aos regimes ditatoriais e totalitários que tomavam conta dos destinos de vários países. A Rússia, transformada em URSS, tinha um regime comunista, a Itália era a pátria do fascismo e em Espanha o franquismo sucedia à ditadura de Primo de Rivera.

A divisão dos republicanos e do seu partido a partir de 1911, a incapacidade dos sucessivos governos em resolver os problemas do país, o novo clima prenunciador de regimes ditatoriais um pouco por toda a Europa, explicam o falhanço da Iª República.

Para Medeiros Ferreira, «um dos grandes erros dos homens políticos foi considerarem que o regime estava seguro. A conjuntura depois da Iª Guerra Mundial também não parecia nada propícia a que caíssem as democracias e, no entanto, caíram. É claro, que o facto do regime trazido pelo 25 de Abril durar já há 16 anos revela uma maior estabilidade política e social do que na Iª República. Mas, causa-me espanto ver como os políticos aparentam ter uma crença profunda na durabilidade do regime democrático e nas liberdades públicas. Não me admiraria nada que dificuldades económicas nacionais e internacionais pusessem em cheque o regime».

Mas, a democracia parece estar estabilizada. Há conquistas que para os mais novos nem sequer se põem em causa. É como se tivessem existido sempre, caso da liberdade de expressão. O 25 de Abril veio pôr fim à guerra colonial e a um sistema económico e político que já se encontrava em decomposição. E foi nesse ambiente de dissolução do regime que um movimento de insatisfação e protesto começou a germinar nas Forças Armadas. Este rapidamente se avolumou e organizou. O governo de Marcelo Caetano tentou ainda travar tal processo com remodelações ministeriais e promessas de revisão de problemas pendentes, mas nada adiantou. O objectivo do Movimento das Forças Armadas era mesmo derrubar o regime que durante 48 anos sufocou o país e o conduzia para o descalabro político, económico e moral.

«A revolução de 1974 foi profundamente endógena. A acção da oposição, quer na legalidade ou na clandestinidade, criou nos militares a ideia de que podiam contar com uma classe política alternativa, depois do golpe de Estado. A nível internacional não havia qualquer pressão para que Portugal mudasse de regime. Ao contrário da Iª República em que as condições internacionais facilitavam as ditaduras» - disse ao DL Medeiros Ferreira.

Duas democracias em que os papéis exigidos pela sociedade civil aos militares foram diferentes. «Na 1ª República era grande a desordem e perturbação nas ruas, a instituição militar funcionava como ponto de referência e havia esperança de os militares conseguirem pôr ordem no país. Pelo contrário, após o 25 de Abril foram os partidos e não os militares que se tornaram progressivamente objecto da esperança das populações» - disse ao DL a socióloga Maria Carrilho.

A revolução de 5 de Outubro de 1910 e a de 25 de Abril de 1974 serviram para romper com regimes anteriores e restituir o país ao conjunto das Nações democráticas.

Ana Mafalda Inácio

Brevíssimo dicionário

Continuação da página 17

menos bonitos: o de Setembro, o de Março, o de Novembro, fora os que foram ficando na gaveta. O de 28 de Maio ainda figura no calendário de alguns saudosistas.

Graffitti — Diziam as estatísticas que mais de um quarto dos portugueses eram analfabetos. De repente, aprenderam a escrever. Sobretudo nas paredes.

Grândola — Já ninguém sabe cantar em coro.

Gravata — Pinheiro de Azevedo gostava de afirmar ter restituído aos portugueses o direito de a usarem.

Greves -- Chegaram para ficar. Até um Governo (Pinheiro de Azevedo) aderiu.

Grupúsculos -- Não faltaram à chamada. Mas já Moreira Batista tinha usado o termo para os acontecimentos da Igreja do Rato.

Heresia — Actividade em que participam todos aqueles que não pensam politicamente como eu.

Horizontal — Não se falou noutra coisa: os sindicatos deveriam ser horizontais. Depois, o problema esqueceu. Passou- se à linguagem. Já ninguèm a usa vertical.

Inflação — O fantasma que insiste em não abandonar o Terreiro do Paço e S. Bento. Já se tentaram todos os métodos, mas o único que resultou foi deixar de pensar no avantesma.

Ismo — Sufixo não muito novo. Já havia, por exemplo, o salazarismo. Só que esse era uniforme. Agora, com mais uns esses, é pluralista.

Jornais — Uns morreram de morte macaca, outros morreram de morte económica. Enfermidades horríveis em ambos os casos. Nasceram outros, normalmente com muito pouca saúde.

Laranja — A sabedoria popular aconselha a que se coma só a começar o dia. Passado uns tempos faz mal. Vende-se mal nos supermercados. Aguenta-se e é tudo.

Legitimidade — Embora reconhecidos pelos pais (os eleitores), os governos podem, posteriormente, ser declarados ilegítimos pelos mesmos eleitores (ou pelas sondagens).

Macau — As doiradas delícias orientais.

Maioria, silenciosa — Não era maioria e muito menos silenciosa. Agora já não precisa de gritar.

Manif. — Toda a gente lá esteve, toda a gente tem saudades. Eram a vida da Revolução. Para outros, a sua sombra.

Massas — Não as italianas. As que tinham esperança.

Militantes — Dantes só havia militares. Mas estes continuam.

Nacionalizações -- Uma lei determinou-as, outra acabou com elas. E os parlamentos aprovaram, facilmente, uma e outra.

Objector, de consciência — Por mais razão que tenham, ninguém lha aceita.

Ocupação — Sem elas não tinha havido as nacionalizações. O povo antecipou-se ao poder, mas este acabou por saber como dar a volta ao problema.

PIDE — Há quem diga que agora se chama... Como é?

Poder Popular — Pois, era aquela: o povo unido, jamais será vencido. Depois viu-se.

Poupança — Todos os governos nos aconselham a fazê-la. Mas a eles o ordenado chega-lhes até ao fim do mês.

Portugal e o Futuro — O livro de Spínola terá desencadeado qualquer coisa, mas já surgia com um enorme atraso. Uma Comonwelth à portuguesa ? Quem pensaria nisso?

Prazo, contratos a — Os trabalhadores que paguem a crise.

Provisório — Foram seis os governos deste tipo. Os que se lhe seguiram também têm sido bastante provisórios.

Progresso — A técnica política do cavaquismo.

Queda -- Os políticos caem. Salazar caiu da cadeira, Sá Carneiro do avião. Outros caíram porque não sabiam como sentar-se na cadeira do poder.

Rádios -- Depois de piratas, passaram a ter que prestar. Falam demasiado.

Regionalização — Caminho

à veloidade dos comboios de Trás-os-Montes.

Reforma Agrária -- A CEE veio explicar que é precisamente ao contrário: o que convém é dar lugar aos latifundiários. E as ordens de Bruxelas são para cumprir.

Siglas — Era um nunca acabar. A inteira edição do «DL» não dava para isso.

Soldados — Eram filhos do povo (menos os generais, claro). Voltaram à dura tarimba.

Sono — Os homens sem sono acabaram todos na reserva a tomar suporíferos.

Sucessão — Quem vem depois de Cunhal, de Soares ? As sondagens de opinião é que sabem.

Timor — Será que ainda se lembram onde fica ?

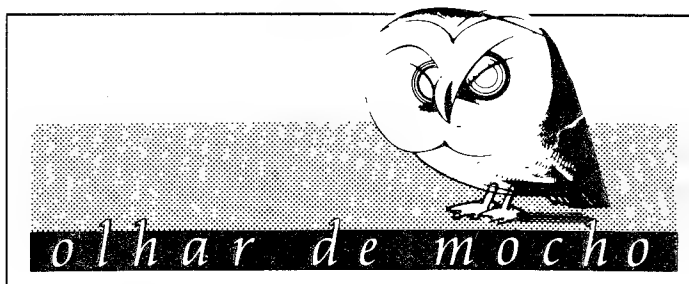
Unidade — Daqui até à unicidade muitas vozes (e muitas guerras) se levantaram. O tema está de volta.

Verão, quente — Houve o primeiro e muitos outros se lhe sucederam. A meteorologia não é segura sobre o que está aí a chegar.

Voto — Há quem se engane, há vezes em que ganha a abstenção. Mas este é mesmo nosso.

Roby Amorim

CULTURA



Um saudável elitismo

Quando os anos 60 são chamados à pedra, formam-se logo três blocos de classes que recordam as classes da luta de classes que o Marx, a quem devemos eterna saudade e gratidão, pendurava à cintura como chave que lhe permitia entrar no paraíso da interpretação da História. Em primeiro lugar, vêm os que nos anos 60 já eram adultos das categorias de seniores, e que choravam baba e ranho por terem nascido 20 anos mais cedo - já não tinham idade para aventuras desse género. O segundo grupo é formado pelos que entre 60 e 70 ou ainda usavam fraldas, ou nem sequer pertenciam ao número dos vivos. E finalmente, os que nesses mesmos anos 60 tinham sido lançados à água para navegarem nessas deliciosas marés, a juventude que lhes surgia pela proa. Destes três grupos etários, o último é, evidentemente, o mais elitista. Viveu-se tudo o que havia para viver nessa imortal década: em política tínhamos o Kennedy, o Krutchev e o João XXIII, mas também o Mao, o Ho-Chin-Min e o Willy Brandt. Eram os deuses do nosso panteão ou o Olimpo a que se tinha acesso sem pagar entrada para observar de perto as divindades. Podia-se contestar tudo e todos e ninguém nos dava palmatoadas. Podia-se ser terrorista ou pelo menos, simpatizante de terroristas, e a Polícia quando aparecia era só para nos obrigar a praticar desporto pelas ruas. Podia-se proclamar alto e bom som, «quem dorme duas vezes seguidas com a mesma mulher, já faz parte do *establishment*» - o «*establishment*» era a SIDA intelectual da época.

A série televisiva «Quase Adultos» que ontem acabou, recorda tudo isto e muito mais, e embora a perspectiva seja americana, o tema dos anos 60 não foi americanizado, no sentido de excluir da geração elitista os felizardos que viveram o fenómeno em Paris, Berlim ou Amesterdão. O método utilizado para veicular o tema foi o da ficção, e aí reside, provavelmente, o grande mérito dos autores. A gente recorda a grande reportagem feita pelo Daniel Cohn-Bendit que resultou num estrondoso fracasso. Não sei mesmo se será possível racionalizar os anos 60, tratando-os como se eles tivessem sido algum compêndio escolar. Viveu-se uma euforia paradisíaca no sentido literal do termo: todos eram Adãos, todas eram Evas, todas e todos comiam à vontade as maçãs proibidas da árvore do Bem e do Mal, e nenhum anjo exterminador os expulsou do jardim celestial. É claro que a idade também não perdoa, nem aos anos 60, e que por isso, os anos 60 também envelheceram. A Bíblia também afirma que o Paraíso não dura muito tempo. Mas que neste século existiu uma saudável elite, ficou demonstrado pela série televisiva. Pelo menos ficou provado que o Paraíso terrestre é possível: as testemunhas oculares, a saudável elite, podem depor.

José Sousa Monteiro

«D. Afonso VI», de Oliveira Martins

Um Rei com os pés presos ao chão

Nem sempre um historiador, quando se dedica à interpretação factual do mundo, utiliza como meio de expressão opúsculos, volumes, separatas, comunicações. Não raro, dá-se, de quando em quando, a outros domínios da escrita, como o conto, o romance, o teatro. Entre nós (e não vamos ultrapassar as nossas fronteiras), temos o exemplo de Alexandre Herculano, que a par do seu labor de historiador (basta citar «A História da Inquisição em Portugal»), deu à estampa, entre outros títulos, «Eurico, o Presbítero», «O Bobo», «A Dama de Pé de Cabra», «O Monge de Cister»... Mas de Oliveira Martins ficou-nos sempre a ideia de que nunca se desviara do labor científico da historiografia, avultando, na sua biografia, nomeadamente, «História de Portugal» e «Portugal Contemporâneo», consideradas estas duas obras, pela crítica exigente, como a mais completa e penetrante síntese da realidade histórica portuguesa. Apontemos, já agora, outros títulos do historiador, a fim de acentuarmos o seu labor de intérprete de uma certa nossa portugalidade: «Portugal nos Mares», «Portugal em África», «Os Filhos de D. João I», «A Vida de Nun'Álvares», «História da Civilização Ibérica», etc.

Literatura

Ora Oliveira Martins também se deu à escrita em termos de literatura, com, nomeadamente, o romance histórico «Phoebus Moniz» e o drama em quatro actos «D. Afonso VI», título este nunca publicado em sua vida - e que nos surge agora através da Guimarães Editores, por iniciativa do nosso colaborador Guilherme d'Oliveira Martins, parente afastado (assim julgamos) do historiador, a lançar esta semana.

Não nos vamos pronunciar, não, sobre a eventual validade do drama em questão - e tão-só diremos que este escrito de Oliveira Martins reflecte, e bem, o esforço de manutenção da independência de Portugal, saído do jugo de Espanha em 1640.

Explicitando: muitos foram os esforços dos patriotas portugueses para que D. João IV, timorato, assumisse o trono português. Invectivado pelos cidadãos mais conscientes, incluindo a própria mulher, D. Luísa de Gusmão, aquele monarca tomou-se de brios, e, no decurso de 16 anos, enfrentando problemas militares, económicos, financeiros e diplomáticos (convém não se esqueçer a acção do Conde de Ericeira), soube enfrentar a chamada Guerra da Independência, terminada depois de Montes Claros, sendo a paz assinada em 1668.

Mas quando D. João IV morre, certos problemas de novo se impõem a Portugal - e o filho, que lhe sucede no trono, D. Afonso VI, revela-se, em todos os sentidos, um autêntico desastre. Obsceno de carácter, pleno de vícios, dizem até que impotente, é levado a casar-se com uma nobre francesa, de quem, como é óbvio, não tem descendentes.

Surge, então, o irmão de Afonso VI, D. Pedro II, que se apaixonara, sendo retribuído, pela cunhada - e ante o descalabro do País, e apoiado pela nobreza, leva o irmão a resignar. É enclausurado num palácio de Sintra, onde as suas deambulações deixaram no soalho os passos do seu retiro semiforçado.

Alías, o final da peça em questão são significativas: «Seja em Sintra onde nasci.Talvez aí descubra, gastando os ladrilhos do chão a passear, o motivo porque minha mãe me gerou.

Pedro! Prendias-me há pouco; resisti, agora cedo; curvo-me... (...) Aqui tens os pulsos, deita-lhes as algemas. Não peças a Deus outro castigo dos teus crimes, porque és rei. Basta isso. Terás na coroa o flagelo: Deus fadou-nos para o mal!»

D. Pedro II consorcia-se com a cunhada, o Reino consolida-se, e o primeiro abalo (para o bem? para o mal?) somente chega com o primeiro ouro vindo do Brasil...

Esta peça de Oliveira Martins mostra, em certa medida, os ideais que lhe impregnavam a alma: como se sabe, com Antero e José Fontana, Oliveira Martins participou na organização do movimento socialista em Portugal, colaborando na redacção de «O Pensamento Social» e »A República» (1870-1873).

Mais tarde, evoluiria do socialismo puro de Antero para um socialismo de Estado, um tanto influenciado, além de outras circunstâncias, por Bismarck. Houve quem o censurasse, mas Antero nunca lhe retirou a amizade, apoiando-o, aliás, nas suas posições políticas (Partido Progressista, deputado, assuntos económicos, etc.).

Evidentemente que, em rigor, se não pode traçar um paralelismo entre (obra também de Oliveira Martins) a «Teoria do Socialismo - evolução política e económica das sociedades na Europa» e o drama «D. Afonso VI», que o autor se recusou a publicar, não dando ouvidos a amigos seus muito chegados. Seja como for, no entanto, o que por alguns críticos foi considerado uma veleidade literária, talvez tal não seja e nos mostre já o que pretendia instituir em Portugal. Que nos lembremos, já agora, de «O Processo do Rei», de João Mário Grilo, filme que nos dá a trama daqueles tempos de antanho...

Pedro Alvim

Paul McCartney no Brasil

Em busca do tempo perdido

Da nossa correspondente no Rio de Janeiro

Depois de uma semana nublada e de dois dias de chuva intensa, o domingo amanheceu radioso no Rio de Janeiro, mas o grosso da turma habitual de Ipanema, aquele que tem cadeira cativa de frente para o mar e crédito ilimitado no cervejeiro, só chegou à praia bem tarde. É que, velhos beatlemaníacos, eles passaram a noite de sábado no Maracanã, participando, extasiados do show da turnê de Paul McCartney.

Paul chegou ao Brasil com pelo menos vinte anos de atraso, mas quem se importou? A imprensa, hoje nas mãos dos antigos garotos que amavam os Beatles e os Rolling Stones, dedicou-lhe especiais de televisão, manchetes de primeira página, cadernos inteiros de fatos e fotos. Os menores movimentos da trupe foram registados, e a montagem do palco gigantesco, atrasada por causa da chuva, foi acompanhada com atenção, ansiedade, e um princípio de pânico quando o primeiro show, programado para a quinta-feira, foi adiado para a sexta; o porta-voz Geoff Baker, porém, tratou de tranquilizar os fãs, garantindo que o show se realizaria de qualquer maneira, com ou sem chuva. Sem mencionar o formidável cachê de U$ 1300 mil pago pelas duas apresentações, Geoff acrescentou que Paul não veio ao Brasil por dinheiro, mas sim pela possibilidade de tocar para um público três vezes maior do que o maior público que já viu.

Do QG de McCartney, montado no Rio Palace e no Parque Aquático do Maracanã, vieram outras notícias igualmente impressionantes. Os beatlemaníacos ficaram sabendo que Paul e Linda, vegetarianos fanáticos, não permitem a nenhum membro da equipe que coma carne, nem admitem a presença de qualquer artefato de origem animal (como estofados de couro) nos seus aposentos; os operários brasileiros contratados para a montagem do palco foram submetidos a uma rígida - e para eles exótica - dieta de legumes e frutas.

Se é verdade que Paul veio ao Brasil só pelo público, então é certo que não saiu desapontado. Com toda a chuva que ainda caía na sexta-feira, o Maracanã teve um público de 80 mil pessoas; no sábado, com uma noite estrelada, o estádio ficou virtualmente lotado - o que, pelos cálculos mais conservadores, dá algo em torno de 130 mil pessoas. O som estava perfeito, os efeitos visuais foram incríveis, os três imensos telões montados em torno do palco alternavam imagens pré-gravadas com closes de Paul, mas o grande, o inesquecível espectáculo foi mesmo a plateia. Composta, na sua imensa maioria, de jovens entre os 30 e os 40 anos, ela recebeu com indiferença a primeira parte do show, com canções de Flowers in the Dirt, o novo disco que Paul McCartney se esforça em lançar; mas assim que o último dos Beatles voltou ao velho repertório, 1990 transformou-se numa simples abstração futurista. Arrepiada dos pés à cabeça nos primeiros acordes de Le is be, olhei em torno de mim a gigantesca máquina do tempo em que subitamente viajava: isqueiros brilhavam acesos nas arquibancadas, casais se abraçavam com o amor antigo, o gramado cantava junto a letra tão conhecida, lágrimas comovidas corriam pelo rosto do rapaz - grisalho - que estava ao meu lado. Levei alguns minutos até voltar à realidade, e perceber que os meus filhos teriam achado no mínimo ridículo um homem daquele tamanho chorando assim, por nada.

Cora Ronai

Paulette Goddard morreu ontem na Suíça

A rapariga que não chegou a ser Scarlett

Na Casa Monte, à margem do Lago Maior, morreu ontem mais uma das grandes estrelas de Hollywood. Os empregados chamavam-lhe Sra. Remarque. Tinha sido esse o nome do último marido: Erich Maria Remarque, autor de "A Oeste Nada de Novo". A sra. Remarque envelhecera tranquilamente na sua casa próxima de Ascona - tão longe de Hollywood -,após a venda providencial do seu maior tesouro: uma colecção de quadros impressionistas franceses. Tinha 78 anos e enfrentou apenas uma "morte natural".

A Sra. Remarque chamou-se para o mundo Paulette Goddard. Foi descoberta para o cinema por Charles Chaplin, em 1936, nos "Tempos Modernos". Antes disso, era Paulette Levee, nascida em Long Island em 1911, e lançada aos 16 anos numa efémera carreira de bailarina das revista de Florenz Ziegfried. Foi a única, até então, a continuar carreira, uma vez abandonada a sombra protectora de Chaplin. Acabou por filmar perto de uma centena de filmes, cujos realizadores se contam entre os melhores de várias épocas: Cecil B. de Mille, Jean Renoir, King Vidor, Leisen, Marshall, etc.

Nas memórias de Jean Renoir ("Ma Vie et Mes Filmes",1974), o realizador considera Paulette "uma mulher de espírito: perto dela, nunca ninguém se aborrece". Perguntou-lhe como é que Chaplin tinha deixado partir "um tal fogo-de-artifício". Paulette respondeu ter sido ela a deixá-lo, porque "Chaplin guardava toda as brincadeiras para os filmes, deixando para a vida aquilo que era pouco interessante". Paulette e Chaplin viviam numa mansão solene, estilo inglês. O filho de Selznick, vizinho do casal, dizia que "Hollywood esperava sinceramente que eles fossem de facto casados".

Em 1938, o noticiarista Jimmy Fiddler, da NBC, assegurou aos fãs que a "garota de Chaplin" estava a dois passos de conseguir o papel mais ambicionado da história do cinema: Scarlett O'Hara de "E Tudo o Vento Levou". Os testes, divulgados pela MGM em 1989 (cinquentenário de "Gone With the Wind"), dão a conhecer, finalmente, a cena filmada com Jeffrey Lynn no celeiro de Tara, na segunda parte do filme. Paulette, mais enérgica do que Vivien Leigh, teria dado uma Scarlett em despique com o fogoso Rhett Buttler composto por Clark Gable. E teria alterado o marco mais mitológico da história de Hollywood. Mas, entretanto, surgira, pela mão dos deuses, Vivien Leigh - Scarlett talhada no céu.

Paulette Goddard, estrela da Paramount, em cromo da colecção portuguesa "Trevo" (1941)

O produtor Selznick continuou a considerá-la uma amiga, "a rapariga que ri muito". A carreira de Paulette não se ressentiu de ter perdido "O Vento". Filmaria ainda muitas dezenas de filmes, entre eles "Mulheres" (Cukor, 1939); "O Ditador" (ainda com Chaplin, em 1940);"Diário de uma Criada de Quarto" (Renoir, 1946) e "Kitty" (Leisen, 1945).

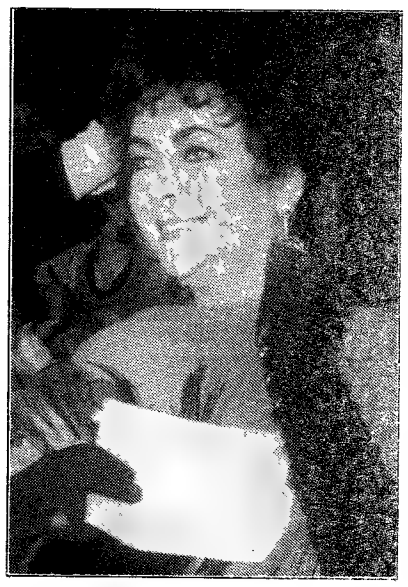
Nos anos 50, trocou o cinema pelas viagens. Levou à letra a frase que diz: "as estrelas de Hollywood, quando morrem, vão para a Europa." Como sra. Remarque, Paulette Levee aproveitou bem o crepúsculo da estrela Goddard. A sua vitalidade, o seu humor, continuaram a ser proverbiais. Mesmo nas últimas fotografias conhecidas, ela está quase sempre a sorrir.

Sorriso apagado agora, no palco dos deuses. A garota de Charlot afasta-se, definitivamente, na sequência final que a leva pela estrada adiante. Até se perder de vista. Fotograma onde se lê "The End".

Marina Tavares Dias

BREVES

Elizabeth Taylor em estado grave



A actriz Elizabeth Taylor encontra-se em estado grave, tendo sido sujeita a exames médicos urgentes para determinar a causa de uma pneumonia, que a levou a ser internada na sexta-feira, disse o seu médico. Taylor deu entrada sexta-feira na unidade de cuidados intensivos do hospital e Centro de Saúde de São João, em Santa Mónica, mas os boletins médicos não especificam o grau de deterioração do seu estado de saúde.

Associação Portuguesa de Escritores

Mário Ventura foi ontem à noite eleito presidente da APE. Na única lista votaram 51 sócios de um total de cerca de 700 inscritos na Associação Portuguesa de Escritores.

«O Porto em quatro tempos»

Por absoluta falta de espaço, interrompemos hoje a série de entrevistas subordinadas ao tema «O Porto em quatro tempos», do que pedimos desculpa aos entrevistados e leitores. A publicação será iniciada o mais brevemente possível. Pela mesma razão, não publicamos hoje a secção «Vídeo».

Os filmes da semana na TV

«Rio Vermelho» na «matinée» de sábado

A semana que ontem se iniciou traz-nos, televisivamente falando, um punhado de bons filmes. Isto, se a RTP não se decidir pela alteração súbita à última da hora. Os destaques vão para «Platoon» e, sobretudo, para «Rio Vermelho» de Howard Hawks, a exibir na «matinée» do próximo sábado

A gravar
«Platoon - os bravos do pelotão»
de Oliver Stone
Amanhã, dia 21, 21 e 30
Fotografia: Cor
Duração: 121 minutos

Cada povo tem a sua forma de exorcizar fantasmas. Os portugueses calam, os americanos pegam na câmara e desatam a filmar até à exaustão. O caso do Vietname é paradigmático.

«Platoon - os bravos do pelotão», porventura, o melhor filme que se fez sobre o tema (muito acima de «Nascido a 24 de Julho» do mesmo realizador), é uma denúncia cruel à inoportunidade da presença militar americana naquela área do Extremo Oriente. Nele se mostra o confronto mental e físico entre o que de melhor e pior há nos Estados Unidos, representado por dois homens. Os actores são William Dafoe e Tom Berenger, ambos perfeitamente à altura das circunstâncias.

«Rio Vermelho»
de Howard Hawks
Sábado, dia 28, 16 e 10
Fotografia: preto e branco
Duração: 122 minutos

Como os seus protagonistas (John Wayne, Montgmory Clift, Joanne Dru) e o autor, Howard Hawks, «Rio Vermelho» merece o destaque próprio dos mitos.

De resto, mesmo que não fosse o que é, cabia-lhe a honra de haver lançado o belo Montgmory Clift para a carreira fulgurante que se sabe.

A história é como sempre, neste género, a mais simples possível: um condutor de gado do Chrisholm Trail (o mesmo é dizer no coração da América) vive uma relação conflituosa com um filho adoptivo turbulento e, se quiserem, mal-agradecido. A crescente tensão entre ambos é, de resto, sublime de seguir pois à exuberância de Wayne contrapõem-se os modos reservados do jovem estreante. De referir que no mesmo ano, 1948, John Ford respondia a Hawks com outro «western» de luxo: «Fort Apache» com Henry Fonda e, claro, com o velho «Duke».

«O Bailado do Ciúme»
de Charles Walters
Sábado, 13 e 05, RTP 2,
Fotografia: Cor
Duração: 90 minutos

Após dez anos de separação, a dupla Ginger e Fred reunia-se neste filme de Charles Walters para devolver ao espectador o fascínio de os ver erguidos ao céu. A última vez fora em 39, com «The Story of Vernon and Irenne Castle». Depois, Fred dançou com Rita Hayworth, Garland, até com Gene Kelly e Ginger ganhou um Oscar com «Kitty, a rapariga da gola branca». Mas o público não se esqueceu da dupla e aplaudiu com veemência o reencontro do par desavindo. No fundo, é um pouco a confirmação do que em 1936, Astaire dissera a Ginger em «Swing Time»: «Dancei contigo. Não preciso de voltar a dançar.»

A ver
«A Caminho do Sul»
de Jack Nicholson
Hoje, 21 e 50, RTP 2
Fotografia: Cor
Duração: 101 minutos

Como actor, quase sempre na primeira linha para a conquista do Oscar, Jack Nicholson nunca me agradou especialmente. Como realizador ainda menos. «A Caminho do Sul», a comédia que a RTP exibe hoje no espaço «Cineclube» é uma fita vulgar sem pontos de interesse a não ser, claro, para os fãs de Nicholson que, refira-se, também interpreta o principal papel.

«Shining»
de Stanley Kubrick
Sábado, 00 e 10
Fotografia: Cor
Duração: 115 minutos

Na segunda vez nesta semana que temos de aturar Jack Nicholson. Só que «Shining», a par da sua interpretação, conta também com a competente direcção de Stanley Kubrick e aí o caso muda de figura. A história é a de um escritor de pouco sucesso que, instalado com a família num hotel capaz de aterrorizar o mais valente, se transforma num frenético assassino. Claro que Kubrick tem filmes muito melhores. Quando é que a RTP se decide a transmitir «Barry Lindon» ou «A Laranja Mecânica»?

«Flashdance»
de Adrian Lyne
Domingo, dia 29, 15 e 20
Fotografia: Cor
Duração: 94 minutos

Há uma boa meia dúzia de anos, «Flashdance» conquistou os meninos dos liceus. O caso não era para menos. Adoptando uma estética poderosa, muito no género, dos igualmente bem sucedidos episódios de «Fame», com uma banda sonora extremamente dançável, Adrian Lyne obteve o mais fácil sucesso da sua breve carreira, de resto, assinalada por mais dois sucessos fáceis: «Nove Semanas e Meia» e «Atracção Fatal». O argumento é tão simplista quanto o de «Fame». Uma operária das minas tem grandes sonhos: lê a «Vogue» no refeitório e sonha vir a ser bailarina. E o melhor de tudo é que tudo lhe sai exactamente como ela queria.

«O Ladrão de Bagdad»
de Michael Powell,Ludwig Berger e Tim Whelan
Domingo, 22 horas, RTP 2
Fotografia: Cor

Apesar do esforço de guerra, apesar de na Grã-Bretanha muitos cinemas haverem sido encerrados devido ao pânico dos bombardeamentos nocturnos, o espectáculo não podia parar.

Três realizadores ingleses, muito conceituados na década de 30, subscreveram, assim, este «Ladrão de Bagdad», com o exótico Sabu. A história é a que todos ouvimos ou lemos na infância.

Em último caso
«F/X - Efeitos Mortais»
de Robert Mandel
Sexta-feira, dia 27, 1 e 05,
Fotografia: Cor
Duração: 104 minutos

Como, infelizmente, vem sucedendo na rubrica «Pela Noite Dentro», as sessões de cinema de sexta-feira à noite na RTP 1, pecam pela vulgaridade das películas transmitidas. Muita violência, muita tinta derramada, poucos cuidados estéticos. «F/X - Efeitos Mortais» não escapa à regra.

Maria João Martins

O VI Colóquio da Sociedade Portuguesa de Psicanálise

Tendência para a abstracção

(...) Poder-se-á continuar a pretender controlar a nossa história através de uma política, qualquer que ela seja, se não se controla a velocidade e se deixa a tecnociência continuar nesta irreversibilidade que, por agora, atingiu um estado limite, a velocidade da luz?

Paul Virilio, em entrevista ao semanário «Expresso», 13/4/90

Eurico Vasconcelos

A mesa que presidiu ao colóquio

A velocidade do agir e do acontecer parece ser hoje - ou sempre o foi - muito mais rápida que a do pensar, a complexidade internacional gerada por este desenvolvimento, vertiginoso, do agir, tem a sua expressão, no campo das ciências humanas, num movimento mais ou menos generalizado de angústia, de evitação mental, manifesta pela reprodução do modelo oitocentista de separação/compartimentação dos saberes e das abordagens. Assim deparamos com um paradoxo: quanto mais necessário se torna parar para pensar, mais se foge, porque mais difícil é. À actual inércia do corpo, de que fala Virilio, teremos de acrescentar a inércia do espírito, alimentada pela extrema especialização, maximização produtiva, enfim, alienação completa.

Quer dizer que é preciso, a todo o custo, defendermo-nos de perguntas embaraçosas - para nós próprios, em primeiro lugar - como, por exemplo, para onde vamos a essa dita velocidade da luz? Terá isso sentido para o nosso bem-estar? Que queremos, na intimidade de nós próprios, ser e fazer? Enfim, aquelas perguntas que as crianças costumam fazer, como diria um amigo meu, «antes de as mandarem para a escola!»

Parece ser cada vez mais difícil, e por isso o perigo de ruptura social cada vez maior, descortinar as margens de acção/intervenção do indivíduo na colectividade. Daí a aceleração, nas últimas décadas, das micro-associações, das ligas de bairro, dos clubes, etc., onde os indivíduos procuram formas de solidariedade social e reforço narcísico, impossibilitados - por eles próprios? - de dialogar com um poder centralizado. Esta progressiva alienação face ao poder de intervenção de cada um no todo, tem conduzido a um desenvestimento a nível macrossocial, contribuindo para a reprodução/fomentação do aparelho burocrático, por um lado, e, por outro, para o aparecimento de formas culturais individualistas, auto-reparadoras. Poderíamos pensar que a retracção da libido face ao investimento político social teria conduzido a um investimento libidinal narcísico, que estaria ba base do que Lipovetzki chama «cultura psi». Assim, o aumento da complexidade social não é ainda acompanhado de formas de o pensar integradamente, de modo a poder discutir-lhe o sentido e a permitir um agir mais feliz.

O que se espera, então, de um colóquio de psicanalistas sobre política? Tudo, ou quase tudo, sendo a psicanálise a ciência do sentido por excelência, mas não tenhamos ilusões messiânicas, porque as dificuldades do pensar são, parafraseando Descartes, «a coisa do mundo mais bem partilhada».

Considerações póstumas

Na abertura do colóquio, Jaime Milheiro afirmou: «poderá ser considerado estranho, talvez abusivo, juntar psicologia e sociologia de uma só vez em tema que o aprofundar separa e que não costuma ser tratado deste modo». Não é ainda habitual esta tentativa de reflexão integradora dos vários níveis de acção do homem; está longe de ser o paradigma dominante nas ciências humanas (a própria designação plural o revela), onde a divergência, a compartimentação das análises e simplificação teórica do real tornam o seu esforço a maior parte do tempo improdutivo. A psicanálise surge, desde Freud, como excepção; Jaime Milheiro justificaria essa necessidade de integração pela existência «de uma realidade comum a todos os indivíduos, grupos, sociedades, onde confluem todas as ciências e teorias (...), que tendo como guião a história de cada um protagonizada pelo próprio, se desenrola enquadrado num social constituído em Estado necessariamente governado pela política dos políticos enquanto detentores do Poder».

No entanto, apesar desta disponibilidade patente nas intenções deste colóquio serem já motivo de estímulo, a maioria das comunicações apresentadas - àparte o seu valor estético - reflectiram uma tendência para o jogo filosófico abstracto, em que por vezes a importância do que é dito é directamente proporcional à incapacidade de o dizer claramente (fora do véu da intelectualização), o que é pena. De qualquer forma, cumpre-nos fazer referência a alguns dos momentos ali passados.

Os principais temas abordados ao longo deste colóquio centraram-se na violência, na liberdade e na relação destas com o exercício do Poder.

Pedro Luzes referiu-se à diminuição do papel do pai nas sociedades contemporâneas, que teria como consequência a abertura do super-eu às influências culturais exteriores, levando à substituição do pai por figuras carismáticas (do chefe, do líder); nesta óptica, o afrouxamento dessa função paterna pode conduzir (e conduz) a sociedade à permissividade desorganizada e contribuir para um aumento da violência inter-social.

Por seu turno, o sociólogo J. Mozzicafredo, do ISCTE, referiu também o papel positivo do constrangimento na construção das relações inter-individuais e na redução da violência; na sua perspectiva, a sociedade actual, com o afrouxamento do autocontrolo das emoções, conduz a uma «expressão desorganizada», à corrida para o consumo individual, e à «valorização do benefício sobre a expressão da personalidade primária».

Coimbra de Matos salientou, a propósito desta questão, que «para que a agressividade possa diminuir, não chegam as leis, é necessário criar condições de reparação narcísica, de serem restaurados direitos de modo a que a sociedade não caminhe para a agressividade destrutiva», para o exercício da vingança, da raiva narcísica que eclodem, historicamente, nos momentos de crise. Neste sentido, «o contrapoder é essencial e qualquer situação de poder, e o avanço da democracia aponta para o aparecimento de contrapoderes vários». Mas aqui poderemos perguntar: quando os contrapoderes estão envoltos em mecanismos de pressão e manipulação, não serão apenas simulacros de crescimento social? Claro que, como diz o ditado, «do mal o menos», pois temos o poder controlado, mas significa isso maturidade social, ou mera resposta narcísica (e especular)?

Coimbra de Matos referiu ainda a ambiguidade fecunda do conceito de crise: «Se a perturbação do ambiente perturba o indivíduo (crime), ela pode ser factor de desagregação e desorganização, mas também pode ser o motor de um novo desenvolvimento».

Frederico Pereira, que faria girar a sua reflexão sobre violência e poder em torno da obra do marquês de Sade, chamou a atenção para a modificação do espaço e da forma da violência na época contemporânea. Se hoje a violência parece menor, mais localizada (diz-se que é só nos estádios de futebol...), isso resulta do facto de ela ter sido «exportada» para outras áreas. «Hoje há uma certa vergonha em reconhecer a violência como recurso para o poder», o que nos leva a pensar numa violência não espectacular, não tão visível como outrora o foi, mas numa violência interindividual, pela qual a subjectividade do sujeito é irradicada na relação de Poder.

Amaral Dias, começando por afirmar que «o homem socialmente maduro não pode manter indiferença pelo fenómeno político», centrou a sua reflexão (poética? psicanalista? filosófica? Tudo isso ao mesmo tempo?) em torno da crise das ideologias e da sua relação com o processo de aceleração da história: «Já nada nos surpreende, assistimos sem pasmo nem espanto às modificações mais importantes; só a depressão nos espanta». Interrogando-se sobre se a crise das ideologias não será a crise do teterminismo e do ideal, chama a atenção para o «erro» colectivista, para as concepções utópicas que, na sua essência, tendem para abolir as diferenças em nome de um progresso colectivo: «A ideia de progresso é uma ideia do séc. XIX, a enterrar no séc. XX», «a governamentalidade não deve ir contra o particularismo, mas de encontro a todos os particularismos».

Neste sentido, «a política é o itinerário da psicanálise», mas tendo sempre presente a necessidade de evitar que «o homem que é» se transforme em «o homem que deve ser», o que leva a colocar a questão: como lidar com o real sem o ideal? Para Amaral Dias, um «homo psicanaliticus» implicaria a ideia de um homem moral, uma ideia do «que é que o homem deve ser» o que, como todos bem o sabemos, é incompatível com a ideia de liberdade, que comporta consigo talvez o único ideal humano possível: o da compreensão da diferença do outro e da comunicação (amor?) com essa diferença.

Margarida Medeiros

BREVES

Presidente do IPPC ganha prémio

A Academia Nacional de Belas Artes atribuiu o prémio «José de Figueiredo», ex-aequo, a Carlos Antero Ferreira, António Waldemar e Joaquim Manuel da Silva Guedes/Natália Brito Correia Guedes.

Aqueles autores foram premiados pelas obras "Betão - A Idade da Descoberta", "O Paço Real de Salvaterra de Magos" e "Chiado - O Peso da Memória", respectivamente. O prémio «José de Figueiredo» é concedido anualmente pela Academia Nacional de Belas Artes "ao autor da obra de mais valor sobre assuntos de Belas Artes", e que "revele, conjuntamente com qualidades de investigação histórica, dotes de visão analítica e crítica".

O prémio já distinguiu, no último meio século, obras de personalidades como Reynaldo dos Santos, Azeredo Perdigão, Armando de Lucena, José Augusto França e Vasco Valente, entre outros portugueses, e de Elias Tormo, Germain Bazin, George Kubler e Luigi Samoggia, entre outros estrangeiros.

Antero Ferreira é o actual presidente do Instituto Português do Património Cultural.

Peça de Koltès estreia quarta-feira no Teatro Aberto

O Novo Grupo estreia na quarta-feira, feriado nacional, a peça «Na Solidão dos Campos de Algodão», levada à cena no Teatro Aberto. Encenado por João Lourenço e interpretado por João Perry e Mário Viegas, este é o primeiro texto de Koltès representado em Portugal. Nele, este autor com raízes no Sul dos Estados Unidos, reflecte sobre a solidão. De referir que o dramaturgo viveu em Portugal durante o ano passado, tendo regressado a França ainda no mesmo, onde morreu com 42 anos.

DESPORTO

Eleições no Belenenses

Ferreira Matos pensa num «hipermercado desportivo»

Na Sala Mondego do lisboeta Hotel Alfa, teve lugar uma Conferência de Imprensa para Ferreira de Matos e Joaquim Cabrita apresentarem a lista de nomes e programas de uma das candidaturas à chefia do Belenenses, a uma provável rendição do elenco comandado por Mário Rosa Freire.

Sensacionalmente Ferreira de Matos, anunciou a existência de contactos para contratação de dois futebolistas presentes no próximo campeonato do mundo de futebol, em Itália. Não revelando os nomes dos futebolistas que poderão integrar o «plantel» do Belenenses na próxima época, Joaquim Clemente Cabrita, (presidente substituto da lista «C», de Ferreira de Matos), acrescentou que ambos são capitães das respectivas selecções participantes no mundial. A indentidade de um dos futebolistas poderá já vir a ser divulgada em nova Conferência de Imprensa, a ser convocada para poucos dias antes da assembleia geral eleitoral do clube do Restelo, marcada para dia 12 de Maio.

Joaquim Clemente aproveitou a ócasião para afirmar possuir informações de que Chiquinho e Oliveira devem renovar os seus contratos com o Belenenses ainda esta semana: e que dois ou três jogadores, mal adaptados à equipa, serão dispensados para que os seus lugares sejam ocupados por novos reforços. Caso seja eleito, Ferreira de Matos deverá ainda reduzir o plantel do Belenenses, devendo confiar no técnico Moisés de Andrade para a orientação da equipa.

«Em equipa que ganha não se mexe», ironizou o candidato, acrescentando que Moisés de Andrade encabeça uma lista de eventuais técnicos, que poderão orientar o Belenenses em 1990/91.

O chefe do Departamento de Futebol (Barcínio Pinto), alvo de contestação por alguns associados que estranhamente se encontravam na Conferência de Imprensa, foi ainda um dos temas quentes do encontro. Ferreira de Matos e Joaquim Cabrita procuram minimizar as culpas de Barcínio Pinto no caso Macaé, instando os jornalistas presentes a procurarem junto daquele dirigente desportivo as verdadeiras razões que motivaram toda a polémica. Joaquim Cabrita afirmou mesmo que a falta de alguns *«apoios de retaguarda«* poderão ter motivado as falhas do departamento, assegurando que *«de futuro elas não se repetirão»*, pois aquele gabinete será dotado com mais *«meios técnicos e humanos»*. *«Tal como Moisés de Andrade, Barcínio Pinto também tem o seu nome à frente de possíveis substitutos«* – referiu o candidato.

Ultrapassar o Sporting ao nível competitivo foi ainda outro dos propósitos apontados por Ferreira de Matos, que salientou a necessidade de um reforço de verba do departamento do futebol juvenil, com a finalidade de criar um viveiro de jogadores para a formação sénior.

A construção de um novo pavilhão e a remodelação do existente foram referidos por Ferreira de Matos, repartindo em três categorias (alto rendimento, massificação e recreio) o carácter das modalidades amadoras do Belenenses. Reforço em jogadores e meios do andebol e basquetebol, consideradas modalidades de alto rendimento, foram propostas pelo candidato, apontando como actividades de massificação o atletismo, ginástica, hóquei em patins (a grande aposta futura de Ferreira de Matos) e natação. De recreio, foram consideradas modalidades como hóquei em campo, patinagem artística, xadrez, râguebi e boxe.

Caso seja eleito, Ferreira de Matos prometeu ainda transformar a zona de parqueamento fronteira ao actual pavilhão em área apta para a prática desportiva, com piso especial.

Salientando a importância do Gabinete de Estudos e Projectos (GEP), Ferreira de Matos insistiu na dicotomia desporto-empresa-espectáculo, como referência na gerência futura do Belenenses. Alterações estatutárias, crescimento do número de sócios do Belenenses e a transformação do clube num *«hipermercado desportivo»*, foram ainda aspectos tratados durante a Conferência de Imprensa.

O candidato aproveitou para revelar alguns nomes da lista, entre os quais o elenco da direcção:

Assembleia Geral: presidente – José Segarra; vice-presidente – José Luís Esteves.

Concelho fiscal: presidente – António Manuel Marques Nunes.

Direcção: presidente – Joaquim Ferreira de Matos e presidente substituto – Joaquim Clemente Cabrita; vice-presidente adjunto da presidência – Rui Rodrigues Costa; vice-presidente para relações internacionais – Raul Duarte Cabarrão; vice-presidente do património e instalações – José António Pina Matias; vice-presidente das modalidades amadoras – José António Teixeira Nobrega; vice-presidente das relações públicas – Zemael Espadas; vice-presidente administrativo e financeiro (não foi divulgado por se encontrar no estrangeiro).

Beira Mar: duas listas

Igualmente o momento eleitoral nos aveirenses do Beira Mar ganha dimensão, sobretudo com o aparecimento de duas listas. No bloco que inclui Silva Vieira, até aqui grande responsável pelo futebol profissional da colectividade, a presidência poderá pertencer ao dr. Mota Figueiredo, transitando Silva Vieira para o comando da Asembleia Geral. Na lista B, o dr. Carlos Silva Santos (director do Porto de Pesca de Aveiro) é o nome indigitado para presidente.

Jogou futebol em Coimbra e é individualidade muito conhecida nos meios desportivos da cidade. A seu lado poderá estar, como presidente da Assembleia Geral, outra personalidade aveirense conceituada, mas até ao dia das eleições (27 do corrente, das 20 às 23) muitas surpresas podem ainda surgir. No entanto, sabe-se já que, na lista de Mota Figueiredo e Silva Vieira, o dr. Cabral Monteiro é indicado como director do basquetebol, enquanto no outro bloco estão inseridos os nomes de Justino Rocha (representante da Toyota em Aveiro, que recentemente ofereceu uma carrinha ao Beira Mar) e Artur Filipe, qualquer deles indigitados como vice-presidentes.

Ainda duas informações sobre o Beira Mar: a turma de andebol prepara uma digressão à Madeira e, em relação ao futebol, estão já apalavrados três nomes sonantes que militam na 1.ª divisão nacional.

Karaté deu títulos nacionais

Processou-se o campeonato nacional de *shito ryu karaté do*, arte marcial que tem *dojos* em Linda-a-Velha, Amadora, Carnaxide, Carnide, Olivais, Viana do Castelo, Associação de Karaté de Portugal e Associação Portuguesa de Karaté Shukokai.

Nomes salientes da competição na modalidade de *kata forma:* Ana Fonseca, Ana Catarina Ribeiro, Liliana Marques, Ana Leonor Ferreira, Ana Isabel Silva, Inês Faria, Sílvia Azevedo, Maria Raquel Cunha, Sónia Gouveia, Ana Rita Neves, Helena Fernandes, Paula Almeida, Carla Bento, Joana Vasconcelos, Alexandra Silva, Ana Ataíde, Cristina Ribeiro, Patrícia Gama, Graciete Bernardo, Ricardo Oliveira, Guilherme Cortez, Pedro Felgueiras, Cristóvão Silva, Pedro Santos, Hernâni Santos, Hilton Cruz, Elmano Caleiro, João Fonseca, Marco Luís, Bruno Ferreira, Gilberto Pereira, Paulo Mendes, Ludjero Brito, Nuno Esteves, Paulo Oliveira, Adriano Évora, Nuno Francisco, Nuno Antunes, Nuno Santos, Humberto Évora, Ricardo Teixeira, Jorge Lucas, Paulo A. Costa, Carlos Laiginhas, Luís Aguiar, Paulo J. Costa, José Maia e Nuno C. Dias.

Em *kumite/combate* evidenciaram-se Paula Almeida, Susana Mendes, Noélia Carmo, Carla Brito, Alexandra Silva, Gui Conceição, Jorge Lucas, Filipe Albuquerque, Nuno Loureiro, Jaime Torres, Jorge Gonçalves, António Silva, Mário Baptista, António Henriques, Paulo Castro, Nuno Antunes, Nuno G. Santos, Humberto Évora, Paulo Almeida Costa, Miguel Duarte, Carlos Laiginhas, Luís Filipe Aguiar, José Alfredo Ferreira, Luís Vital Azevedo, Germano Silva, Luís Lacerda, José A. Araújo, Luís Aguiar, Carlos Castro Costa, José Maia, Paulo Figueiredo, Paulo Jorge Costa, Nuno Carvalho Dias, Francisco Braga, Gil Albuquerque, Francisco Gonçalves, Paulo Barros e Nuno Lourenço.

A organização foi um êxito para Elmano Jorge Caleiro e toda uma vasta equipa que teve a seu lado os árbitros António Cantinho, Alberto Freitas, Luís Filipe Esteves, Carlos Correia Pereira, Rui Melo Ramalho e Feliciano Izarda.

SPGL – SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

ADESÃO À CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DOS QUADROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS

ASSEMBLEIA GERAL DE SÓCIOS DIA 27 DE JUNHO DE 1990

Nos termos do Artigo 42.º e para os efeitos da alínea f) do artigo 23.º dos Estatutos do SPGL, a Mesa da Assembleia Geral convoca todos os sócios do SPGL no pleno gozo dos seus direitos sindicais, para a Assembleia Geral de Sócios descentralizada que se realizará no dia 27 de Junho de 1990, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Filiação do Sindicato na Confederação Portuguesa dos Quadros Técnicos e Científicos.

Esta Assembleia Geral realizar-se-á nos mesmos locais e com o mesmo horário da Assembleia Geral que procederá à revisão dos Estatutos do SPGL.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(Maria Helena Mira Mateus)

SPGL-SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

Revisão dos Estatutos

Assembleia Geral de Sócios dia 27 de Junho de 1990

Nos termos dos artigos 23.º e 92.º dos Estatutos do SPGL e da metodologia da revisão dos Estatutos, aprovada em Assembleia Geral de Sócios, realizada no dia 2 de Março de 1989, a Mesa da Assembleia Geral, no exercício das competências que lhe são conferidas pelo Artigo 42.º dos Estatutos, convoca todos os sócios do SPGL no pleno gozo dos seus direitos sindicais para a Assembleia Geral de Sócios descentralizada, que se realizará no dia 27 de Junho de 1990, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Revisão dos Estatutos do SPGL

I

Da apresentação e divulgação das propostas

1. As propostas de revisão dos Estatutos do SPGL na globalidade têm de ser apresentadas à Mesa da Assembleia Geral até ao dia 28 de Maio pelas 17.30 horas.
2. Após a apresentação das propostas, a MAG convocará os respectivos proponentes a fim de se estabelecerem eventuais consensos.
3. A Direcção do SPGL divulgará até ao dia 7 de Junho todas as propostas apresentadas à MAG nos termos do n.º 1.
4. As propostas de revisão dos Estatutos do SPGL podem ser apresentadas por:
   – Direcção do SPGL
   – Mesa da Assembleia-Geral do SPGL
   – Conselho Fiscal
   – Secretariados Distritais e Sectoriais num mínimo de dois
   – um mínimo de cinco Comissões Sindicais
   – um mínimo de quinze Delegados Sindicais
   – um mínimo de cem associados no pleno gozo dos seus direitos sindicais.
5. A Direcção do SPGL deverá propiciar nas estruturas sindicais as condições que possibilitem o mais amplo debate em torno das diversas propostas apresentadas.

II

Da Votação

1. Compete à MAG estabelecer o horário de funcionamento e a metodologia da votação.
2. Terão direito de votos sócios que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos, nos termos do n.º 2 do art.º 68.º dos actuais Estatutos, alíneas a) e b).
3. Nas deliberações sobre a revisão dos Estatutos, nos termos do art.º 23.º, alínea j), §3.º, deverão participar pelo menos 10% dos associados com direito de voto.
4. a) O voto é individual e secreto
   b) Não é permitido o voto por procuração
   c) É permitido o voto por correspondência, desde que, cumulativamente:
   1) o boletim de voto esteja dobrado em quatro e contido em envelope fechado;
   2) do referido envelope conste o número de sócio e a assinatura reconhecida por notário, abonada por autoridade administrativa, pela MAG, ou acompanhada do cartão de associado;
   3) este envelope, introduzido noutro, seja endereçado e remetido por correio registado ou entregue em mão ao presidente da MAG ou a quem dele tenha recebido delegação de poderes.
5. Funcionarão mesas de voto nos locais a determinar pela MAG tendo em consideração a necessidade de assegurar aos associados a possibilidade de participar no acto eleitoral.

Horário de funcionamento das mesas de voto:
Escolas sem curso nocturno: das 10.00 horas às 18.00 horas
Escolas com curso nocturno: das 10.00 horas às 20.00 horas.

A presidente da Mesa da Assembleia Geral
(Maria Helena Mira Mateus)

Portimonense: amanhã, em estreia inédita, recebe o União da Madeira. Passo em frente possível aos algarvios ou, pelo contrário, mais decisivo arranque madeirense?

EM AGENDA

Muitas actividades desportivas estão programadas para amanhã, feriado nacional. Por exemplo futebol:

1.ª Divisão

Beira Mar - Vitória de Guimarães (0-2, na 1.ª volta); Nacional - Vitória de Setúbal (0-3); Penafiel - Belenenses (1-2); Futebol Clube do Porto - Estrela da Amadora (1-1); Portimonense - União da Madeira (0-2); Sporting - Boavista (0-0); Benfica - Tirsense (1-1); Marítimo - Feirense (0-2); e Sporting de Braga - Chaves (1-1).

Vítor Urbano: nova face do Beira Mar dada pelo técnico de mais recente enquadramento entre os maiorais

2.ª Divisão

Zona Norte: Gil Vicente - Infesta (2-2); Desportivo das Aves - Joane (2-0); Marco - Freamunde (1-4); Trofense - Rio Ave (2-2); Leixões - Maia (0-2); Varzim - Vianense (1-1); Paços de Ferreira - Vizela (1-0); Famalicão - Fafe (1-1); e Felgueiras - Bragança (2-1).

Zona Centro : Académico de Viseu - Guarda (3-1); União de Lamas - Académica (0-2); Oliveira do Bairro - Mirense (0-3); Benfica de Castelo Branco - Caldas (0-2); Oliveirense - Salgueiros (1-4); Peniche - Covilhã (0-2); União de Leiria - Sporting de Espinho (1-2); Lousanense - Mangualde (1-3); e Marialvas - Águeda (0-2).

Zona Sul : Portalegrense - Sintrense (0-0); Juventude - Olivais e Moscavide (1-0); Torreense - Estoril (0-0); Lusitano de Vila Real - Silves (0-0); Farense - Olhanense (4-0); Alverca - Louletano (0-3); Seixal - Lusitano de Évora (1-1); Atlético - Samora Correia (1-2); e Barreirense - «O Elvas» (0-2).

3.ª Divisão

Série A: Prado - Amares; Vieira - Maria da Fonte; Valpaços - Ribeirão; Macedo de Cavaleiros - Ponte da Barca; Vila Pouca - Lanheses; Arcos de Valdevez - Mirandela; Delães - Caminha; Esposende - Santa Maria; Moreirense - Celoricense.

Série B : Sanjoanense - Rio Tinto; Vila Real - Lixa; Santa Marta de Penaguião - Amarante; Ermesinde - Cinfães; Valadares - Sandinense; Paivense - Leça; Lousada - Paredes; Lourosa - Pedrouços; Valonguense - Régua.

Série C : Argus - Santacombadense; Valonguense - Tabuense; Oliveira do Hospital - Anadia; Ovarense - Mealhada; Seia - Gouveia; Luso - Valecambrense; União de Coimbra - Alba; Sabugal - Oliveirinha; e Mortágua - Estarreja.

Série D : Alcobaça - Castelo de Vide; Naval 1.º de Maio - Torres Novas; Sertanense - Mirandense; Bombarralense - Marrazes; Alfeizerense - Ferrel; Fátima - Marinhense; Alcanenense - Alcains; União de Tomar - Nazarenos; e Estrela de Portalegre - União de Santarém (jogo a realizar esta noite).

Série E : Oriental - Lusitano dos Açores; Borbense - Cartaxo; União de Almeirim - Odivelas; Campomaiorense - Futebol Benfica; Fronteirense - Vilafranquense; Santa Clara - Sacavenense; Câmara de Lobos - Fanhões; Cacém - Portosantense; e Praiense - Loures.

Série F : Vasco da Gama - Desportivo de Beja; Trafaria - Quimigal; Almancilense - Estrela de Vendas Novas; Quarteirense - Amora; Sesimbra - Imortal; Montijo - Esperança de Lagos; União de Santiago do Cacém - Leões; Palmelense - União de Montemor; e Moura - Pescadores.

HÓQUEI EM PATINS : Paço de Arcos - Sanjoanense (primeira volta: 2-1); Barcelos - Sporting (5-4); Académica - Benfica (6-11); Oliveirense - Tomar (9-2); Grundig - Valongo (2-2); Turquel - Futebol Clube do Porto (2-7); e Parede - Quimigal (2-6), todos às 17 e 30.

ANDEBOL: Boavista - Benfica (16 e 30); Futebol Clube do Porto - Setúbal (17); Académica - Belenenses (17 e 30); e Sporting - ABC (18).

ATLETISMO: Corrida da Liberdade, às 9 horas, entre a Rua Sampaio Pina e a Pontinha.

Nacional de futebol

Calma no topo, ânsias lá por baixo

Assim, à primeira vista, o terceto mais destacado dos estandartes de futebol que esgrimem pelo título nacional parecem com tarefas calmas, neste dia de festa que bate amanhã à porta.

Atendendo um Estrela da Amadora que continua quase só mirando a alta possibilidade de, imeditamente, alinhar no Jamor na apoteose da temporada, os «dragões» são nitidamente favoritos, até porque a embaixada da Reboleira viaja sem Ricky (voluntária abdicação face à táctica engendrada por João Alves) o que dá a sugestão de tentar ensaiar poucos propósitos vanguardistas e apenas jogar em contra-ataque. Branco já de malas aviadas para, na 5.ª-feira, rumar para o Brasil, a incluir-se no bloco escolhido por Lazaroni para o assalto ao «caneco» mundialista. Basaúla e Caetano regressados ao trabalho activo, entre os amadorenses. Favoritismo nítido da esquadra de Artur Jorge, sem (todavia) se excluir a hipótese de uma surpresa-assombro.

Precisamente o mesmo que poderá dizer-se dos embates que vão colocar em acção Benfica, no atendimento a tirsenses ainda eufóricos pela paritária divisão pontual com o Sporting, e *leões* , novamente perante o grande tribunal de sofrido e desprezado Alvalade, a suportar a onda vinda do Bessa com as más intenções que sempre estão no pensamento boavisteiro quando actua aliviado da directa pressão de uma cáustica massa associativa branco-negra. Na Luz, é natural que, perante o fracasso de Samuel na cobertura canhota da viagem até Silvino, o técnico Eriksson opte pela reciclagem de Fernando Mendes, uma vez que (pelos vistos em definitivo) mesmo que Álvaro consiga fazer o pino no zimbório da Estrela ou não perca um lance em 40 treinos, o mocetão de Lamego está totalmente fora das cogitaçeos dos seus chefes e, assim, em Viena de Áustria, para o lugar de Veloso, irá apressadamente encontrar-se uma solução de emergência. Que, a partir deste momento, equaciona Fernando Mendes como o candidato mais firme. E, enquanto Toni andará por Itália, espiando o Milão e Lazaroni faz negaças, afirmando que quem manda em Ricardo, Valdo e Aldair é só ele, o Benfica apraza o confronto com o Boavista para a noite do próximo sábado, podendo na tarde de amanhã dar maior presença a Diamantino, uma vez que Vítor Paneira está em completo repouso após o susto em Santa Maria da Feira.

Ao lado, pertinho da Luz, na toca de um leão multiplamente ferido (o folhetim dos dinheiros a Bonetti parece interminável, a lista de despesas intempestivamente anunciadas criaram tremendo mal-estar entre os atletas, o próximo adeus de Raul Águas ganhou foros de crítica por parte de sportinguistas que contestam uma parcela das actuações de Sousa Cintra), ao mesmo tempo que tudo isto sucede, os *verde-brancos* preparam-se para, na noite de amanhã, verem em que param as modas perante os boavisteiros de onde está de abalada Manuel Barbosa e de olho já pegado o «luvas negras». Fala-se no interesse leonino por Jorge Ferreira e Laureta mas, fundamentalmente, o que mais interessa é ainda o presente: e, se o Benfica tem 90 por cento de possibilidades de calmamente bater a concorrência tirsense, a quota numérica desce para patamar muito inferior no tocante ao espectáculo no tal Alvalade que tem suportado tudo e mais alguma coisa.

Alguns «shows» parecem destinados a produzir bom futebol, já que os intervenientes estão tranquilamente sentados defronte dos padecimentos alheios. Tarde para joguinhos bonitos no Beira Mar - Guimarães e Braga Chaves, o mesmo não se podendo dizer no tocante ao Penafiel - Belenenses, onde a estrela na camiseta do «sheriff» Moisés vai ficar um pouco ofuscada pelo sol e, sobretudo, nas partidas que envolvem o triunvirato madeirense: União com inédito passeio a um Portimão que viaja sobre o fio da navalha, Nacional abrindo os braços a um Vitória setubalense que parece em queda livre e Marítimo fervendo no conclave com feirenses, que estão ainda convictos de que podem dar o salvador pulinho e transporem o fosso.

E é aqui, no rés-do-chão da tabela que residem os pontos mais duros e difíceis da rodada 30 do grande torneio. Uma etapa que, nos baixos do edifício, pode esclarecer que vai morar no pior movimento dos alcatruzes da nora. Oxalá os árbitros, desta vez fugindo a linha quase trivial, não defraudem a realidade da bola aos pulos...

Neves de Sousa

Vítor Paneira: o susto passou, agora importa descansar

BREVES

Esgrima: vamos bem

Uma representação portuguesa tornou-se vencedora do 2.º Torneio Internacional de Esgrima Egea, realizado em Sevilha. A equioa lusa foi constituída por dois «espadistas» (Rui Malaquias e Pedro Filipe) e quatro «floretistas» (Elisa Granocchio, Joana Valeriano, Ana Cabral e Patrícia Silva).

Além do conjunto português, participaram equipas dos clubes Juventude de Málaga, Cidade Jardim de Málaga, Sanlucar de Cádiz, Cervantes e Sevilha e Clube Egea de Sevilha.

Uma outra selecção portuguesa (de florete masculino) participou no Torneio Internacional da Corunha, classificando-se o atirador português José Bartissol em 9.º lugar, entre seis dezenas de concorrentes. O vencedor foi o espanhol Esperanza, considerado o 1.º floretista do seu país.

Finalmente, o Ateneu Comercial de Lisboa participou na Taça dos Clubes Campeões Europeus de espada masculina, que teve lugar em Heidenheim (RFA). Na prova por equipas, o Ateneu foi derrotado (9-2) pelo campeão da União Soviética, que se tornaria depois vencedor da Taça, enquanto na classificação individual José Bandeira foi o melhor dos elementos do Ateneu, posicionando-se em 114.º lugar, entre 208 atletas concorrentes.

Voleibol: estamos mal

A selecção portuguesa masculina de voleibol foi afastada do grupo dos oito primeiros da «spring cup», em Israel, ao averbar duas derrotas e apenas uma vitória na sua série da prova. A turma nacional começou da melhor forma, vencendo a França, por 3-1 (4-15, 15-12, 15-7, 17-16), mas acabou por desiludir, ao ceder frente à Turquia por 3-0 (15-13, 15-10, 15-12) e Noruega, por 3-0, com parciais de 15-11, 15-13 e 15-6. Com estes resultados, Portugal vai agora disputar a «poule» do 9.º ao 11.º, com adversário ainda a determinar.

Para o capitão da selecção (Nelson Puga) a *«equipa portuguesa não fez maus resultados, mas claudicou nos momentos decisivos da competição». «Perdemos a qualificação por dois «sets». Agora resta-nos tentar dar o melhor até ao fim«* – comentou Puga, para quem Portugal *«não teve sorte na competição.»*

Damas: assim, assim

O jugoslavo Miljenko Lepsic, ao vencer Manuel Pato por 2-0, assumiu o comando do Campeonto Europeu de Damas, em Mafra, ao somar um total de seis pontos, após as primeiras três jornadas da prova. Lepsic tem agora mais um ponto que o seu rival mais directo, o belga Oscar Verpoest, estando os franceses Jose Beyaert e Olivier Bonnave, ambos com quatro pontos, nos lugares imediatos. Os resultados da ronda foram os seguintes: Lepsic-Manuel Pato, 2-0; Verpoest-Daniel Machado, 2-0; Beyart-Jacques Floras (Suíça), 2-0 e Bonnave-Sérgio Specognia (Itália), 1-1.

Classificação, após a 3.ª jornada: 1.º Lepsic, 6 pontos; 2.º Verpoest, 5; 3.º Beayert e 4.º Bonnave, 4; 5.º Specogna, 3; 6.º Daniel Machado, 2; 7.º Floras e 8.º Manuel Pato, 0. A 4.ª jornada disputa-se hoje à tarde.

DESPORTO

Britânico domina Volta ao Algarve

O britânico Tim Harris (Festina / Lotus) venceu ao «sprint» a 1.ª etapa da Volta ao Algarve, disputada entre Vale de Lobo e Castro Marim, na distância de 175 quilómetros.

Fernando Baptista (Bom Petisco / Tavira) venceu a meta Turismo, tendo Pedro Silva sido o melhor na meta Volante da tirada, enquanto as duas contagens de montanha foram ganhas por José Ferreira e António Alves, ambos ciclistas da Recer / Boavista.

A classificação dos 10 primeiros foi a seguinte: 1.º Tim Harris (Festina / Lotus) 4:33.22 horas (média de 38,550 km/h); 2.º Pedro Silva (Recer / Boavista); 3.º Fernando Valente (Ruquita / Feirense); 4.º Carlos Moreira (Recer / Boavista); 5.º Carlos Marta (Orima / Cantanhede); 6.º Manuel Dominguez (Seur); 7.º Pedro Luis Garcia (Festina / Lotus); 8.º David Assunção (Recer / Boavista); 9.º Manuel Martinez (Festina / Lotus); 10.º José Santiago (Recer / Boavista), todos com o mesmo tempo.

A prova prossegue hoje com a realização da 2.ª etapa, entre Loulé e Almodôvar, na distância de 65 quilómetros.

Vuelta: primeiras pedaladas

Com a participação de dez equipas espanholas, três italianas, outras tantas da Colômbia e uma da RFA, URSS, França, Holanda, Bélgica e a Sicasal / Campocarne em representação de Portugal, inicia-se hoje com a disputa do prólogo em Benicasim, a 45.ª edição da Volta a Espanha em bicicleta. Os ciclistas que no dia 15 de Maio chegarem a Madrid terão percorrido 3680 quilómetros distribuidos por 22 etapas sendo a mais longa (226,8 km) a que ligará Penaranda a Leon a disputar no dia 3 de Maio. Ao longo da prova vão surgir 36 contagens do Prémio da Montanha, sendo quatro de categoria especial, oito de primeira, 11 de segunda e 13 de terceira.

O grande favorito da importante prova velocipédica é o espanhol Pedro Delgado, da Banesto, que já ganhou duas vezes a «Vuelta», mas há que contar com o valor de Luís Herrera, Raimund Dietzen, Roberto Visentini, Fabio Parra, Álvaro Pino entre outros que integram o pelotão de 198 artistas que hoje iniciam a longa caminhada.

Quanto à nossa equipa de Torres Vedras liderada por Orlando Alexandre é composta pelos seguintes ciclistas: Joaquim Gomes, Manuel Abreu, Fernando Fernandes, Cassio Freitas, Fernando Mota, António Pinto, Jorge Silva, Serafim Vieira e Raul Vitorino.

Pelotão da Volta ao Algarve desfila em S. João da Venda

BREVES

Fórum «Horizonte» para técnicos

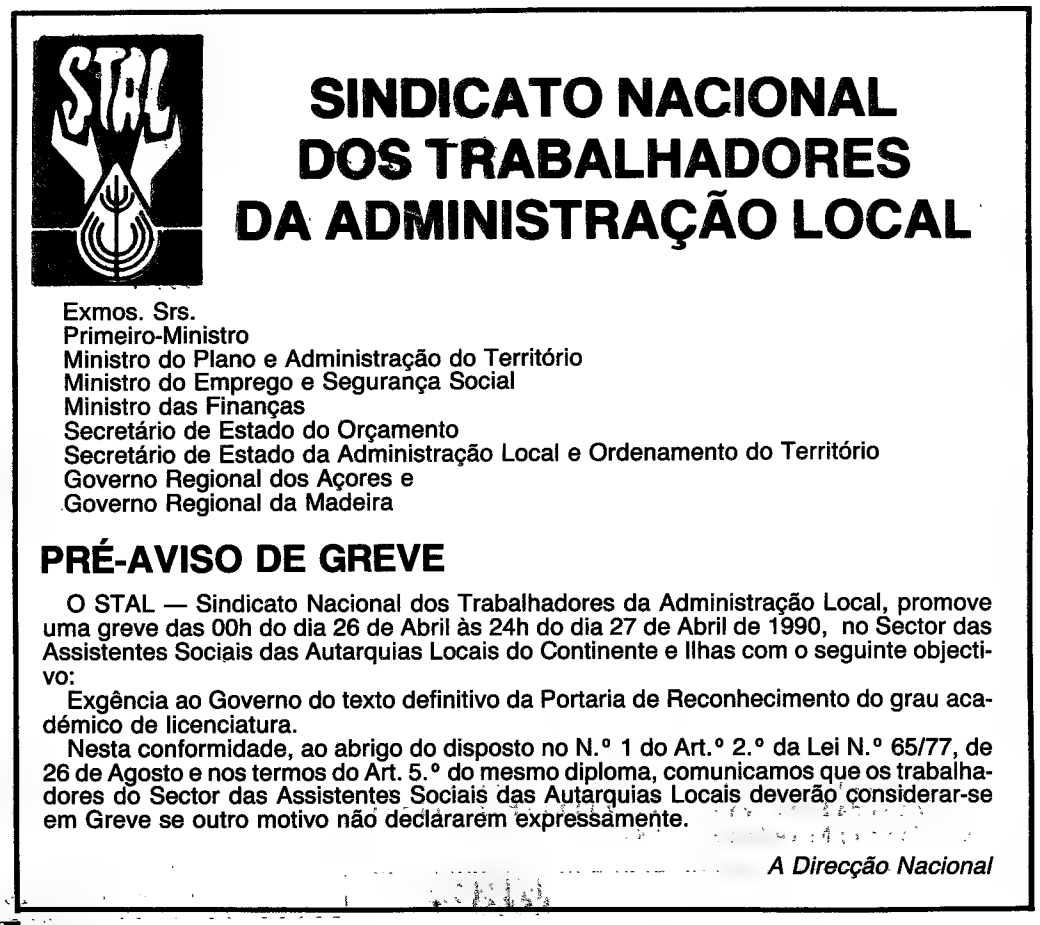
Com a presença de cerca duas centenas de técnicos de educação física e desporto, inicia-se no próximo dia 26, o 5.º Fórum «Horizonte», subordinado ao tema «Formação de técnicos desportivos e técnicas de ensino». Os trabalhos que decorrerão no Auditório do Complexo Social das Forças Armadas (Oeiras) prolongar-se-ão pelos dias 27 e 28 do corrente e têm como objectivo debater a problemática da formação dos técnicos à luz das medidas a implementar no âmbito do desenvolvimento do desporto nacional.

No 1.º dia dos trabalhos estão previstas intervençãoes dos técnicos desportivos Monge da Silva, Hermínio Barreto, Carlos Gonçalves, Jorge Vieira e Sidónio Serpa.

Esta acção de formação é uma iniciativa da «Horizonte», revista de educação física e desporto.

«Golfe Magazine»

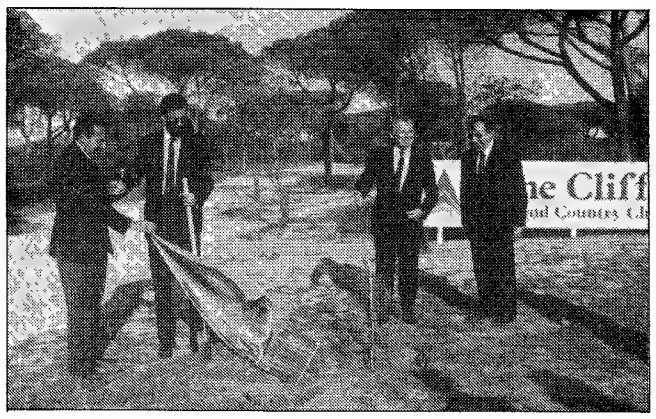
Dirigida por Filipe Mendes Quinto, tendo na chefia redactorial o jornalista Valdemar Afonso, a «Golfe Magazine» continua a divulgação de uma modalidade desportiva que trás muitas divisas para o nosso país, face à vinda de praticantes estrangeiros que se dividem pelos vários campos do continente e Regiões Autónomas.



DESPORTO

Nigel Mansell é o patrono do campo

Golfe: Pine Cliffs enriquece o Algarve



Miguel Sarmento (secretário de Estado do Turismo), Júlio Soares Pereira (Mediátrica), Keith Payne (United Investiments-Portugal) e comandante José O'Neill (director da Pine Cliffs) na inauguração do campo de golfe em Albufeira

Incontestável: o golfe avoluma a sua preponderância na conquista de divisas para o nosso país. Isso implica, cada vez mais, novos campos para a prática da modalidade e, nesse sentido, a Pine Cliffs (Golf and Country Club) acaba de convidar a Comunicação Social para assistir à inauguração, na zona da praia da Falésia (Albufeira) de um empreendimento turístico dotado com excelente campo de golfe, pólo central de um pequeno reino situado no topo de uma falésia e envolvido por extensos pinhais. Como melhor apoio, Pine Cliffs disporá de moradias e apartamentos inseridos na paisagem natural e na presidência do Clube de Golfe, o conhecido piloto Nigel Mansell (Ferrari) que passará a viver ali parte do ano.

Vale a pena dizer que, na Pine Cliffs, está a crescer a mais moderna unidade hoteleira do Grupo Sheraton, que dará acesso, da área da falésia à praia, por um túnel com elevador, deste modo preservando-se a beleza natural, que importa respeitar.

Conforme salientou na cerimónia de inauguração o secretário de Estado do Turismo, Miguel Sarmento, deve aplaudir-se toda a complementação do campo de golfe oficial: um outro percurso para treinos, «courts» de ténis iluminados, «courts» para «squash», saunas, gabinetes para massagens e ginásio, com o Beach Club ao dispor dos apreciadores dos desportos náuticos. «Por isso o empreendimento foi considerado pela Direcção-Geral do Turismo como de utilidade turística e de interesse para o turismo português, necessitando apenas que a Imprensa o ajude a divulgar, pois estamos perante uma realização que muito honrará o nosso desporto» — disse-nos o comandante O'Neill, figura preponderante na United Investiments que, ao lado de outros grupos financeiros (Fidelidade, Amorim, Soane e Banco Internacional de Crédito) colocam 14 milhões de contos no empreendimento algarvio.

Merece nota o facto do campo de golfe estar preparado para, entre 18 e 20 de Maio, ter a 1.ª competição: o Troféu do Presidente, competição anual que será presidida por Nigel Mansell e seleccionará os jogadores que, em Setembro, vão disputar prémios milionários. E, diz Nigel Mansell: «O meu sonho era conseguir juntar o título mundial de Fórmula Um e o triunfo no Open de Golfe da Grã-Bretanha.» O piloto inglês ganhou 15 dos 135 Grandes Prémios em que tomou parte.

N. de S.

Esta semana vamos ao Porto.

Venha connosco.

o jornal ILUSTRADO

Quase tudo sobre a Cidade Invicta.

Futebol: os cifrões na balança

Os orçamentos dos principais clubes de futebol latino-americanos raras vezes alcançam as somas dos emblemas europeus mais modestos, segundo dados recolhidos pela agência EFE junto dos próprios clubes.

Os dados recolhidos pela agência espanhola revelam que, em média, qualquer dos clubes europeus dispõe de oito vezes mais dinheiro que os seus rivais do Novo Mundo. Não obstante, as diferenças são também consideráveis entre colectividades do mesmo continente, com as equipas italianas e espanholas a destacarem-se entre as europeias e os clubes brasileiros entre os sul-americanos.

A grande maioria destes símbolos debate-se com grandes dificuldades, devido à crise económica dos seus respectivos países e à falta de sentido empresarial dos seus dirigentes, o que torna duplamente difícil conhecer os seus orçamentos. O secretismo é prática comum, tendo (inclusive) o representane de um clube chileno assinalado que era mais fácil conhecer os gastos reservados do Ministério da Defesa do seu país do que o orçamento de um clube de futebol. Também na Europa há certas reservas para se conhecer os orçamentos dos clubes, especialmente nos ingleses e franceses. Neste último caso, a Liga Francesa de Futebol não revela os nomes dos clubes com maiores orçamentos, com o pretexto de que estes dados são confidenciais.

O futebol italiano é o que dispõe de mais capital e dos jogadores mais bem pagos e o AC Milão apresentou, no início da temporada, o orçamento mais alto do clubes italianos da 1.ª Divisão com um pouco mais de sete milhões de contos.

Sílvio Berlusconi dispõe de uma equipa de 24 futebolistas de elite, quatro dos quais (Baresi, Van Basten, Rijkaard e Donadoni) cobram ao clube mais de um milhão e 270 mil contos anuais. O AC Milão rivaliza, desportiva e economicamente, com o Nápoles que, com um orçamento de cinco milhões e 600 mil contos, deve os seus mais recentes êxitos à presença do argentino Diego Maradona.

Na escala de orçamentos milionários, seguem-se a Sampdoria e o Inter de Milão (com cerca de cinco milhões de contos) cada e a Juventus, com quatro milhões e 300 mil contos.

Em Espanha, só o Barcelona supera os seis milhões de contos, a bastante distância do orçamento do campeão (Real Madrid) estimado em três milhões e 900 mil contos e do Atlético de Madrid (de Paulo Futre) com dois milhões e 500 mil contos. O orçamento do Valência supera ligeiramente a média dos clubes europeus, que oscila entre um milhão e 300 mil contos e um milhão e 500 mil contos, nível integrado também pelos orçamentos do Anderlecht (Bélgica), o PSV (Holanda) e o FC Porto e Sporting Clube de Portugal. Acima desta média, mas bem longe dos clubes italianos e espanhóis, só se destaca o Benfica, com cerca de dois milhões de contos para presente temporada.

Os orçamentos mais austeros do futebol do Velho Continente pertencem aos clubes austríacos, holandeses e belgas. Porém, tanto o Áustria de Viena como o Admira Wacker apresentam orçamentos à volta de dois milhões e 900 mil contos, sendo superiores os gastos do Ajax, Feynoord, Malines e Standard de Liège à volta de um pouco mais de três milhões e 500 mil contos.

Um simples dado é significativo como ponto de comparação entre os orçamentos dos clunes europeus e sul-americanos: o menor, entre os clubes da Alemanha Federal, é o do Hamburgo, que roça três milhões de contos, verba somente ultrapasssada na América do Sul, pelo Vasco da Gama (Brasil) com cinco milhões.

AGENDA

I Série N.º 95
Dia 24 de Abril
DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Ministério das Finanças

Decreto-Lei n.º 135/90:
Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 85/362/CEE, do Conselho, de 16 de Julho de 1985, relativa às isenções fiscais aplicáveis em matéria de importação temporária de certos bens que não sejam meios de transporte.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

Decreto-Lei n.º 136/90:
Altera o quadro de pessoal do Instituto Português de Conservas e Pescado a que se refere o artigo 44.º do estatuto anexo ao Decreto-Lei n.º 266/86, de 3 de Setembro.

Região Autónoma da Madeira

Assembleia Legislativa Regional

Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 6/90/M:
Aprova o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira para 1990.

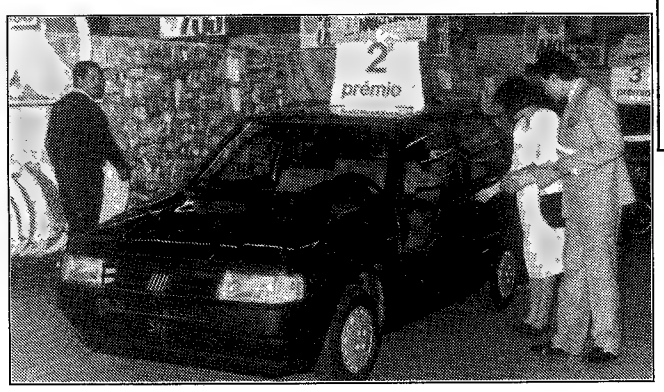
PESSOAS & FACTOS

KLM liga Holanda a Portugal há 50 anos

Com a presença do embaixador dos países baixos, do vice-presidente da KLM, de entidades oficiais, de empresá-rios portugueses e holandeses estabelecidos em Portugal, de agentes de viagens e de carga e de operadores turísticos, a KLM - Companhia Real Holandesa de Aviação, comemorou no dia 2 do corrente mês, o «I Cinquentenário» da realização do primeiro voo comercial entre Holanda e Portugal, efectuado por um DC-2, no dia 2 de Abril de 1940.

Um aspecto da recepção realizada no Hotel Ritz

A recepção do sr. Henk van der Wal, director da KLM em Portugal aos convidados da companhia, teve lugar no salão nobre do Hotel Ritz, em Lisboa, tendo comparecido mais de 250 pessoas que, assim se associaram à efeméride.



«Continente» de Matosinhos, faz anos e eferece automóveis

O «Hipermercado Continente», em Matosinhos, comemorou recentemente o seu quarto aniversário com uma cofraternização entre o pessoal e alguns clientes contemplados com valiosos prémios, entre os quais três valiosos automóveis e viagens.

Na foto, a senhora dona Angelina Azevedo Cardoso, residente em Leça da Palmeira, recebe as chaves do automóvel que lhe coube, ao ser contemplada com o 2º prémio.

Também nos estabelecimentos da mesma empresa, na Amadora e em Gaia, foram sorteados dois outros automóveis.

O ESTADO DO TEMPO

HOJE

CONTINENTE

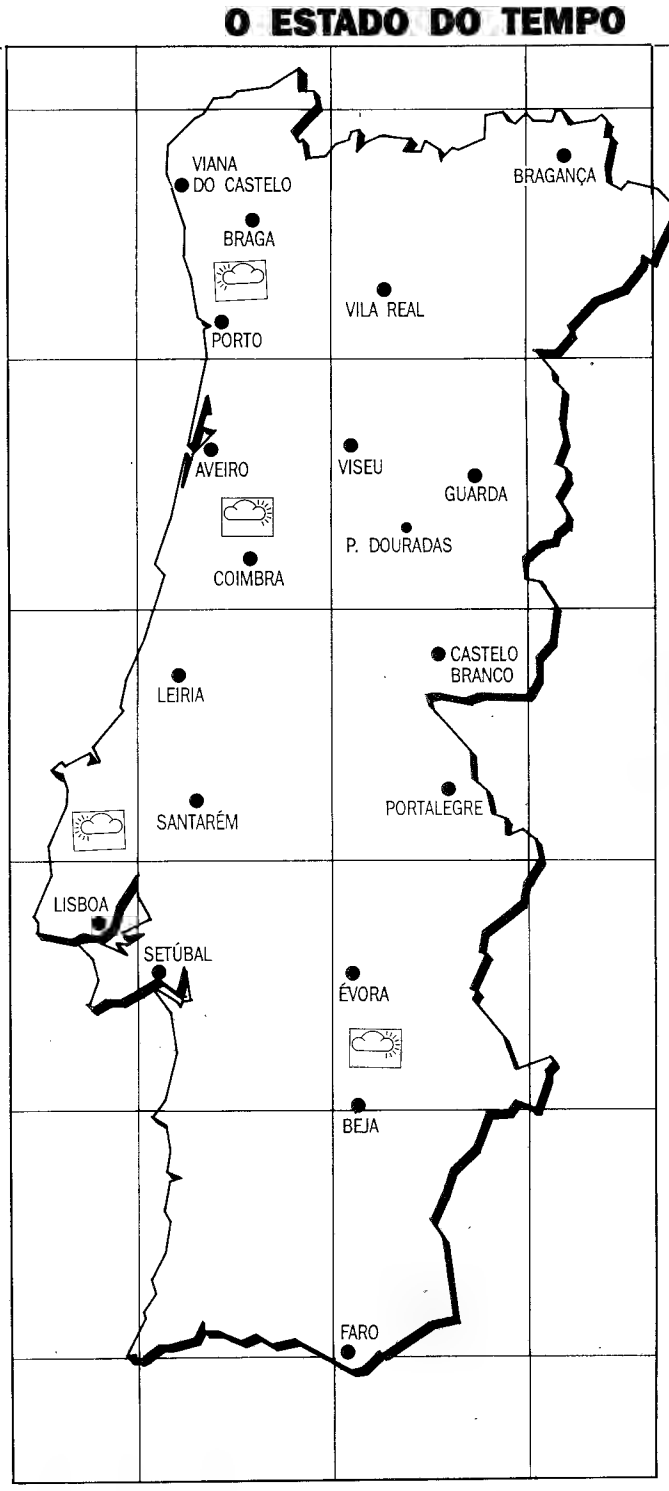
Em todo o teritório: - Céu geralmente pouco nublado e vento fraco, soprando moderado de Noroeste no litoral Oeste.
Mar de pequena vaga com ondulação Noroeste de 2 metros na Costa Ocidental e encrespado ou de pequena vaga com ondulação Sudoeste inferior a 1 metro na Costa Sul.
Amanhã: - Céu com períodos de muito nublado e vemto Norte geralmenta fraco. Aguaceiros em especial nas regiões do interior. Condições favoráveis à ocorrê-ncia de trovoadas. Pequena subida da temperatura.
Depois de amanhã: - Céu geralmente pouco nublado e vento em geral fraco, predominando do quadrante Leste.

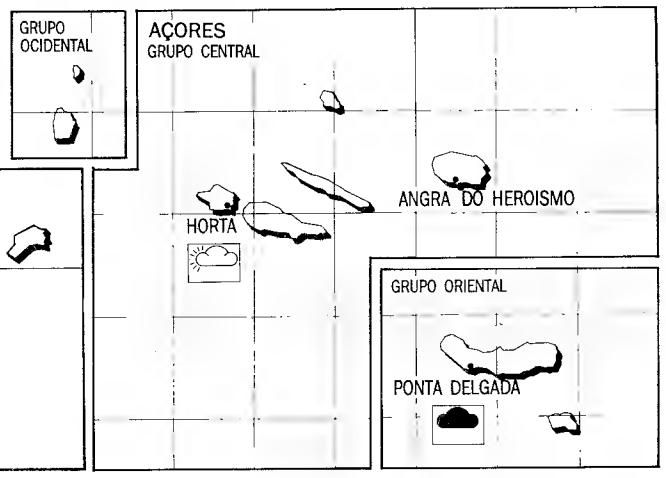
MADEIRA

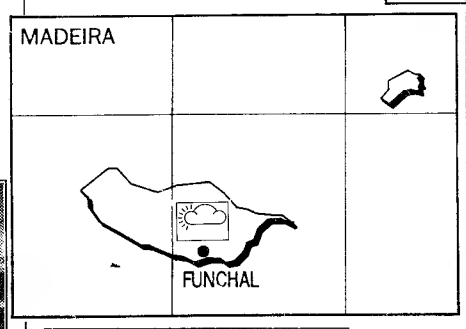
Céu com períodos de muito nublado e vento Norte moderado por vezes com rajadas. Aguaceiros nas vertentes viradas ao Norte.
Mar de pequena vaga a cavado com ondulação Norte de 2 metros na Costa Norte e mar encrespado a de pequena vaga com ondulação inferior a 1 metro na Costa Sul.
No Funchal: - Céu com períodos de muito nublado e vento em geral fraco.
Amanhã: - Céu com períodos de muito nublado e vento Norte moderado, sendo fraco na região da cidade do Funchal. Aguaceiros em especial nase vertentes viradas ao Norte.
Depois de Amanhã: - Céu com períodos de muito nublado e vento Nordeste moderado, por vezes com rajadas, sendo fraco na região da cidade do Funchal.

AÇORES

Grupo Ocidental: Céu com períodos de muito nublado e vento em geral fraco do quadrante Sul. Mar encrespado a de pequena vaga com ondulação Nordeste de 1 a 2 metros.
Grupos Central e Oriental: Céu com períodos de muito nublado e vento Nordeste fraco a moderado. Mar de pequena vaga com ondulação Norte de 1 a 2 metros.
Amanhã e depois: Céu com períodos de muito nublado e vento fraco, soprando moderado de Nordeste nos grupos Central e Oriental.







- Céu limpo
- Céu pouco nublado
- Céu muito nublado
- Chuva
- Trovoada
- Neve
- Vento
- Mar calmo
- Mar encrespado

MARÉS

Hoje

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
03.03	3,8m	08.51	0,4m
15.28	3,8m	21.13	0,4m

Amanhã

03.49	3,9m	09.33	0,3m
16.12	3,9m	21.56	0,3m

PORTUGAL

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.
Bragança	5	5	M. nub.
V. Castelo	10	11	Neblina
Vila Real	5	5	M. nub.
Porto	6	6	M. nub.
P. Douradas	-	-	-
Coimbra	10	10	Nevoeiro
C. Carvoeiro	13	13	M. nub.
C. Branco	6	6	Neblina
Portalegre	9	9	Neblina
Lisboa	12	12	Neblina
Évora	8	8	Neblina
Sines	-	-	-
Beja	6	7	Neblina
Faro	10	10	Limpo
Sagres	13	13	P. nub.
P. Delgada	10	11	P. nub.
Horta	12	13	Limpo
Funchal	14	15	M. nub.

Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 19; Porto, 17; Faro, 21; P. Delgada, 18; Funchal, 20.

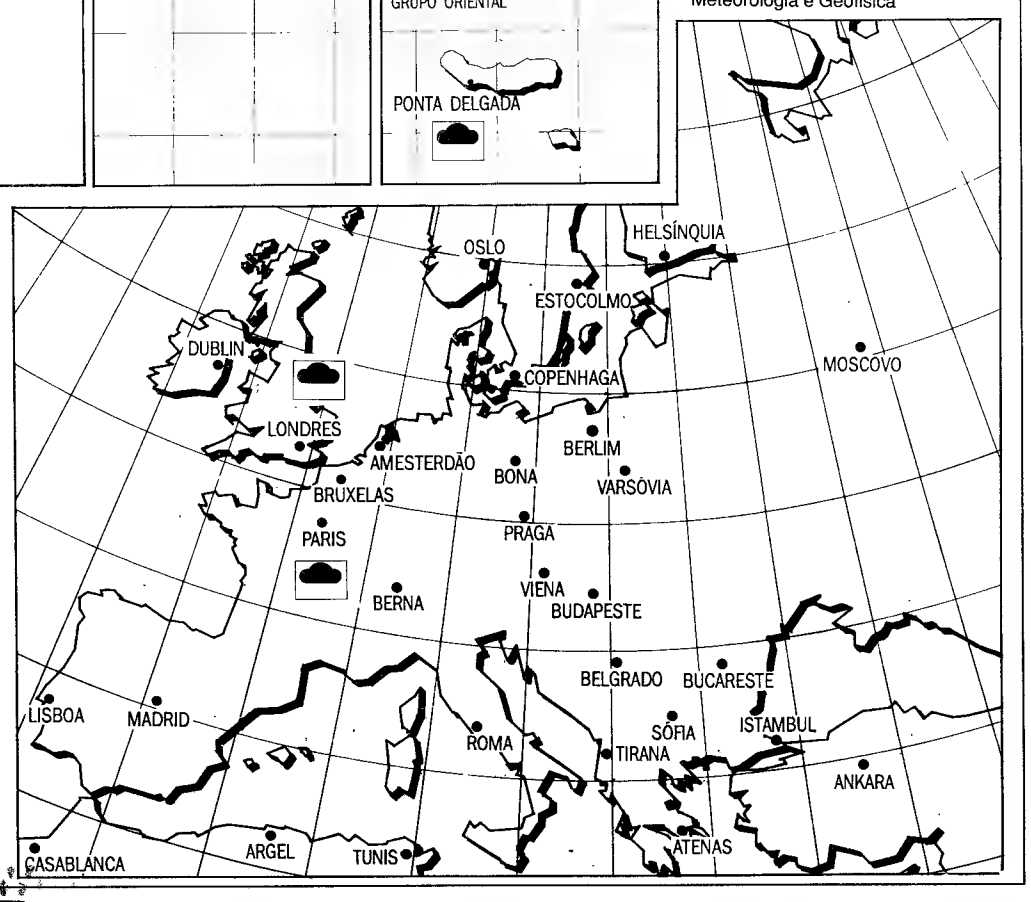
EUROPA

	Min.	T. 6 h	Às 18 h
Madrid	3	4	Neblina
Londres	6	7	Neblina
Paris	7	8	Neblina
Bruxelas	7	8	Neblina
Amesterdão	8	9	Bruma
Genebra	2	4	Neblina
Roma	10	11	M. nub.
Oslo	4	6	P. nub.
Copenhaga	8	9	M. nub.
Estocolmo	2	7	Limpo
Berlim	9	10	Chuva
Viena	8	8	Chuva
Varsóvia	8	10	Neblina
Atenas	14	18	M. nub.
Moscovo	6	8	Encoberto

MUNDO

	Min.	Máx.	As 13 h
Chicago	14	27	Limpo
Houston	19	29	Trovoada
Los Angeles	13	20	Aguaceiros
Montreal	5	18	Limpo
Nova Iorque	12	19	Limpo
S. Francisco	11	17	Limpo
Toronto	7	20	Limpo
Vancover	7	14	Neblina
Washington	12	24	Limpo
Hong Kong	15	20	V. forte
Melbourne	9	18	Aguaceiros
Pequim	7	18	Limpo
Perth	15	24	Aguaceiros
Singapura	24	34	Trovoada
Sydney	17	25	Limpo
Tóquio	12	16	Limpo
Wellington	8	15	Chuva

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofisica



AGENDA

FARMÁCIAS LISBOA SERVIÇO PERMANENTE

Alto Santo Amaro: Santo Amaro, Rua Filinto Elísio, 29 A-B, Tel. 3637070; **Alvalade:** Brisália, Av. Rio de Janeiro, 66 - 66-A, Tel. 882368; **Ameixoeira - Lumiar:** Santos, Al. António Sérgio, 8-C - Urb. Quinta Santa Clara, Tel. 7598186; **Avenidas Novas:** Fátima, Av. 5 de Outubro, 147-A, Tel. 763107; **Bairro Azul:** Sirius, Rua Fialho Almeida, 38-A, Tel. 544000; **Baixa:** Barral, Rua Augusto, 225, Tel. 3461534; **Benfica - Atrás do Califa:** Rebocho, Rua Tenente Coronel Ribeiro Reis, 12-B (Calhariz), Tel. 743871; **Campo de Ourique:** Pinheiro, Rua Campo Ourique, 135, Tel. 686640; **Chelas - Colégio Valsassina:** Serra, Rua Luís Cristino da Silca, Lote 221, Loja 133 - Zona 2 - Chelas, Tel. 8593720; **F. Luminosa - Al. Af. Henriques:** Paes, Rua Abade Faria, 22-A, Tel. 883965; **Rato:** São Mamede, Rua Escola Politécnica, 82-B, Tel. 660280; **Santos:** Fontoura Carvalho, Rua Santos-O-Velho, 12, Tel. 662075; **Carnaxide:** Central Carnaxide, Av. Portugal, 16-B, Tel. 4184913; **Odivelas:** Catela Tavares, Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, 29-A, Tel. 9815446; **Pontinha:** Cruz Correia, Estrada Santo Elói, 41-A, Tel. 992453; **Portela:** Paula de Campos, Centro Comercial Urb. da Portela, Tel. 9431423.

REFORÇO

Alcântara: Probidade, Rua Alcântara, 15 A-B, Tel. 3638859; **Arco Cego - Estefânia:** Palma, Av. Duque D'Ávila, 25-31, Tel. 547088; **Av. Roma:** Avis, Av. Roma, 56 B-C, Tel. 895370; **Campolide - Sete Rios:** Nova, Rua Campolide, 297-C, Tel. 687475; **Infante Santo:** Andrade Ribeiro, Av. Infante Santo, 66-B, Tel. 666971; **Luz - Fr. Meninos da Luz:** Geny, Rua Cons. José Silvestre Ribeiro, 12-A, ao 218 da Estrada da Luz, Tel. 7140342; **Olivais Sul:** Fernandes Borges, Rua D. Aleixo Corte Real, Lote 388, Cruz. com a Rua Cidade Bolama, Tel. 311091; **Pedrouços:** Soc. Higilux, Rua Pedrouços, 50-52, Tel. 610280; **Penha França - Bairro Colónias:** Higiénica, Rua Heliodoro Salgado, 20-A, Tel. 8144361; **Picheleira:** Luzmar, Rua João Nascimento Costa, 16, Tel. 880703; **Santa Apolónia - Cam. Ferro:** Pereira Suc., Rua Paraíso, 98 - St.ª Clara - Hosp. Marinha, Tel. 863224; **Tivoli:** Morais Sarmento, Rua Santa Marta, 16 A-B, Tel. 546490; **Brandoa - Amadora:** Correia, Urb. Alfornel - Cel. G - Lote 137 - Lj. B (Poente), Tel. 990122; **Buraca - Amadora:** Vaz Martins, Praceta Fernando Pessoa, Loja E - 36-B, Tel. 970660; **Olival Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA DE CASCAIS

Algés: Miramar, R. Ernesto Silva, 83, Tel. 2112048. Permanente; **Linda-a-Velha:** Moderna, Av. 25 Abril, 30-C, Tel. 4191235. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavelos:** Vilar, Av. M.ª Conceição, Lote B, Tel. 2470777. Permanente; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Paço de Arcos:** Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184, Tel. 2432034. Até às 22 h; **Parede:** Do Junqueiro, L. Luanda, Lote 5, Tel. 2477838. Permanente; **S. Pedro do Estoril:** S. Pedro, R. 9 de Abril, Tel. 2683052. Até às 22 h; **Sassoeiros:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Monte Estoril:** Suíça, Cruzeiro, Tel. 260087. Até às 22 h; **Cascais:** Cascais, R. Conde Monte Real - B.º Caixas, Tel. 282407. Permanente.

LINHA DE SINTRA

Amadora: Clabel, R. Ant.º Sardinha, 23-D, Tel. 4938551. Permanente; Carlos, R. Sebastião Gama, 28-B - B. Casal S. Brás. Permanente; Heleno, R. 1, Lote C - Reboleira Sul, Tel. 964476. Até às 22 h; **Queluz:** Zeller, R. República, 83, Tel. 4350045. Permanente; Albergaria, L. Prof. Dr. José Mineiro, 42 - Q. Baixo, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Guerra Rico, Av. Bombeiros Voluntários, Tel. 9244002. Permanente; **Mem Martins:** Química, Est. Mem Martins, 285, Tel. 9210012. Até às 22 h; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rinchoa:** Cargaleiro Lourenço, Calç. Rinchoa, 38, Tel. 9262006. Até às 22 h; **Sintra:** Misericórdia, Vila Pendoa, Tel. 9231070. Permanente; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088; **Loures:** Saraiva, Av. República, 86, Tel. 9830027. Até às 22 h.

OUTRA BANDA

Almada: Cristo Rei, Av. Cristo Rei, 31-A, Tel. 2766498. Permanente; **Cova da Piedade:** Cerqueira, L. 5 de Outubro, 18, Tel. 2750254. Permanente; **Monte de Caparica:** Guerreiro, Lote 31, IJ, Moinho, Tel. 2950727. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Higiénica, Av. República, 23, Tel. 2900020. Até às 19 h; **Laranjeiro:** Oliveira Sérgio, R. Álamos, 2-A, Tel. 229664. Até às 22 h; **Sesimbra:** Lopes, R. Cândido Reis, 23, Tel. 2233028. Até às 19 h; **Lavradio:** Parreira, R. D. Silva Cristina, 15-A, Tel. 2042016. Até às 19 h; **Barreiro:** Silva Inácio, P. Gomes Teixeira, 45, Tel. 2071862. Permanente; **Baixa da Banheira:** Aliança, Est. Nacional, 178-B, Tel. 2040302.

MÉDICO DE URGÊNCIA

795 06 80/9

HÁ 20 ANOS

Diário de Lisboa

TRÊS MILHÕES DE CONTOS PERDEM POR ANO OS EMIGRANTES

por não receberem abono de família em França

ESMAGADAS NA COLÓMBIA CONJURAS PRÓ-PINILLA

Três milhões de contos perdem por ano os emigrantes

«Apenas 20 por cento dos nossos emigrantes (em França) recebem abono de família, perdendo assim, anualmente, cerca de três milhões de contos, ou seja, aproximadamente o mesmo quantitativo que em cada ano enviam para a sua terra, como poupança de um sacrificado labor» - afirmou, esta manhã, na Assembleia Nacional, o deputado Camilo de Mendonça, que salientou a «imperiosa necessidade de definir e praticar uma política de emigração coerente, unitária e inteligente».

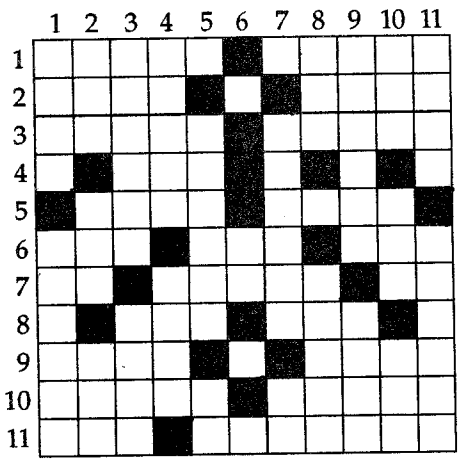
Esmagadas na Colômbia conjuras pró-Pinilla

Tropas esmagaram duas planeadas revoltas de partidários do antigo ditador Gustavo Rojas Pinilla, segundo afirmaram hoje em Bogotá altos círculos governamentais.

Vorster: «Apartheid» continua

O primeiro-ministro sul-africano John Vorster declarou hoje que o seu Governo continuará com a política de «apartheid», embora alguns observadores pensem que a viragem à esquerda registada nas últimas eleições possa levar os dirigentes sul-africanos a modificarem certos aspectos da sua política.

PALAVRAS CRUZADAS



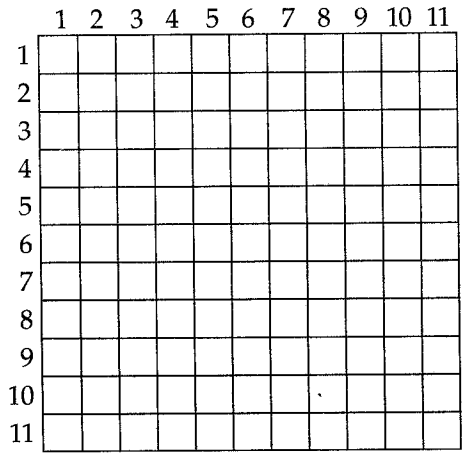
PROBLEMA N.º 17905

HORIZONTAIS:

1 - Cai à cama. Atas.
2 - Covil. Artigo definido. Xaile das mulheres índias e parses.
3 - Guarnece de arames. Acabamento.
4 - Bigorna de ourives.
5 - Tempo do verbo fazer. Divisão de uma casa.
6 - Coragem. Palavra gaélica que significa filho e precede um grande número de nomes irlandeses e escoceses. Apelido.
7 - Medida itinerária do Japão. Colocarás. Prata (s.q.).
8 - Artigo definido. Fúteis. Chefe etíope.
9 - Ir para fora. Lábios.
10 - Completos. Relativo aos rins.
11 - Sufixo que designa abundância. Carinhosa.

VERTICAIS:

1 - Prender. Freguesia do concelho de Ponte da Barca
2 - Coração. Tempo do verbo ir. Preposição e artigo (pl.).
3 - Respeitar. Existência.
4 - Sugar o leite materno. Deixo de andar.
5 - O mesmo que ulmeiros. Freguesia do concelho de Ponte de Lima.
6 - Atmosfera.
7 - Mastigar sem engolir. Letra grega.
8 - Guarneço de asas. Ter conhecimentos ou ciência de.
9 - Fanático. Indolência.
10 - Artigo. Arara. Cabelos brancos.
11 - Feches as asas para descer mais depressa. Alisa.



PROBLEMA N.º 16715

HORIZONTAIS:

1 - Freguesia do concelho de Alfândega da Fé. O vencimento diário de um soldado.
2 - Pronome pessoal. Fatal.
3 - Nome de mulher. Estrada magnífica que ia de Roma a Brindes. Nota musical.
4 - Habitantes do Lácio. Capa sem mangas.
5 - Cidade do Japão. Cidade checoslovaca da Boémia ocidental.
6 - Ilha do mar Jónio. Aparência.
7 - Germânio (s.q.). Pesarosos.
8 - Resvaladas. Mulo.
9 - Larva das feridas dos animais. Cento e um em romano. Transpiração.
10 - Rata. Rei lendário de Tróia, fundador de ilion. Sua Senhoria.
11 - Cidade de Itália. Afecção caracterizada por distúrbios intestinais e por aumento anormal do ventre.

VERTICAIS:

1 - Cidade da Áustria. Larva das feridas dos animais.
2 - Cidade de Portugal. Enganos.
3 - Mulheres hipócritas. Rio dos Estados Unidos.
4 - Pertences. Ergue.
5 - Mártir do reinado de Nero.
6 - Soluço. Astúcia.
7 - Trituras. Freguesia do concelho de Oliveira do Bairro. Rei de Basã morto por ordem de Moisés.
8 - Batráquio. Abreviatura de Santíssimo Sacramento.
9 - Platina (s.q.). Antigo Testamento. Empregue.
10 - Apagaremos.
11 - Profeta judeu no tempo de Acab e de Jezebel. Pantorrilhas.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 17 904

HORIZONTAIS: 1 - Asma. Casa. 2 - NÃO. HÁ. Ores. 3 - Obra. Parais. 4 - SERMÃO. Itu. 5 - Amaine. An. 6 - SM. Ina. 7 - Pê. Rondão. 8 - Arar. Anhos. 9 - Sr. Assoa. Só. 10 - SEM. Mais. 11 - Amado. Posso.
VERTICAIS: 1 - Anosa. Passa. 2 - Sabem. Errem. 3 - Morras. Ma. 4 - Amimara. 5 - An. Sio. 6 - Capoeiras. 7 - Nono. 8 - Cor. Cânhamo. 9 - Arai. Dó. As. 10 - Seita. Assis. 11 - ASSUNTO. Oso.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16 714

HORIZONTAIS: 1 - Andaluzia. 2 - Noémi. Apa. 3 - Tamboril. El. 4 - Aa. Odioso. 5 - Larro. Assas. 6 - Cai. Pã. Taró. 7 - Árabes. 8 - Avara. Amor. 9 - Boa. Árido. 10 - Mirado. Sm. 11 - Mo. Ra. Óstia.
VERTICAIS: 1 - Antália. Bem. 2 - Noa. Aarão. 3 - Demarcavam. 4 - Ambar. Ba. Ir. 5 - Lio. Operara. 6 - Ro. Asara. 7 - Zaida. Ido. 8 - Listrados. 9 - Aa. Osa. Mo. 10 - Pesar. Si. 11 - Caloso. Rema.

PROVÉRBIO: NÃO HÁ SERMÃO SEM ASSUNTO.

EFEMÉRIDES

1916

• Inicia-se a Revolta da Páscoa, em Dublin, pela Irmandade Republicana Irlandesa, vindo a ser subjugada pelos ingleses depois de duros combates. Rober Casement e outros chefes rebeldes seriam executados, a 3 de Agosto.

1926

• A Alemanha e a URSS assinam um tratado de amizade e neutralidade.

1961

• O presidente Tchombé, do Catanga, denuncia, na conferência dos líderes congoleses, o presidente da República Kasavugu, pelo seu acordo com os EUA, e é preso à saída dos trabalhos.

1967

• Morre o cosmonauta soviético Vladimir Komarov, devido a problemas verificados com o pára-quedas da sua cápsula espacial durante a fase de aterragem.

1985

• O corpo do falecido presidente eleito brasileiro Tancredo Neves é transportado de regresso à pequena cidade colonial de são João Del Rei, onde nasceu e ficará sepultado.

1986

• Realiza-se, no Hospital de Santa Cruz, em Lisboa, o segundo transplante cardíaco levado a cabo em Portugal.
- Morre, na sua residência perto de Paris, a duquesa de Windsor, 89 anos, por quem o rei Eduardo VIII abdicou do trono de Inglaterra.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA 1
Av. Almirante Gago Coutinh - T. 806496
A ÚLTIMA SAÍDA PARA BROOKLYN
Filme de Uli Edel
M/18 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

ALFA 2
MISS DAISY
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 3
ALWAYS - SEMPRE
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 4
OS FABULOSOS IRMÃOS BAKER
M/12 anos - Às 14.15, 16.15, 19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 5
NASCIDO A 4 DE JULHO
M/16 anos - Às 13.30, 16.15, 19.00, 21.45 e 00.30

ALFA CLUBE
Av. Almirante Gago Coutinho T. 806496
UM AMOR INEVITÁVEL
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 1
Shoping Center de Lisboa - T. 691275
A ÚLTIMA SAÍDA PARA BROOKLYN
M/18 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.30, e 24.00

AMOREIRAS 2
MISS DAISY
M/12 anos - Às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 3
UM AMOR INEVITÁVEL
M/12 anos - Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 4
NASCIDO A 4 DE JULHO
M/16 anos - Às 13.30, 16.15, 19.00, 21.45 e 00.30

AMOREIRAS 5
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
M/12 anos - Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 6
ALWAYS - SEMPRE
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 7
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
M/6 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 8
OS FABULOSOS IRMÃOS BAKER
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 9
A GUERRA DAS ROSAS
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 10
CLUBE DOS POETAS MORTOS
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

APOLO 70
Av. Júlio Dinis, 10-A - T. 763319
CLUBE DOS POETAS MORTOS
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

BERNA
Av. Marquês de Tomar, 1 - T. 776098
A ÚLTIMA SAÍDA PARA BROOKLYN
M/18 anos - Às 15.00, 18.00 e 21.30

CAPITÓLIO
Parque Mayer
SEXO EM ALTA ESCALA
Hard-core - 1.º escalão (porno)
M/18 anos - Às 15.00, 17.00, 19.00, 21.00 e 23.00

CINE CAMÕES
R. do Loreto, 15 - T. 324194
O DESAFIO DOS CAMPEÕES
Filme de David Axelrod
M/12 anos - Às 14.15, 16.30 e 21.30

CINE 222
Av. Praia da Vitória, 37 - T. 533253
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
M/12 anos - Às 14.00, 16.30 19.00 e 21.30
PELOTÃO DE MASSACRE
M/18 anos - Às 24.00

CINE PORTELA
ESTÚDIO ANUSHA
T. 9434762
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
M/6 anos - Às 15.30 e 21.30

ESTÚDIO SHEZA
A GUERRA DAS DROGAS
M/12 anos - Às 15.15 e 21.15

CINEBOLSO
R. Actor Taborda, 27 - T. 573407
SEXO À FRANCESA
Hard-core - 1.º escalão (porno)
M/18 anos - Às 12.30, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.30

CINEMATECA PORTUGUESA
R. Barata Salgueiro, 39 - T. 546085
O TRONO DO SANGUE
De Akira Kurosava, às 18.30
MACBETH
De Orson Welles, às 21.30

CITY CINE
R. Tomás Ribeiro, 34 - T. 549999
CAMPO DE SONHOS
M/12 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30

CONDES
Av. da Liberdade, 2 - T. 322523
DEMÓNIO DE SAIAS
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

ESTÚDIO
Al. D. Afonso Henriques, 35 - T. 3525133
CLUBE DOS POETAS MORTOS
M/12 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30

ESTÚDIO ACS
Av. da Igreja, 17-F - T. 8487255
CAMPO DE SONHOS
M/12 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

LAMBADA - A DANÇA PROIBIDA
M/16 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

KING TRIPLEX 1
R. Bulhão Pato, 1-C - T. 8480808
CAMPO DE SONHOS
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

O MEU PÉ ESQUERDO — PUB
Em exibição Quarteto Sala 1 — Qualidade — Maiores 12 anos

FONTE NOVA 1
Est. de Benfica 503 - T. 7145088
AMIGOS E DETECTIVES
M/6 anos - Às 14.30, 16.45 19.00 e 21.30

FONTE NOVA 2
BLAZE - UM AMOR PROIBIDO
M/12 anos - Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3
A ÚLTIMA SAÍDA PARA BROOKLYN
M/18 anos - Às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15

FORUM PICOAS
Av. Fontes Pereira de Melo - T. 541037

AUDITÓRIO 1
O FILÓSOFO
Filme de Rudolf Thome
M/16 anos - Às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00

AUDITÓRIO 2
O COZINHEIRO, O LADRÃO, SUA MULHER E O AMANTE DELA
Filme de Peter Greenaway
M/18 anos - Às 14.00, 16.30, 19.15 e 22.00

IMPÉRIO
Al. D. Afonso Henriques - T. 3525133
A ORDEM DA ÁGUIA
Filme de Thomas Baldwin
M/12 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI
R. Sousa Lopes - T. 8480808
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

KING TRIPLEX 2
BLAZE - UM AMOR PROIBIDO
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

KING TRIPLEX 3
TEMPO DE GLÓRIA
M/12 anos - Às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45

LAS VEGAS 1
Pingo Doce - Alcântara - T. 3631162
BLAZE - UM AMOR PROIBIDO
M/12 anos - às 15.15, 18.30 e 21.30

LAS VEGAS 2
DEMÓNIO DE SAIAS
M/12 anos - Às 15.30, 18.45 e 21.45

LONDRES
Av. de Roma, 7-A - T. 801313
A GUERRA DAS ROSAS
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

MUNDIAL 1
R. Martens Ferrão - T. 538743
A ÚLTIMA SAÍDA PARA BROOKLYN
M/18 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

MUNDIAL 2
ALWAYS - SEMPRE
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

MUNDIAL 3
UM AMOR INEVITÁVEL
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

NIMAS
Av. 5 de Outubro, 42-B - T. 574362
LUA-DE-MEL ATRIBULADA
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

ODEON
R. dos Condes, 4 - T. 326283
CAÇADOR DE CONDENADOS
M/16 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30

OLIMPIA
Rua dos Condes, 13 - T. 325309
RATA BORRALHEIRA
Filme porno
M/18 anos
Sessões contínuas a partir das 14.00

PLAZA 1
Centro Com. Alvalade
CINEMA PARAÍSO
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30 e 23.45

PLAZA 2
DEMÓNIO DE SAIAS
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00

POLITEAMA
R. Portas de St.º Antão - T. 326305
DRAGÕES PARA SEMPRE
Filme de Samo Hung
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

QUARTETO 1
R. Flores de Lima, 16 - T. 771378
O MEU PÉ ESQUERDO
Filme de Jim Sheridani
M/12 anos - Às 14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00 e 24.00

QUARTETO 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
M/12 anos - Às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00

QUARTETO 3
TEMPO DE GLÓRIA
M/12 anos - Às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00

QUARTETO 4
O COZINHEIRO, O LADRÃO, A SUA MULHER E O AMANTE DELA
M/18 anos - Às 14.15, 16.30, 19.00, 21.45 e 24.00

SÃO JORGE 1
Av. da Liberdade, 175 - T. 579144
ALWAYS - SEMPRE
M/12 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.15

SÃO JORGE 2
NASCIDO A 4 DE JULHO
M/16 anos - Às 13.30, 16.15, 19.00 e 21.45

SÃO JORGE 3
MISS DAISY
M/12 anos - Às 14.30, 16.45, 19.15 e 21.30

7.ª ARTE
Av. da República - T. 730715
AMIGOS E DETECTIVES
M/6 anos - Às 14.45, 17.00, 19.00 e 21.45

STAR
Av. Guerra Junqueiro, 14-C - T. 804210
A ÚLTIMA SAÍDA PARA BROOKLYN
M/18 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

TERMINAL
Estação do Rossio - T. 371573
AMIGOS E DETECTIVES
M/6 anos - Às 13.00, 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30

TURIM
Est. de Benfica, 723 - A - T. 706666
CLUBE DOS POETAS MORTOS
M/12 anos - Às 15.00, 17.30 e 21.30

XENON
Av. da Liberdade, 9 - T. 3468446
BLAZE - UM AMOR PROIBIDO
M/12 anos - Às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30

ALMADA
ACADEMIA ALMADENSE
Telef. 2752127
BLAZE - AMOR PROIBIDO
M/12 anos - Às 15.30 e 21.30

COSTA DE CAPARICA
CAPARICA OCEANO
Sala 1
ALWAYS - SEMPRE
M/12 anos - Às 15.45 e 21.30
Sala 2
TEMPO DE GLÓRIA
M/12 anos - às 16.15 e 21.45

O PESCADOR
Telef. 2905350
SEM PRESSA DE VIVER
M/6 anos - Às 15.30 e 21.45

LINHA DE CASCAIS
CARCAVELOS
ATLÂNTIDA CINE
Telef. 2465653
TEMPO DE GLÓRIA
M/12 anos - Às 15.30 e 21.30

CASCAIS
MIRAMAR
Telef. 2841744
Sala 1
DEMÓNIO DE SAIAS
M/12 anos - Às 15.15 e 21.15
Sala 2
VALMONT
M/16 anos - Às 15.15 e 21.30

OXFORD
Av. 25 de Abril - T. 2865027
AMIGOS E DETECTIVES
M/6 anos - Às 16.00 e 21.30

NOVA OEIRAS
CINE PALMEIRAS
Telef. 2479144

«A Guerra das Rosas», em exibição em várias salas de cinema

15.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

ANÚNCIO

Pela 2.ª Secção deste Juízo, sob o n.º 6258/C, correm termos os autos de Execução de Sentença movida por José da Conceição Carvalho, divorciado, morador na Av.ª General Humberto Delgdo, n.º 5-11.º letra F., na Costa de Caparica, contra **EUGÉNIO DA SILVA COVANEIRO,** ausente em parte incerta e com última morada conhecida na Rua Visconde de Seabra, n.º 22, c/v, nesta cidade e contra **LUCINDA PINHEIRO MACHADO,** também ausente em parte incerta e com última morada conhecida na Rua 3, n.º 3, Bairro da Calçada dos Mestres, também nesta cidade, — e nos mesmos autos correm éditos de TRINTA DIAS, a contar da segunda publicação do presente anúncio, citando aqueles executados para, no prazo de DEZ DIAS, posterior ao dos éditos, pagarem ao exequente a quantia de 1 500 000$00, deduzirem oposição à execução ou nomearêm à penhora bens suficientes para tal pagamento e se o não fizerem será devolvido ao exequente o direito de tal nomeação.

Lisboa, 6 de Abril de 1990.

O Juiz de Direito,
Flávio do Cazal
O Escrivão de Direito,
Martinho Delca

«DL» 2.ª Pub 24/4/90

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA 5.º JUÍZO

ANÚNCIO

FAZ-SE SABER que pela Segunda Secção do Quinto Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa, correm seus termos uns autos de Acção emergente de contrato individual de trabalho, com processo sumário, registados sob o n.º 231/89, em que é Autor JORGE VALENTE MARQUES, residente em Outeiro da Vela — Bloco O, n.º 14, 3.º andar — 2750 CASCAIS e Ré — «GREMETAL» — MONTAGENS INDUSTRIAIS, SA, com última sede conhecida na Rua Centro Cultural, n.º 12 — Lisboa, e neles correm éditos de 90 dias (NOVENTA DIAS) citando a Ré acima identificada para, no prazo de, 8 dias (OITO DIAS), contados a partir da segunda e última publicação deste anúncio, contestar a referida acção, sob pena de, não o fazendo, ser condenada imediatamente no pedido. Devendo, ainda contestar, querendo, o pedido do apoio judiciário formulado pelo Autor.

O pedido do Autor é do montante de Esc. 468 887$00, e refere-se a subsídio de férias, subsídios de Natal, alimentação, de transportes e salários em atraso, à referida importância acrescem juros de mora desde a citação até integral pagamento.

O duplicado da petição inicial encontra-se à disposição da citanda, na Secção acima indicada.

Passou-se o presente e outro de igual teor, a fim de serem legalmente publicados.

Lisboa, 6 de Abril de 1990.

O Juiz de Direito,
Paulo Gaspar de Almeida
A Escrivã-Adjunta,
Maria de Fátima Coelho Ferreira Peixoto

«DL» — 2.ª Pub. 24/4/90

CARTAZ

Sala 1
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
M/12 anos - Às 15.15 e 21.30

Sala 2
DEMÓNIO DE SAIAS
M/12 anos - Às 15.30 e 21.45

OEIRAS
ALTO DA BARRA

Av. das Descobertas - T. 4439759

Sala 1
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
M/6 anos - Às 15.15 e 21.45

Sala 2
QUE FIZ EU PARA MERECER ISTO?
Filme de Pedro Almodôvar
M/12 anos - Às 15.30 e 21.45

LINHA DE SINTRA
AMADORA
BABILÓNIA

Centro Comercial Babilónia - T. 4934871
A ÚLTIMA SAÍDA PARA BROOKLYN
M/18 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

CACÉM
ESTÚDIO FLORES

Telef. 9247570

SURDOS CEGOS E LOUCOS
M/12 anos - Às 15.00 e 21.30
OLIVER E OS SEUS COMPANHEIROS
4ª feira às 11.00

QUELUZ
KING D. PEDRO III

Telef. 4364845

Sala 1
LAMBADA - A DANÇA PROIBIDA
M/12 anos - Às 15.00, 18.00 e 21.15

Sala 2
BRIGADA ASSASSINA
M/12 anos - Às 15.15, 18.15 e 21.30

Sala 3
AMIGOS E DETECTIVES
M/6 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.45

TEATRO
LISBOA

ABC

Parque Mayer
De 3ª a Sáb. às 21.30.
Dom às 16.00
WHAT HAPPENED TO MADALENA IGLÉSIAS
De Filipe La Féria

CHAPITÔ

R. da Costa do Castelo, 7 - T. 878225
5ª, 6ª e Sáb. às 21.30 horas
KLASSIKUS KABARET
De Fernando Gomes

CINEMA STADIUM

Av.Combatentes G.Guerra,52-Algés
6ª e Sáb. às 21.30
OS TRÊS CHAPÉUS ALTOS
De Mihura, pelo grupo de teatro - Intervalo

COMUNA

Praça de Espanha - T. 7260818

CAFÉ TEATRO

FESTIVAL DA OTITE
De Carlos Paulo
Em cena aos Sábados às 24 horas.

IBÉRICO

R. de Xabregas, 54 - T. 8582531
De 3ª a Sáb às 21.30.
Dom. Feriados. às 17.00
O FIM
De António Patrício.
De 3ª a 6ª às 17.00
A CASTRO, de António Ferreira e **AUTO DA INDIA**, de Gil Vicente

MARIA MATOS

Av. Frei Miguel Contreiras, nº 52 - T. 897017
3ª a 5ª, às 21.30, 6ª e Sáb às 20.30 e 22.45.
Dom. às 15.00 e 18.00
SEVERA
De Júlio Dantas. Encenação de Nicolau Breyner

MARIA VITÓRIA

Parque Mayer - T. 3461740
De 3ª a Dom. às 20.30 e 22.45.
Domingos e Feriados, também às 16.00
VITÓRIA! VITÓRIA!
De Henrique Santana, Francisco Nicholson, Augusto Fraga, Nuno Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO

Av. Fausto Figueiredo - Monte Estoril - T. 2670320
De 3ª a sáb. às 21.30. Dom. às 17.00
QUERO SER REI ESTA NOITE
De Peter Shaffer

PRIMEIRO ACTO

R. Eduardo Pedroso, 16-A - Algés - T. 2115033
De 3ª a sáb. às 21.30.
Sáb. e dom. às 17.00
AS PULGAS
De Cunha Leiradella, pela Comp. Persona.

TEATRO ABERTO

Praça de Espanha - T. 770969
Estreia às 21.45
NA SOLIDÃO DOS CAMPOS DE ALGODÃO
De Bernard- Marie Koltés

TRINDADE

R. Nova da Trindade - T. 320000
De 5ª a Sáb. às 21.45
Dom. às 16.00
AUTO DA ÍNDIA - VIAGEM A CALECUTE
De Gil Vicente, pelo Teatro de Todos os Tempos - Comp. Vicentina

VARIEDADES

Parque Mayer - T. 320000
De 3ª a Domingo às 21.30.
Domingos e Feriados também às 16.00
OS MENINOS À RODA DA MAMÃ
Versão livre de Henrique Santana

OUTRAS
LOCALIDADES

ESTORIL
CASINO ESTORIL

T. 2684521
De 4ª a 6ª às 21.30
sáb. às 18.00 e 21.30.
Dom. às 17.00
SOMENTE ENTRE NÓS
De Reginaldo Faria

ODIVELAS
TEATRO DA MALAPOSTA

T. 9873299
De 3ª a Sáb às 21.30.
Dom. às 16.00
A FLORESTA
De Alexander Ostrowsky
3ª, Sáb. e Dom. às 16.00
A TARANTELA VERMELHA
De Salvatore Cuffaro

PORTO
TEATRO SÁ DA BANDEIRA

T. 2003595
5ª às 21.30,
6ª.e sáb. às 20.30 e 22.45.
Domingos e Feriados às 16.00 e 20.30
AI CAVAQUINHO
De Eduardo Damas

EXPOSIÇÕES

INAUGURAM

ABÍLIO - Pintura
Fundação Calouste Gulbenkian (Inaugura dia 27, às 18 horas)
CATHERINE BULL - Pintura
Galeria do Hotel Meridien (Inaugura dia 2 de Maio)
FRANCESES EM COLECTIVA

Pintura de Abílio na Gulbenkian

Galeria Espiral - Oeiras (Inaugura dia 4 de Maio, às 21 e 30)
JOAQUIM BALTAZAR - Pintura
Espaço INTERNI - Rua Rodrigo da Fonseca, 51 (Inaugura dia 4 de Maio, às 19 horas)
MARIA IRENE RIBEIRO - Gravura
Galeria da Casa do Pessoal da RTP - Edifício sede (Inaugura dia 26, às 18 horas. 13/19, excepto sábados e domingos. Até 17 de Maio)
MARITHÉ ROY - Pintura
Galeria JF - Cascais (Inaugura dia 5 de Maio, às 21 e 30)
MIGUEL HORTA - "Fronteiras", pintura
Galeria Novo Século - Rua do Século, 23 (Inaugura dia 27, às 22 horas)
O VITRAL ALEMÃO NA IDADE MÉDIA
Fundação Calouste Gulbenkian (Inaugura dia 26, às18 horas)-
PATRICK PICCARELLE - Trabalhos recentes
Galeria Moira - Rua Nova da Piedade, 33 (Inaugura dia 24, às 22 horas)
TERESA CARVALHO DIAS - Cerâmica
Galeria de Arte dos CTT - Forum Picoas (Inaugura dia 24, às 18 horas)

LISBOA

JE *EST* UN AUTRE - Segunda parte da exposição internacional de auto-retratos. Andy Warhol, Christian Boltansky, Gilberto Zorio, Joseph Kosuth, Marcel Broothaers, Michelangelo Pistoletto e Tony Cragg tornam a fotografia parte integrante de objectos onde já não faz sentido discutir, ou limitar, o que é a escultura. Aliás, tem sido esta galeria quem mais tem contribuído para a confrontação e discussão do que é escultura, hoje. Exposição acompanhada de um catálogo onde, a par da qualidade de algumas reproduções, se reúnem textos de Chaké Matossian, John Yau (crítico da Art Forum) e Pedro Frade, sobre a temática e o sentido da auto-representação.
Galeria Cómicos/Luís Serpa - Rua Tenente Raúl Cascais, 1 (15 às 20 horas, excepto domingos)

PEP AGUT - Graça Fonseca parece previligiar o intercâmbio com as galerias espanholas. Depois de Eugénio Cano (por troca com Paulo Feliciano?), a galeria revela agora este catalão residente em Colónia. Além da instalação *Amigos Para Sempre*, onde diferentes tipos de cadeiras uniformizadas pelo estofo dialogam com a *pele* mudada (entretanto emoldurada na parede), Pep propõe uma reflexão sobre a desmultiplicação do espaço/suporte. Mondrian revisitado.
Galeria Graça Fonseca - Rua da Emenda, 26 (15/20 horas, excepto domingos e segundas-feiras)

ALMADA

30 ANOS DE ENSINO DE GRAVURA NA ESBAL - 29 alunos testemunham a qualidade do ensino dessa disciplina ministrado pelos professores Gil Teixeira Lopes e Matilde Marçal, aqui homenageados. A simulação do que é uma oficina de gravura (xilogravura, calcografia, águas-fortes e serigrafia) desmistificam e aproximam o público dos trabalhos presentes.
Galeria Municipal de Arte (15 às 22 horas, excepto segundas-feiras)

AMADORA
GRAVURA CUBANA
Recreios da Amadora (Até 13 de Maio)

ESTORIL
HUGO FERRÃO - Pintura
Espaço 2/Casino Estoril (15/24 horas, todos os dias. Até 7 de Maio)

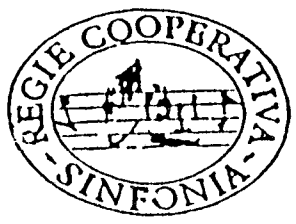
J.F.

AGATHA CRISTIE

ENTRE MÃE E FILHA

A grande senhora da literatura policial regressa ao convívio dos seus fiéis leitores com um romance extraordinário, feito de ternura e indisfarçável força criadora, intenso e humanamente internecedor. Uma raridade na vasta bibliografia de um dos mais pujantes autores contemporâneos.

LIVROS DO BRASIL
a sua Editora
de ontem de hoje e de sempre



ORQUESTRA DO PORTO

W.A. Mozart

Sinfonia n.º 38 em Ré Maior («Praga»), K. 504

W.A. Mozart

Concerto para Violino e Orquestra n.º 3 em Sol Maior, K.216

D. Chostakovitch

(Barshai-adapt.) Chamber Symphony op. 83

Rudolf Barshai, Maestro
Pierre Amoyal, Violino

Lisboa
6.ª-feira, 27 de Abril
Cinema Tivoli
21.30 Horas

Braga
Sábado, 28 de Abril
Teatro Circo
21.30 Horas

Porto
Domingo, 29 de Abril
Teatro Rivoli
21.30 Horas

SNOOPY POR SCHULZ

CARTAZ/TELEVISÃO

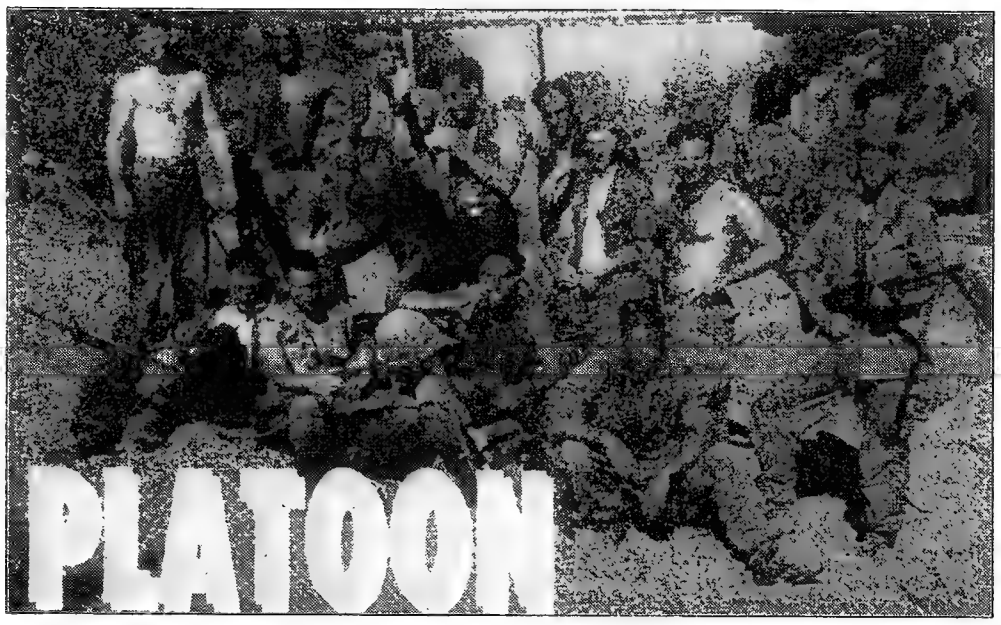
HOJE

RTP-1

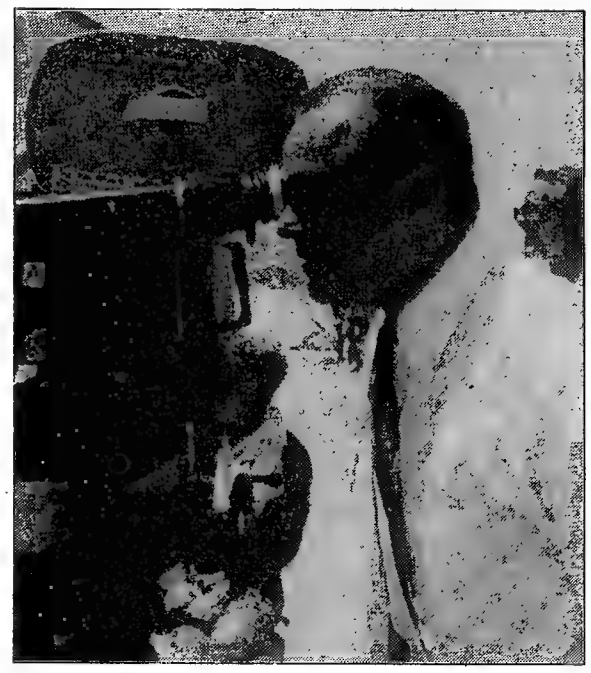
16.35 - CLÍNICA GERAL
9º episódio
17.30 - A HORA DO LECAS
18.25 - RUA SÉSAMO
122º programa.
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.10 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - CANÇÕES DO EUROFESTIVAL
A quinta canção a ser apresentada no palco de Zagreb é a que representa a Holanda, que precede as do Luxemburgo, do Reino Unido e da Islândia (país que tem o menor número de participações neste certame, ao qual aderiu há relativamente pouco tempo).
20.35 - VALE TUDO
97º episódio
21.35 - PRIMEIRA PÁGINA
22.40 - CRÓNICA DO CRIME
33º episódio: Mike Torello não resiste à beleza de Meilan, com quem começa a andar quando decide ajudá-la a descobrir o paradeiro do seu «pai», Frank Hatrwell. Mike e os seus imprescindíveis colaboradores tomam conhecimento de que Hartwell foi morto por Meeker, um implacável agiota de Chicago. Entretanto, o detective descobre que por detrás deste misterioso caso está o seu «inimigo número um»: Ray Luca.
23.30 - 24 HORAS
00.00 - UM DIA...
00.05 - REMATE
00.15 - CARTAS DE HUMOR
32º programa

RTP-2

17.00 - OS NOVOS CAÇA FANTASMAS
21º e 22º episódios
17.45 - O HOMEM NA MARGEM
17.55 - ITÁLIA 90
18.45 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
89º episódio
19.20 - ESPAÇO INFANTIL
19.50 - CLÁSSICOS DA TV
«Estrada 66». 45º episódio
20.40 - VIA RÁPIDA
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - CINEMAGAZINE
21.50 - CINEMADOIS
«A Caminho do Sul»: um western em tom de farsa e de comédia mordaz interpretado e realizado por Jack Nicholson, que assina a sua segunda longa-metragem demonstrando que não é só um dos mais talentosos intérpretes americanos das duas últimas décadas, mas é igualmente um cineasta com grandes e potenciais qualidades. A realização de Nicholson é escorreita e segura, por vezes mesmo ousada. Mas onde o seu trabalho brilha verdadeiramente é no que diz respeito ao elenco, dominado por ele próprio em mais um trabalho neurótico e alucinado, primorosamente secundado por uma então estreante e talentosa actriz, Mary Steenbuegen, e por dois comediantes que tanto viriam a dar que falar: John Belushi e Dany De Vito. Duração: 105 minutos.



Amanhã em Lotação Esgotada, no 1º Canal às 21.50: «Platoon - Os Bravos do Pelotão», de Oliver Stone


Jack Nicholson em Cinemadois às 21.50, no 2º Canal: realizador e intérptete de «A Caminho do Sul»

AMANHÃ

RTP-1

09.02 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ
12.05 - FERA RADICAL
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA
13.30 - TAMBÉM OS RIOS CORREM
14.15 - VILA FAIA
15.05 - O MUNDO ANIMAL
15.45 - PONTO POR PONTO
16.35 - CLÍNICA GERAL
17.30 - A HORA DO LECAS
18.30 - RUA SÉSAMO
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA
20.05 - O TEMPO
20.09 -DIREITO DE ANTENA
20.10 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - CANÇÕES DO EUROFESTIVAL
20.35 - VALE TUDO
21.30 - VAMOS JOGAR NO TOTOBOLA
21.50 - LOTAÇÃO ESGOTADA
«Os bravos do pelotão»
00.20 - 24 HORAS
00.50 - UM DIA
00.55 - REMATE
01.10 - CARTAS DE HUMOR

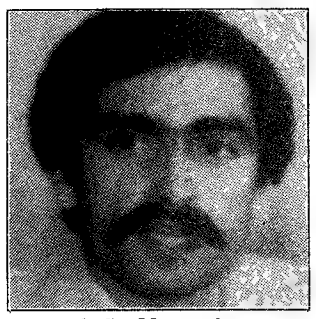
RTP-2

14.02 - TELEMERCADO
14.30 - PRIMEIRO JORNAL
14.45 - ESPAÇO INFANTIL
15.00 - FILHOS E FILHAS
15.25 - AGORA, ESCOLHA!
17.00 - O LICEU DEGRASSI
17.30 - O MISTÉRIO MISTERIOSO
17.55 - A ROTA MARÍTIMA DA SEDA
18.45 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
19.20 - ESPAÇO INFANTIL
19.50 - CLÁSSICOS DA TV
20.40 - VIA RÁPIDA
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - O RISO DE CAIM
22.25 - SÉCULO XX
«A Caminho da Guerra»
23.15 - BOBBY McFERRIN - SPONTANEOUS INVENTIONS

«Os timorenses consideram que o seu bispo (...) está a deixar-se manipular para fins contraditórios aos seus sentimentos profundos.»

Jean-Pierre Catry, «Diário de Notícias», 23.04.90

A PERGUNTA DO DIA



João Mesquita
presidente do Sindicato dos Jornalistas

Como comenta a decisão do Presidente da República de vetar a lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social?

«O Sindicato dos Jornalistas congratula-se com a decisão. Os fundamentos evocados pelo Presidente da República vêm de encontro às objecções à proposta do Governo colocadas desde sempre não apenas pelo Sindicato, mas também por outras estruturas representativas da classe, como os conselhos de redacção e os delegados sindicais, e por sectores diversificados da opinião pública. Ao Governo e ao partido que o apoia não resta outra alternativa razoável que não seja reconhecerem a justeza dessas críticas, aceitando designadamente que só faz sentido uma lei que, pelo menos, consagre o direito de representação dos jornalistas, através do seu Sindicato, na Alta Autoridade; mantenha a competência dos conselhos de redacção de se pronunciarem acerca da nomeação e exoneração dos directores dos órgãos de comunicação social e assegure a continuidade de um órgão que tão bem tem provado e cujas virtualidades têm sido unanimemente reconhecidas, o Conselho de Imprensa. O Sindicato prosseguirá a sua luta, mais determinado do que nunca.»

Amanhã, Dia da Liberdade, por ser feriado nacional estarão encerrados todos os nossos serviços, pelo que o «Diário de Lisboa» só volta ao contacto com os leitores na próxima quinta-feira, 26.

Quinta-feira no

Diário de Lisboa

O 25 de Abril no Parlamento e na rua

Entrevista com Marcel Niedergang

Futebol não tem feriado

A crónica de Francesco Alberoni

ENTREVISTA

Vítor Hugo Sequeira é presidente do SITESE e membro do secretariado executivo da UGT. Aderiu ao mundo sindical antes da Revolução. Hoje, continua a acreditar nos sindicatos e a sua grande luta é pela equalização das condições de vida

«Comecei como um modesto delegado sindical»

D.L. - O que pensa de uma eventual fusão entre a CGTP e a UGT?

V.H.S. - Penso que a CGTP demonstrou que não se encontra num estado mais avançado de *perestroika* do que o PCP. A forma como os dirigentes daquela central sindical reagiram à proposta do secretário-geral da UGT é sintomática da falta de autonomia daquela central sindical em relação ao partido. Por consequência, a CGTP, ao reagir assim, inviabilizou a existência, a curto prazo, de condições para que, de uma forma serena e reflectida, as duas centrais sindicais se pudessem sentar a uma mesa e a partir daí estabelecer as condições que pudessem produzir, em ambas as estruturas, o debate conducente ou não a uma estrutura orgânica única. Julgo que, mais importante do que perguntar quais as razões que estiveram na base da proposta do secretário-geral da UGT, é ver a forma como a CGTP reagiu.

D.L. - Acusa a CGTP de não ser independente em relação ao PCP. Acha que os sindicatos são independentes face aos partidos?

V.H.S. - Os sindicatos da UGT têm, nos seus princípios e nas suas práticas, uma assunção de autonomia, quer face aos partidos políticos quer face ao Governo.

D.L. - Quais são, hoje em dia, as principais reivindicações dos trabalhadores portugueses?

V.H.S. - Penso que as reivindicações prioritárias dos trabalhadores portugueses se prendem com dois aspectos: o vector da qualidade de vida e o vector da estabilidade de emprego que, do meu ponto de vista, é tão importante como a quantidade, o preço do emprego. As condições de emprego em Portugal continuam a ser, para os trabalhadores, mesmo após a integração no Mercado Económico, os vectores de prioridade reivindicativa do movimento sindical português.

D.L. - Os sindicatos têm cumprido o seu papel?

V.H.S. - É uma luta que está a ser levada a cabo gradualmente, com avanços e recuos. Estamos a procurar protagonizar a satisfação das questões que se põem aos trabalhadores num quadro de mudanças em que os sindicatos têm de dar resposta a questões que se produzem num tempo muito curto e a todo o momento. É o caso, por exemplo, da reestruturação industrial. Para toda esta década, estamos empenhados naquilo que deve ser a grande meta do sindicalismo português: equalizar, até meados dos anos 90, os padrões em matéria de qualidade de vida e dos preços do trabalho.

D.L. - Que pensa das actuais comemorações do 1º de Maio, se comparadas com as que tiveram lugar a seguir ao 25 de Abril?

V.H.S. - Julgo que continua a ser uma manifestação de entusiasmo em relação à jornada dos trabalhadores. O que temos de distinguir em relação ao primeiro 1º de Maio a seguir à revolução, é que hoje são os trabalhadores portugueses que protagonizam a sua jornada de festa, enquanto o primeiro foi uma explosão de entusiasmo popular que abrangeu todo o povo português e não só os trabalhadores por conta de outrem.

D.L. - Como começou a sua actividade sindical?

V.H.S. - Eu já militava no mundo sindical antes do 25 de Abril de 1974, como um modesto delegado sindical e membro da comissão de trabalhadores. Em 1975, integrei uma lista que concorreu à direcção do antecessor do SITESE e fui eleito presidente da direcção. Durante esse mandato, integrei o movimento Carta Aberta, que deu origem à UGT e desde então exerço funções de executivo nesta central sindical. Em 1988, regressei ao SITESE.

D.L. - Aparece sempre como o eterno segundo no ramo PS da UGT. O que pensa dessa situação?

V.H.S. - Penso que essa questão não se põe. Número 1 há apenas um, o secretário-geral. Quanto ao facto de eu ser o número 2, nem sequer me apoquenta o facto de haverem muitos outros a poderem ser considerados número 2 dentro da UGT. Eu vivo o dia-a-dia da central sindical e julgo que quanto mais empenho colocar nas questões do quotidinao, melhor colocado estarei para, um dia mais tarde, se for indigitado ou se surgir essa oportunidade, poder ou não vir a ser considerado adequado ao lugar de secretário-geral.

D.L. - Já foi deputado. Acha que um deputado pode intervir mais activamente na sociedade do que um sindicalista?

V.H.S. - Penso que são formas de intervenção completamente distintas. Em termos parlamentares, resultam alguns constragimentos em relação à iniciativa individual. As actuais regras, fixadas pela existência de uma maioria parlamentar, determinam algumas limitações. Além disso, um deputado está integrado num Grupo Parlamentar. Tendo em conta esta conjuntura, no plano sindical existem mais condições para se tomarem iniciativas no plano individual e mesmo para se criarem alguns factos políticos.

D.S.

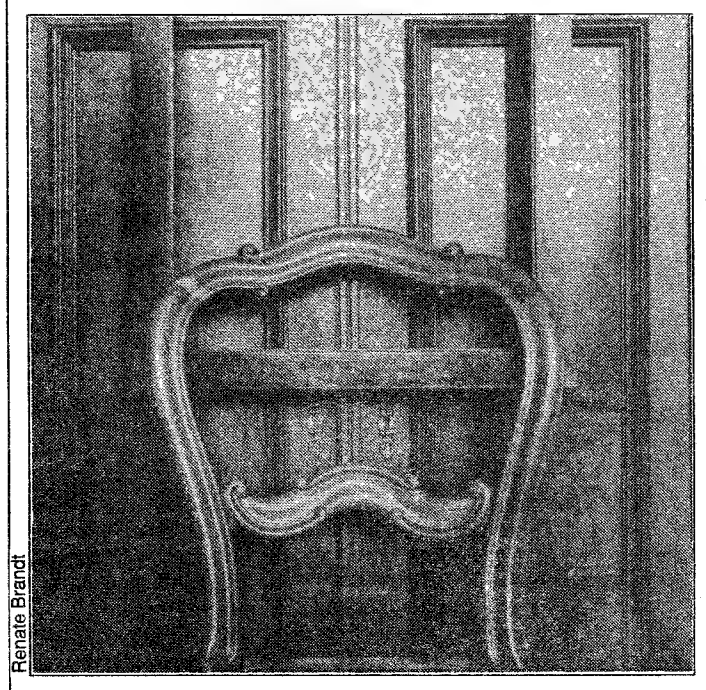
Saramago não vai

Não há grande novidade na afirmação: os escritores têm uma situação pior que a dos futebolistas — começando já com o IRS, a soma e o que se segue; mas também é difícil imaginar, por exemplo, um Saramago a solicitar um inquérito ao Pen-Club Internacional (que é uma espécie de UEFA) ao que podia ter considerado um ambiente hostil de certos sectores da tribuna, protestar contra a mãozinha de qualquer Vata estrangeirado ou contra o erro do árbitro, neste caso o júri de cinco cabeças.

O resultado é definitivo para este ano, 5-0. Os membros do júri, alguns ilustres conhecidos, são soberanos, o veredicto sem apelo e nem a Procuradoria da República ajudará. Saramago será o Borges do Prémio APE? Embora Jorge Luís Borges sentisse dolorosamente a fuga repetida do Nobel, considerando o facto ofensivo, uma injustiça pessoal e impessoal, e não contemporizava verbalmente com os membros da Academia sueca, uma das suas qualidades que auxiliava a alargar a popularidade dos livros obviamente para a minoria, era exactamente o *não* categórico de Estocolmo. Simpatizamos sentimentalmente com as vítimas do *não*, com os negados dos vários renegados.

É verdade, Saramago não precisa de mais sinos. A sua obra é amplamente popular em Portugal e *extramuros*: o *não* dos *cinco* é então pouco produtivo, apenas aborrecido, e por acréscimo, não revela nada de novo. Se fosse a ele, proibia os árbitros de lerem os seus textos, ou se, então apenas clandestinamente, *hors concours*.

***



Renate Brandt

Se o autor de *História do Cerco de Lisboa* quiser acrescentar alguma coisa do seu interesse ao assunto, ofereço-lhe este espaço, a *Metereologia* estando à sua disposição, *Metereologia* com *Metereologia se* paga: tolerou-me irrequieto aqui mesmo, quando dirigiu o Suplemento Literário, neste jornal antes do 25 de Abril.

Quanto a Viena, o Benfica vai. Saramago, talvez, com bilhete de ida e volta — tarifa PEX.

Jorge Listopad

A.M.A. Auto Monumental do Arcero S.A.
CONCESSIONÁRIOS
AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telefs. 894185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

SUPLEMENTO DE
ECONOMIA
Diário de Lisboa

Agricultura de Lisboa quer ser «desfavorecida»

Cerca de duas centenas e meia de agricultores do distrito de Lisboa aprovaram uma moção, a enviar aos órgãos de soberania, onde é pedido que seja alterado o regulamento que determina o distrito de Lisboa como zona não desfavorecida, o que impede que sejam atribuídas compensações indemnizatórias, nomeadamente quando há prejuízos causados por intempéries.

O facto ocorreu numa reunião efectuada no passado domingo em Torres Vedras, durante a qual foram debatidos problemas do sector. Decidida a criação de uma comissão instaladora que dê corpo, o mais rapidamente possível, à associação representativa, de forma a que os seus interesses sejam correctamente defendidos.

Questões como a defesa do vinho e da vinha, formação profissional, ausência de apoios para a reconversão ou melhoramento das culturas e métodos de produção, bem como a falta de mão-de-obra e de estruturas que permitam fazer face à concorrência dos restantes países comunitários, que inundam o mercado português com produtos hortofrutícolas de explêndido aspecto mas desenvolvidos com hormonas, serão algumas das tarefas a resolver pela futura associação, que deverá ter uma assembleia geral no dia 10 de Junho próximo.

Centrais

Se há reforma que se aplique. Mas a de Sapateiro não é muito bem calçada pelos visados. Riposta a corrente contrária: o mercado bolsista não funciona à base de leis, mas pela actuação dos investidores

Bolsa: críticas e desconfiança de patrões e investidores

Reclamada, anunciada e adiada a reforma bolsista foi divulgada. Qual menina feia, não é muito admirada. Desde logo pela CIP, que para a criticar, organizou um seminário. Na base das críticas estão quer as questões não resolvidas, parte das quais, diga-se em abono da verdade, prendem-se com decisões governamentais de carácter não-bolsista, quer as resolvidas, dado que, entende esta confederação patronal, mantêm o controlo governamental sobre a Bolsa. Em todo o caso, "já que há reforma, que se aplique".

De resto, o "desprezo" pelo ambiente envolvente da Bolsa imputado à reforma dominou as críticas no seminário.

Em particular, a situação privilegiada em que se encontra a emissão dos títulos da Dívida Pública, em relação às emissões empresariais, foi fortemente contestada. Ao Estado foi atribuída a responsabilidade pela actual "seca" vivida no mercado de capitais.

Carlos Rosa, integrante da equipa Sapateiro contrapôs que «o mercado bolsista não funciona pela lei. É à base dos agentes». Se a Bolsa não funciona, acrescentou, isso deve-se às instituições que o não fazem funcionar e porque os investidores estão traumatizados.

Traumatizados ou não, certo é que pelo menos estão queixosos e descontentes. Que o diga a Associação dos Sócios dos Clubes de Investidores, que se prepara para realizar o seu IV Congresso.

Nandin de Carvalho, presidente da ASSOCI, afirma que «se o Governo não atentar na psicologia e na sociologia do investidor português...mata-o».

Págs. 6 e 7

Jean Taillardat, engenheiro-filósofo francês, acredita que a Europa pode ganhar a «guerra». Noutro contexto aconselha as empresas aproveitar em seu benefício os antagonismos e as tensões internas

Japão é o maior inimigo da identidade europeia

«O Japão é o inimigo maior das economias nacionais europeias e nós corremos o risco de perder a identidade».

É a opinião do engenheiro francês Jean Taillardat, licenciado em filosofia e director de uma empresa de consultoria de gestão e recursos humanos.

A Europa vai, porém, ganhar a guerra, disse ao «DL», porque ela fez a aprendizagem da democracia e irá opôr-se ao sistema feudal japonês com uma grande coesão interna.

A mensagem de Taillardat, que se deslocou a Portugal para um seminário sobre «Management Social e Gestão dos Conflitos», organizado pela APGTRH, Associação Portuguesa de Gestores e Técnicos de Recursos Humanos, foi também que «os antagonismos e as tensões internas são salutares para a vida de uma empresa, porque criam movimento, acção e ajudam a aperfeiçoá-la».

Para Taillardat, a empresa possui uma ligação dialéctica entre a Instituição e o Corpo Social. O seu sucesso e a realização do homem que nela trabalha é possível, segundo a filosofia deste engenheiro-filósofo, através de três vertentes específicas: a Imposição, a Negociação e a Animação.

Pág. 8

Thatcherianos em queda

Jovens e ousados seguidores das teorias da primeira-ministra britânica perdem agora as suas empresas numa crise que arrasta mesmo a sua mentora

Pág. 2

Vento do Leste reforça ameaça do 3º Mundo

Pág. 3

AGROPROMOTORA
CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES AGRO-INDUSTRIAIS
PROJECTOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONOMICA PARA A AGRO-INDUSTRIA
RUA CARDEAL MERCIER, 29-1 — TELEF. 73 51 35 — TELEX 42 729 — TELEFAX — 7935417 — 1600 LISBOA

ECONOMIA

Impuseram-se na onda da política liberal da primeira-ministra conservadora. Partindo quase sempre do zero. Explorando o boom da finança de papel. E arriscando o máximo. Mas agora que o vento mudou estão em crise e chegam a perder as suas empresas

O declínio dos thatcherianos

Poderiam chamar-se os filhos da Thatcher. São os empresários e os grandes gestores que, nos anos 80, souberam aproveitar o *evangelho* liberal da Dama de Ferro. Têm características comuns: são homens e mulheres que, partidos de degraus não muito elevados da pirâmide social, absorveram uma cultura empresarial - antigo calcanhar de Aquiles da Inglaterra pós-imperial - e mostraram espírito de iniciativa. A senhora Thatcher apresentou-os inúmeras vezes como campeões exemplares da sua revolução radical e neo-conservadora, símbolos viventes do sucesso e delfins de um renascimento económico que parecia sem limite.

Hoje o panorama mudou. O *boom* da segunda metade dos anos 80 acabou, o Governo Tory atravessa a sua crise mais grave e a própria primeira-ministra luta pela sobrevivência política. Os filhos da Thatcher têm que enfrentar, sozinhos, o clima glacial de uma economia à beira da recessão. É uma espécie de retirada da Rússia e as perdas não se contam.

Entre os que cairam no campo de batalha estão muitos dos ídolos de ontem, vítimas do excessivo optimismo dos anos do *boom*, que os tinha empurrado a endividar-se até ao pescoço para realizar planos de expansão. O aumento do custo do dinheiro, manobra necessária para travar a inflação crescente, e a diminuição da despesa em consumos estão na base de numerosos tombos. Na lista dos *mortos e dos feridos* constam nomes repetidos com veneração na City e nos jornais ingleses, nos anos 80. Mas não eram apenas as austeras páginas da finança a celebrar as gestas de Sophie Mirman, Terence Conran, os irmãos Saatchi, George Davies, James Gulliver, Godfrey Bradman, John Ashcroft, Jonh Gunn, Tony Berry e por aí fora. Estas personagens ou naufragaram ou navegam em águas tempestuosas, já que na época do *boom*, produzida, entre 1986 e 1988, graças à explosão do crédito e da despesa encorajada pelo chanceler Lawson, embarcaram em ambiciosos planos de expansão, com novas emissões de acções e compras financiadas com as dívidas.

Pensavam que os mercados teriam continuado a crescer até ao infinito e que valia a pena expandir-se pagando os empréstimos com o aumento da facturação e dos proveitos. Foi um cálculo errado: a facturação diminuiu ou, nalguns casos, desmoronou e as taxas de juros duplicaram nos últimos dois anos. O caso da Coloroll é emblemático. No princípio dos anos 80 era uma pequena empresa familiar que produzia tapeçarias. Em apenas sete anos, sob a chefia do seu presidente e *chief executive* Jonhn Ashcroft, tinha-se tornado um império que vendia tecidos, alcatifas, tapetes, cobertores, vasilhame. Praticamente todas as casas inglesas têm uma ou mais peças da Coloroll. No início da gestão Ashcroft a empresa tinha 300 empregados e a sua facturação tocava apenas os seis milhões de libras. O ano passado os empregados eram 6500 com uma facturação de 565 milhões de libras.

Da esquerda para a direita: Godfrey Bradman (Rosehaugh), Terence Conran (Storhouse), George Davies (Next), Sophie Mirman (Sockshop) e Alan Sugar (Amstrad)

Em 1988, depois da compra da fábrica de alcatifas e móveis Jonhn Ashcroft, a dívida equivalia ao valor de todo o grupo. De uma capitalização de mercado inferior a 30 milhões de libras, a Coloroll tinha passado para 420 milhões de libras. Desde então começou a descida e a queda livre. A crise do mercado imobiliário, que atingiu também as fábricas de acessórios para habitação, e o aumento das taxas de juros, afundaram o navio: as acções desceram vertiginosamente de quase 4 libras para 20 pence, ou seja um vinte avos do valor máximo atingido. O timoneiro Aschcroft revelou todos os limites do *manager* para quem tudo corre bem até que a tempestade chega e a avidez se torna desenfreada. Ainda no ano passado, já no meio da tormenta, teve o bom gosto de aumentar a própria retribuição anual em 45 por cento, chegando a 100 milhões de liras(cerca de 12 mil contos). Há um mês deixou a poltrona de presidente «para o bem da empresa», como disse no discurso de despedida, e foi substituído por um veterano da grande distribuição que está a estudar um pacote de novos financiamentos com os bancos credores, para evitar a bancarrota.

Ashcroft, que tem 41 anos, era um dos favoritos da Senhora Thatcher e há dois anos recebeu o famoso prémio do diário *Guardian*, atribuído ao jovem *businessman* do ano - um prémio que na City é considerado como o beijo da morte. O mesmo prémio o tinha recebido George Davies, fundador da Next e *guru* do comércio a retalho. A cadeia de lojas Next, na Inglaterra, simboliza os anos 80, a década em que, pela primeira vez, os ingleses deram importância ao estilo e ao design. Partindo das confecções femininas Davies criou, com as dívidas, Next Gardening, Next Original, Next Too, Next Directory, Next Interiors, Next Café, Next Jewellery, Next Florist. O Verão passado percebeu, fizeram-lhe entender, que tinha chegado o momento de retirar-se quando a facturação de seis meses tinha chegado a metade do que era no ano anterior. Para o lugar do *guru* vieram gestores cinzentos que, mesmo não sendo mestres de estilo, procuram salvar o que restou para salvar.

O prémio do *Guardian* não deu muita sorte sequer a Alan Sugar, pai e patrão do grupo Amstrad, que o ano passado esteve à beira da falência. Com muito custo e com uma reorganização radical, Sugar conseguiu recuperar posições, coisa que talvez não conseguirá fazer Sophie Mirman, criadora de um pequeno império Sock Shop - uma cadeia de lojas especializadas em meias, luvas e cachecóis. Em 1988, Mirman tinha recebido o prémio para o melhor empresário do ano. A sua filosofia era: vender poucos produtos e vendê-los bem, em lugares onde as pessoas passam. E de facto as lojas estão situadas ao longo de grandes artérias comerciais, nas estações ferroviárias, nos aeroportos. Hoje a contracção das acções Sock Shop está suspensa e espera-se uma oferta, por uma quantia simbólica, para a compra da sociedade. Até agora ninguém fez alguma proposta para a compra. As acções que tinham chegado a 325 pence, estavam, no momento da suspensão, a 34 *pence*. Sophie Mirman sofreu a diminuição da procura, provocada, além dos usuais factores, pelo Verão quente inglês de 1989 e ainda por uma desastrada campanha de expansão no mercado americano.

O sinal de que os tempos mudaram foi o anúncio de que sir Jonh Egan iria abandonar a presidência da Jaguar em finais de Junho. Sir Jonh, conhecido pelos jornais como o industrial preferido pela senhora Thatcher, era o principal defensor do programa de privatização do Governo conservador e tinha orientado a passagem da sua empresa para o sector privado, em 1984. A Jaguar foi atingida pelo enfraquecimento do dólar e pela diminuição das vendas nos EUA, mercado importante para os automóveis de luxo. O ano passado a gloriosa marca inglesa foi comprada pela Ford. «Não queremos dirigir uma sociedade que faz parte de um grande grupo», disse Egan, ao anunciar a sua saída, e acrescentou: «Gosto da liberdade de movimentos a que me tinha habituado». Outros preferidos da Thatcher que navegam na tempestade são Godfrey Bradman, chefe da grande empresa de construção Rosehaugh, e Terence Conran, o industrial-designer cujo nome está ligado aos grandes armazéns Storehouse, Habitat, Mothercare. As acções Rosehaugh desceram ao seu nível mais baixo desde há três anos e os investidores acusam Bradman de ter ido demasiado longe. Storehouse, por sua vez, fechou, no fim de Fevereiro, doze pontos de venda. Também os irmãos Saatchi, os reis da publicidade que montaram duas vitoriosas campanhas eleitorais do Partido Conservador, atravessam a fase mais difícil da sua extraordinária carreira.

Empurrados pelo desejo de ser os primeiros do mundo, adquiriram, por preços exorbitantes e totalmente fora do mercado, a grande agência publicitária americana Ted Bates. Sonhando com a globalização, entraram à grande nos sectores da consultoria empresarial e das relações públicas. A dada altura namoraram a ideia de comprar o Midland Bank, um dos mais importantes bancos privados da Inglaterra. A City reagiu com hostilidade, as acções Saatchi caíram e nunca mais se recuperaram. As dívidas obrigam a ceder partes do império e o controlo efectivo do grupo está hoje nas mãos de Robert Louis-Dreyfus, um francês. Os accionistas foram avisados de que este ano não devem esperar lucros. É o crespúsculo dos deuses.

Mino Vignoli
Exclusivo
Corriere della Sera/DL
Trad: Alessandra Balsamo

SEMINÁRIO

MERCADO ÚNICO
E A REFORMA DOS FUNDOS ESTRUTURAIS

PORTO 3.4 de Maio LISBOA 7.8 de Maio

DESTINATÁRIOS

Dirigentes, activistas e quadros da organização sindical

TEMÁTICAS

- Mercado Único - problemas de desenvolvimento
- Perspectivas de evolução da Comunidade no actual contexto da mudança
- O Plano de Desenvolvimento Regional e o quadro comunitário de apoio
- Formação dos recursos humanos

ALGUNS INTERVENIENTES

CARLOS COIMBRA, economista, FRANCISCO MADELINO, economista, ILDA FIGUEIREDO, economista, JOÃO ABEL FREITAS, economista, JOSÉ BARROS MOURA, jurista, LUÍS COSTA, sociólogo, ROSA MARIA MARQUES, engenheira, VASCO CAL, economista.

No final de cada seminário haverá debate aberto com a participação de todos os intervenientes

INSCRIÇÕES ATÉ 27 DE ABRIL NO CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA CGTP-IN

Lisboa
Av Almirante Reis, 54-1º
1100 LISBOA

Porto
Rua Formosa, 223
4000 PORTO

Informações
Lisboa - Telf. 814 82 44 (Cristina Amado)
Porto - Telf. 31 47 13 (Paula André)

Esta acção realiza-se no âmbito do Programa 2 do PEDIP

DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA CGTP-IN

Seminário do IPSD não encontrou ameaças novas à indústria portuguesa e pôs a tónica no resurgimento da política, em detrimento do sagrado e da tecnocracia

Vento de Leste reforça ameaça do 3º Mundo

De Leste...nada de novo, em termos de ameaças à economia portuguesa, concluíram os participantes do seminário organizado pelo Instituto Progresso Social e Democracia subordinado a este tema.

Mira Amaral, fomentador da iniciativa, afirmou que «o desafio que as economias de Leste nos colocam em termos dos nossos tradicionais sectores exportadores não é qualitativamente diferente da ameaça que sobre esses sectores pairava com a possibilidade de entrada nos mercados comunitários de produções de países em vias de desenvolvimento».

Ameaças

O responsável pela pasta da Indústria considerou que «o Leste europeu reforça-nos apenas o nível de ameaça e a necessidade de acelerar a modernização das nossas estruturas industriais».

Contudo, com esta "desvalorização" da ameaça de Leste não ficaram escondidos os perigos e riscos vários que condicionam a evolução da sociedade e economia portuguesas.

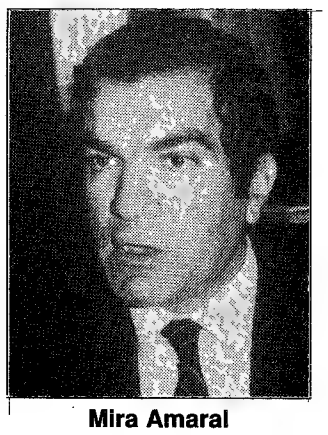
Em causa está, desde logo, a posição de Portugal na cena internacional e o aumento/diminuição da sua margem de manobra. Os participantes localizaram na área política e geo-estratégica, mais do que na económica, as linhas decisivas da evolução.

Enquanto Pedro Roseta constatava a ressurreição da Política a Leste, em detrimento do *sagrado da ideologia e da tecnocracia da gestão* e Mira Amaral preconizava o reforço das ligações portuguesas a África, Ásia e América Latina para contrabalançar o reforço da perificidade decorrente da deriva europeia para Leste, Maldonado Gonelha alertava para a assunção progressiva do Mediterrâneo como «um mar de pobres» e para as tensões inerentes, que afectarão de forma significativa toda a área.

O ex-ministro de Mário Soares considerou como uma probabilidade forte a orientação preferencial do investimento externo alemão para as áreas europeias onde as minorias alemãs estão presentes. Por outro lado, disse que «o comunismo não desapareceu com estas mudanças; eventualmente, corrigirá as suas atitudes».

A importância desta constatação surge quando se prevêem grandes turbulências sociais nos países de Leste derivadas do fim de um conjunto de garantias artificiais - preços "almofadados", garantia de emprego, subsídios diversos... - que, na ausência da verificação simultânea do padrão de vida ocidental, suscitarão convulsões sociais susceptíveis de capitalização pelos antigos detentores do Poder.

Gonelha referiu ainda



Mira Amaral

outros factores de perturbação saídos do «início da descolonização do Império Soviético»: às questões sociais, que não são autónomas, juntam-se as fronteiriças, as religiosas, as políticas (a propósito das quais referiu o "engarrafamento" da estrada para Damasco, tal o número de convertidos que aparecem sempre nestas ocasiões) e as sindicais.

Esta instabilidade foi das poucas coisas que os participantes deram por certa quanto à evolução previsível daqueles países. Amado da Silva disse mesmo que «a minha contribuição para este seminário é a minha perplexidade perante o que se está a passar». Mais preciso e genérico: «Os economistas sentem as suas convicções teóricas postas em causa».

Por adquiridos deu três pontos: a presença da URSS em tudo o que aconteça, a necessária individualização da RDA nos cenários possíveis e as diferenças manifestadas por todos os outros: não há um Leste, há vários, como pormenorizava Gonelha.

Farisaismo e Alemanha

Mais do que o Leste, foram as questões ligadas á unificação alemã que dominaram os debates.

Amado da Silva comentou que «temos de deixar de ser fariseus. Não podemos bater palmas quando o Muro cai e depois dizer que isso está a entrar-nos nos bolsos».

Porém, Mira Amaral estimou que será através de «uma concentração maciça de fundos e recursos da RFA na RDA» que será superada a diferença entre as duas economias, «o que configura um verdadeiro objectivo de coesão económica e social entre as duas Alemanhas, através quer de um fortíssimo Plano de Desenvolvimento Regional para a RDA em geral, quer de um fortíssimo PEDIP para a indústria leste alemã».

O aparecimento desta coesão como prioritária para a RFA realça a insuficiência dos actuais fundos comunitários para a obtenção da coesão económica e social europeia. Ora, afirmou Mira Amaral, «seria inconcebível que o apoio aos países de Leste fosse feito em detrimento e com o sacrifício» de Estados-membros da Comunidade, como Portugal.

R.N.

BREVES

Novas casa e estratégia paraTiming/Alliance

Novas instalações e uma estratégia adequada aos desafios da década de 90 são duas novidades da Timing/Alliance agora anunciadas e que resultam de sólidas condições económicas, que permitem um reforço dos meios humanos e técnicos. As instalações ficam situadas na Avenida Conde de Valbom, nº 30, em Lisboa. A estratégia visa alargar o leque de serviço a clientes numa perspectiva de que «a comunicação integrada será a chave do futuro». É, segundoJoão Fonseca, director-geral da empresa,«o início do *rompimento* com o passado tradicional», respondendo às novas exigências do mercado: diversidade com especialização.

BCI cresce 55 por cento no primeiro trimestre

Os resultados do Banco de Comércio e Indústria cresceram 55 por cento no primeiro trimestre deste ano, relativamente ao período homólogo de 1989. O seu resultado bruto atingiu mais de 1,5 milhões de contos e o resultado do exercício (antes de impostos) foi de 1,173 milhões de contos. O total de depósitos situava-se em 31 de Março em 41,3 milhões de contos.

Hoechst Portuguesa inaugura estúdio

A Hoechst Portuguesa (Divisão Técnica de Informação/Impressão) inaugurou, através de uma *open-house*, o seu estúdio, que fica instalado na sua sede, em Mem Martins. O novo espaço dispõe do equipamento mais sofisticado no campo da pré-impressão e pretende ser o ponto de encontro entre a Hoechst e os seus clientes, proporcionando informação e formação prática aos utilizadores.

Mobil tem novo self-service

Demorou apenas 26 dias a construção e entrada em funcionamento do novo self-service da Mobil, instalado na Amadora. Aberto 24 horas por dia, dispõe de quatro posições de abastecimento equipadas com bombas Multiproduto (a mesma oferece as várias opções de combustíveis) com pré-selecção dos valores a abastecer. Estação de serviço, lavagem de viaturas e loja, também estão à disposição dos clientes.

Objectivo da AEVP

«Lobby» para defesa do vinho do Porto

A Associação de Exportadores de Vinho do Porto continua a desenvolver esforços para sensibilizar os órgãos de poder e a opinião pública para diversos problemas com que o sector se depara. O objectivo último será a criação de um «lobby» que defenda uma actividade que, no ano passado, rendeu cerca de 38 milhões de contos ao País.

Nesse sentido insere-se o encontro efectuado na semana passada com deputados eleitos pelos círculos que abrangem a região vínicola do Douro. Na altura, o presidente da AEVP, Manuel Poças Pintão, lembrou que o Estado arrecadou, em 1989, cerca de 1,4 milhões de contos com a importação de aguardente para produção de vinho do Porto, dinheiro que não foi investido no sector.

Foi igualmente defendida a criação de uma organização interprofissional, formada por um só organismo, presidido pelo Estado e assistido por representantes da produção e do comércio, em paridade.

Uma questão que se mantém é a que se prende com a promoção genérica do vinho do Porto no estrangeiro, tendo Manuel Pintão referido de novo o facto de o ICEP ter retirado as verbas para a campanha deste ano, depois de ter sido assinado um protocolo tripartido, entre o Instituto, o IVP e a AEVP, para promoção do produto em diversos mercados internacionais. No encontro o presidente da Associação defendeu igualmente que a designação de «Porto» deva ser determinada pela prova do vinho e não por via administrativa, mediante os cartões de garantia.

Clio é sucessor do R5 da gama média e alta

Aguardado há bastante tempo, a Renault vai finalmente comercializar, ainda este ano, em França e alguns países da Europa, o novo Clio, modelo que vem substituir as versões médias e altas da gama Renault 5.

É o primeiro automóvel da geração dos anos 90 lançado pela marca francesa, que define o Clio como «um pequeno automóvel polivalente concebido e fabricado segundo os mesmos critérios de rigor que os grandes».

Com o Clio, a Renault modifica o seu sistema de designação de modelos, substituindo os números pelos nomes.

Desenvolvido com o nome de código X75, o Renault Clio vem substituir as versões médias e altas da gama Renault 5

Pesquisas realizadas junto do público demonstraram que os nomes facilitam a identificação e notoriedade e são recebidos como apelos à imaginação e fantasia, contrariamente aos algarismos que se referem ao racional.

O Clio vai ser produzido em versões de três e cinco portas, com as mesmas distâncias entre eixos e cinco motorizações: motor C 1,1 litros (1.108 cc), 35 Kw, 49 Cv; motor E, Energy 1,2 litros (1.171 cc), 43 Kw, 60 Cv; motor E, Energy, 1,4 litros (1.390 cc), 57 Kw, 80 Cv; motor F, 1,7 litros (1.721 cc), 66,5 Kw, 92 Cv e motor F Diesel, 1,9 litros (1.870 cc), 43 Kw, 65 Cv.

Posteriormente será apresentada uma versão desportiva, com motor F a gasolina de 1.764 cc, 16 válvulas e 140 Cv.

ECONOMIA

Agricultores semeiam associação de defesa

Os problemas são inúmeros, a desmobilização cresce. Quem vive da terra e dos seus produtos enfrenta uma crise. Reuniram-se em Torres Vedras para debater a questão e encontrar soluções

A futura atribuição definitiva das quotas de produção, pela Comunidade, preocupa os dinamizadores da associação que visa congregar os agricultores do distrito de Lisboa. João Vieira e Fernando Guerra afirmaram ao **DL** que consideram «uma monstruosidade que se diga que há excedentes agrícolas, quando o que há é milhões de pessoas com falta de poder de compra, em toda a CEE». Para além disso, afirmam: «É um disparate nivelar a realidade nacional com a do resto da Comunidade».

Os agricultores do distrito de Lisboa andam, à semelhança do que se passa com os seus pares do resto do país, a braços com problemas tais que uma das soluções encontrada foi, para fazerem ouvir a sua voz e valer os seus direitos, criar uma (nova) associação. Conforme dizem os promotores da iniciativa, «há experiências negativas de associações anteriores e há outras que funcionam mal, mas é próprio do homem não ficar amarrado ao que correu mal e, pelo facto de a colheita ser fraca este ano, não se deixa de semear de novo».

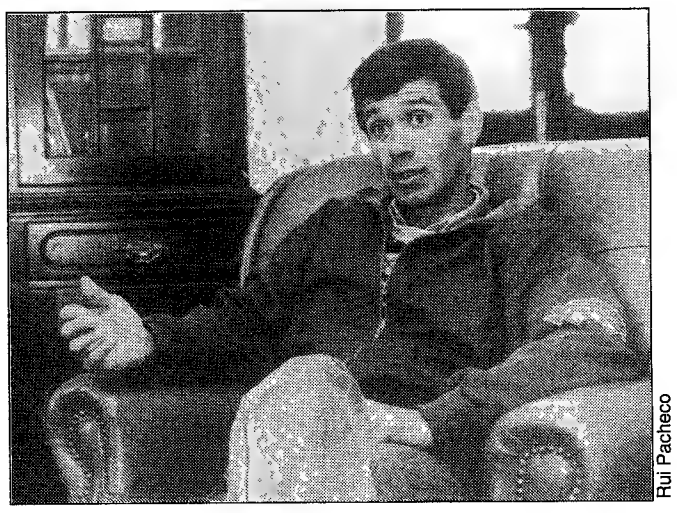
Torres Vedras assistiu, no passado domingo, ao Encontro de Agricultores do Distrito de Lisboa. Pontos de debate foram muitos, mas o objectivo principal foi criar um mecanismo de união, com a certeza de que os problemas de uns são também os do vizinho. Conforme disse um dos promotores da inciativa, «todos juntos teremos a força necessária para defender os nossos interesses».

Esta uma questão que se põe, desde sempre, entre quem está ligado à agricultura, já que é uma actividade onde persiste um espírito individualista muito forte. João Vieira, da Comissão Dinamizadora, disse ao **DL** ser este um problema antigo e que um dos objectivos é conseguir explicar que os agricultores só unidos é que conseguirão fazer valer os seus direitos. Trabalho que só pode ser feito, acrescentou, depois de ser possível demonstrar quais os inconvenientes de se estar isolado.

Uma situação que surge, conforme disse, numa altura em que já é tarde para os agricultores se prepararem para a fortíssima concorrência que virá dos restantes países da CEE e, no caso concreto do distrito de Lisboa, em sectores sensíveis como são os da produção de vinho, de leite e dos produtos hortícolas.

Rui Pacheco

João Vieira: «Nivelar realidade nacional pela da CEE é um disparate»



Rui Pacheco

Fernando Guerra: «Agricultores têm de saber defender-se»

Mobilizar de novo

Para além das questões concretas do dia-a-dia que se põem aos agricultores, outros problemas mais intrínsecos foram levantados, nomeadamente o facto dos recensamentos agrícolas nunca terem chegado ao conhecimento dos principais interessados, prometendo a Associação que se irá bater para que tal não mais aconteça.

O dois representantes da comissão dinamizadora fizeram igualmente um levantamento de outros problemas, com destaque para a inexistência de um correcto ordenamento do território, a falta de caracterização da agricultura nacional, já que «nada foi feito de forma a dar uma harmonia ao país». Acrescentou João Vieira que «estamos a perder energias e dinheiro».

Uma constatação feita pelo mesmo: «É sempre muito mau quando a população se desmobiliza, o que está a acontecer de há muito, e é mau por que não serve os interesses dos agricultores. Gostaríamos de saber quem é que tem interesse no abandono das terras e a quem é que isso serve».

O debate marcado para o passado domingo visou, essencialmente, analisar pontos-chave dos agricultores do distrito e ser, acima de tudo, um passo para a consciencialização da necessidade de unidade entre agricultores, na defesa dos seus interesses e da economia nacional, conforme salientaram.

Salvaguardar interesses

Sempre presente a ideia de que deve ser feito o esforço de se produzir o máximo e da melhor forma, para que Portugal evite as importações. «Todos os países comunitários asseguraram e salvaguardaram os seus próprios interesses. Porque é que não fizemos o mesmo?», interrogam-se.

Em discussão estiveram questões como as dificuldades com o preço dos produtos e seu escoamento, bem como o facto de continar a ser permitida a importação, em grande escala, de vinho, fruta e carne. Outro problema, de novo trazido à cena, prende-se com o aumento dos custos dos adubos, das rações, pesticidas, máquinas e combustível.

A comissão propõe igualmente que a futura Associação tenha um papel mais activo e apoiante dos agricultores, nomeadamente com sectores que permitam dar acesso a projectos ou que dêem assistência técnica, fito-sanitária, contabilística, jurídica e de formação profissional, áreas onde tem sido notada uma ausência que não é considerada inocente.

A falta de mão-de-obra, devida à desmotivação, os dinheiros comunitários «que os agricultores vêem passar ao lado», as indemnizações que não são recebidas, bem como o papel que deve desempenhar um verdadeiro movimento cooperativo, foram outras questões abordadas. Conforme foi dito, «só os agricultores são capazes de defender os seus interesses, pois só eles conhecem os seu problemas, como conhecem a terra que trabalham e os animais de que cuidam».

Almeida Henriques

Situação quase de desastre no sector vitivinícola

A região de Torres Vedras produz cerca de 30 por cento do vinho português. Mas as vinhas estão velhas, a precisar de reconversão. Dizem os interessados directos que chegaram a «uma situação quase de desastre que obriga a começar tudo de novo», mediante processos que permitam defender os principais interessados: produtor e consumidor, nesta altura os mais prejudicados.

Portugal tinha cerca de 400 mil hectares de vinha. A situação actual é que foram atribuídos 30 mil para reconversão, mas os produtores estão descapitalizados e, segundo foi dito ao **DL**, se não houver apoios reais nada poderá ser feito. Uma denúncia feita por João Vieira e Fernando Guerra é que «tudo aponta para que nunca mais sejam vistos os dinheiros para a reestruturação, embora tenham sido recebidos os apoios para o arranque». Apoios que são, no mínimo, de 500 contos por hectare.

A reconversão da vinha é defendida, mas com castas nobres que permitam que a região tenha um produto digno de uma zona demarcada. Por outro lado, o papel das cooperativas deverá ser repensado, dado que muitas ainda funcionam com a herança corporativista que esteve na sua génese. Presentemente a defesa que os produtores fazem é que o vinho seja tratado da cepa à garrafa.

A intervenção das cooperativas continua a ser polémica. Se algumas são tidas como no bom caminho, já que comercializam o vinho, não sendo simples recebedoras de uva e fabricantes, outras só servem para armazenamento e transformação, ficando a meio do caminho que deveriam percorrer.

Estruturas erradas

Situação mais grave prende-se com a estrutura herdada da altura em que foram formadas por meia dúzia de empresários que não estavam intimamente ligados à produção e onde o agricultor empenhado não tinha poder de intervenção ou de decisão. Nos últimos anos algumas delas tiveram de contrair grandes empréstimos bancários, para reconversão, o que implicou encargos financeiros altíssimos.

A situação da Adega Cooperativa do Cadaval pode ser significativo. Com encargos de 90 mil contos por ano, como disse João Vieira, para que eles sejam cumpridos tem acontecido que os produtores chegam a deduzir, do que recebem, cinco escudos por quilo de uva entregue, havendo situações piores, quando já houve que desembolsar dinheiro, em vez de o receber.

Necessário, pois, como foi dito pelos dinamizadores da Associação, um verdadeiro cooperativismo, a todos os níveis. No que se refere a este sector específico, o papel do Instituto da Vinha e do Vinho é posto em causa. Recordam que o IVV cobra um imposto de dois escudos e 70 por litro e não estabelece cotas nem preços. Pelo contrário, só fixa o preço do vinho quando o intermediário já está estabelecido e o agricultor vendeu o produto.

Situações, pelo menos anómalas, continuam a existir, também aqui e mais uma vez relacionadas com os fundos estruturais e apoios comunitários. São muitas as vinhas arrancadas cujos proprietários beneficiaram de verbas específicas, deixando depois as terras por cultivar. Foram muitos milhares de contos envolvidos. Em contrapartida, quem desejar melhorar os seus vinhedos depara com entraves e dificuldades financeiras que o levam rapidamente a desistir.

Rui Pacheco

Vinhas a necessitar de urgente reconversão

Vinhas a morrer, hortigadas, inadequadas e até plantadas em zona de várzea são habituais na paisagem local. Contra esta situação levantam-se quantos ainda têm vontade de continuar. Mais uma vez a constatação feita pelos dinamizadores da Associação: «As cooperativas devem ter, como ponto principal da sua actividade, a defesa dos cooperantes».

A.H.

Rui Pacheco

Jogos de interesses na produção leiteira lesam portugueses

Jogos de bastidores na produção de leite

«Gostaríamos muito de saber como é possível o que está a acontecer e quais os jogos de bastidores, quanto à produção do leite». Palavras de Fernando Guerra e João Vieira. E adiantam pormenores. Presentemente as cooperativas leiteiras estão a pagar, ao produtor, 57 escudos por litro, enquanto as empresas privadas o pagam a 62 escudos. São estas quem, por seu turno, colocam o leite em Espanha, já processado e embalado, por 36 escudos. «Será que os espanhóis estão a pagar por baixo da mesa para, quando chegar a altura, dominarem o mercado português?», foi a pergunta posta por ambos.

Explicação mais que possível, se não evidente: os produtores, que pensam no lucro imediato, preferem vender aos privados, pelo que as cotas das cooperativas diminuem. Quando as normas comunitárias estabelecerem as cotas definitivas, serão pelos volumes mais baixos, altura em que as empresas privadas poderão passar a estabelecer os preços que lhes convier, já que as primeiras deixam de ter capacidade de absorção do produto.

Na fase actual as cotas já foram reduzidas por falta de apoios. Acrescenta João Vieira: «Vamos ser penalizados quando elas forem aumentadas a nível comunitário, já que não poderemos corresponder, pois que, quando foram estabelecidas, a nível da CEE, Portugal terá de manter o baixo nível de produção em que se encontra». Como foi recordado, «a Comunidade quer reduzir as cotas em geral e Portugal não pode impor que sejam os outros países a baixar a sua produção». A solução será produzir cada vez mais para, chegada a altura de negociações, haver um equilíbrio de forças e poder de pressão.

Os dinamizadores da Associação de Agricultores recordam que a capacidade de produção diminuiu, quer por desmotivação, quer por falta de apoios, unicamente dados a quem tivesse mais de 15 vacas leiteiras, «quando essa capacidade deveria estar a subir, numa altura em que se aproxima uma negociação crucial».

Um ponto parece assente: para além dos problemas de escoamento de produtos como o leite (e não só), devido a não haver planificação, já que ninguém ouviu os produtores, estes andam aparentemente «a produzir aquilo que os outros estados membros da CEE têm a mais». Contudo João Vieira frisa ser uma questão mal equacionada, já que o que acontece «é o poder de compra estar mal distribuído».

A.H.

Emparcelamento é urgente

O emparcelamento do território é um dos problemas que se mantém nesta zona, mas, conforme foi dito ao **DL**, o seu objectivo deveria ser o estabelecimento de formas de produzir mais, melhor e de forma mais fácil.

De novo as palavras de Fernando Guerra e de João Vieira: «A realidade mostra que o que deveria ser feito era a uniformização de produções, não só aqui como em todo o país, com estudos das características de todas as regiões, das aptidões agrícolas, das capacidades de escoamento e dos mercados alcançáveis».

Aqui depara-se um problema só ultrapassável com um longo trabalho, «que já deveria ter começado há muito», que é o da mentalização dos agricultores para a necessidade de agrupamento de produções, o que não implicaria terem de abdicar das suas terras, «mas reformular as culturas que muitas vezes fazem só por tradição familiar».

Contudo, a solução parece não só não ser fácil, como, segundo dito pelos dinamizadores da Associação, parece não haver interesse oficial em que vá em frente. «Quando foi da discussão do problema foi dito a muitos agricultores que as suas terras não tinham condições nem dimensões adequadas para receberem apoios», disseram ao **DL**, para acrescentarem que, em contrapartida, há muitas propriedades com dimensões e capacidades que estão ao abandono.

Pior, salientam, os donos receberam os dinheiros de apoio, mas, por não precisarem da terra e dos produtos agrícolas para viverem, mantêm a situação de abandono deliberado. Um exemplo do que poderá ser um emparcelamento errado é o que se está a passar no vale do Vouga. «Será que não se estará ali a chegar a zonas com áreas dimensões que levam ao abandono?», perguntam os dinamizadores da Associação.

A.H.

Um mundo (rural) de problemas

O mundo rural, apesar de ocupar uma percentagem elevada de portugueses, continua a ter problemas que, por vezes, são desconhecidos dos próprios agricultores. A Política Agrícola Comum (PAC), os desafios comunitários inerentes ao Mercado Interno, esses, então, são os mais desconhecidos. «Julgamos não haver interesse, por parte do Poder, de explicar bem o que se aproxima», afirmou João Vieira.

Um dos temas habituais de análise é o papel dos intermediários, situação nem sempre bem compreendida por quem desconhece a realidade do dia-a-dia rural. «Muitas vezes pequenos agricultores são eles próprios intermediários», lembra João Vieira.

Porque não produzem em quantidades suficientes para comercializarem, recorrem ao abastecimento junto de vizinhos e familiares, tornando-se assim agricultores-intermediários.

Por outro lado, o circuito produtivo, por falta de estruturas cooperativas de armazenamento, transformação e comercialização, necessita dos intermediários. O perigo reside, salienta Fernando Guerra, na falta de definição do que se pretende e na abertura indiscriminada aos produtos estrangeiros. «Com os altos custos de produção, em Portugal, e com a falta de uma correcta política agrícola, teremos como certo uma invasão de produtos estrangeiros, com óptimo aspecto e menor qualidade que os nacionais», acrescentou.

De novo palavras de João Vieira: «A alternativa para 1992 passa por centros de comercialização com controlo e defesa dos produtos e dos produtores. Torna-se necessária a criação das associações de agricultores que sirvam de espaço de discussão, de diálogo e de procura de soluções que tragam vantagens para o agricultor, para o país e para a economia nacional».

Salários baixos originam falta de mão-de-obra

A descapitalização dos agricultores não lhes permite pagar os salários desejados pelos trabalhadores rurais que tentam suprir a instabilidade de uma actividade frequentemente sazonal.

Por outro lado, os jovens são cada vez mais atraídos por outros ofícios, deslocando-se para as cidades. Daí o aumento preocupante da falta de mão-de-obra.

A juntar a isto, a emigração dos anos 60 deu origem a uma nova geração que nasceu fora da terra dos seus pais e a quem esta já nada diz, por falta de atractivos e por ter um baixo nível de vida. «Vivemos uma situação de pobreza que tende a agravar-se», dizem os promotores da Associação de Agricultores.

Reconverter os pomares para responder à CEE

Tal como a vinha, também os pomares, a segunda actividade agrícola da região de Torres Vedras, precisam de ser reconvertidos, já que não correspondem à procura em termos de apresentação e, frequentemente, de qualidade.

As dificuldades económicas levam a que, por outro lado, os pomares estejam a envelhecer em acelerado. A reconversão deveria passar por novos métodos de cultura, nomeadamente pela rega gota a gota. Só que este processo é muito caro e a falta de apoios e de acesso a créditos não permite a montagem do sistema.

«Os nossos pomares não podem responder à calibragem exigida pelas normas comunitárias», afirmaram ao **DL**. Ela só seria possível com o referido sistema de rega, como acontece noutros países da CEE. É deles que vêm as maçãs de explêndido aspecto e sem sabor que se encontram em todas os postos de venda de Portugal.

«Compreendemos muito bem que o consumidor as prefira, pois os olhos também comem», disse Fernando Guerra, para acrescentar que a maçã local é muito mais saborosa, afirmação corroborada por João Vieira, que lembrou que durante as negociações com a CEE foram impostos calibres que Portugal não conseguirá respeitar, só sendo possível fornecer qualidade em termos de sabor.

A riqueza hortícola exige planificação

A zona de Torres Vedras tem uma área de mais de 300 hectares, a maior do País, para as culturas hortícolas. Também aqui se deparam problemas, umas vezes por falta de escoamento, outras por estar a ser produzido o que não interessa ao mercado.

A falta de planificação reflecte-se também no escoamento de leguminosas secas, já que frequentemente não há mercado assegurado para o feijão e grão ali produzidos. Fernando Guerra defende que essa planificação é possível e urgente.

«Se os agricultores fizessem acordos, antes de começar a cultura, com empresas de comercialização, como embaladoras ou cadeias de supermercados, saberiam qual os preços mínimos que iriam praticar e teriam sempre um mercado assegurado. Mas, acrescenta, isso passa pela reformulação de mentalidades».

A.H.

Rui Pacheco

Mão-de-obra: um dos problemas a precisar de resolução

ECONOMIA

O projecto de reforma bolsista foi classificado como «um exemplo rematado do absolutismo esclarecido da nossa Administração Pública»

A Reforma Sapateiro descalçada pela CIP

Eurico Vasconcelos

Carlos Rosa: «Se o mercado não funciona, o problema não é da lei»

Insuficiente e até mesmo um retrocesso foi como a reforma Sapateiro foi classificada no seminário "A reforma do mercado de valores mobiliários" promovido pela Confederação da Indústria Portuguesa (CIP).

As críticas feitas variaram desde a dessincronização entre a "perfeição" do edifício legislativo e a realidade quotidiana do mercado de capitais nacional até ao facto de constituir "um exemplo rematado do *absolutismo esclarecido* da nossa Administração Pública", como afirmou Palhinha Machado, administrador da Espírito Santo - Sociedade de Investimentos (ESSI).

Carlos Rosa, presidente da Comissão Directiva da Bolsa de Lisboa até 1987 e vogal da Comissão Instaladora da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, que apresentou e defendeu o projecto, refutou as críticas formuladas e disse que «o mercado bolsista não funciona pela lei. É à base dos agentes. Se o mercado não funciona é porque as instituições não o fazem funcionar ou porque os investidores estão traumatizados. O problema não é da lei. A mesma lei pode funcionar bem com uma pessoa e mal com outra. Qualquer projecto pode dar *bota*.. Depende da pessoa que o aplicar».

Muitas críticas

O ex-presidente da Bolsa explicitou os princípios fundamentais da presente reforma - «a melhoria da eficiência e da clareza dos mercados e a protecção dos investidores» - e considerou que o tempo gasto na sua elaboração (um ano) não foi muito.Depois da sua exposição, as críticas não se fizeram esperar.

Ferraz de Carvalho, administrador do Laboratório Iberfar e da Sociedade Portuguesa de Seguros, depois de apresentar-se como «membro do clube restrito de 11 ou 12 pessoas que conseguiu ler o projecto todo», apontou a discrepância referida acima e reclamou a criação rápida do segundo mercado.

Manifestou-se, em particular, contra a «tipificação exagerada» da *inside information*, que «é difícil definir o que é», mas não deixou de se considerar: «Já que a lei existe, que seja aplicada o mais rapidamente possível».

Por seu turno, Pedro Seixas Vale, administrador-delegado da Portugal Previdente, chamou a atenção para a necessidade de considerar a internacionalização progressiva da economia portuguesa e a liberdade de circulação de capitais na Comunidade, que permitirá a aplicação de poupanças noutros países, quer por parte dos indivíduos, quer por parte das empresas.

A dificuldade de conseguir um tratamento fiscal equitativo para os diversos operadores no mercado de capitais mereceu-lhe um "desabafo" concreto: «Nos últimos tempos, a influência de determinados círculos de interesse nem sempre foi transparente. São necessários esforços por parte dos interessados, para que as decisões sobre as incidências fiscais no tocante aos produtos financeiros não sejam tomadas nos corredores».

Mais radical foi Palhinha Machado, ao afirmar que não considera o projecto Sapateiro «um paradigma da modernidade», mas sim «um retrocesso», e ao dizer, em consequência, que «não tenho grande confiança no futuro do mercado de capitais em Portugal».

Para este interveniente, a presente reforma «é uma projecção em 1990 do espírito de 1960 que, na altura, estaria bem, mas hoje não», porque mantém o mercado de valores mobiliários inserido num «esquema administrado». A protecção do investidor, particulariza, «não pode ter lugar directamente num mercado sofisticado».

Assim, o que importa avaliar, entende, é a própria justeza dos poderes agora descentralizados, e não a sua descentralização, decorrente da reforma, ou as pessoas que os vão exercer.

Investidores procuram-se

A ausência de investimento bolsista e dos chamados pequenos investidores foi uma questão que primou pela omnipresença em todo o debate.

Ferraz de Carvalho não acredita que haja mercado sem investidores individuais. Essa «era a tónica do Cadilhe» que remetia os pequenos investidores para os fundos de investimento, o que considerou «errado».

Para motivar estes investidores «é precisa uma certa realidade». Passa-se que hoje «há poucas acções com liquidez, o que poderia ser combatido com o segundo mercado».

No mesmo sentido pronunciou-se Seixas Vale ao dizer que, «apesar de todas as tentativas e inovações não se conseguiu atrair o pequeno investidor, que se mantém nas aplicações tradicionais». Isto poderá originar «problemas a vários níveis, desde logo nas privatizações». Por outro lado, «os investidores institucionais são demasiado jovens».

A inexistência de neutralidade fiscal no tratamento dos vários instrumentos financeiros captadores de poupança foi igualmente alvo das suas críticas, porque as pessoas manifestam «tendências de consumir produtos financeiros de acordo com o seu tratamento fiscal e não de acordo com a sua finalidade ou essência».Carlos Rosa a todos respondeu. Na base das suas refutações estiveram as pessoas, mais do que lógicas abstractas.

Se «as pessoas têm medo de ler o presente projecto, por considerarem que é grande, o problemas é delas e não de quem o fez». Com a actual reforma, precisou, foram economizados cerca de 200 artigos da legislação existente. Portanto, agora há menos que ler. «Este raciocínio é para quem gosta de medir diplomas a metro...penso que não se deve medir a metro». Carlos Rosa considerou, inclusivé, que «há muita coisa que devia estar prevista e não está».

Se são necessárias adaptações na área fiscal e penal, isso é da competência das pessoas do Governo.

Se os Tribunais não funcionam, isso respeita ainda ás mesmas pessoas.

Se o segundo mercado é exigido, isso depende da vontade das pessoas das Bolsas. Se «as crises e problemas do mercado de capitais reflectem-se na vida económica nacional», Carlos Rosa expressou o seu convencimento de que com esta reforma caminhar-se-á para uma maior organização das Bolsas portuguesas e para as respostas necessárias aos desafios postos pelo avanço da integração comunitária.

Rui Nunes

Teimosia motiva IV Congresso

A ASSOCI realizará o seu IV Congresso no próximo sábado e lançará o livro "Clubes de Investidores", fruto de uma compilação dos seus dirigentes Nandim de Carvalho e António Ramalho. Dada a situação e a evolução bolsista referida noutro artigo, estas iniciativas explicam-se «só por uma questão de teimosia», segundo as palavras do presidente da Associação.

A reunião magna dos sócios dos clubes de investidores será aberta por Carlos Tavares, secretário de Estado do Tesouro, e encerrada por Elias da Costa, secretário de Estado das Finanças.Além das intervenções destes governantes, estão previstas outras a cargo de Nandim de Carvalho, Aristides Menezes (director do "Relatório Quinzenal"), António Freire (subdirector da Gestão de Títulos da Caixa Geral de Depósitos), Freitas da Costa (Orbiger), Abílio de Sousa (síndico dos corretores) e Veiga Anjos (presidente das Bolsas de Lisboa e Porto).

Haverá ainda uma mesa-redonda presidida por Pedro Rebelo de Sousa (presidente do Fonsecas & Burnay), moderada por António Ramalho, e ainda com a presença de Alexandre Alves (FNAC) e Abel Pinheiro (Grão-Pará).

No final do ano passado, a ASSOCI tinha 130 clubes filiados. Nandim de Carvalho admite que hoje sejam menos, o que explica pelos desincentivos da situação actual.

Antídoto

O livro agora editado é classificado ironicamente por Nandim de Carvalho como «o antídoto do *livrinho da poupança* » do ex-ministro Cadilhe.

Com fortes motivações pedagógicas, "Clubes de Investidores" inclui a história da ASSOCI e dos seus três Congressos e vários textos de apoio sobre formação, organização e funcionamento destes clubes, obrigações fiscais e modos de estar no mercado bolsista.

R.N.

Nandin de Carvalho, presidente da ASSOCI, considera que o Governo não está a atender à psicologia e à sociologia dos investidores portugueses e leva-os a pensar que a Bolsa está em obras

Eurico Vasconcelos

Nandin de Carvalho considera que Portugal está a perder capacidade de iniciativa ao não integrar o sistema monetário europeu

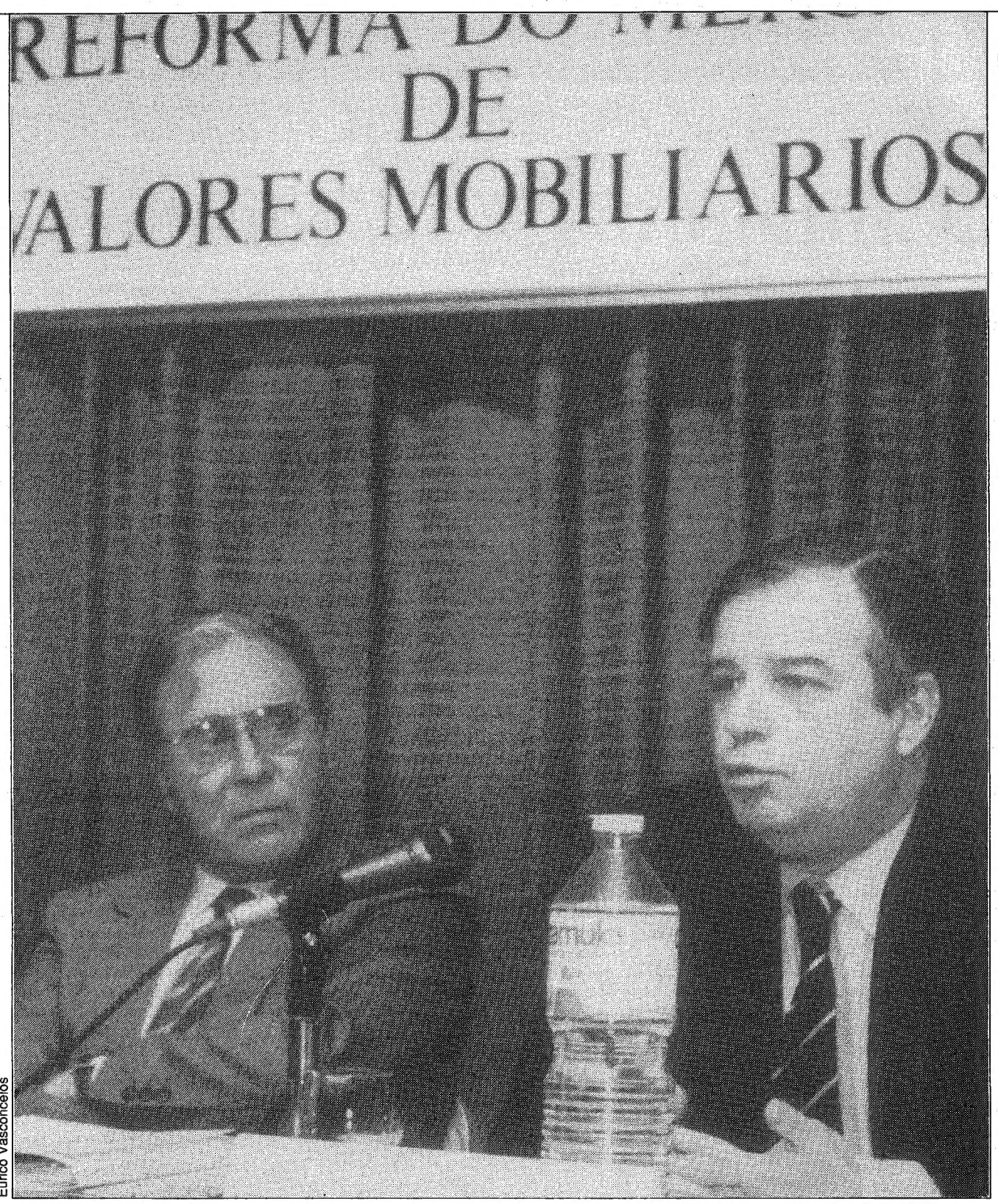
«Se o Governo não atentar na psicologia e na sociologia do investidor português, mata-o», considera Luís Nandin de Carvalho, presidente da Associação dos Sócios dos Clubes de Investidores (ASSOCI), que fundamenta a afirmação com as dificuldades burocráticas levantadas a estes investidores bolsistas, em particular depois da criação do imposto de mais-valias (IMV).

Este imposto constitui, de resto, a «guerra» da ASSOCI, que pretende a definição de um *plafond* abaixo do qual não haveria lugar para o pagamento do imposto nem para a burocracia fiscal. «Não se justifica exigir contabilidade organizada para valores irrisórios», justifica.

Nandin de Carvalho inclui a criação do IMV (mas sobretudo da burocracia implícita: «o pior é a burocracia para pagar o imposto») entre as várias razões que conduziram ao estado actual da Bolsa em Portugal. Além desta causa fiscal, o presidente da ASSOCI aponta também razões psicológicas, macroeconómicas e atrasos governamentais na regulamentação do pacote bolsista de há dois anos.

Bolsa "em obras"

Assim, diz, o Governo nunca foi à televisão emendar a mão do famoso "gato por lebre" e dizer que a nossa Bolsa é boa («a própria Rainha de Inglaterra afirma na televisão que investe na Bolsa»), lançou medidas para «enxugar a liquidez» e atrasou a reestruturação da Bolsa, o que leva as pessoas a sentirem que esta «está em obras, parece um prédio em construção, cheio de andaimes e de caixas de elevador abertas».Para Nandin de Carvalho, esta situação, acrescida das dificuldades burocráticas criadas com a Reforma Fiscal, afasta as pessoas do mercado bolsista.



Eurico Vasconcelos

Ferraz de Carvalho considera que a *inside information* está tipificada de forma exagerada

Investidor bolsista nacional está ameaçado de morte

Como exemplo da morosidade do Estado, referiu o tempo decorrido entre o pedido de esclarecimentos formulado pela ASSOCI relativo às implicações daquela reforma (19 de Junho de 1989) e a resposta da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (13 de Fevereiro de 1990): «é absurdo».

Depois de exigir a desmaterialização efectiva dos títulos e a cotação em contínuo («vários preços por dia permitiriam satisfazer várias ordens e alterar a situação actual, em que se vende 10 ou vinte acções de cada empresa»), Nandin de Carvalho aponta as consequências da indefinição quanto à entrada do escudo no sistema monetário europeu (SME).

Portugal está a perder

O escudo fora do SME («é grave que não entre») afastará os estrangeiros interessados em investir na Bolsa de Portugal, por os colocar perante mais controlos administrativos, cambiais e burocráticos do que nos Estados cujas moedas o integram. Aqui, pormenoriza, «o problema chama-se Espanha» porque a peseta o vai integrar e, dessa forma, roubar investimento na Bolsa portuguesa.

Com estes traços, o "retrato" da situação não é brilhante: «Portugal está a perder capacidade de iniciativa, com a não entrada no SME, está a burocratizar o pequeno investidor e está com obras na Bolsa que duram há dois anos». Os estrangeiros não vêm e os pequenos investidores são desincentivados.Como se não bastasse a debilidade e "repelência" características da actual Bolsa portuguesa e a concorrência das Bolsas ocidentais, as de Leste começam a afirmar-se.

Sintoma desta tendência é apresentado pela Bolsa de Viena - formalmente entre a Europa Ocidental e a de Leste - cujo índice de valores "saltou" 180 por cento desde o fim de 1988 e foi correspondido, na chamada economia real, por uma grande entrada de capitais estrangeiros, desde logo japoneses.

Nandin de Carvalho entende que esta «será a pré-Bolsa das de Leste». Por alguma razão, Budapeste acolheu a última reunião da Federação Mundial dos Clubes de Investidores e já tem uma federação nacional deste clubes, adianta.

Em todo o caso, para o presidente da ASSOCI, a grande Bolsa do futuro será a de Frankfurt, «capital da expansão económica da Europa para o mercado de Leste», onde se poderá investir nas empresas que protagonizarão esta expansão.

"África minha"

Este ambiente bolsista nacional e internacional tem pouco (ou nada) a ver com a situação da generalidade das empresas cotadas em Portugal que, considera Nandin de Carvalho, «estão bem e oferecem uma rentabilidade boa».A verificação das actuais perspectivas de paz em Angola e Moçambique só melhorará as perspectivas já existentes em alguns sectores, como, a título de exemplo, os da metalomecânica, alimentar, consultoria, frio e construção civil.

Estas empresas, afirma, terão em África os seus mercados externos, que são tão bons como os de Leste, por estarem mais próximos do que estes, em termos de cultura e de língua. «Um alemão irá para a Europa de Leste, não para África».

Para mais, com uma realidade de paz, as economias africanas passarão a ser tratadas de igual para igual, a ser consideradas como economias de investimento e não como economias de ajuda.

Rui Nunes

Bolsa precisa de estratégia

Considerar ou não a envolvente externa das Bolsas de Lisboa e Porto levará à formulação de estratégias diferentes. João Rendeiro, administrador-delegado da Gestifundo, afirmou que o que está em causa é «saber se o desenvolvimento da intermediação não monetária (que significa basicamente o mercado de capitais) acontecerá em Portugal ou no estrangeiro». A reforma Sapateiro não considera a vertente externa e não formula nenhuma estratégia conveniente.

Para este responsável, a reforma actual materializa «um modelo de regulação plena, caracterizado pela apresentação de um conjunto muito detalhado de regras de actuação e pesadas sanções levadas a efeito por entidades fiscalizadoras...há outros modelos de regulação, que designarei como regulação ligeira, que poderiam ter sido utilizados».

O modelo de regulação plena, segundo o classificou, «assegura o funcionamento de Bolsas de raiz nacional supondo uma oferta e uma procura de valores mobiliários em mercados nacionais». Só que, adiantou, «é hoje patente uma aceleração do processo de integração europeia e, nomeadamente, do Sistema Monetário Europeu, o que acarreta profundas alterações no funcionamento das Bolsas europeias. Os quadros de funcionamento de raiz nacional perdem fundamento pelo que a sua regulação o deve ter em conta».

Em consequência da não consideração destes factores, Rendeiro prevê que a reforma tenha vida curta, devido à aceleração do processo de liberalização nos movimentos de capitais e à integração no SME, que o tempo perdido desta maneira colocará dificuldades adicionais à competitividade das Bolsas portuguesas como Bolsas regionais ou sub-regionais e que, por fim, os operadores portugueses especializados dificilmente terão tempo para desenvolver massas críticas e estabelecer posições de competitividade no mercado de capitais.

Dívida Pública

Lugar de destaque no seminário foi ocupado também pela Dívida Pública (DP). Enquanto Alberto Ramalheira, presidente da Junta do Crédito Público, anunciava emissões quase diárias de títulos de dívida, além das diárias dos certificados de aforro e do Tesouro Familiar, Palhinha Machado criticava o facto da Bolsa ser «invariavelmente subordinada à actividade financeira do Estado e à gestão da DP».

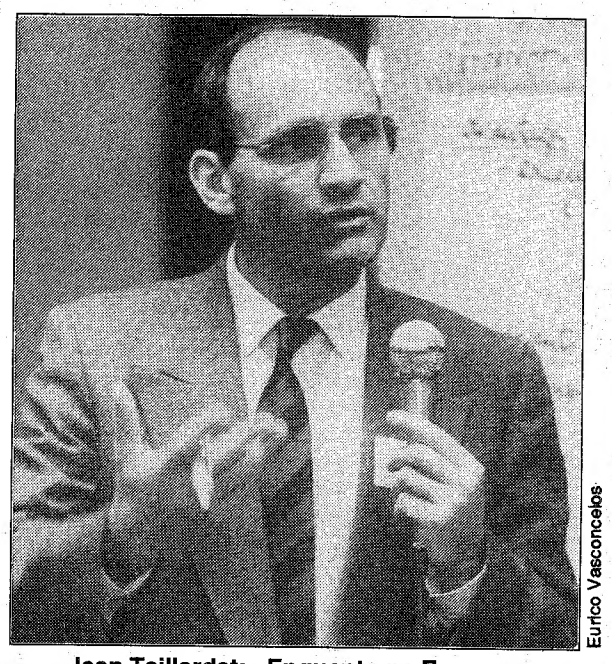
Este gestor bancário considerou que as causas da fraqueza evidente do mercado são estruturais e residem na excessiva monetarização da DP, na necessidade de gerar *superavits* orçamentais, que evitem o empolamento da DP por força da capitalização do seu próprio serviço, no regime redistributivo da Segurança Social, cujos fluxos financeiros não passam pelo mercado de valores mobiliários, e na fiscalidade propositadamente não-neutral, para atenuar os efeitos desestabilizadores da actividade financeira do Estado.

Palhinha Machado sugeriu, então, um mercado bolsista onde os comportamentos sejam estruturados no respeito da livre iniciativa contra um mercado entendido como "serviço público", que só um "esquema administrado" pode administrar convenientemente, e onde a DP seria tratada com observância do regime geral de acesso e não, como actualmente, com um regime próprio e paralelo à organização do mercado.

Neste mercado alternativo, haveria liberdade de acesso ao mercado primário, ausência de prova quanto à bondade dos fins pretendidos e não duplicação das formalidades em vez do actual acesso condicionado, da exigibilidade de prova quanto à bondade dos fins e da duplicação das formalidades. Por outro lado, não seria dado nenhum relevo à fiscalidade na sua organização contra a actual preocupação assumida de reduzir a evasão fiscal e de aumentar as receitas próprias dos órgãos do mercado e dos operadores.

A verificação desta proposta liberal conduziria, segundo Luis Varennes, membro da Comissão de Redacção do Livro Branco para o Sistema Financeiro Português, ao descrédito do mercado de capitais - pelos escândalos, problemas e instabilidade que criaria - uma vez que a sua formulação não considera um conjunto de externalidades do mercado financeiro.

R.N.



Eurico Vasconcelos

Jean Taillardat: «Enquanto na Europa se fez a aprendizagem da democracia , no Japão vive-se numa sociedade feudal»

Japão põe Europa de joelhos

«O Japão conduz-se como um inimigo, declarou-nos a guerra económica e está pronto a pôr-nos de joelhos, por isso a nossa resposta tem de ser a Europa das Regiões, a aceitação do desafio da concorrência, sob pena de perdermos a identidade», disse ao **«DL»**, Jean Taillardat.

Para Jean Taillardat as economias nacionais ou aceitam a queda ou entram no repto da concorrência. Neste último caso, o Japão representa o desafio maior.

«Será que o Japão se preocupa com aquilo que a França ou Portugal produz? O Japão não vai ganhar a guerra porque os países europeus e os EUA não o vão permitir, mas se a atitude daquele país se mantiver, vai originar uma grande tensão internacional, uma grave situação de conflito. Entretanto, o Japão obtém sucesso, suplanta-nos e enriquece», afirma Jean Taillardat.

Segundo este engenheiro, o outro perigo para as economias nacionais é o futuro domínio da economia mundial por duas ou três centenas de grupos empresariais de dimensão internacional, os quais exercem poderes económicos independentes.

A pergunta que se põe é como se vai administrar o meio ambiente, cultural e social, face à agressão destas multinacionais, sem perder a identidade. «As comunidades não sobrevivem se não tiverem interesses comuns e uma coesão interna muito forte», refere Jean Taillardat, sublinhando que existe uma diferença radical entre o Japão e os países da Europa: «Enquanto aqui se fez a aprendizagem da democracia, no Japão vive-se numa sociedade feudal e imperialista.

R.F.S.

O especialista francês Jean Taillardat considera que os conflitos, a concorrência e a defesa das economias nacionais são factores que contribuem para o sucesso das organizações e respectiva identidade cultural

O antagonismo é salutar para vida das empresas

O antagonismo é salutar, cria movimento, acção e ajuda a aperfeiçoar a vida das empresas. A empresa existe porque há tensões sociais, se não está morta. A sinergia deve ser reforçada, as ideias dissonantes colocadas em confronto e o pensamento deve ser que esses antagonismos contribuem para o sucesso. Esta a ideia que Jean Taillardat, especialista francês veio transmitir a Portugal.

Engenheiro e presidente da Teilhard, SA, empresa francesa de consultoria e formação nas áreas da estratégia, da decisão e da acção, ele veio a Lisboa para participar no seminário da Management Social e Gestão dos Conflitos organizado pela Associação Portuguesa de Gestores e Técnicos de Recursos Humanos. Para ele, trata-se mais da gestão dos conflitos do que da vivência de uma situação de monotonia em que a inovação está no ponto zero. «Um homem livre é um homem em negociação com o meio, que não se submete a nenhuma pressão a não ser a ditada pela sua inteligência», frisa Jean Taillardat.

Outra das questões, não menos importante, é a de saber até que ponto uma empresa pode responder ao desejo do homem em realizar-se, em dar um sentido à sua própria existência. Por outra palavras, será que uma empresa nas diversas vertentes que a compõem pode dar ao homem a felicidade que ele busca?

Taillardat propõe, como resposta a esta pergunta, a ligação dialéctica entre a Instituição (I) e o Corpo Social (CS), através de três módulos a que chama Imposição, Negociação ou Transacção e Animação. A Instituição é vista enquanto estrutura técnico-jurídica com uma finalidade económica e o Corpo Social como o conjunto de indivíduos ou grupos que contribuem, para a eficácia da Instituição, recebendo para isso uma remuneração.

A Imposição joga, segundo Taillardat, com o conceito de Estatuto, representado por uma função de responsabilidade, de uma maneira clara e explícita, ultrapassando as barreiras da linguagem e dos conceitos. Trata-se de uma dupla necessidade entre a I e o CS, de modo a que as ordens recebidas sejam bem entendidas e cumpridas de imediato.

Negociação

O segundo módulo da teoria de Taillardat é a Negociação, não no sentido da negociação com os parceiros sociais, mas na transacção ou troca de informações, no diálogo. Baseia-se no conceito de Competência, levando em conta o parecer do outro, a capacidade de respeitar a linguagem e o comportamento do interlocutor.

Jean Taillardat

A Animação, terceira variante do esquema de Taillardat, sustenta-se na capacidade de inspirar Confiança à pessoa ou grupo com quem se estabelece a negociação. Através desse carisma vai dar-se um «sopro» à empresa, vão criar-se condições para que o Corpo Social se possa exprimir em liberdade.

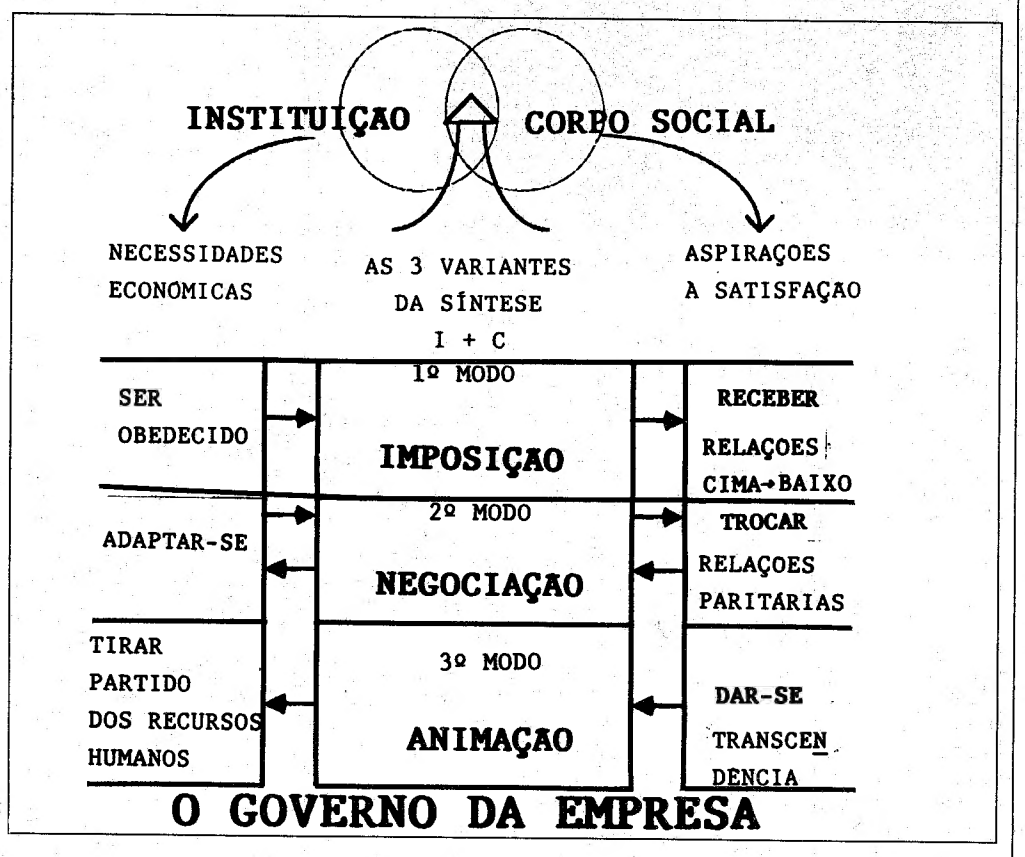
Estes três módulos actuam independentemente uns dos outros, mas é a sua rigorosa aplicação, assegura Jean Taillardat, que permite à empresa levar a cabo um trabalho de qualidade e de sucesso.

Questionado sobre se a sua experiência de seis anos como oficial da Marinha de Guerra Francesa influenciou esta filosofia de empresa, Jean Taillardat respondeu que uma empresa é como «um navio que enfrenta um meio perigoso e por isso necessita de uma equipagem competente e eficaz, um espírito colectivo, tal como uma equipa de râguebi».

Citando um conhecido consultor americano, Peter Drucker, Taillardat diz que «uma organização é um sistema que permite a pessoas normais obter resultados extraordinários», acrescentando que a sua missão e a da Teilhard, S.A. é de «ter uma visão, uma ética, um sistema de valor que se ajuste a essa missão».

«Não somos visionários, mas vemos longe e bem», conclui Jean Taillardat.

Rui Ferreira e Sousa



Uma associação com 25 anos

A vinda a Portugal de Jean Taillardat integrou-se numa das iniciativas da Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos de Recursos Humanos, APGTRH, um «clube» de mais de mil profissionais, fundado em 1965, com o nome de Associação Portuguesa dos Directores e Chefes de Pessoal.

A APGTRH é uma associação com fins culturais e científicos que se dedica, para além da formação e aperfeiçoamento dos associados, à gestão de pessoal e exerce funções especializadas ou de chefia em empresas e outras organizações.

Esta associação funciona, por iniciativa dela, com um grupo de estudos euro-latino de que fazem parte a Espanha, a França, a Itália e Portugal e participa em iniciativas internacionais através de representação permanente na AEDP, Associação Europeia de Direcção de Pessoal e na FMADP, Federação Mundial das Associações de Direcção de Pessoal.

A APGTRH edita a revista «Pessoal» e mantém uma relação estreita com as empresas para um permanente conhecimento das realidades específicas da gestão dos recursos humanos e suas implicações.

R.F.S.

BOLETIM DE ASSINATURA

ASSINE O **Diário de Lisboa**

NÃO PERCA NENHUMA EDIÇÃO!

Pretendo assinar a partir do dia ___/___/___ Pelo período de

- ☐ 1 ANO — 18 000$00
- ☐ 6 MESES — 9 000$00
- ☐ 3 MESES — 4 500$00
- ☐ 1 MÊS — 1 500$00

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Junto envio: ☐ cheque ☐ vale do correio

• Números atrasados: 70$00 cada • Mudança de endereço: 150$00 • Por períodos mínimos de 6 meses poderá também assinar o «Diário de Lisboa» uma vez por semana, embora sempre a edição do mesmo dia da semana, sendo, para esse período, o preço de 1 850$00. • **Informação ao assinante:** os preços acima indicados levam em conta que o jornal beneficia do porte pago postal no território nacinal até 100 gramas, pelo que os encargos postais ali incluidos são apenas os do excesso de peso que todos os dias existe. Se por algum motivo este benefício for retirado, aqueles preços terão de ser imediatamente alterados em conformidade.

Enviar para: DIÁRIO DE LISBOA — Assinaturas
Rua Luz Soriano, 44 — 1200 LISBOA